

maio/julho - 1987
Ano IV Cz\$ 66,50

Humanidades

13

DEMOCRACIA

A nova democracia
latino-americana

A revolução
democrática

Constituinte:
o avanço
possível

Anistia: o
compromisso
da liberdade

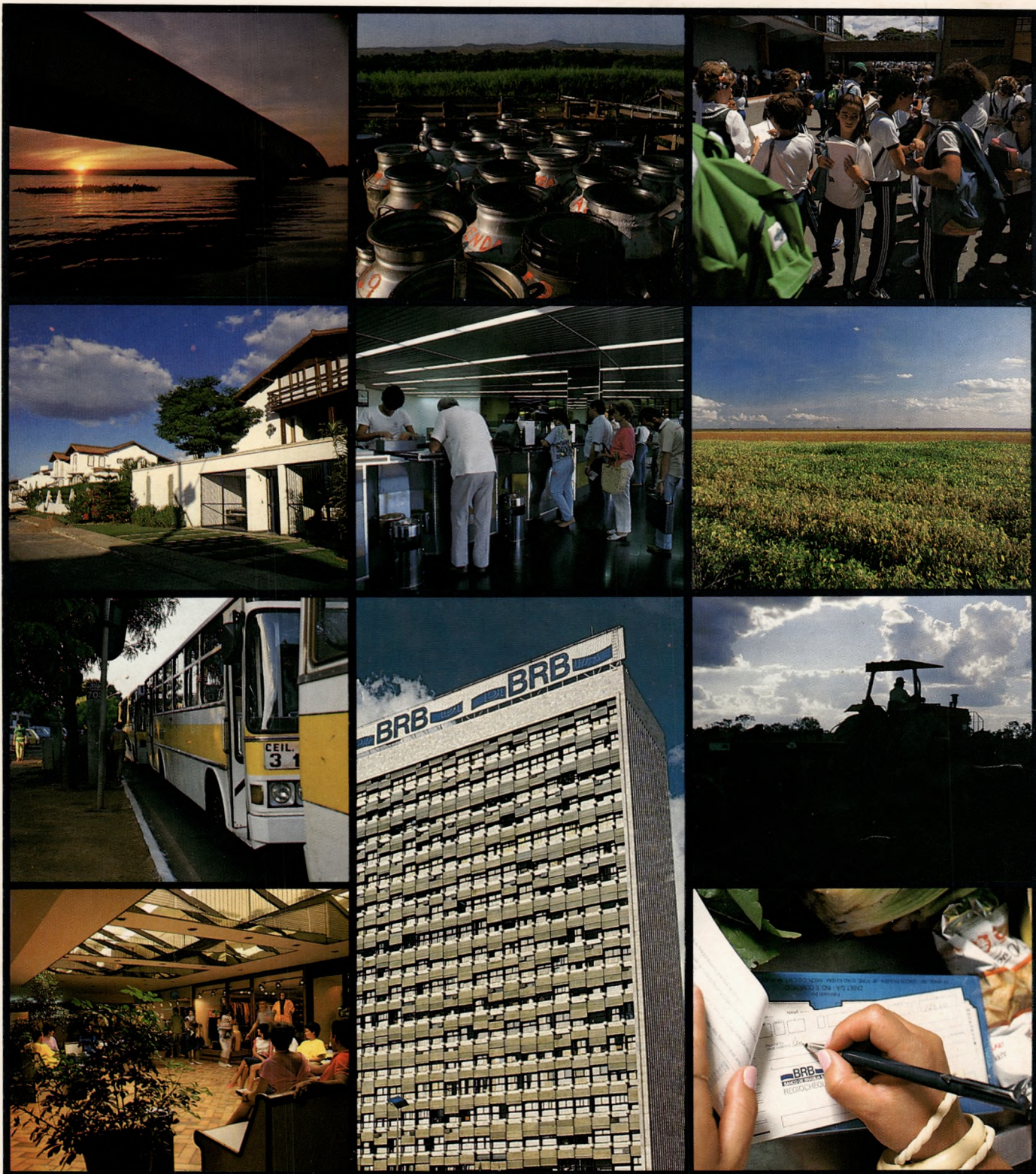
El Salvador:
guerra e paz

Os minérios
são nossos!

Igreja hoje:
a dialética
da renovação

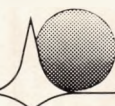


20 anos de BRB no dia-a-dia de Brasília.



BRB
BANCO DE BRASÍLIA S.A.

GOVERNO
JOSÉ APARECIDO
Brasília. Capital de todos.



Cada vez mais presente na região do futuro.



Capa: criação e ilustração Reza

Democracia/Capa	A nova democracia latino-americana	Ruy Mauro Marini	5
Lei e Justiça	A injustiça nos tribunais	Raymundo Faoro	12
Constituinte e Justiça	Injusto e inoperante o Estado adversário da sociedade	Osny Duarte Pereira	18
Anistia	O compromisso da liberdade	José Geraldo de Sousa Júnior	26
Democracia e Constituinte/Capa	O avanço possível	João Gilberto Lucas Coelho	30
Política	Assessoramento e lobby no Congresso Nacional	Paulo Vieira da Silva e Antonio Neuber Ribas	35
Política mineral	Os minérios são nossos!	Roberto Gama e Silva	44
Revolução democrática/Capa	A luta pela democracia	Nielsen de Paula Pires	50
Comunicação e Constituinte	O desafio de democratizar a comunicação	José Salomão David Amorim	56
Universidade/Documento	A reformulação do ensino superior		60
UnB e Democracia	Universidade existe uma conspiração?	Luis Humberto	63
América Latina e Caribe	El Salvador: guerra e paz	Luís Turiba	65
Comportamento	A Constituição como metacontingência	João Cláudio Todorov	76
Música	O som de Villa-Lobos: terra e paixão	Luiz Paulo Horta	81
África	A política brasileira para a África	José Flávio Saraiva	86
Violência	Caim, Abel, pecado e violência	José Roberto Iglesias	92
Poesia	Por que troquei de gravata com Eugênio Evtuchenko	Luís Turiba	95
Biografia	O paciente Freud	Oswaldo Macêdo	98
Igreja hoje	A dimensão social do apostolado	Nielsen de Paula Pires	100
	A dialética da renovação	Sandra Sato e Margarete Vitória	102
Urbanismo	Urbanização na América Latina: periferização em áreas metropolitanas	Aldo Paviani	106
Ciência	Germinal	Luiz Gouvêa Laboriau	115
Cosmologia	Contemporâneos do passado	Airton Lugarinho de Lima Câmara	121
Ficção	Maigret-Simenon investiga sua própria vida	Lourenço Cazarré	124
Universidade	2º clichê As quatro crises	Cristovam Buarque	128
Painel	Crítica		131

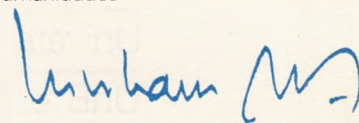
Ciência e consciência

Nos últimos dois séculos, o homem vem se comportando como se uma ciência neutra, livre da ética, fria e sem valor estético, tivesse o mérito de fazê-lo mais humano e mais feliz. Ao contrário, o que se observa é um nítido processo de embrutecimento, como se, ao erigir o conhecimento científico como o símbolo máximo de seu aperfeiçoamento, a espécie humana criasse dois paradoxos. O paradoxo de que no limite deste conhecimento, quando começa a desfazer os mistérios da biologia, o homem descobre que não passa de um emaranhado de minúsculos cristais e circuitos elétricos, como o mais vulgar dos robôs. Um robô programado para um dia descobrir que é um robô. E o paradoxo de que, ao estender o seu domínio sobre a física, o homem caminha, como um robô programado para conhecer o mundo, em direção ao poder de destruir o objeto de seu conhecimento e a si próprio. Como esse robô, o homem do final do século XX vive a melancolia da descoberta do fracasso que provém do próprio êxito de suas descobertas. Apesar disso, não há outro caminho senão o de continuar no rumo de um inexorável projeto de ampliação do horizonte do conhecimento, porque não há como fugir ao fato de que a prática de vida da espécie humana é a prática da procura do conhecimento.

Para escapar, porém, dos paradoxos e da melancolia o homem terá que refazer sua prática do conhecimento, subordinando a ciência ao controle da ética — e com isto evitando o desenlace da destruição —, e fazendo da práxis estética a razão e o prazer de viver. Com isto, o futuro não estará condenado à melancolia da descoberta ou a uma possível opção pelo obscurantismo.

Para isto, basta aproveitar-se de um outro paradoxo, que decorre do fato de que, na véspera da destruição, a consciência dos riscos pode ajudar a valorizar a ética, como forma de dominar a ciência; e a véspera de sua consciência de robô pode conduzir o homem à descoberta do valor da prática humanizadora da estética.

É à criação deste pensamento integrado que a Universidade deve dedicar sua atividade. Para tanto deve ser realizada uma revolução em sua estrutura atual de departamentos estanques, produtores de ciências frias, trazendo a todo o campus a preocupação ética e a valorização estética, criando e mantendo centros de debates como se pretende a *Humanidades*.



Cristovam Buarque
Reitor da UnB

Humanidades

A revista **Humanidades** é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Editora-chefe: Sílvia Távora

Conselho editorial: Bárbara Freitag, Dércio Garcia Munhoz,

Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Airton Lugarinho de Lima Câmara, Aldo Paviani,

Antonio Neuber Ribas, João Cláudio Todorov, João Gilberto Lucas Coelho,

José Flávio Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, José Roberto Iglesias,

José Salomão David Amorim, Lourenço Cazarré, Luis Humberto,

Luís Paulo Horta, Luís Turiba, Luiz Gouvêa Laboriau, Margarette Vitória,

Nielsen de Paula Pires, Osny Duarte Pereira, Oswaldo Macêdo,

Paulo Vieira da Silva, Raymundo Faoro, Roberto Gama e Silva,

Ruy Mauro Marini, Sandra Sato, Tetê Catalão.

Painel: Antonio Gonçalves de Oliveira, Assis Brasil, Charles Kiefer,

Danilo Lôbo, Floriano Martins, Guido Heleno (**edição**), J. W. Bautista Vidal,

Lígia Cademartori, Maria Francisca Sales Pinheiro, Nilto Maciel,

Paulo Roberto de Almeida. **Versões:** John Trzeciak, Sara Almarza.

Edição de texto e revisão geral: Edson Lopes Cardoso

Edição de iconografia: Luis Humberto e Douglas Marques de Sá.

Ilustradores: Bertoni, Fernando Secchin, Girafa, Jô Oliveira, José Duarte,

Luís Eduardo Rezende de Brito (Reza), Las Casas, Suzana Gruber,

Wagner Hermuche.

Fotógrafos: Cláudio Alves, Juan Pratginestós, Luis Humberto,

Margarette Vitória e Mila Petrillo.

Projeto gráfico: Danilo Barbosa e Fernando Secchin

Edição de arte, diagramação e arte-final: Fernando Secchin

Secretaria de produção: Elmano Rodrigues Pinheiro

Publicidade e marketing: José Humberto Mancuso

Promoção, vendas, assinaturas: Alexandre Lima

Apoio administrativo: Elias Romcy Pereira, Marisa Angélica Ramalho

Cadastro de assinantes: Rosa Maria Dantas de Oliveira

Preços: Cz\$ 66,50 (exemplar avulso)

Cz\$ 230,00 (assinatura — quatro números)

Cz\$ 190,00 (assinatura para estudantes)

Endereço: Revista HUMANIDADES — Editora Universidade de Brasília

Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Dois Candangos

Caixa Postal: 153001

71910 — Brasília — DF — Brasil

Telefones: (061) 274-3182, 273-1055 (diretos), 274-0022 R. 2110, 2101

Telex: (061) 1083 UNBS-BR

Fotocomposição, fotolitos e impressão: Escopo Editora

Os artigos publicados são da inteira responsabilidade de seus autores.

Todo o material publicado — artigos, resenhas, ilustrações e fotos — só pode ser reproduzido com a autorização expressa da Edição.

Editora Universidade de Brasília: Timothy Mulholland (Diretor)

Universidade de Brasília: Cristovam Buarque (Reitor)

João Cláudio Todorov (Vice-Reitor)





A nova democracia latino-americana

Ruy Mauro Marini

Nunca, como hoje, a questão da democracia ocupou lugar tão destacado nas lutas políticas e sociais da América Latina e na reflexão que sobre elas se exerce. Isto se deve, sem dúvida, à dura experiência do período de autoritarismo e repressão do qual a região apenas começa a sair. Mas se deve, também, a que a idéia da democracia, tal como se apresenta para nós, envolve conteúdos, agrega conceitos e indica significados que transcendem a sua definição corriqueira.

Em primeiro lugar, está a soberania. Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, colocar o tema da sua capacidade para autodeterminar-se, ou seja, desenhar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências dos seus povos. E, assim, evocar o tema da dependência em que se encontra a região no plano do capitalismo internacional e levar, por isso mes-

mo, a entender a luta pela democracia como de libertação nacional.

Depois, vem a justiça social. Porque, na América Latina, o conceito de democracia está expressando hoje, na consciência dos povos e no discurso dos seus dirigentes, a atenção às necessidades mais urgentes, a superação das condições de superexploração e miséria em que vivem os trabalhadores, a edificação de uma

sociedade que, ao basear-se no respeito à vontade da maioria, coloque os interesses desta como critério prioritário de ação. Nesta perspectiva, a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma — ali onde se torna mais definida — a luta pelo socialismo, pouco importando os qualificativos que a ele se

acrescentem ou os prazos que se estabeleçam para a sua consecução.

Ao examinar o movimento e as tendências dos processos de democratização que estão em curso na América Latina, vejo-me obrigado a considerar esses elementos diferenciais e a manejar-me num contexto que, à primeira vista, parece exceder amplamente o deste trabalho. Isto se compensa pelo fato de me encontrar diante de uma limitação incontornável: ao tomar como objeto de análise a América Latina, renuncio necessariamente a captar toda a riqueza e singularidade dos diversos processos nacionais, que só de forma parcial podem ser enquadrados em um esquema global de interpretação e, em casos extremos, escapam totalmente a ele. É por isso que as lutas democráticas que se desenvolvem atualmente nos países da América Central cabem muito menos aqui que as que se processam no Cone Sul e que a democracia revolucionária nicaragüense fique totalmente fora das minhas preocupações.

Uma advertência final: ao empregar o termo democratização ou redemocratização, não estou fazendo nenhum julgamento de valor sobre o que ocorre na região e de nenhuma maneira pretendo sugerir que esses processos estejam fadados a tornar realidade a idéia de democracia a que me referi. Aludo simplesmente à mudança de governos militares por governos civis e à colocação em marcha de mecanismos destinados a criar ou restabelecer instituições estatais representativas.



O imperialismo e a reconversão

A redemocratização latino-americana se insere na ofensiva desatada pelos Estados Unidos para, fazendo frente à crise internacional, reestruturar em proveito próprio a economia capitalista mundial. Guardadas as proporções e respeitadas as diferenças, a situação mantém pontos em comum com as que se apresentaram depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, como potência hegemônica e a exemplo do que fizera a Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos puderam impor ao mundo o liberalismo econômico, criando as instituições encarregadas de garantir sua aplicação. O dinamismo e o poder que ostenta a mais significativa dessas instituições, o Fundo Monetário Internacional, são uma prova de como a economia norte-americana, frente a novos males, recorre a velhos remédios.

Hoje, como ontem, os Estados Unidos estão interessados em restabelecer as bases de



uma divisão internacional do trabalho que permita a circulação plena de mercadorias e capitais. A pressão que exercem sobre os países da América Latina vai, assim, no sentido de fomentar o modelo exportador, o que implica, em maior ou menor grau, uma reconversão produtiva que não apenas respeite o princípio da especialização segundo as vantagens comparativas, mas que abra maior espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado. Na perspectiva desse projeto neoliberal, começa a desenhar-se o futuro que o capitalismo internacional reserva à região: uma América Latina integrada ainda mais estreitamente à economia mundial mediante a sua transformação em economia exportadora de novo tipo, ou seja, uma economia que, ao lado da exploração mais intensiva das suas riquezas naturais, redimensione a sua indústria para torná-la competitiva no mercado externo.

Para todos os países, isso implica a destruição de parte do seu capital social, sobretudo na indústria, porque somente ramos com vantagens comparativas reais ou que absorvam alta tecnologia e grandes massas de investimento aparecem como viáveis nessa nova divisão do trabalho. Compreende-se, assim, que a destruição seja mais drástica em países como o Chile, o Uruguai e mesmo a Argentina, do que em outros, como Brasil e o México (apesar de que este último, pela proximidade com os Estados Unidos, se veja ameaçado por uma quase anexação). A reconversão implica também a redistribuição do capital social em favor dos grandes grupos industriais e financeiros, a qual se estende àquela porção atualmente em mãos do Estado, não causando surpresa que o FMI coloque como questão prioritária a redução do déficit público, um dos instrumentos mais efetivos para tais fins. Para as massas, o preço da reconversão é o agravamento da superexploração do trabalho e a generalização do desemprego, qualquer que seja a sua forma, como resultado da destruição de parte do

capital social ligada à rápida elevação dos níveis tecnológicos atuais.

A imposição de um projeto dessa natureza não pôde ser realizado facilmente através das ditaduras militares que os Estados Unidos contribuíram para implantar na América Latina, a partir da década de 60. Na medida em que pressupõe a diminuição do Estado (pela redução da sua base econômica e limitação de funções), tal projeto contraria os interesses das Forças Armadas, cuja condição material de existência é o aparelho estatal mesmo. Mas há outras razões. Uma vez constituídas, as ditaduras militares formularam projetos nacionais que se não ameaçavam o esquema de segurança internacional dos Estados Unidos, criavam constantes atritos ao mesmo, seja em virtude de seu nacionalismo exacerbado (que provocou mais de uma ameaça de conflito na região e terminou gerando um acontecimento como a guerra das Malvinas), seja pela pretensão dos governos castrenses de conquistar certa autonomia no plano internacional, como se viu sobretudo no caso do Brasil. Mais grave ainda, as Forças Armadas se mostraram incapazes de construir regimes políticos estáveis, o que constituía, finalmente, a missão prioritária que lhes fora designada pelos Estados Unidos.

Tudo isso levou o imperialismo norte-americano a propiciar mudanças institucionais que pudessem ser feitas sem colocar em risco os sistemas de dominação vigentes, ao mesmo tempo que criavam novos instrumentos de pressão para impor seu projeto de reconversão econômica. A imposição dos interesses dos Estados Unidos sobre a América Latina refletiu gradualmente dos meios de ação político-militares — a Casa Branca, o Pentágono, o Departamento de Estado — para exercer-se mais ativamente através de canais como o Departamento de Comércio, o Banco Central, os grupos privados e, naturalmente, o FMI. Esta tendência se torna dominante a partir de 1980, quando Ronald Reagan chega ao Poder, e se afirma definitivamente após a bancarrota mexicana e brasileira de 1982.

Cabe assinalar que a mudança da política externa norte-americana para a América Latina não implicou o abandono da doutrina da contra-insurgência, que nela se fundamenta, e nem da atenção que esta concede às Forças Armadas. Trata-se de uma mudança de ênfase, que opera diferencialmente segundo a zona ou a situação específica de cada país. Assim é como, para a América Central, a redemocratização se articula com militarização, como se vê em El Salvador, Honduras, Guatemala, Panamá, e mesmo na Costa Rica, enquanto que, no Cone Sul, o apoio aos processos de redemocratização exclui o Paraguai e ainda não chegou ao Chile.



vos tornaram essa reformulação ainda mais urgente.



Reorientação

Desde 1982, começa a observar-se uma reorientação do pensamento militar latino-americano que vai em duas direções: colocar de novo no centro das preocupações das Forças Armadas a sua capacidade de resposta frente a eventuais agressões externas, e pensar essa capacidade como parte de uma ação mais ampla que, transcendendo os militares, envolvesse o resto da sociedade. Revertia-se, assim, a ordem de prioridade até então adotada.

A mudança dos anos 80 não implicou a renúncia à doutrina da segurança nacional, ainda que tenha modificado o ordenamento e a ênfase dos elementos que a compõem, ao mesmo tempo que alterou a forma como os militares concebem o seu relacionamento com a sociedade civil. Isto, inclusive, tornou a doutrina mais aceitável para as Forças Armadas de países que, inseridos em contextos institucionais relativamente estáveis, tinham assimilado mais lentamente e com muitas resistências internas os postulados doutrinários dos anos 60. Cabe mencionar, em particular, a Venezuela e o México, especialmente o último, que tem uma história marcada por conflitos, às vezes agudos, com os Estados Unidos, e que alimenta uma grande desconfiança em relação aos objetivos norte-americanos na América Central. Não é senão depois da guerra das Malvinas que os chefes militares mexicanos começam a assumir como sua a doutrina da segurança nacional, ligando-a explicitamente à defesa da riqueza petrolífera do país, fenômeno que se acentua na Marinha, devido a uma parte substancial dessa riqueza encontrar-se na plataforma submarina.

No Cone Sul, especialmente no Brasil, berço da doutrina, a virada ideológica dos militares permitiu que eles se colocassem em consonância com a ascensão do movimento democrático. Mas lhes trouxe também um problema: o de como conseguirem um lugar adequado no esquema institucional e político que substituiria as ditaduras. Na realidade, esta questão se configurara desde os anos 70, ao iniciarem-se as lutas democráticas e ao produzirem-se os primeiros choques com os Estados Unidos. Começou a se formar então uma estratégia que trataria de aplicar-se plenamente nos anos 80, no momento em que o duplo movimento da ideologia militar e o fortalecimento da frente democrática exigiam uma solução imediata.

A questão do quarto poder



Nesta perspectiva, convém examinar a situação das Forças Armadas. A rejeição que provocaram por parte da sociedade, devido ao seu desempenho na direção do Estado, levou-as a renunciar ao exercício direto do poder, mas não parece havê-las comovido em sua motivação ideológica e política mais profunda, como tampouco significou muito em termos da sua unidade interna. Apesar de visíveis até certo ponto, as posições diversas que nelas se observam não levaram à configuração de lutas abertas de facções e, pelo contrário, tenderam a resolver-se mediante convivências e cumplicidades.

Isto, que contribuiu de maneira decisiva para que a transição a governos civis se fizesse de forma pacífica, difere consideravelmente do padrão de conflito interno nas Forças Armadas, que prevalecia antes dos regimes ditatoriais; e se deve, em parte, à responsabilidade institucional que lhes cabe nos fatos criados, desde a política econômica antipopular até o uso da violência. Mas, o comportamento relativamente monolítico dos militares, na atual conjuntura, tem uma causa de caráter mais estrutural: o seu reforçamento ideológico, a partir da adoção da doutrina norte-americana da contra-insurgência, no anos 60. Ela lhes permitiu fundamentar sobre bases mais sólidas a sua concepção das instituições armadas como garantia fundamental dos interesses do Estado (identificados como assuntos de segurança nacional) e chamadas por isso a exercer um papel não apenas tutelar, mas também de condutor em relação à sociedade.

Contudo, a ideologia das Forças Armadas não se encontra hoje no mesmo nível que na década de 60. Isto se deve, em parte, ao

questionamento a que foi submetida a doutrina da contra-insurgência pela própria elite militar e civil dos Estados Unidos, após a derrota no Vietnã, e às reformulações que sofreu, particularmente depois da ascensão de James Carter à presidência. A consequência disso foi uma certa desorientação nas Forças Armadas latino-americanas e um alento inesperado aos movimentos democráticos que surgiram na região, que alcançam então suas primeiras vitórias. Mas foi a guerra das Malvinas que levou esse processo ao seu ponto crítico, precipitando a evolução do pensamento militar latino-americano a novas elaborações.

A doutrina da contra-insurgência pressupunha uma certa concepção da correlação de forças e dos interesses em jogo no plano internacional, da qual derivava a idéia do papel auxiliar das Forças Armadas da América Latina no esquema de poder do imperialismo, e, em contrapartida, a acentuação da sua vocação policial, ou seja, guardião da ordem interna. O conflito entre países que integravam o mesmo campo de forças e o alinhamento dos Estados Unidos contra a América Latina, na guerra das Malvinas, foram fatos que, somados à posição assumida por soviéticos e cubanos, liquidaram o conceito da segurança hemisférica e questionaram a idéia da divisão do mundo em dois blocos. Isto significou colocar em dúvida o pressuposto geopolítico, fato em que se baseava a doutrina da segurança nacional, subproduto latino-americano da contra-insurgência.

Nestas condições, era inevitável que as Forças Armadas apressassem a reformulação ideológica em que já estavam empenhadas, ainda mais que — depois dos arranhões do período de Carter — a política internacional dos Estados Unidos tinha acentuado, com Reagan, uma linha nacionalista e tendia a postular a reconquista plena da sua hegemonia, sem levar em conta os interesses contrariados dos seus supostos sócios. A ascensão do movimento democrático na América Latina e a adesão que começou a receber de setores burgueses nati-

É necessário assinalar que, apesar do caráter tenso e até conflituado que marcou as relações entre as ditaduras latino-americanas e os Estados Unidos, sob a presidência de Carter, o governo norte-americano não só propiciou tal estratégia como forneceu elementos para sua elaboração. A nova equipe de intelectuais que, encabeçada por Brzezinski, ascendeu aos postos de assessoria e comando em Washington, tinha como missão restabelecer o prestígio internacional do país, fortemente sacudido pela derrota no Vietnã, pelos atritos com os aliados europeus e pelo avanço dos movimentos revolucionários na Ásia, África e Oriente Médio. Admitindo que os Estados Unidos tinham sido postos na defensiva, aquela equipe postulou a conveniência de promover uma mudança de imagem na política externa, restabelecendo a retórica dos valores democráticos e dos direitos humanos. Desta forma, a Casa Branca abandonou a política de fomento aos golpes militares e o apoio aberto às ditaduras. Mas não modificou sua preocupação com respeito à imperativa necessidade de contar com regimes estáveis e confiáveis nos países situados em sua área de influência — advindo daí a recriminação principal aos militares latino-americanos, que se mostaram incapazes de assegurar essa estabilidade e confiabilidade desejadas.

A preocupação norte-americana — que ia muito além da América Latina, envolvendo os próprios países industrializados — se traduzia na busca de princípios e mecanismos que proporcionassem governabilidade às democracias, segundo a fórmula de um dos ideólogos em moda, Samuel Huntington. Na versão do Departamento de Estado, o conceito “democracia governável” deu lugar ao slogan “democracia viável”, entendida esta como um regime de corte democrático-representativo tutelado pelas Forças Armadas. Observemos que tal modelo não constitui uma verdadeira ruptura com a doutrina da contra-insurgência, que estabelecia que — após as fases de aniquilamento do inimigo interno e da reconquista de bases sociais pelas Forças Armadas — deveria seguir-se uma terceira fase, destinada à reconstrução democrática.

tradição do país, que historicamente concedera às Forças Armadas atribuições de asseguramento, supervisão e controle em relação aos poderes do Estado. Nesta linha, apelava-se à Constituição política do período monárquico, que vigorara durante quase 70 anos no século XIX, e que consagrava uma forma estatal de quatro poderes, sobrepondo ao Executivo, Legislativo e Judiciário o Poder Moderador, exercido pessoalmente pelo Imperador. Este poder — raciocinavam os ideólogos da ditadura — derivava do fato de ter o monarca o supremo mando militar em suas mãos, com o que, ao findar a monarquia, passou-o automaticamente às Forças Armadas.

Casuísmo à parte, a vida política brasileira dos anos 70 e princípios dos 80 se caracterizou pelo esforço dos militares em manter a iniciativa e o controle do processo de liberalização, com vistas a alcançar uma reformulação institucional que lhes assegurasse formalmente uma posição condizente com a de quarto poder do Estado. O exercício de tal poder ficaria em mãos dos órgãos corporativos da instituição militar, a nível de Estado-Maior e dos aparelhos de inteligência, mas teria sua instância máxima no Conselho de Segurança Nacional. Fórmulas similares inspiraram a Constituição proposta (mediante a realização de um plebiscito, em 1982) pelos militares uruguaios, que foi rejeitada, assim como a lista de exigências apresentada pelos militares argentinos em vésperas de abandonarem o poder, na qual foram parcialmente atendidos.

O ocorrido no Uruguai e na Argentina e o fracasso relativo do último governo militar do Brasil (que, segundo seu próprio calendário, teve que ceder permaturamente o poder aos civis sem garantir formalmente sua posição no Estado) não devem, entretanto, levar-nos a nenhum engano: este processo representa mais a derrota de certas facções militares e de suas estratégias particulares, que a falência definitiva das Forças Armadas em suas pretensões de criar-se um espaço próprio na nova institucionalidade que está em formação na América Latina. É possível que a correlação de forças nas lutas atuais não favoreçam a fórmula do Estado de quatro poderes tal como se postulou na segunda metade dos anos 70. Mas o problema da institucionalização do poder militar, ou seja, a definição formal do papel das Forças Armadas no novo Estado continua de pé.

Neste sentido, os militares continuam contando com o apoio dos Estados Unidos. Com Reagan, a política externa norte-americana para a América Latina, apesar de restabelecer a ênfase na questão da segurança, continua favorecendo a implantação de “democracias viáveis” na região, e se empenha diretamente nisso na América Central. Mas essa conver-

gência de interesses entre os Estados Unidos e as Forças Armadas latino-americanas não esconde o fato de que estas se opõem, em alguma medida, ao projeto de reconversão econômica postulada por aquele país, particularmente — ainda que não apenas por isso — no que se refere à sua intenção de debilitar o aparelho estatal na esfera econômica. É por aí que passa também o núcleo das divergências existentes hoje em dia entre as Forças Armadas e as burguesias latino-americanas.



O projeto burguês

Inspiradora e principal beneficiária dos regimes militares, a burguesia começou a separar-se deles a certa altura do processo, pensando certamente na conveniência de assumir a gestão direta do aparelho estatal. Influenciou para isso o aumento do custo do manejo da coisa pública, derivado da intermediação militar e agravado pela corrupção que as ditaduras propiciavam (o que, beneficiando a diferentes grupos burgueses, desatendia o conjunto da classe). Influenciou também o fato de que as Forças Armadas buscassem inclinar em favor dos seus próprios projetos as políticas estatais, não sempre coincidentes com os interesses mais gerais da burguesia (como, por exemplo, no caso do Brasil, a excessiva ênfase atribuída à conquista da tecnologia nuclear). Mas, o fator determinante foi o surgimento e o desenvolvimento dos movimentos democráticos populares, que mostraram a incapacidade dos regimes militares para promover uma estabilidade política duradoura.

A burguesia, que vira com hostilidade e receio esse movimento, terminou juntando-se a ele. Mas não se limitou a isso: se esforçou por assumir a sua condução ideológica e política, procedendo previamente à própria unificação mediante um grande acordo entre as suas diversas frações. O êxito obtido nessa empresa favoreceu o caráter pacífico assumido pela transição e permitiu que a criação de uma nova institucionalidade se fizesse num contexto de relativa continuidade, orientando-se para a formação de um pacto social capaz de restituir legitimidade ao sistema de dominação e ao Estado.

A concretização do pacto social ficou sujeita, no entanto, à definição do projeto burguês para a reorganização da economia e do Estado. A burguesia tem postulado nesse sentido as linhas básicas da sua proposta: a reconstrução da democracia parlamentar e a edificação de um Estado neoliberal. Em sua retórica, estas duas linhas aparecem confundidas numa



Núcleo de divergências

A reelaboração ideológica norte-americana veio ao encontro daquela que realizavam os militares latino-americanos, em seu esforço por adaptar-se aos novos tempos. No Brasil particularmente, onde havia começado desde 1975 um processo de distensão no interior do regime, os seus ideólogos militares e civis apelavam à

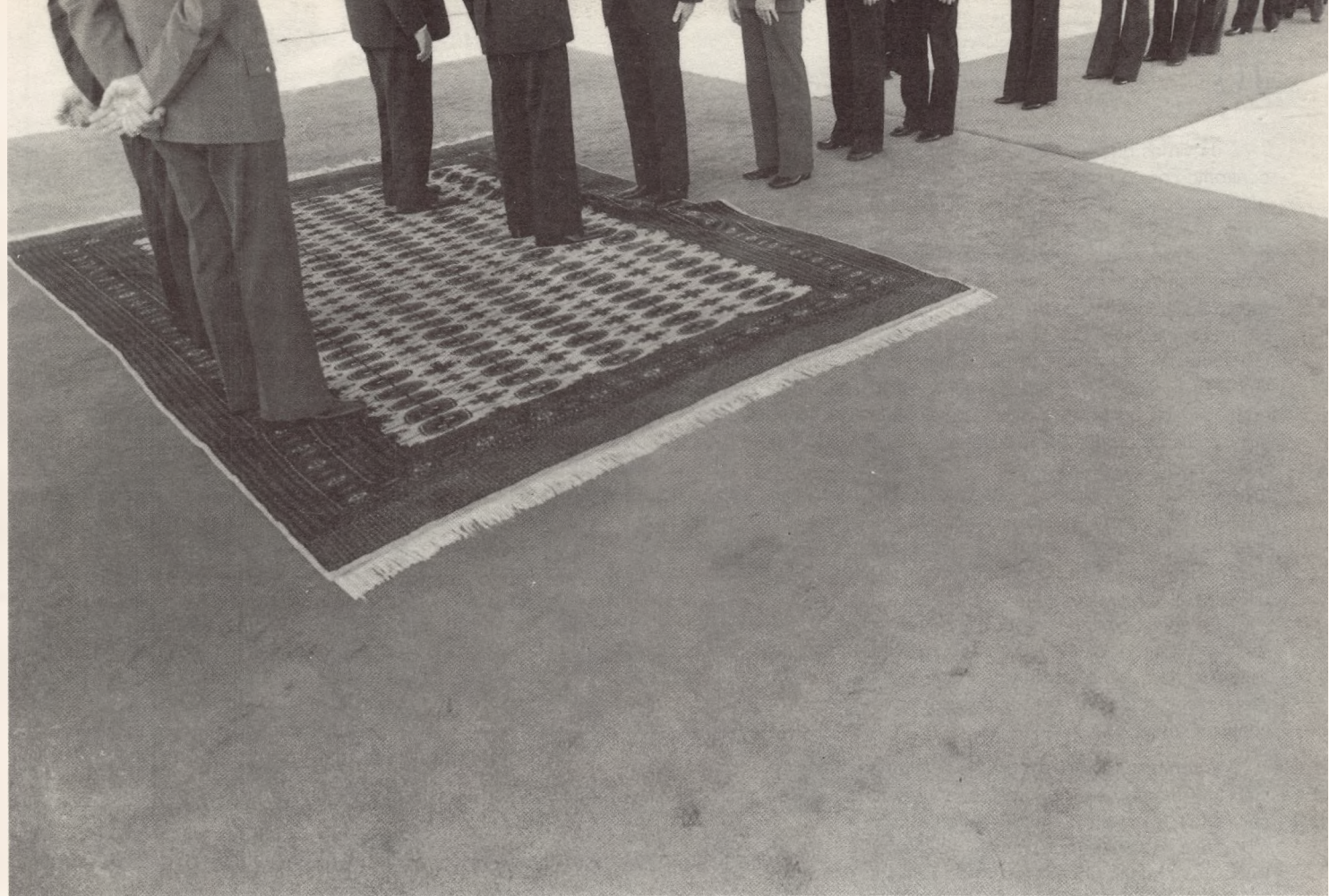


Foto de Luis Humberto

Quando a política for a própria ética da pólis. Talvez deixe de ser hermética, talvez ouse ser profética, talvez renasça como fruto de todos, talvez faça polisética.

Tetê Catalão

única, sendo comum em seu discurso o uso de slogans liberais aplicados à solução de questões democráticas. Na prática, trata-se de orientações diferentes, ainda que organicamente vinculadas, que geram problemas claramente distintos em suas relações com as demais forças sociais e políticas.

Desde o ponto de vista da reconstrução democrática, a burguesia acentua sobretudo o fortalecimento do Parlamento, onde pode obter maioria com facilidade, diretamente ou pela mediação da elite política a seu serviço. Mas isto se choca, por um lado, com os militares, inclinados, como vimos, a institucionalizar-se como quarto poder de Estado, por cima dos três poderes tradicionais. E se choca, pelo outro lado, com o movimento popular que — sem opor-se propriamente à revalorização do Legis-

lativo — tende, a partir da sua experiência recente, à idéia de uma democracia participativa, que privilegie as organizações sociais com respeito ao Estado e converta-as em órgãos de decisão e controle nas questões que interessam diretamente aos diferentes setores do povo.

A burguesia toma como arma o liberalismo para privatizar em seu benefício o capital social, hoje em mãos do Estado, e limitar a capacidade de regulação de que dispõe o Executivo, seja transferindo parte de suas atribuições ao Parlamento, seja apropriando-se ela mesma da outra parte, em nome dos sagrados direitos da iniciativa privada. Encontra, aqui também, certa oposição das Forças Armadas, que retiram a sua seiva do Estado (e, em especial, do Executivo), assim como se depa-

ram com a desconfiança do movimento popular, apesar de ainda vacilante entre a defesa da propriedade estatal e a busca de novas formas de propriedade social, ligadas à cooperação, à co-gestão e à autogestão.

As dificuldades que a burguesia enfrenta na esfera política, para modelar seus interesses, se acentuam em relação à definição e implementação do seu projeto econômico. A crise que vive a região contribui decisivamente para isso na medida em que, como toda crise, aguça as contradições de classe e propicia confrontos internos na própria classe dominante. E tal efeito é ainda muito mais forte quando esta crise não representa apenas um simples fenômeno cíclico de um determinado padrão de reprodução do capital, senão a ruptura do padrão vigente e o difícil esforço de formação de um novo.

Já vimos que a América Latina está em confronto com o projeto de reconversão econômica propugnado pelos Estados Unidos, cuja concretização implicaria reassumir o papel de economia exportadora que desempenhou antes e renunciar, assim, à tentativa de desenvolvimento autocentrado que iniciou nos anos 30. Existe, naturalmente, uma diferença fundamental na situação que se quer criar e na que esteve em vigor no século XIX: atualmente, a região está obrigada a nivelar-se internacionalmente em matéria de produtividade e de tecnologia, quaisquer que sejam os ramos — agrícolas, minerais ou manufatureiras — que assegurem sua vinculação ao mercado externo. Isto, no entanto, só agrava os problemas já criados pela reconversão ao implicar, de maneira ainda mais drástica, a supressão de ramos inteiros de atividade — e, portanto, a destruição do capital social correspondente e dos setores burgueses ali implantados —, bem como a extensão do desemprego aberto ou disfarçado para amplos contingentes de trabalhadores.

É compreensível que a grande burguesia industrial e financeira — agente e gestora natural da reconversão — se defronte com rebeldias e resistências que a obrigam a estabelecer uma negociação difícil com os Estados Unidos, de cujo resultado depende, em grande parte, a preservação do seu sistema de dominação. A presença das Forças Armadas no conflito é um fator adicional de complicação na medida em que a reconversão ameaça em muitos aspectos a sua base econômica de poder, sobretudo quando coloca empecilhos à possibilidade de desenvolver indústrias tais como a bélica, nuclear, e de informática, nos países de maior desenvolvimento relativo, e também para os demais setores como a mecânica e a metalurgia. É preciso considerar, enfim, que a própria burguesia nem sempre coincide com as diretrizes fixadas pelo projeto norte-americano, na medida em que ambiciona a ocupação de espaços que este muitas vezes lhe está vedando.

O grau de desenvolvimento econômico do país e a sua posição na economia internacional, a configuração que nele apresenta a luta de classes, o peso específico da grande burguesia no sistema de dominação, a importância relativa que tem para cada nação a carga de destruição implícita na reconversão — tudo isto está contribuindo para estabelecer os níveis de confronto com os Estados Unidos, e para propiciar soluções particulares em matéria de política interna, particularmente no que se refere às alianças de classes. Nos extremos, perfilam-se duas situações-limite. No Peru, a convergência da burguesia, Forças Armadas e amplos setores do movimento popular ao legado apris-

ta, que enfatiza o papel do Estado e, em seu seio, o Executivo, sobre as bases de um pacto social definido em termos claramente reformistas e antiimperialistas. No Brasil, a aliança entre a grande burguesia e as Forças Armadas — pendente sempre a questão de se o eixo do Estado passará pelo Congresso ou pelo quarto poder — para restaurar, sobre as bases da democracia representativa, a legitimidade do Estado e, através de uma política neodesenvolvimentista, preservar em certa medida a possibilidade de uma economia autocentrada.

Em todos os casos, os processos de redemocratização que estão em curso na América Latina se desenvolvem sob a hegemonia burguesa e ameaçam frustrar o principal protagonista dos movimentos antiditatoriais que os tornaram possíveis: o povo. Entender porque isto acontece assim é perguntar-se se, num futuro próximo, poderá ser diferente — o que é, finalmente, a razão de ser desta reflexão.



A luta pela democracia

O movimento popular vem de uma derrota histórica, que significou o dismantelamento das suas vanguardas e o sacrifício de seus quadros e dirigentes. O fim das ditaduras tem sido, em boa parte, obra sua, especialmente dos combates que protagonizou nos últimos oito anos. Mas nesses combates concorreram também outros fatores, como vimos anteriormente, cuja força e presença as forças populares presentem, sem que — cortadas em sua capacidade de análise e elaboração tática, pela destruição da esquerda — sejam capazes de identificá-los com clareza para, a partir daí, traçar-se uma linha de ação. Pior ainda: seu desenvolvimento recente dividiu-os e dispersou-os em suas forças, criando obstáculos para que possa projetar-se no plano político com a sua força real — o que o leva a manifestar-se como movimento somente em conjunturas críticas.

A divisão e dispersão do campo popular foram-lhe impostas pelos militares em sua sanha por suprimir qualquer tipo de oposição organizada. Reprimidos e perseguidos, os cidadãos se refugiaram em seus últimos redutos, dos quais não se lhes poderia expulsar: a fábrica, a residência, a escola, para iniciar, a partir destes núcleos, um esforço de resistência à violação de seus direitos e, logo, de defesa aberta dos mesmos. Isto implicou um trabalho de organização pela base do movimento popular, que lhe permitiria, no futuro, empenhar-se nas grandes campanhas democráticas.

A sustentação social frágil das ditaduras e o conjunto de fatores nacionais e internacionais

que conspiraram contra a sua permanência, aceleraram o curso do processo e conduziram a resultados que sobrepassaram muito a capacidade real de ação do movimento popular. Este teve que entrar, então, em uma nova etapa antes que o seu processo de renovação e reestruturação estivesse concluído. Muito da sua atuação ficou ligado aos seus interesses imediatos, corporativos, sem chegar àquele ponto em que estes se transformam em objetivos sociais e políticos de alcance mais geral. A substituição de velhos dirigentes pelos novos quadros forjados nas lutas de resistência ainda não tinha culminado e foi necessário continuar-se na nova etapa, tirando-lhe aos seus distintos setores unidade de direção.

A complexidade dos elementos que o formam e a transformação recente das suas condições de vida, ainda não assimiladas como experiência, fizeram o resto. Isto se aplica tanto às novas classes médias assalariadas, que se expandiram notavelmente nos últimos 25 anos à custa da burguesia média ou pequena, ou da própria classe operária, como ao proletariado industrial, que teve que assimilar novos contingentes urbanos e rurais em proporções desmesuradas. Mas se aplica também ao proletariado rural e ao campesinato pobre, assim como aos estratos médios e pequenos da burguesia.

É por isso que a ascensão do grau de organização e combatividade das massas da América Latina, particularmente notável desde fins dos anos 70, não foi suficiente para neutralizar a ofensiva ideológica e política da grande burguesia. Esta pode intervir num momento em que a consciência crítica do povo, com respeito ao sistema que o oprime e explora, começava a aflorar e somente em alguns setores de ponta esboçava uma resposta radical. A burguesia assumiu as aspirações populares e dá agora de novo a sua resposta, que as dilui e deforma oferecendo reformas liberais ali onde começavam a postular-se exigências de participação, democracia e socialismo.

Porém, não há nenhum fenômeno na vida social que não tenha dois signos. Se a experiência molecular e marcadamente reivindicativa do movimento popular se constituiu em fator negativo para a sua unificação, no momento do início da redemocratização, ela lhe proporciona, em troca, as premissas para uma estratégia de luta pelo poder e para um projeto novo de sociedade. Ao lado de suas organizações tradicionais, como os sindicatos, o movimento popular conta com órgãos de todo tipo que teve que criar para assegurar seu direito à habitação, ao transporte, ao abastecimento, a distribuição de luz e água, os quais lhe conferem uma capacidade insuspeitável para compreender, manipular e controlar os complexos mecanis-

mos da produção e circulação de bens e serviços. Assim, quando a burguesia lhe coloca hoje um modelo de sociedade que pretende transferir para a iniciativa privada esses mecanismos e colocá-los sob a tutela de um Estado centrado no Parlamento, onde ela é soberana, o movimento popular está em condições de contrapor seu próprio esquema de organização social, baseado na organização dos cidadãos em torno dos seus interesses imediatos e em sua participação direta nas instâncias pertinentes de decisão.



Um caminho próprio

Será preciso, talvez, pensar em uma fase intermediária, ditada pela correlação de forças, e que consiste em converter esses órgãos de democracia participativa em instrumentos de pressão e controle sobre o aparelho de Estado, antes de ter acesso ao nível pleno da tomada de decisões. Mas, ainda assim, isso abre ao movimento popular um caminho próprio, independente, entre as posições da burguesia e as Forças Armadas, em torno do problema da privatização do Estado. A experiência dos povos latino-americanos lhes tem ensinado que a concentração de poderes em mãos do Estado, quando este não é seu, somente reforça a máquina de opressão da burguesia. Debilitá-lo hoje, tirar-lhe força econômica e política não pode, pois, senão interessar no mais alto grau ao movimento popular, desde que isso esteja implicando a transferência de competências, não à burguesia, mas ao povo. Por isso, frente à privatização ou à simples estatização, o movimento popular modela seus interesses na proposta de uma área social regida pelo princípio da autogestão e na subordinação dos instrumentos de regulação do Estado às organizações populares.

Na luta pela proposta democrática, o movimento popular necessita mais do que nunca da sua unificação no plano social e da re-

constituição das suas direções políticas. A reorganização da esquerda é hoje um imperativo para que a idéia da democracia, tal como vem se incorporando na consciência latino-americana, se converta em realidade. Nisso, naturalmente, a responsabilidade maior é mesmo da esquerda. A ela cabe refletir sobre a rica experiência que tem sido a sua, nestes anos, tirando as lições que correspondem, e abrir-se sem preconceitos de nenhuma espécie à compreensão da evolução real do movimento popular, no período recente. O outro caminho, o da discussão meramente doutrinária, que tantas vezes ela se vê tentada a trilhar, não lhe abre perspectivas reais de desenvolvimento.

Nesse processo, cabe, sem dúvida, repensar a tendência que primou entre a esquerda nos anos 60 no sentido de privilegiar as tarefas econômicas na luta revolucionária, o uso do Estado como fator primordial de transformação e a visão do homem primariamente como entidade sócio-profissional. A realidade última da luta de classes advém do processo produtivo e não está em discussão a definição do indivíduo como operário ou camponês. Mas operário ou não, camponês ou não, o indivíduo é homem ou mulher, é branco, índio ou negro, é um animal que requer condições ecológicas adequadas à sua sobrevivência, entre muitos outros aspectos. Como tal, lhe é lícito e necessário participar de movimentos e organizações centradas em exigências particulares e específicas, ainda que apenas em um plano recupere a sua unidade, somente ali reintegre as suas distintas facetas num todo indivisível como cidadão, membro integral da sociedade política. Mas, num mundo dividido em classes e grupos, não lhe é dada a participação direta como cidadão na sociedade e no Estado, senão como membro de um partido político que se proponha a abolir essas classes e caminhar no sentido da supressão do Estado.

Partidos e organizações sociais não são entidades antagonicas; são, pelo contrário, fenômenos que se referem a distintos âmbitos da vida real, a diferentes dimensões e instâncias da participação do indivíduo na sociedade.

Contrapô-los, na ótica autonomista, ou hierarquizá-los e subordiná-los entre si, ao velho estilo da esquerda, não pode senão dificultar uns e outros e conduzir o indivíduo e sua prática social à desintegração. Assumir o seu desenvolvimento interdependente e harmônico leva, inversamente, à recuperação do homem integral em sua diversidade e riqueza, e permite aspirar à construção de uma sociedade que lhe ofereça o amplo espaço que ele requer.

Este é o desafio que está colocado para a esquerda latino-americana e que, se bem respondido, lhe permitirá triunfar onde outros fracassaram: formular um projeto independente e alternativo ao simulacro de democracia que pretende impor a burguesia. Não se pode prever ainda o seu desenho, que deverá surgir das lutas concretas que se estão dando. Mas, ainda que rejeitando as armadilhas com que a burguesia busca confundir as aspirações das massas, esse projeto haverá de resgatar as conquistas históricas que essas massas conseguiram já no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, descartará as colocações dogmáticas e sectárias que fazem da unidade ponto de partida, ao invés de — começando pelo reconhecimento das tendências políticas e correntes ideológicas existentes — pôr o pluralismo como critério fundamental de uma prática social livre e solidária.

Nele, democracia e socialismo reassumirão seu verdadeiro significado, que faz de uma contrapartida necessária do outro, e colocar-se-ão não apenas como visão prospectiva de uma ordem social desejada, mas também, e sobretudo, como expressão programática daquilo que impulsiona os homens em sua vida de todos os dias. ●

Ruy Mauro Marini é cientista político, ex-professor da Universidade Nacional do México e da Universidade do Chile. Escreveu vários livros, entre eles "Dialética de la dependencia" e "Subdesarrollo y revolución", ambos editados no México. É um dos professores anistiados em 1986, reintegrados ao quadro docente da Universidade de Brasília, onde se reincorporou ao Departamento de Ciência Política.

Resumen

Democracia

LA NUEVA DEMOCRACIA LATINOAMERICANA

Nunca, como hoy, el asunto de la democracia ocupó un lugar tan destacado en las luchas políticas y sociales de América Latina y en la reflexión que, sobre éstas, se lleva a cabo. Se debe, sin duda, a la dura experiencia del período autoritario y a la represión, de la que recién se comienza a salir. Pero se debe también, a que la idea de democracia, que se está elaborando, tiene contenidos, añade conceptos e indica significados que trascienden su definición vulgar.

Abstract

Democracy

THE NEW LATIN AMERICAN DEMOCRACY

The question of democracy has never taken such a prominent place in the political and social struggles of Latin America as today. This is without doubt due to the hard experience of the period of authoritarianism and repression which the region is only just beginning to emerge from. But it is also due to the fact that the idea of democracy in presenting itself to us develops contents, brings together concepts and suggests meanings which transcend its common definition.

A injustiça nos tribunais

Raymundo Faoro

O crime político não é um ato político, mas um ato que extravasa do âmbito político, na medida em que será medido por valores que não se confundem com os conflitos que dispõem – se democrático e liberal o regime – de um foro permanente, aberto aos comícios e à cidadania. O chamado crime de segurança nacional, maliciosamente identificado ao crime político, não passa de um ardil, de um estratagema para conservar o poder, à custa do silêncio e do medo. Basta que o legislador autoritário defina e incrimine a conspiração, para que a conspiração se encontre em toda parte, descoberta pela espionagem e inventada pelos agentes que fazem profissão de coibi-la. A conspiração será, nessa tela lucrativa e rica de compensações viciosas, o meio de fechar as portas às maiorias ao comando do país.



Este artigo reproduz aula inaugural proferida pelo autor na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 20 de março de 1986.

O generoso convite de nosso amigo e diretor, Professor Almiro do Couto e Silva, evocou-me, na imperiosa amabilidade, a *madeleine* universitária, que surgia, inesperada e mágica, do tempo. Perdi, num instante, no instante em que o telefone me transmitia a honrosa distinção, como no quadro de Proust, o sentimento de me sentir contingente, comum e mortal. Convoquei a memória, que me acenava com outra Aula Inaugural do Ano Acadêmico, na inútil perseguição de recordações, que, como no paradigma do escritor, são criadas porque lembradas. Recomponho, com a cor de tonalidades reavivadas, o tema. Vivíamos o fim da guerra, parecia um regime político, teimosamente agarrado ao próprio cadáver; mas, sobretudo, da queima de valores, hábitos e preconceitos, nascia um mundo novo, que ingenuamente supúnhamos limpo de opressões e de violência. A mudança, no ritmo que nega e que conserva, acentuando a despedida do território conhecido, foi retratada numa alegoria. Numa noite de tempestade e de presságios, os marinheiros, quando todos supunham que chegara a paz universal, nas impecáveis glórias romanas, ouvem a voz terrível de um lamento próximo. Percebem que os deuses, também eles agonizantes, transmitem às idades a notícia da morte de Pan. O testemunho é de Plutarco: o enigma só seria entendido pelas gerações futuras. O pessimismo, ao gosto da década de 40, contém, em mensagem dialética, o sinal de que, sobre os escombros, nasceria um mundo novo, confiado a outras idades, saudavelmente bárbaras no incêndio dos templos, mais ornamentais do que necessários a liberdades novas e a novas expectativas. Palidamente, reproduzo a voz do talentoso Professor Darcy Azambuja, em outra manhã: a transformação à vista, universal na dimensão, seria fundamentalmente uma transformação cultural, que questionaria as relações do homem com a sociedade, com seus ídolos e fantoches, sem se esgotar na política, que então recuperava a cidadania. O mundo era nosso, nosso, dos estudantes, mas não seria feito por nós, como queríamos, simétrico e livre, mas como o permitisse a herança de Pan. Esta era a incômoda advertência da fala professoral, eloquente e bela, cautelosa e irônica. Pode ser que

o mundo se possa fazer com o que se sonhou, diz um poema de Fernando Pessoa, mas ele não se pode fazer com o que esquecemos de sonhar:

“Todos os mortos podem ser que estejam vivos noutra parte.

Todos os meus próprios momentos passados pode ser que existam algures.

Na ilusão do espaço e do tempo.

Na falsidade do decorrer.

Mas o que eu não fui, o que eu não fiz, o que nem sequer sonhei.

O que só agora vejo que deveria ter feito.

O que só agora claramente vejo que poderia ter sido.

Isso é que nem o morto para além de todos os deuses.

Isso — e foi afinal o melhor de mim — é que nem os deuses fazem viver.”

Que deixamos de fazer, que foi que esquecemos de sonhar, na casa de nossas pequenas e limitadas habilitações, as habilitações que nos ensinaram e que procuramos aprender fora dos manuais? Pan havia morrido, mas, como os marinheiros, tarde compreendemos a tragédia. Em lugar do espaço vazio, cultivamos as leis, procuramos aplicá-las, entendê-las e organizar a sociedade pela sua medida e pela sua régua. Este foi nosso eito e esta foi nossa empresa. Da colheita e do resultado estamos prontos a prestar contas, convencidos que ainda é tempo de emendar o erro e recuperar o rumo da navegação, uma vez que o leme está ao nosso alcance e a bússola diante dos olhos. Nosso aprendizado nos autoriza a retomar o caminho, com inconformismo e protesto, contra o que se fez, contra também o que fizemos. Na década de 40, as Faculdades de Direito — esta nossa Faculdade de Direito — moldavam-se segundo as linhas do ensino jurídico, que lhes infundiram mais de um século de lutas sociais. Desenvolveu-se entre dois extremos: contra o bacharelismo coimbrão, o tradicional e não o dos famosos *Estatutos*, e contra o mero profissionalismo, para o qual todo o direito se congelava no rosário dos artigos e parágrafos dos Códigos. O advogado não seria nem, como queria o primeiro modelo, a engrenagem mestra do aparelho do Estado, nem, segundo a inspiração do segundo, um

técnico, destro a todos os malabarismos, a serviço de quaisquer interesses, espécie de tecnocrata do sofisma. Não saía dos olhos, naquele momento, o advogado como intérprete dos valores liberais da sociedade. Nas comarcas, velava ele pelo *habeas-corpus*, na humildade heróica contra o difuso despotismo policial, a serviço, como cavalo do comissário, da oligarquia excludente da participação popular. Líder político, descontadas as transigências que a história sepulta, esteve à frente da luta contra o colonialismo, o escravismo, o constitucionalismo de fachada do século passado. Nem técnico, nem funcionário, entrava na rarefeita e incompreendida milícia dos intelectuais. O advogado era, substancialmente, um intelectual, o intelectual era, ainda que ignorasse o título, um advogado. A pauta do intelectual era a do advogado, a do advogado, a do intelectual. De onde nasce, o que caracteriza o intelectual. Seu traço específico é o anticonformismo, ainda que não revolucionário, ainda que nem sempre oposicionista. A recusa de aplaudir é o germe, que se revela ou permanece indefinido, da relação com o poder e com a autoridade. Nesse ponto encontra-se a vertente democrática à vertente liberal. A essência da democracia, ensinava Jefferson, está na desconfiança à autoridade, não no endosso, na aprovação. O aplauso prévio, a entrega à onisciência dos governantes é o caldo onde se cozinham as tiranias e as ditaduras. A eleição periódica e contínua que é, na verdade, senão o exercício da desconfiança, levada ao âmago do sistema representativo? A cidade antiga, com suas assembléias e sua deliberação direta, por desconhecer esta nuance entre a adesão e a reprovação, não conheceu as fronteiras entre o território político e o território social, onde medram os direitos individuais e suas garantias.

Há, desta sorte, no modelo cultural do advogado — o advogado intelectual — interdependência entre a participação popular no sistema político e os direitos dos homens. Um não subsiste sem o outro e vice-versa. Nenhum governo que exclua a responsabilidade perante os cidadãos assegura os direitos: para que se opere a exclusão, em golpe brusco ou passos sucessivos, eliminam-se os direitos, o de expressão, o de reunião, e, brutalmente, o de ir-

e-vir. De outro lado, em vínculo dialético, sem os direitos, a ordem política é uma fraude, capaz de manipular não apenas as eleições, senão também o acesso aos juízes. Na crítica contínua, incômoda e ácida, havia o mapa de um continente a ser descoberto e povoado. Não esqueçamos que o projeto e o ideário sempre nadaram, muitas vezes ao preço do escárnio e da repressão, contra a corrente. O aparelhamento do Estado, a redução da sociedade civil ao silêncio e ao absenteísmo político consolidaram-se a favor das águas que descem da encosta. Era necessário, não só depois de 64, como é comum dizer-se, escondendo estruturas antigas e obstinadas, escondendo-as ao definir-lhes um arbitrário marco temporal, desarticular a resistência, a incômoda e irritante resistência. O cerco se preparou em dois exércitos conjugados. Um deles usou a arma ideológica, outro, a arma direta. A arma direta esvaziou os cursos jurídicos de seus componentes explosivamente políticos, reduzindo-os ao adestramento de auxiliares da ordem estabelecida. O outro operou com maior profundidade, sempre ao serviço de classes dominantes, raramente dominantes e não dirigentes, em curtos espaços de consciência política, identificada à anarquia por aquelas. O direito adquiriu insidiosamente o *status* de ciência, de acordo com a ideologia, obedecendo ao modelo das ciências naturais: porque ciência não indagaria o que não fosse científico, tudo o que estivesse além dos limites da lei. O Estado de Direito seria, portanto, um Estado da Lei, sem que entrasse em debate a legitimidade de fazer a lei, um fazer que se traduziu, em ironia involuntária, no verbo *editar*. O Ato Institucional número 1 não foi promulgado, mas editado, como se lê no seu texto.

O cidadão — por extensão o juiz e o advogado — não mais seria o crítico da lei, no exercício de sua cidadania, preservando os valores que o situam na cidade política. Ele deveria servi-la, obedecê-la, cortejá-la, como entidade alheia à sua vontade e à sua participação. Os aplicadores da lei, os juízes, não indagaram mais acerca da verdade e da justiça. A Lei de Segurança Nacional de 1978, reproduzindo o que estava escrito nas leis autoritárias anteriores, definia um crime de expressão, pelo

qual respondiam perante o Supremo Tribunal Federal os deputados e senadores, com a supressão da inviolabilidade parlamentar. Dizia a lei: “Ofender, publicamente, por palavra ou escrito, Chefe de Governo de Nação estrangeira. *Pena* — reclusão, de 6 meses a 4 anos”. Ao contrário do que dispunha o Código Penal, a ação era incondicionadamente pública. Não caberia *sursis*, nem a prova da verdade. Um deputado, no exercício de uma atribuição decorrente da competência exclusiva do Congresso Nacional, definida no artigo 44 da Constituição — “resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais” — denunciou o regime do general Pinochet pelos seus atos e índole sangüinária e repressiva. O discurso parlamentar integrava-se no dever do parlamentar de desaconselhar e recusar tratados e convenções com um regime comprometido na tortura e no assassinio sumário dos dissidentes políticos.

Em sessão secreta, o deputado recebeu a pena mínima, perdendo o mandato e sendo recolhido à prisão. Na punição, verificou-se, em primeiro lugar, a quebra, pela via constitucional e legal, da separação dos poderes, sem a qual, dizia enfaticamente o documento básico do moderno Estado de Direito, não há regime constitucional. Não houve, e ninguém arguiu o julgamento por essa falha, de erro judiciário. Em segundo lugar, a honra e os conhecimentos jurídicos dos juízes estavam e estão fora de qualquer suspeita subalterna ou infamante. Eles aplicaram a lei — provavelmente com desgosto íntimo — corretamente, na sua letra e conteúdo. Permanece, não obstante as necessárias ressalvas, a anomalia da sentença. O leigo, o homem alheio às leis e aos seus mecanismos de hermenêutica, jamais a entenderá. Alguém enlouqueceu ou agrediu a verdade: serei eu — perguntar-se-á — ou o juiz o alienado? Entre o cidadão, que orienta sua conduta pelas noções de justiça e verdade, e o juiz, chumbado à lei, o divórcio é absoluto e irremediável. Ninguém, por mais cego, preconceituoso ou autoritário que seja, negará que o general Pinochet é um ditador com as mãos e a consciência enxovalhadas em sangue. No momento em que a Corte brasileira decidia, no Chile, sem estorvo da censura oficial, estampavam-se publicações

acerca das atrocidades praticadas pelo regime, com execuções diretas e com execuções dissimuladas na resistência ao poder. No exterior, divulgaram-se os relatos de vítimas de torturas, praticadas contra perseguidos que conseguiram evadir-se do inferno carcerário. Organizações respeitáveis, como a Anistia Internacional e os próprios órgãos da ONU, condenavam publicamente o regime. Sobraria uma excusa: os fatos são incontestáveis, mas contestável seria a participação do ditador nas atrocidades. A evasiva é falsa, grosseiramente falsa. Nas ditaduras, rompida a estrutura política, o ditador, porque reúne na sua pessoa, real ou nominalmente, toda a força, todo o poder, toda a autoridade, é responsável pela ordem, que ele encarna e personifica. Não são apenas os êxitos econômicos — os milagres que o monopólio da informação lhes atribui — que se recomendam ao reconhecimento público. As ações que se pratiquem, com o seu consentimento, as ações que não autorize, mas que não soube evitar, também lhe pertencem. Entre o cidadão, inerte e desamparado, e o ditador não há instituições, senão simulacros, sombras e projeções do seu grupo e da sua pessoa. O controle popular, que flui das instituições democráticas, está ausente. Ausente está também, pelo estado de emergência, o escudo das ditaduras, o escrutínio judicial da violência e das prisões ilegais.

A anomalia, a fundamental anomalia que separa a lei do juiz e do advogado, da realização da justiça, não se explica pelo desmaio dos tribunais aos seus deveres constitucionais, nem pode ser atribuída à insciência dos juízes. Ao contrário, sem amor ao paradoxo, deve dizer-se que o descompasso decorre exatamente da ciência, rigorosamente aplicada e obedecida. A ciência jurídica que serviu de lastro à decisão — que cito como paradigma e não pela exceção — orgulha-se de sua neutralidade ética e de sua estrutura abstrata, alheia, no primeiro caso, aos valores, e, no segundo, às contingências da cidadania. Ela não nega a verdade, mas a verdade que persegue não é fim, mas um conjunto de meios e de procedimentos. A verdade não é o critério, a pedra de toque de sua ciência: ela não se pronuncia sobre ela, observando, em raras incursões divagatórias,

sua adequação ou não aos princípios. Se a lei contradiz a verdade, pior para a verdade. Essa ciência quer ser alheia à justiça, emancipada de valores, metajurídicos na essência. Nada lhe importa o juízo moral de quantos batem às portas dos tribunais. Muitas vezes, segundo a cáustica observação de Leo Strauss, a sordidez moral é a condição necessária à análise científica. (*Che Cos' è la Filosofia Política*. Argalia Editora, Urbino, 1977, pp. 43 e 44.)

Da ciência se resvalou ao tecnicismo das normas jurídicas. No despenhadeiro lento, porque lento com a anestesia da crítica, triunfou o positivismo, a ideologia da ciência pela ciência. O triunfo indica um malogro, que está na raiz da ideologia e a alimenta. Malogro de uma ordem social e malogro de expressões autônomas da sociedade. Onde estiveram os juristas, os advogados e os juristas nessa longa e insensível agonia de suas bandeiras, aquelas bandeiras que carregaram, na vanguarda, em favor do abolicionismo, dentro das Faculdades de Direito? Que os levou a suspender a crítica, muitas vezes dura, muitas vezes veemente, na soleira dos tribunais? Por que teriam interiorizado a técnica, cedendo o seu espaço, o glorioso espaço que lhes consagrou o respeito público, à tecnocracia? E com a sociedade, que houve com ela, que se moldou na selvagem exploração do trabalho, enferma com a injustiça, a injustiça nas fábricas, a injustiça no campo, a injustiça que condenou o homem a servo do homem?

Poupemo-nos ao estreito moralismo, ao saudoso complexo dos bons velhos tempos. Os homens, hoje como ontem, são os mesmos, ontem como hoje frágeis e mortais, corajosos e intrépidos, dominados pelo medo, cobiçosos de honras e favores. A ciência, no cientifismo positivista, não significou a voluntária traição ao código dos direitos naturais, inerentes à pessoa. O trânsito não se explica no conflito das doutrinas, das ideologias e das doutrinas. Entramos numa sociedade de classes, que mudou a estrutura política, não porque os homens a tivessem escolhido, num ato de livre e incondicionada deliberação. Numa estrutura que importou tudo, a moda e o pensamento, restringiu-se o território social e exacerbou-se o império político. Porque nos movemos de fora



...Mas o gesto perdido não é o desconsolo: é a oportunidade recuperada, ainda que em outras mãos; o que não se sonhou, o que se esqueceu de sonhar, o que se deixou de fazer, pode ser feito, pode ser sonhado.

para dentro, perdeu-se a autonomia, que não requer a neutralidade, mas permite a imparcialidade, a da sociedade civil, aquela que, atuante, não se atrela aos mecanismos políticos. Ainda dentro de instituições oficiais, como as Universidades, todo um complexo de liberdades, como a empalidecida liberdade de cátedra, conquistou o direito de debate, abrindo-se aos conflitos e às dissensões. Vivemos a modernização politicamente orientada, não a partir de 64, mas muito antes, com taras que iriam se expressar doentivamente mais tarde. Para implementar o ajustamento de uma sociedade arcaica a uma economia contemporânea queimaram-se etapas, num incêndio que devorou consciências e valores. O fenômeno ocorreu, na implacável marcha histórica, em toda a periferia do mundo capitalista e na periferia do mundo socialista. Cresceu e se exacerbou anormalmente o Estado, em uma e outra área — com ramificações que seriam a sabedoria, a moral, a justiça, a verdade — em regra a inversão da justiça e da verdade.

O trânsito sacraliza a lei, convertida em motor da adaptação, mascarada no eufemismo de desenvolvimento, e, com a lei como medida de todas as coisas, o dissentimento, o debate, o conflito, a dúvida nada mais seriam do que a sabotagem ou a subversão. A lei pedia sempre outra lei, mais eficiente, desenraizada do consentimento e da participação popular, fonte de legitimidade. Substituiu-se, na verdade, a legitimidade pela eficiência, sem que faltassem sacerdotes para incensar e saudar os tempos novos. Ora, no momento em que fraturou a legitimidade, entrou, em seu lugar, a repressão, garantia da eficiência econômica ou militar, na melhor das hipóteses substituída transitariamente pelo consenso — não pelo consentimento — difundido pelos meios cativos de comunicação, a comunicação dirigida e a comunicação ao serviço do *status quo*. Com a ruptura, que se ampliou insensivelmente, com espasmos trágicos e inesperados, havia-se perdido a plataforma democrática — aspiração e utopia, nunca realidade — que fundamentava, permitia e habilitava o inconformismo, a crítica, o debate. A democracia, cuja base são as liberdades, está morta quando se socorre, para se defender, da ditadura, a de emergência, segundo o modelo

romano, ou a que, sempre a pretexto da emergência, se perpetua, nutrida pelos interesses que saem dela, insaciáveis e incontroláveis. Herdamos dos romanos essa superstição, com os louvores de Maquiavel, consagrada depois na tese da razão de Estado. O expediente, hoje louvado com o título de *salvaguardas do Estado*, tem muitas formas e muitas máscaras. Ora se integra à Constituição, ora se corporifica na lei ordinária, como a nossa famigerada Lei de Segurança Nacional. Argumenta-se que o Estado deve defender-se, como Estado, de quantos querem desestabilizá-lo. Diz-se que a democracia precisa de meios para se proteger contra seus inimigos. Não contesto que o Estado deva defender sua continuidade, nem que a democracia deva proteger-se contra os seus inimigos, que, na realidade, existem. Temo, entretanto, que no enunciado da questão haja uma falácia, nem sempre inocente, nem sempre desacompanhada de muitos crimes. O lugar, a arena de defesa não é lei penal, nem a ditadura, a constitucional ou a extraconstitucional. O Estado se defende, neutraliza e solve seus conflitos, preservando a liberdade do dissídio, nas urnas, no Congresso e nas Assembleias, nos mecanismos de equilíbrios e freios dos poderes constitucionais. Não se pode transformar em crime o que crime não é, nem a ação que cuida de mudar, aperfeiçoar ou remodelar as instituições. Se crime há que o diga o Código Penal, sem politizar penalmente a atividade do cidadão.

Entende-se que o dissídio político se desenvolve politicamente, se democrático e liberal o sistema — pela repressão penal, se autoritário o regime. Confiar à lei comum o crime não será, como chegou a dizer a douta parvoíce, mera mudança topológica da sanção. No primeiro caso — o dissídio político —, ainda que seja mascarado pela doutrina da segurança nacional — não se constitui o crime, senão pelo artifício da lei. O crime político não é um ato político, mas um ato que extravasa do âmbito político, na medida em que será medido por valores que não se confundem com os conflitos que dispõem — se democrático e liberal o regime — de um foro permanente, aberto aos comícios e à cidadania. O chamado crime de segurança nacional, maliciosamente identi-

cado ao crime político, não passa de um ardil, de um estratagema para conservar o poder, à custa do silêncio e do medo. Basta que o legislador autoritário defina e incrimine a conspiração para que a conspiração se encontre em toda a parte, descoberta pela espionagem e inventada pelos agentes que fazem profissão de coibi-la. A conspiração será, nessa tela lucrativa e rica de compensações viciosas, o meio de fechar as portas às maiorias ao comando do país. Benjamin Constant, o inspirador do constitucionalismo brasileiro, advertia que se fosse criado um Ministério de Assuntos Conspiratórios — a alusão não é para o SNI, uma vez que cito um cientista político e não um profeta — a França se veria instantaneamente inundada de conspirações. Para que bem se distinga o fato político do fato criminoso, torpemente confundidos em data recente e em leis ainda vigorantes, basta descer ao concreto. O Código Penal pune a desobediência à ordem legal do funcionário público. Entende-se que assim deva ser, para que coexistam vontades desencontradas, mediante o traçado que for fixado pelo encarregado da ordem pública. As Leis de Segurança, até 1983, puniam o incitamento à desobediência coletiva das leis. Note-se que aparentemente debaixo do mesmo tipo penal genérico — a desobediência — deu-se um gravíssimo salto — o salto que distancia o crime comum do chamado crime de segurança nacional. O dever de obediência à lei, que é obrigação fundamental para que se mantenha o ordenamento jurídico, supõe a legitimidade do legislador. A quebra desse dever é penalizada, não porque a lei seja imune à crítica, mas porque a lei se tornou lei por força, em última análise, do consentimento popular. Se a lei foi imposta contra a vontade dos cidadãos, se a lei é nula, se é inconstitucional, se é injusta, ela deve ser mudada. “A desobediência civil” — escreveu Norberto Bobbio — “é um forma particular de desobediência, que se empreende com o fim imediato de demonstrar publicamente a injustiça da lei e com o fim mediato de induzir o legislador a revogá-la ou a alterá-la. Enquanto a desobediência comum é um ato que desintegra o ordenamento, a desobediência civil aponta para sua mudança: não é um ato destrutivo,

mas inovativo. Chama-se *civil* justamente porque quem a empreende considera não transgredir o seu dever de cidadão, mas, ao contrário, cumpri-lo, tornando pública sua discordância”. A resistência não apela para qualquer meio violento, no uso dos consagrados direitos de expressão, reunião e associação. Onde se situa o debate, a solução do conflito criado pela desobediência civil? Na lei penal? Esta a ela não alude: o conflito suscita um fato político, que politicamente se resolve, na evocação da soberania popular. Deve dizer-se que a repressão penal, na espécie, além de ilegítima, é ineficaz. Não se negue que a desobediência civil desestabiliza a situação constituída. Mas a ordem desestabilizada só se recompõe por uma resposta ao desafio, à contestação, ao conflito, capaz de situar-se nas bases da cidadania. Gandhi, sem nenhuma dúvida, com a desobediência civil, tornou impossível o domínio inglês. As inúmeras prisões que sofreu não fortaleceram os poderes coloniais, ao contrário, engrossaram as fileiras dos contestatários. Finalmente, a resposta encontrou o campo que a despertou: o chamado ao povo para decidir acerca de seu destino. Luther King também perturbou a ordem tradicional do racismo americano. Calaram-no as prisões, a violência policial? Os legisladores e os juízes — aqui especialmente os juízes — reativaram o compromisso de igualdade inscrito na Declaração da Independência.

A lei que ignora a verdade e que se isola da justiça não é a consequência de uma teoria, de uma doutrina e de uma ideologia. Seria exercício meramente idealista, querer ressuscitar, para revitalizar os fins, direitos inerentes à pessoa humana, direitos eternos, direitos transcendentais à sociedade. A lei não se torna justa e acatada porque se a justifique por meio de dogmas ou de teorias. Qualquer que fosse o fundamento que se lhe desse, haveria, sobre a lei, um magistério, um comando exterior, que a separa dos seus destinatários. Na moldura estaria presente, em claro pressuposto, um pacto de sujeição, de elites, de legisladores por direito próprio. Os juízes, ao aplicá-la, se separam da noção de justiça dos jurisdicionados, os intérpretes ver-se-iam confrontados com o ceticismo das duas verdades, a verdade

dos iniciados e a verdade dos leigos. Este é o divórcio fatal em que medram as distâncias que separam a lei da norma de convivência consentida, radicada na deliberação popular. A Suprema Corte norte-americana, modelo e inspiração das cortes constitucionais da atualidade, exprimiu, no entendimento nacional, mesmo para quantos dela dissentiram, a justiça nas decisões que integraram os negros na sociedade americana. Reconheceu, mesmo no silêncio da Constituição, o direito de todo e qualquer prisioneiro de depor unicamente mediante a assistência do advogado. Em ambos os casos aplicou a lei, mas não ficou nos limites da lei: a lei é a lei justa, de acordo com os critérios de verdade e de justiça do povo. A objeção se expressou lá e se expressa aqui: o juiz não é legislador. Cumpra-se a lei, ainda que não se indague se um ditador é um ditador, cumpra-se a lei, embora ela corporifique a violação do sistema representativo. Será que, na realidade, a lei está unicamente no enunciado do legislador? Não será o legislador o intérprete, senão o nuncio de uma vontade maior, que também inspira o juiz e move o advogado?

O ordenamento jurídico, o que está nos códigos e nas leis, espelha, ainda que implicitamente, a sociedade fechada, concluída, em estruturas previstamente imutáveis. Ele, o ordenamento jurídico e a sociedade fechada traduzem um esquema lógico, referencial necessário para a compreensão da lei. Ela conserva — sigo, em desenho livre, uma lição de Bergson —, congela, petrifica os conceitos. A sociedade, dentro da qual se exprimem as obrigações morais, se mantém e se transmite

em moldes solidificados, mas ela não viveria se não permanecesse aberta, criativa, desligando-se, se necessário, da sepultura conceitual, para que se renove, cresça e se desenvolva. A lei não pode, senão refugiando-se num tempo morto, afastar-se da sociedade, das exigências que lhe asseguram o movimento, expressas em valores que não estão além da lei, mas dentro dela. O que hoje está na lei foi, ontem, a resistência contra regras reputadas imutáveis e sagradas. Depois do trânsito da sociedade aberta para a fechada, o impulso que comandou o passo não pereceu — descobri-lo, percebê-lo será a inspiração do jurista, a coragem do juiz, a habilidade do advogado. O eixo do movimento é a justiça, que não é uma abstração, um ponto longínquo que está além das relações humanas. “A justiça” — continua a dizer o filósofo que mencionei — “evocou sempre idéias de igualdade, de proporção, de compensação. *Pensare*, de onde derivam ‘compensação’ e ‘recompensa’, tem o sentido de pesar: a justiça se representa na balança. Equidade significa igualdade. Regra e regulamento, retitude e regularidade, são palavras que designam a linha reta.” As referências à aritmética e à geometria são características da justiça no curso da história. A noção se havia desenhado com precisão nas trocas de coisas, e, depois, nas relações humanas. A justiça apresenta-se, dentro da lei, como obrigatória, não porque a lei sancione a transgressão, mas porque corresponde a uma necessidade social. Sem ela, a sociedade talvez pudesse subsistir, mas subsistiria pela violência, pela repressão, pelo medo, imobilizando a paz, sobre a qual repousa. Fora da justiça, ainda que as sanções

da lei se apliquem, o homem será o lobo do homem, pela quebra do convívio fundado no consentimento e na cidadania.

Volto, para encerrar esta jornada de recordações, ao ponto de partida, à década de 40. O que deixamos de sonhar fiou a teia do pesadelo da década de 60. O que deixamos de fazer, com o abandono do inconformismo, foi feito contra nós. Não percebemos em tempo que a morte de Pan fora um aviso falso dos marinheiros timoratos. Nossa organização jurídica, a de 46, que deveria abrir as portas de uma sociedade nova, dissimulou, na alquimia liberal, mas não democrática, o herdado arcabouço autoritário. As elites temiam o povo, e, para conjurá-lo, entregaram aos militares a garantia e a sustentação do poder público. O povo não teve, porque nunca se lhe permitiu ter, a consciência de seus direitos, tolhidos pelo sindicalismo oficial. Sobre a sociedade anacrônica expandiu-se a ideologia arcaica, guardadas ambas pela lei imantada a si própria, instrumentalizada para manter o que estava como estava. Mas o gesto perdido não é o desconsolo: é a oportunidade recuperada, ainda que em outras mãos; o que não se sonhou, o que se esqueceu de sonhar, o que se deixou de fazer, pode ser feito, pode ser sonhado. ●

Raymundo Faoro é ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (biênio 1977/79). Escreveu, entre outros, os livros “Os donos do poder” e “Assembléia Nacional Constituinte: a legitimidade recuperada”.

Resumen

Ley y Justicia

LA INJUSTICIA EN LOS TRIBUNALES

El crimen político no es un acto político, sino un acto que se escapa de ese ámbito, en la medida en que se examina con valores que no se confunden con los conflictos que disponen — si el régimen fuera democrático y liberal — de un foro permanente, abierto a los comicios y a la ciudadanía. El llamado crimen de seguridad nacional, maliciosamente identificado como un crimen político, no pasa de ser un ardid, una estratagemas para conservar el poder a costa de silencio y de miedo. Basta que el legislador autoritario defina y culpe la conspiración para que ésta se encuentre por todas partes, descubierta por el espionaje e inventada por los agentes que tienen la profesión de reprimirla. La conspiración será, en ese conjunto lucrativo de ganancias viciosas, el medio de cerrar las puertas a las mayorías del país.

Abstract

Law and Justice

INJUSTICE IN LAW COURTS

A political crime is not a political act but an act which spills over from the political sphere. It is measured by values that are not to be confused with the conflicts that have at their disposal a permanent forum open to assemblies and citizens if a regime is democratic or liberal. The so-called crime of national security, maliciously equated with political crime is no more than a trick, a strategy for maintaining power at the cost of silence and fear. It is enough for the authoritarian legislator to define and incriminate a crime as conspiracy for conspiracy to be found everywhere, to be uncovered by espionage and invented by agents who make a profession of restraining it. Conspiracy, against such a background of corrupt reward, will be the means of closing the doors of the country's leadership to the majority.

INJUSTO E INOPERANTE

o Estado adversário da sociedade

Osny Duarte Pereira

A Constituição em vigor e as precedentes estabelecem várias medidas para assegurar a independência dos juízes: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos. Presume-se que, sendo vitalício, garantido no cargo e com sua remuneração intocada, o magistrado disporá do necessário para julgar com independência. Acontece, entretanto, que fatores invisíveis pressionam muito mais do que estes e a independência se afirma apenas pelo próprio temperamento e pela força moral interior, muitas vezes, elevados ao heroísmo.

Desde o ingresso na magistratura, por concurso, o juiz assiste injustiças deprimentes. As pressões políticas, o tráfico de influências e o nepotismo já começam, freqüentemente, por desfazer a ordem correta na lista dos aprovados. Jogado, sem padrinhos, nas comarcas mais distantes, em cidades desprovidas de escolas de segundo grau para os filhos, sem habitações higiênicas, o juiz, para ser removido, precisa do apoio do prefeito e de políticos influentes junto ao Governador, e deste junto ao Tribunal. A pressão familiar freqüentemente estabelece conflitos domésticos com o juiz que não pede e que permanece isolado e esquecido, acimado, logo, de tolo, turrão e visionário. Atingirá o Tribunal, se atingir, apenas em lista de antiguidade, já velho e desencantado, embora, sejamos sempre justos, haja os que, excepcionais, firmam sua reputação de tal sorte que o próprio Tribunal se empenha em trazê-los para melhorar o nível moral e intelectual de sua Corte.

O acesso de juízes ao Supremo Tribunal e a outros do escalão federal depende do presidente da República e não mais de currículo. Aí, também, se os presidentes escolhem excelentes magistrados, isto não resulta de concurso ou

de indicação de órgãos de classe, como, por exemplo, as associações de magistrados, advogados e promotores, como seria de esperar, mas por puro alvedrio pessoal. O presidente da República é pressionado e essas pressões criam, por sua vez, problemas aos contemplados. Uns suplantam e outros sucumbem e escorregam pela gratidão aos padrinhos de suas candidaturas.

Vê-se, portanto, a precariedade da independência dos juízes.

A lentidão da justiça

A vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos atuam como uma segurança para a independência dos juízes, embora insuficiente, como vimos. Todavia, atuam também como um mal, quando o juiz é de temperamento displicente, ou de raciocínio lento, ou de baixa capacidade laborativa, ou boêmio, gozador sem muito espírito público, ou fraco diante das tentações monetárias. Dificilmente, um magistrado, vítima dessas circunstâncias, sofre sanções por essas debilidades. O trabalho do magistrado não se mede pelo número de processos que julga. Há questões que podem exigir semanas de estudo e há as que se deslindam em minutos. Não há, portanto, como impor ao julgador a prolação de um certo número de sentenças por mês. Acontece ainda que aos governantes, ora não interessa descongestionar os serviços judiciários, ora não dispõem de meios para aumentar o

número de juízes. Tudo isto serve de cortina para ocultar as mazelas do magistrado ineficiente.

Entretanto, o Tribunal para onde sobem os recursos, a comunidade e os advogados militantes podem aferir quem é bom juiz, desembargador ou ministro e quem deveria ser convidado a procurar outra profissão. Não existe, porém, relacionamento entre o Estado e o povo e seus advogados que permita promover essa purificação do ambiente judiciário e, assim, a lentidão, o desinteresse, o "salve-se quem puder" e outros fenômenos entorpecedores dominam o andamento da Justiça.

O custo da Justiça

A sociedade onde há opressores e oprimidos, privilegiados e párias, governada pelos opressores e pelos privilegiados, não disporá nunca de um aparelho judiciário exemplar. A instituição destinar-se-á, precipuamente, a resguardar os privilégios da classe dominante e, logicamente, organizará os serviços judiciários em termos de servi-la. Confirmando esta conclusão, Tancredo Neves, num debate sobre o *Momento Político-Institucional*, na Ordem dos Advogados de Brasília, em 11.09.84, comentava:

"Desaparelhada como se encontra a Justiça de primeira instância, o que temos é a negação da Justiça aos mais humildes e aos mais

A proteção do Estado materializa-se por intermédio do Poder Judiciário, que, independente de outros dos poderes oficiais, e integrado às comunidades, proporcione, eficazmente, segurança e paz na vida quotidiana e a restituição de direitos suprimidos ou ameaçados. Pela importância de que se reveste nessa qualidade de guarda dos bens essenciais à vida, em geral se reconhece que a Justiça, como instituição, é o mais necessário dos serviços do Estado.

No Brasil, é reconhecido de todos que a Justiça funciona muito mal. Falta-lhe independência; é lenta demais; inacessível aos pobres e mesmo à classe média, e é inoperante na contenção da criminalidade. Por tudo isto a sociedade brasileira aspira a um novo Poder Judiciário, democrático e moderno, agindo como o mais útil instrumento de distribuição efetiva de Justiça e Liberdade.



miseráveis. É aquela Justiça que hoje contemplamos: a Justiça dos ricos, pelos ricos e para os ricos, que não é resultado apenas da deficiência na organização do Poder Judiciário, é uma posição de nossa legislação, toda ela voltada, quase sempre, para proteger os privilégios, para assegurar as situações estabelecidas, para impedir as renovações, para impedir as grandes transformações.

Dentro dessa perspectiva egoística, os serviços de Justiça que deveriam ser gratuitos, do mesmo modo que os da assistência médico-hospitalar e outros, são remunerados, e altamente remunerados, e muitos donos de cartórios enriqueceram e ocuparam, graças à fortuna acumulada, importantes postos na administração do Estado e, dali, incluíram, por exemplo, nas Constituições de 1967 e 1969, dispositivos para assegurar proteção constitucional a seu negócio judicial.

Ainda no âmbito da proteção de privilégios, os redatores das Constituições limitam a melhor recompensa aos altos escalões dos tribunais, de onde sai a última palavra nos julgamentos. Para garantir que serão sempre melhor pagos, equiparam os vencimentos dos desembargadores aos dos secretários de Estado e estabelecem que os dos ministros do Supremo Tribunal não poderão ser inferiores aos dos desembargadores. Desta forma os altos escalões, na maioria dos Estados, percebem boa remuneração. Há casos de oligarquias estaduais que estabeleceram gratificações clandestinas a secretários, para não contemplar a magistratura com aumentos. Aos juízes, todavia, é assegurada uma escala de proventos com diferença não excedente de 20% entre as diversas classes de comarcas, segundo sua importância. Daí resulta um acentuado desnível sobre as comarcas de início de carreira e onde, precisamente pelas precárias condições de vida locais, os juízes arcam, proporcionalmente, com maiores despesas, compelidos a internar os filhos em colégios de outras cidades ou a montar mais de uma residência, ou ainda, a não morar na comarca. O quadro final mostra desinteresse pela carreira da magistratura e numerosas comarcas sem juízes, por anos e anos, ou seja, as mais pobres e mais carentes de proteção judicial.

Não apenas nas regiões de gente humilde, também nas cidades, inclusive na capital da República, como vimos na observação de Tancredo Neves, os pobres não usufruem justiça.

As custas processuais são altíssimas, mesmo para a classe média, e obter assistência judiciária gratuita demanda comprovar pobreza

e recorrer a defensores públicos que não se encontram, sempre sobrecarregados de causas e carentes de experiência. Há que perder dias de trabalho. Para quem ganha num dia para comer em outro, significa passar fome para buscar uma reparação incerta, na loteria judicial. Conclusão: o pobre nunca dispõe de socorro jurídico.

Recorrendo ainda uma vez ao testemunho de Tancredo Neves, no *Encontro Nacional de Confederações e Federações de Trabalhadores*, em São Paulo, em 09.11.84:

"A nossa dívida social se caracteriza por aquilo que os economistas, os cientistas políticos e sociólogos convencionaram chamar o bolsão absoluto da pobreza. São 30 milhões de brasileiros mergulhados nesse bolsão que não são nem unidade de consumo, nem unidade de produção."

Portanto, para, pelo menos, 30 milhões de brasileiros, não há justiça alguma.

A Justiça Criminal

Entre os diferentes fatores de incremento da criminalidade, prepondera a miséria. Sem mais o que comer, a marginalização leva fatalmente ao crime. Os crimes contra o patrimônio atingem os mais altos índices. Nas sociedades menos injustas, com baixos índices de desemprego e de analfabetismo, a criminalidade baixa. Claro que não cabe aos juízes dominar e extinguir a miséria, embora tenham a obrigação legal de interpretar as leis, no sentido de atenuar a desigualdade social (Lei de Introdução ao Código Civil, art. 5º).

Cumprido, entretanto, ao Poder Judiciário atenuar os efeitos da criminalidade, promovendo a segregação dos delinquentes, sua reeducação e restituição à sociedade na condição de pessoas válidas e úteis.

Ocorre, porém, o inverso, dada a estrutura do Estado, a carência de recursos e o baixo nível profissional. O Poder Judiciário não promove a responsabilidade criminal das autoridades que se omitem. Apenas em relatórios administrativos as presidências de tribunais consignam o desleixo criminoso de outros poderes e resignam-se. Mais do que isto, é melancólico reconhecer que o Poder Judiciário, involuntariamente, se constitui em fator crimi-

nógeno de altíssima intensidade, como veremos a seguir.

A Justiça favorecendo a intensificação do crime

O favorecimento principia pelo Código, redigido em 1940, no auge da expansão fascista, repleta de admiradores na intelectualidade brasileira, inclusive na criminologia. Tarifam-se as penas, segundo um critério autoritário, subjetivo, não em vista da periculosidade do indivíduo, mas dos crimes, em si mesmos, segundo a visão pessoal do legislador. Assim, um homicídio vale de seis a trinta anos; uma lesão corporal grave, de um a cinco anos; lesão corporal leve, de três meses a um ano; furto de maior valor, de um a quatro anos; de pequeno valor, menos de um a dois terços; roubo, de quatro a dez anos, etc. Não é a personalidade, patológica, ou não, do delinquente o que conta, nem as probabilidades de recuperação médica. Embora aceitas, na prática, não contam porque, raramente, os inquiridos se socorrem de psiquiatras e psicólogos, ou de assistentes sociais.

A apuração de delitos ocorre em delegacias equipadas, em geral, de pessoal sem nenhuma preparação e gritantemente mal pago.

Cometido o crime, um investigador ou detetive, ou soldado da polícia, reúne testemunhas que prestam depoimento perante o modesto escrivão da delegacia, sujeito a toda a sorte de pressões. Se o delinquente for pobre e ignorante — a lei se cumprirá. Se tiver recursos ou protetores — o inquirido poderá até ser suprimido e nada acontecer. Se permanecer, o "juiz" será o cabo da polícia, ou o detetive, ou o escrivão, pois a ele compete orientar a produção das provas. Com base nesse inquirido, o promotor denunciará ou pedirá o arquivamento, o juiz decidirá e o Tribunal confirmará, ou modificará a sentença. Como a expansão da criminalidade assume aspectos aterradores (no Rio de Janeiro é expressivo o número de desembargadores pessoalmente vítimas de assaltos), a tendência nos tribunais é endurecer nas condenações para intimidar os criminosos potenciais e prestigiar a ação repressora da polícia.

As penitenciárias não passam de meros depósitos superlotados de presos, sem espaço e condições para qualquer tipo de reeducação, na realidade, simples escolas de aperfeiçoamento dos condenados. Um ladrão de galinhas, com quatro anos de penitenciária receberá dos companheiros cursos de suborno de policiais,

punguismo, ventanismo, arrombamento de cofres, assaltos a residências e lojas, distribuição de tóxicos, roubo de automóveis, nomes e endereços de quadrilhas às quais poderá se filiar concluída a pena; embotado no homossexualismo, ativo ou passivo, não mais necessitará de família que, certamente, já se desfez. Enfim, a penitenciária transformará o preso num monstro. Aliás, a imprensa noticia casos de detentos que, em prisões superlotadas, assassinam companheiros para abrir espaço, onde possam deitar e dormir.

Delinqüentes perigosos em liberdade

Concluído o cumprimento da pena, posto em liberdade, com uma carteira profissional em branco, sem referências, não encontra emprego e nada resta ao *reabilitado* senão dirigir-se às quadrilhas recomendadas e profissionalizar-se no crime.

Não é só. Como as penas aplicadas pelos tribunais são longas, as prisões povoam-se, predominantemente, de autores de pequenos furtos, ingênuos e inexperientes. Os grandes delinqüentes, treinados em despistar a polícia ou em associá-la, permanecem em liberdade, congregam as quadrilhas e profissionalizam o crime. Não há espaço nas penitenciárias. Dezenas de milhares de condenados não se recolhem à prisão no Rio e em São Paulo (três mil em Brasília, a capital da República), por falta de alojamentos. Formam-se as quadrilhas. As meticulosas exposições na imprensa, no rádio e na televisão, sobre como atuam a *máfia* norte-americana, a siciliana e outras, aperfeiçoam os mafiosos cariocas e paulistas e de outras capitais para onde a praga se alastra. Os tóxicos apresentados de forma atraente nesses meios de comunicação incitam os jovens, nas escolas, a experiências e abre-se um amplo mercado para essa população marginal enriquecer. Surgem os *Escadinhas*, benfeitores das favelas, tomam-se entrevistas, passam a ser festejados, gastam à larga, protegem sociedades recreativas e esportivas, financiam candidatos a cargos políticos. Estabelece-se um vigoroso poder político paralelo com o qual os políticos vitoriosos, para evitar riscos de sequestros, ou de atentados, empenham-se em entrar em alianças e participar da renda, para financiar suas futuras campanhas políticas. Assim já vem ocorrendo nos Estados Unidos, na Itália, no Sudoeste Asiático e também em nosso país. Chegam a banquetear-se em público, mafiosos



As penitenciárias não passam de meros depósitos superlotados de presos, sem espaço e condições para qualquer tipo de reeducação, na realidade simples escolas de aperfeiçoamento dos condenados.

e candidatos, para documentar a sinceridade das alianças. Na China de Chiang Kai-Chek também proliferaram essas sociedades, uma das quais a *Sociedade Verde*, vinculada à

camarilha do Generalíssimo, pela audácia dos escândalos, muito ajudou a impopularizar o velho regime e justificar o avanço vitorioso de Mao Tse-Tung.

Viu-se, portanto, como o Poder Judiciário, por erro de visão política, vem contribuindo para o impasse que se aproxima, onde nem ricos nem pobres dispõem mais de tranquilidade e vivem sob o signo do medo, com suas vidas em permanente insegurança, caminhando para o desespero.

Que fazer?

A exposição retro revela algumas das falhas básicas do Poder Judiciário que se podem enunciar num espaço limitado de um artigo de revista. Ressalta, sobretudo, o completo divórcio existente entre a instituição e o povo e a busca principal a realizar nesta etapa de instalação de um regime democrático.

Só se pratica comunicação nos tribunais do júri, onde cidadãos selecionados em listas elaboradas pelo próprio juiz são convocados a participar dos julgamentos. Nem aí se confia nas comunidades.

Nos países saxônicos e nas repúblicas socialistas, os tribunais de primeira instância se constituem de um juiz de carreira e de um corpo de jurados eleito pela comunidade. Profusamente distribuídos nos centros urbanos, nos bairros e nos povoados rurais, a Justiça se exerce pelo próprio povo, assessorado pelo julgador togado.

Em nosso ensaio *Nova República* — *Constituição Nova*, depois de enunciar as críticas e sugestões de Tancredo Neves (p. 115), apresentamos várias proposições para eliminar a interferência nociva do Poder Executivo na constituição da Justiça e sua manutenção, procurando refletir as conclusões dos numerosos seminários, congressos e manifestos de advogados.

Entendemos que os advogados, os promotores públicos e o povo, por suas entidades sindicais, donas-de-casa, professores, estudantes, etc. devem influir substancialmente no recrutamento, na remoção e promoção dos juizes. Os julgamentos das questões devem realizar-se nas proximidades das residências ou locais de trabalho, de modo a que os juizes sejam conhecidos e participem ativamente da vida comunitária. Os moradores fixariam o número de juizes necessários e as especialidades, bem como os limites das circunscrições judiciárias.

A justiça se define como um serviço público, do mesmo modo que a escola, o hospital, o correio, o saneamento básico e, portanto, nada tem a ver com os limites político-geográficos dos municípios e estados. São Paulo, com 30 milhões de habitantes, fica obrigado a apenas um tribunal de justiça e o Acre com 365 mil habitantes também a um! Os tribunais de segunda instância devem estar ao alcance das comunidades e somarem tantos quantos necessários, em função apenas da densidade demográfica. A absurda existência de tribunais com 50, 60 e mais desembargadores concentrados numa capital populosa — megalópole — reunidos para julgar um ou dois casos, numa tarde inteira, em torneios de empolada erudição barroca e de vaidade irreprimidas, necessita ser rapidamente abolida, com o desmembramento em pequenos tribunais espalhados por toda parte, sempre em contato participativo dos advogados e das comunidades. A fiscalização eficaz pelas comunidades marginalizará, pelo simples poder de influir nas remoções e promoções, os incompetentes, omissos ou débeis de caráter.

Abolido o inquérito policial e transformadas as delegacias em juizados, o juiz criminal das circunscrições dirigiria, com o auxílio das entidades comunitárias, advogados e promotores, o policiamento e a guarda dos presos, dando fim à corrupção nessa área. O juiz criminal coletaria diretamente as provas, em presença de jurados e sentenciaria na hora, sempre que possível. A declaração de culpado acarretaria a remessa a estabelecimentos no mesmo bairro, onde psiquiatras, psicólogos e representantes da Ordem dos Advogados e do Ministério Público deliberariam sobre tratamento e assistência ou repressão e educação do infrator. A duração do recolhimento dependeria da periculosidade e do tempo necessário à recuperação. Não haveria prazos fatais de retenção. Abusos corrigir-se-iam através de recursos dos detidos ao juiz criminal.

Também o absurdo de concentrar o Supremo Tribunal Federal — único e perpetuamente com onze ministros, tenha o país 30, 100 ou 200 milhões de habitantes, como vem acontecendo — no centro de um território de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, a superfície da Europa, deveria desaparecer. Não faz sentido, os milhares de necessitados de justiça, não atendidos em seus estados, precisarem viajar mil e mais quilômetros e contratar novos advogados em Brasília. O Supremo Tribunal não deverá permanecer como uma Corte para ricos, como observou Tancredo Neves no discurso aqui referido. Desdobrar-se-ia em tantos *supremos* quantos necessários para prestar justiça, como em décadas pretéritas, pois não há de ser o crescimento do número de habitantes razão para o povo perder a proteção a seus direitos.

O anteprojeto da comissão Afonso Arinos

As soluções que propomos não se encontram, por inteiro, no anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos. Ali, como deixamos assinalado nos comentários de nosso ensaio co-editado pelo Senado Federal e pela UnB, houve maior preocupação em descongestionar, sem democratizar, os tribunais superiores, onde há causas esperando julgamento há até quarenta anos!

A Comissão conservou para o Supremo Tribunal, sempre com a composição de onze ministros, a competência para julgar os conflitos de cúpula e a controvertida *arguição de relevância*, recurso pelo qual, secretamente, os ministros selecionam os processos para apenas julgarem os que lhes parecerem de maior interesse, segundo subjetivo entendimento. Apenas impôs a obrigação de fundamentarem a conclusão, circunstância de reduzido significado se o arbítrio perdurar absoluto. A *arguição de relevância* copia mal o autoritarismo da Corte Suprema dos Estados Unidos, pois, lá, existem as cortes de justiça que correspondem a nosso atual Supremo, revisoras dos julgados dos tribunais de desembargadores. A Comissão criou, para suprir a lacuna, um *Superior Tribunal de Justiça* e com "pelo menos trinta e seis ministros"!!! A proposta não nos parece suficiente. A *arguição de relevância*, trazida da Corte Suprema dos Estados Unidos, contraria nossa tradição de julgamentos públicos, precedidos de debates em plenário.

A Corte Suprema dos Estados Unidos, fora da matéria de direito de obrigações civis e comerciais e dos julgados sobre direitos dos ricos expressarem-se livremente, pouquíssimo nos oferece, como contribuição democrática válida para povos pobres como o nosso. Nomeados pelos presidentes da República dentre os mais conservadores e fiéis ao *establishment*, poucos juizes da Corte Suprema notabilizaram-se por conceitos liberais, logo apodados de comunistas e convenientemente isolados como, por exemplo, o juiz Douglas, no período do *macartismo*. É que também os presidentes dos Estados Unidos, que nomeiam os juizes, não surgem de legítima escolha, livre e soberana do povo, mas, previamente, no gabinete do poderoso complexo industrial-militar que, pelo imenso poder econômico, domina os meios de comunicação de massa, despolitiza o povo e reduz a consulta eleitoral a um animado *Fla-Flu*, com muitos balões coloridos e *shows* de estrelas. Quem denunciou mais corajosa e

contundentemente essa estrutura de bastidores foi o presidente-general Eisenhower, em mensagem de despedida ao Congresso, em 05.01.49, escândalo que sacudiu a imprensa mundial na época. Em certa altura ressaltou:

“Essa conjunção de um imenso estabelecimento militar e de uma vasta indústria de armas é nova na experiência americana. A sua influência total – econômica, política e mesmo espiritual – é sentida em todas as cidades, todos os organismos do Estado, todos os departamentos do governo federal... Não devemos permitir que o peso dessa combinação ponha em perigo nossas liberdades ou processos democráticos.”

É, portanto, um presidente dos Estados Unidos quem nos adverte sobre os riscos desse vício de considerar cultura citar, mecanicamente, a literatura norte-americana sobre suas instituições, como fazem tantos de nossos juristas.

Justiça e liberdade

É certo que ainda nesta etapa não conseguiremos instituir uma Justiça inteiramente democrática e eficiente, pois tal empreendimento demanda recursos inexistentes nos co-

fres públicos. Precisamos, todavia, quebrar o imobilismo e a resistência dos mais privilegiados e concentrar nossos esforços na remoção das duas principais causas dessa indigência entorpecedora: a primeira, a estrutura da propriedade agrária que provoca o êxodo, amplia as favelas, diminui a produção de alimentos, gera a fome; a segunda, a espoliação provocada pelo poder econômico internacional que paga sempre menos pelo que exportamos, cobra sempre mais pelo que nos vendem, carrega lucros e juros extorsivos, corrompe os altos escalões, sonega impostos, comanda, pelo anúncio e propaganda, os meios de comunicação de massa, engana e despolitiza nossas elites, levadas à resignação e ao fatalismo.

Por tudo isto, nosso povo necessita de profunda reforma de suas instituições, inclusive das judiciárias. Uma justiça mais democrática, mais próxima das comunidades, não depende de recursos financeiros, mas apenas do esforço organizado, sem divisionismo, na vanguarda das representações políticas.

Tancredo Neves prometera: “Venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis. Nunca o país dependeu tanto da atividade política”.

O presidente Sarney reiterou em seu discurso de posse: “As mudanças reclamadas serão feitas. O nosso programa é o mesmo de Tancredo Neves. O nosso compromisso é o da Aliança Democrática, formada pelo PMDB, partido que é uma página de heroísmo, pela Frente Liberal, homens que quebraram amarras, e por todas as forças que, privadas da liberdade, lutaram pela liberdade. O Governo dará prioridade aos pobres. Ninguém pode ser feliz

num país em que milhões não têm direito à felicidade. Implantaremos a reforma agrária, para instaurar a justiça no campo. No setor externo, a palavra do Brasil será independente e firme. A nossa tolerância terá o limite da sobrevivência digna dos trabalhadores e da empresa nacional, da retomada do desenvolvimento e do nível de emprego. Vamos construir a democracia, capaz de liberar as energias criadoras da juventude e assegurar a liberdade política. O objetivo maior do nosso projeto nós o atingiremos com a realização da Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, aspiração legítima de toda a sociedade.”

Ulysses Guimarães, ao assumir a presidência da Assembléia Nacional Constituinte, completou: “Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la. A liberdade é também uma questão de justiça. A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço. No entanto não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao Império”.

É, portanto, procedente a sociedade brasileira aspirar a um novo Poder Judiciário, democrático e moderno, agindo como o mais útil instrumento de distribuição efetiva de Justiça e Liberdade. ●

Osny Duarte Pereira é desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, antigo diretor do Departamento de Ciência Política do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e autor de, entre outras obras, “Nova República – Constituição Nova” (Rio, 1985).

Resumen

Asamblea Constituyente y Justicia

INJUSTO E INOPERANTE – EL ESTADO, ADVERSARIO DE LA SOCIEDAD

La protección del Estado se concretiza a través del Poder Judicial el que, independiente de los otros poderes oficiales e integrado a la comunidad, debería proporcionar, eficazmente, seguridad y paz en la vida cotidiana y restituir los derechos suprimidos o amenazados. La justicia se reviste con la cualidad de protectora de los bienes esenciales de la vida, por eso se reconoce que el Poder Judicial, como institución, es el servicio más necesario que debe proporcionar el Estado.

En el Brasil, es reconocido por todos que la justicia funciona muy mal. Le falta independencia; es demasiado lenta; inaccesible a los pobres e, inclusive, a la clase media, además de inoperante para contener la criminalidad. Por tales motivos la sociedad brasileña aspira tener un nuevo Poder Judicial: democrático, moderno y actuando como un instrumento útil de distribución efectiva de justicia y libertad.

Abstract

The Constituent and Justice

THE ADVERSE STATE OF SOCIETY – INJUST AND UNWORKABLE

The protection of the State is effected by means of Legal Power which, independent of other official power, and integrated in the community, effectively provides safety and peace in daily life and the restoration of rights that have been suppressed or threatened. On account of the importance given to the protection of possessions essential to life, it is generally recognized that Justice, as an institution, is the most essential of the services of the State.

In Brazil, it is recognized by everyone that Justice works very badly. It lacks independence; it is too slow; it is inaccessible to the poor and even the middle class, and is ineffectual in containing crime. Because of this, Brazilian society is aspiring to having a new Legal Power, which is democratic and modern, acting as the most useful instrument in the effective distribution of Justice and Liberty.

Uma conquista definitiva

Governo define programas e recursos para meio ambiente

A ecologia, por sua abrangência e importância estratégica na democratização da exploração das riquezas do País, necessita de tratamento constitucional adequado para que a sociedade passe a contar com instrumento capaz de ordenar e planejar maneiras racionais de exploração e preservação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, estimular a opinião pública sobre os direitos e deveres do cidadão em relação ao patrimônio natural.

Ainda que a sociedade brasileira tenha alcançado conquistas importantes, como a inclusão do controle ambiental na ordem de preocupações de várias instâncias governamentais e do Congresso Nacional, trata-se de um fenômeno recente, impulsionado por ações isoladas e sem a consistência de uma deliberação planejada na proporção de sua complexidade.

A questão ecológica, por outro lado, requer decisões emergenciais porque na Amazônia, como de resto em todo o Brasil, numerosos e diferentes processos de exploração de riquezas estão em curso sem a necessária salvaguarda. Por isso assume enorme importância a decisão do governo federal, em junho do ano passado, de definir, pela primeira vez, recursos orçamentários destinados a projetos específicos do setor.

Com essa decisão o governo passa a conferir prioridade ao controle do meio ambiente, encerrando assim o primeiro ciclo do movimento ecológico brasileiro, já vitorioso com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e de diversas instituições de âmbito estadual. Inicia-se, portanto, em 1987, a ampliação e modernização de todos os organismos de controle ambiental em operação no País – que são poucos –, a instalação de outros em todos os estados e naquelas cidades ou regiões onde o impacto ambiental apresenta condições críticas.

A montagem de estruturas orgânicas mínimas em cada estado consolida as condições básicas para a instalação de uma ação articulada e permanente de controle do meio ambiente entre o governo federal, estados e municípios, com repercussão positiva na racionalização de meios, recursos e cooperação no desenvolvimento de projetos e pesquisas. No entanto, mesmo instalados nas dimensões ideais, esses equipamentos atenderão apenas a um dos requisitos desse trabalho.

A questão ecológica, tanto pela repercussão dos seus impactos junto à comunidade, quanto pela imperiosa necessidade de rapidez nas decisões e disponibilidade de meios a nível local, recomenda uma relação de proximidade e até de intimidade. Segundo o ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, “não há

O controle do meio ambiente recebe, finalmente, um tratamento programático do governo, que lança um amplo projeto, com recursos definidos, cujo mérito é o de valorizar iniciativas antes consideradas com desprezo pelos setores mais preocupados com os indicadores econômicos.

Cientistas e pesquisadores passam a ter, dessa forma, oportunidade de apoio para suas pesquisas e as cidades mais afetadas pela poluição podem montar estruturas especializadas para oferecer atendimentos emergenciais adequados e manter fiscalização eficiente.

fiscal mais eficiente e atento do que aquele que está próximo do problema e com ele se identifica, e a experiência demonstra que as soluções jamais são satisfatórias se restringidas ou delimitadas às iniciativas de instituições governamentais”.

– Temos de reconhecer, preliminarmente – diz o ministro –, que os problemas decorrentes da agressão ao meio ambiente começam com a presença do homem. Onde o homem se instala a paisagem se altera e surgem daí os problemas, que podem ser graves ou não. Conforme ele atua, os problemas podem até não ocorrer. Mas isso depende do nível de conscientização do cidadão, do seu maior ou menor envolvimento com a defesa do meio ambiente, o que nos leva a considerar o controle ecológico como uma questão tão ampla quanto aberta.

A QUESTÃO ECOLÓGICA REQUER DECISÕES EMERGENCIAIS

O FUTURO COMEÇA AGORA

Situações concretas decorrentes de atividades industriais, das mais modernas às mais rudimentares, recomendam ações imediatas. A realidade brasileira, nesse particular, acena com um potencial gigantesco de problemas, em primeiro lugar pela magnitude do seu processo produtivo e peculiaridades do fenômeno urbano dos últimos 30 anos. Em segundo lugar pelas perspectivas de crescimento dessas duas fontes de degradação do meio ambiente, sem soluções de controle ou ordenamento a curto prazo.

Diante disso, a opção do MDU foi lançar um amplo programa de ações em várias frentes, procurando dar ao problema o tratamento mais amplo e adequado possível e ao mesmo tempo indicar os limites desejáveis do governo federal nas iniciativas executivas, reservadas aos poderes estaduais, municipais, entidades e instituições de pesquisa e de representação comunitária, de ensino, empresarial, e assim por diante. Ao governo federal caberá, preferencialmente, traçar diretrizes, propor a legislação em sintonia com as comissões próprias do Congresso Nacional e, principalmente, apoiar todas as iniciativas de quaisquer organizações, ou individuais, relacionadas com as questões do meio ambiente.

Além de estimular a descentralização, numa tentativa de vocacionar o tratamento local do controle ambiental, esse programa procura



A OPÇÃO DO MDU FOI LANÇAR UM AMPLO PROGRAMA EM VÁRIAS FRENTES

particularizar sua execução em subprogramas definidos, abrindo linhas de ação próprias e portanto mais eficientes e racionais, de acordo com indicações claras dos recursos financeiros que lhe darão sustentação e continuidade.

A exemplo da fixação de limites de emissão de gases poluentes por veículos automotores, adotada recentemente depois de se arrastar por mais de 10 anos, o MDU está finalizando a criação da Fundação do Meio Ambiente, pendente desde a criação da SEMA há 12 anos. Esta fundação proporcionará a flexibilidade de que o governo não dispõe no momento para captar recursos junto à iniciativa privada e organismos internacionais, ou de contratar técnicos e pesquisadores especializados para, em caráter temporário, desenvolverem tarefas emergenciais e específicas, ou ainda, para facilitar o intercâmbio com instituições privadas e países estrangeiros em projetos de interesse comum.

OS “CENTROS DE EXCELÊNCIA” CAPACITARÃO AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

LIMITAÇÕES E CRIATIVIDADE

Já está em andamento a primeira fase desse programa, cuja implantação plena se dará em três anos. Para viabilizá-lo, uma vez que são

insuficientes os recursos orçamentários da União, a SEMA foi buscar apoio junto ao Banco Mundial, a partir de um subprograma destinado a reduzir os impactos sobre o meio ambiente de um projeto de hidrelétrica que será construído na Amazônia com financiamento daquela instituição.

Assim, aos Cz\$ 230 milhões da SEMA, somam-se US\$ 25 milhões do Banco Mundial – que poderão chegar a US\$ 100 milhões em três anos – suficientes para financiar os cinco primeiros subprogramas fundamentais, que se complementam num leque de ações em que se vislumbra o embrião de uma política ambiental.

O primeiro deles prevê o desenvolvimento de “centros de excelência” em tecnologia ambiental para dotar o País de suporte técnico-científico em assuntos básicos de conhecimento do meio ambiente, com a criação de núcleos de pesquisas especializados no controle ambiental, fomento de pesquisas sistemáticas em áreas básicas do conhecimento e formação de recursos humanos. O objetivo desses centros de alta especialização é capacitar as instituições de pesquisa do País no desenvolvimento de técnicas de controle ambiental adequadas à realidade brasileira.

O segundo subprograma financiará a implantação de subsistemas municipais nas cidades ou regiões com maior potencial degradador, beneficiando diretamente a 80 municípios e criando suporte de atendimento e de controle locais em apoio coordenado às estruturas orgânicas das capitais.

A implantação do Sistema Nacional de Informações Ambientais será financiada pelo terceiro subprograma. Compreende a montagem de um banco de dados no âmbito da SEMA em articulação e regime de cooperação com todos os organismos estaduais, municipais, institutos de pesquisa e universidades, que poderão dispor de terminais para alimentação e captação de informações.

O quarto subprograma terá a especial finalidade de consolidar o Programa de Implantação de Unidades de Conservação – as Estações Ecológicas – e fomentar a pesquisa nessas áreas.

O último desses cinco subprogramas tratará da educação ambiental em duas linhas básicas de ação. Uma informal, que compreende campanhas e instrumental de comunicação para motivar a participação do cidadão e estimular favoravelmente a população a uma postura de valorização, de preservação e defesa do meio ambiente. Outra formal que atuará na formação e capacitação de técnicos, em todos os níveis.

O compromisso



Foto de Luis Humberto

Por aqueles que perderam a
fala, por aqueles que
tomaram à bala, muitas
vozes decidiram: "vem, não cala".
E a palavra subiu pelas
paredes, invadiu salas e
gabinetes, praças, estandartes.
Até mover consciências e
decretar: BASTA!

Tetê Catalão

da liberdade

José Geraldo de Sousa Júnior

O "Dicionário de Política", de Bobbio, editado pela Universidade de Brasília, foi festejado como o mais importante lançamento editorial de 1986, ano das eleições para a Assembléia Constituinte. Não há nele, porém, registro para a palavra anistia. Na aparente omissão dos organizadores do repertório pode estar representada, talvez, uma condição da história italiana e de uma sociedade que definiu caminhos próprios para a democracia, a cidadania e a liberdade, construindo outros instrumentos de transigência e mediação no espaço público da política. No Brasil, a história é outra e os últimos vinte e três anos estão pontilhados pelo roteiro da anistia.

Em nossos caminhos para a democracia, a cidadania e a liberdade, a política cobrou o tributo negativo do golpismo alternando etapas de conciliação com as de autoritarismo.

Por isso em nossa história a anistia tem um registro específico e uma referência precisa de acordos e concessões na ciranda das elites, mas tem, também, o sentido consciente e libertário que advém da participação popular na dimensão relevante de lutas pela redemocratização das instituições e do país.

A nossa história recente, pós-64, é pontilhada pelo roteiro da anistia. A partir do Ato Institucional nº 1, que abriu o ciclo de cassações de direitos políticos e de demissões sumárias, escritores como Carlos Heitor Cony e Tristão de Athayde empunharam a bandeira da "anistia já!".

Ainda em 1964, a Civilização Brasileira lançava a sua revista — a "Revista Civilização Brasileira" —, marcando com o primeiro número, sob a análise das condições e perspectivas da política brasileira, a convicção de que a saída para a crise obedeceria ao sentido nacional de superação democrática do retrocesso político. Na mesma dimensão afirmava a expectativa de que "os cárceres se abram, e os tribunais absolvam, e os lares recebam os que serviam de vítimas".

É neste número da revista, ela mesma vítima do ciclo de retrocesso, que aparece o belo artigo de Cony — "Anistia". "É preciso — ele dizia — que a palavra cresça: invada os muros e as consciências", sem a mistificação de fariseus, porque a anistia não é perdão: "ninguém está pedindo perdão a este governo. Tal pedido implicaria o reconhecimento de culpa.

O que se pede, o que se exige é que, pela ausência de provas provadas, já não tem o executivo capacidade de presidir a processos regulares, nem tem moral para condenar ninguém, conceda o Congresso a anistia total, sem restrições, sem barganha".

Depois, especialmente a partir de 1977, começam as primeiras manifestações públicas pela anistia: o ato de protesto em Porto Alegre contra prisões políticas; a formação de Comitês Primeiro de Maio pela anistia; o manifesto da SBPC, na 29ª reunião, pela reintegração de cientistas cassados em suas instituições; o I Encontro Nacional pela Anistia, em São Paulo. Em 1978, funda-se no Rio o CBA — Comitê Brasileiro pela Anistia; em Itaici, reunidos em assembléia, os bispos apelam por "anistia aos que se viram envolvidos em situações de desordem política e social"; realiza-se na capital italiana a Conferência Internacional de Roma, pela anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil; no Rio, reúne-se o I Congresso Nacional pela Anistia. Ainda em 1978, o Cebrade — Centro Brasil Democrático, promove no Rio o Encontro Nacional pela Democracia. Na sessão de encerramento proclama, entre os objetivos imediatos das forças democráticas: "§ 1º concentrar os esforços num programa mínimo: anistia e constituinte; § 2º sem anistia, e sem Assembléia Constituinte, eleita pelo povo especificamente com esta finalidade, a sociedade brasileira não será pacificada nem encaminhada para uma democracia segura e legítima. Estes são os primeiros passos indispensáveis para o estabelecimento do estado de direito democrático, aspiração que deve reunir todos os brasileiros, independente de matizes ideológicos e interesses sociais".

O projeto do governo militar, que veio a resultar na Lei de Anistia em 1979, começou, pois, a ser elaborado na articulação de encontros e ações conformados às tensões de resistências e atos de mobilização popular. De acordo com a resenha que "Retrato do Brasil" elaborou, as manobras táticas do regime não resistiram à mobilização popular e à conjuntura favorável à defesa dos direitos humanos: "Sacudido pela onda grevista do começo de 1979,

UnB: a volta do exílio

Em seguida a sua posse, o reitor Cristovam Buarque determinou medidas, com base na Emenda Constitucional nº 26, destinadas a reintegrar todos os professores, servidores e estudantes desligados da Universidade de Brasília por força de motivação político-ideológica. Por força desta determinação, constituiu grupo de trabalho com o objetivo de identificar todos os casos assim caracterizados, suspendendo para este efeito qualquer salvaguarda pendente sobre arquivos ou documentos.

Em razão disso, e como resgate do compromisso com a liberdade, iniciou-se o retorno do exílio de consciências que nunca se curvaram à submissão. Já no final do ano de 1986, retornaram aos quadros da UnB, de onde nunca poderiam ter saído, pelo menos assim como saíram: Roberto Pompeu de Sousa Brasil, José Paulo Sepúlveda Pertence, Fábio Lucas, Flávio Tavares, Francisco Valdir Pires, Roberto de Las Casas e Ruy Mauro Marini.

Outros virão, exilados pelo horror à consciência de diferentes crises. Relembrando uma dessas crises, disse Darci: "É, entretanto, meu dever, neste dia de alegrias, lembrar tristezas. Começo pedindo a vocês que ponham em fogo nas suas mentes a lembrança do dia do avassalamento. Dia que jamais deve repetir-se. Recordemos hoje e sempre o terrível *Dia da Vergonha* para todos os que humilharam a Universidade de Brasília. Para todos os que ficaram aqui coniventes com o opressor. Falo do dia e da hora em que duzentos e dez professores daqui saíram, compelidos pela mão possessa dos que avassalaram nossa pátria e aqui vieram apossar-se da UnB".

na região do ABC paulista, o projeto de Figueiredo propondo uma anistia parcial, eivada de limitações a seus futuros beneficiários, é encaminhado ao Congresso em junho. Enquanto isso, a Comissão Mista sobre Anistia, presidida pelo senador Teotônio Vilela (MDB-AL), que percorre pessoalmente as prisões, realiza um levantamento minucioso sobre os presos políticos, publicando posteriormente os resultados de suas investigações. Nos dias que antecederam a votação do projeto, milhares de pessoas participaram de atos públicos, passeatas ou comícios nas principais capitais do país, em favor da anistia. Em 14 de agosto, no Rio, 20 mil pessoas saíram às ruas para realizar dois comícios e uma passeata, na maior manifestação ocorrida naquela cidade desde a famosa Passeata dos 100 mil, em 1968. Entre as 305 emendas que o projeto recebeu, uma delas, do deputado arenista Djalma Marinho, tomava a anistia irrestrita, pois suprimia os parágrafos do artigo 1º do projeto original, que trazia restrições aos condenados por terrorismo. A emenda seria votada como destaque, pedido pelo MDB, na tumultuada sessão de 22 de agosto. Ainda que sofrendo pressões, 15 votos dissidentes arenistas somam-se a 186 do MDB pela aprovação da emenda, mas não foram suficientes para suplantar os 206 votos contrários do partido do governo. Com as galerias do Congresso tomadas pelo público durante todo o debate, a anistia aprovada é geral, porque trata de todos os episódios ocorridos até aquele ano, mas não é irrestrita, porque não atinge condenados por terrorismo e impõe certas condições".

A reintegração de funcionários e servidores públicos, particularmente, ficou subordinada à manifestação de comissões formadas nos ministérios e instituições, caso a caso, sujeitando-se a juízos de conveniência dos respectivos dirigentes. Numa tal sujeição, a transigência como impulso acantonou-se em resistências ideológicas, operando, por meio da fraseologia do terreno jurídico, a substância real da recusa à concessão do benefício. Afinal, a mão que puniu anistiava.

Em comentários que escreveu ao Anteprojeto Arinos, dos "notáveis", Osny Duarte Pereira, diz que nem a Emenda Constitucional nº 26 — a que convoca a constituinte e institucionaliza a anistia — nem o anteprojeto reparam as injustiças e lesões a cidadãos que foram compelidos a deixar empregos, e cargos e carreiras: "a reparação para eles depende de hermenêutica que as autoridades não alcançam".

Não a alcançam as autoridades e as instituições prisioneiras. Aquelas que não ousaram romper as suas próprias amarras, o desafio que se colocou, por exemplo, para a universidade e para esta Universidade de Brasília (*Humanidades* nº 12): "libertar-se, reencontrar seu caminho, cumprir seu papel no processo de libertação".

Anistia, neste contexto, define a responsabilidade básica da universidade num programa como este que Cristovam Buarque assinala e encarna, na representação do renascer da Universidade de Brasília. E não apenas função corretiva que se exerça por meio do esquecimento de comoções já conjuradas.

A sua substância real lhe define o título político: é inevitável extrair da liberdade a nova ordem para a qual ela é mediação necessária e impedir que a velha ordem sustente ainda os seus interesses com a reivindicação de uma interpretação obscurantista.

O compromisso da liberdade, neste programa, foi confirmado no discurso de Darci: "O único compromisso que se pode ter em matéria de idéias é com a busca da verdade. Toda idéia é provisória, toda idéia tem que ser posta em causa, questionada. Tudo é discutível, sobretudo numa universidade. Com este espírito é que esta universidade foi pensada" (Universidade, para quê?, 1986). ●

José Geraldo de Sousa Júnior é advogado, professor do Departamento de Direito da UnB e coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos, também da UnB. Vice-presidente da Comissão de Justiça e Paz de Brasília, é membro da Comissão de Anistia do MEC.

Resumen

Amnistía

EL COMPROMISO DE LA LIBERTAD

El *Diccionario de política* de Bobbio, editado por la Universidad de Brasília, fue festejado como el lanzamiento editorial más importante de 1986, año de las elecciones para la Asamblea Constituyente. Sin embargo, no se registra el artículo *amnistía*. En la aparente omisión de los organizadores puede estar representada, tal vez, una condición de la historia italiana y de la sociedad, que definió caminos propios para la democracia, la ciudadanía y la libertad, construyendo otros instrumentos de conciliación y mediación en el espacio público de la política. En el Brasil, la historia es otra y los últimos veintitrés años están marcados por el camino de la *amnistía*.

Abstract

Amnesty

THE COMMITMENT OF LIBERTY

The *Dictionary of Politics* by Bobbio, edited by the University of Brasília, was celebrated as the most important publication in 1986, the year of elections for the Constituent Assembly. It does not, however, contain the word 'amnesty'. In this apparent omission in the content, there is perhaps a reflection of Italian history and a society which defined its own paths towards democracy, citizenship and freedom, constructing other means of tolerance and mediation in the public area of politics. In Brazil, the story is a different one and the last twenty-three years are marked by successions of amnesties.

ao leitor**Humanidades**
Pesquisa

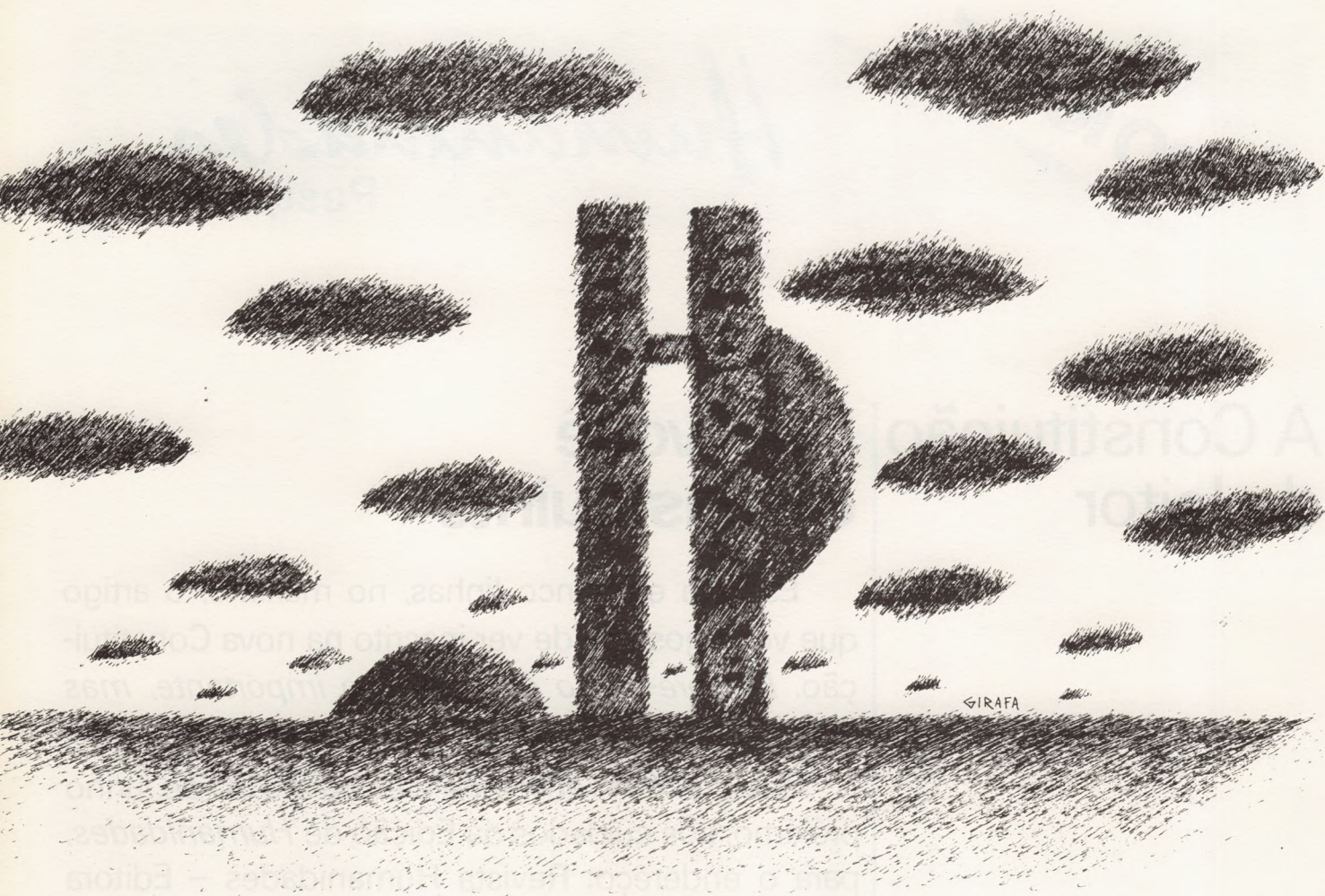
A Constituição do leitor

Seja você o constituinte

Escreva em cinco linhas, no máximo, o artigo que você gostaria de ver inscrito na nova Constituição. *Lembre-se do que é muito importante, mas principalmente do que não deve ser esquecido.*

Coloque num envelope e envie até 30 de junho próximo, aos cuidados da Edição de *Humanidades*, para o endereço: Revista Humanidades – Editora Universidade de Brasília – Campus Universitário – Asa Norte – Prédio Dois Candangos – Caixa Postal: 153001 – 71910 – Brasília – DF – Brasil.

Com a sua colaboração pretendemos editar a Constituição do leitor de *Humanidades*. Participe. Vamos acreditar em mudanças.



O avanço possível

João Gilberto Lucas Coelho

Estamos agora vivendo as dores do parto de uma nova ordem constitucional; e, por isto, o confronto entre os que querem a manutenção do *status quo* e os que ousam criações renovadoras.

O caldo da crise vai acompanhar todo o processo constituinte; é preciso que não nos assustemos com isto. Mudar é difícil até na vida pessoal e nos aspectos funcionais, profissionais ou familiares. Que dizer do mudar da ordem jurídica e social de uma Nação-Estado! A cada momento do processo constituinte teremos confrontos, instabilidades e resultados em geral imprevisíveis. Some-se a isto o equilíbrio existente na Assembléia e a indefinição de um grande centro que tem a força numérica de decidir.



O Brasil vive um novo processo constituinte, marcado pelas características do momento, condicionado à correlação de forças sociais, econômicas e políticas da atualidade, mas com um horizonte mais amplo do que os anteriores.

Caracteriza o pensamento popular do país uma certa tendência a perder sem disputar, naufragar na praia ou morrer de véspera. Este perfil desmobilizador está muito presente nas correntes que dão por perdida antecipadamente a tarefa constituinte, que estaria irremediavelmente comprometida pelo caráter conservador da Assembléia e pela forma de sua eleição.

Es specular sobre o processo, sem ilusões a respeito e sem este complexo de derrota prévia, é a intenção deste artigo.

Convocação e eleição

Com a consciência popular ausente ao difícil assunto, à exceção de uma pequena ponta mais mobilizada e radicalizada da sociedade, deu-se a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

O ato convocatório é ponto básico de um processo constituinte. Juridicamente, o ato é o limite único do poder de uma Constituinte. Ele desenha, por isto, o perfil da futura Assembléia.

A convocação, no atual caso brasileiro, deu-se por dentro da Constituição vigente à época e de legitimidade muito contestada: a Constituição de 67, com a Reforma de 69, a primeira elaborada por um Congresso em fim de legislatura e a segunda decretada por uma Junta Militar.

Na forma de Emenda à Constituição, com o nº 26, o ato convocatório deixou de ter o rompimento revolucionário com o ordenamento vigente. Convocou a formarem a futura Assembléia os "membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados...". Portanto, definiu que os constituintes seriam eleitos sob a forma

de senadores e deputados federais, num pleito dentro das regras normais do jogo eleitoral.

Precedera o ato convocatório uma outra Emenda, a de nº 25, que ousara uma reforma eleitoral e partidária ampla, mas não complementada pelas necessárias legislações ordinárias e por isto um tanto prejudicada na sua aplicação. Esta reforma resolveu alguns problemas velhos da República (voto do analfabeto, livre organização partidária...) e outros, como a presença dos eleitores do Distrito Federal na representação constituinte. Também deu mais vida política ao país, criando a situação de não termos, pela primeira vez na História, município algum sem prefeito eleito, alcançando a regra do voto popular até os prefeitos de cidades dos Territórios, além das capitais, estâncias hidro-minerais e áreas de segurança.

A coincidência com as eleições de governador e o filtro de um pleito habitual, além de outros fatores como a forte presença do poder econômico e do poder político estabelecido, criaram comprometimentos irreparáveis à representação constituinte, se bem que não tão graves como em outros momentos de nossa evolução política.

Por outro aspecto, o ato convocatório inovava. Foi a primeira vez na era republicana que a Constituinte foi convocada sem os freios de não poder atingir República e Federação, o que lhe dá uma substância de maior autonomia. E foi declarada "livre e soberana" no próprio ato, o que também é uma inovação.

Em plenário do então Congresso, e pelo voto majoritário dos deputados, contra a opinião dos senadores da época, foi retirado do texto do ato convocatório um dispositivo que obrigaria ao funcionamento congressual da futura Constituinte, ou seja, que proclamava que os senadores e deputados federais reunir-se-iam na Assembléia, unicameralmente, livre e soberana, mas sem prejuízo de suas atribuições normais.

Como ficou escrito, a convocação estabeleceu a eleição congressual dos constituintes, mas não o funcionamento congressual da futura Assembléia.

Isto, aliás, iria ser chão para muito debate e disputa na instalação e primeiros dias de funcionamento da Constituinte. Ela, na sua soberania e liberdade, estava autorizada a decidir sobre como poderia funcionar e como seriam as atividades de legislação ordinária durante o tempo constituinte.

Uma emenda a uma lei ou a uma Constituição pode determinar-lhe o prazo final de vigência. De certa forma, ao estabelecer que no dia primeiro de fevereiro os membros da Câmara e do Senado reunir-se-iam em Assembléia Nacional Constituinte "livre e soberana", a Emenda nº 26 decretava que a partir daquele momento haveria uma soberania não alcançada pela Constituição de 67. Portanto, técnica e juridicamente o ato convocatório, na forma de emenda a uma Constituição vigente, não representava obstáculo intransponível para a soberania da Constituinte, como alguns teimaram em ver com respaldo em consideráveis forças dentro da própria Constituinte.

O perfil da Constituinte

Muitas vezes foi dito que da eleição congressual, fortemente influenciada pelas forças políticas estabelecidas e continuistas e pelo poder econômico, resultaria um corpo constituinte absolutamente dominado pelo conservadorismo.

O resultado do poder econômico no pleito não foi aquele apregoado pelos que o usaram e pelos que o condenaram. Mas existe uma presença não desprezível na computação estatística comprometida com a atividade lobbística de alguns setores.

A influência governamental e do momento psicossocial em relação às políticas vigentes foi marcante, mas não é de se desconhecer que se a opinião pública tem comportamento pendular ou variável em relação ao sucesso ou insucesso de regras econômicas e iniciativas do Executivo, o mesmo acontece com a representação parlamentar.

Aqueles que proclamam o comprometimento irremediável do corpo representativo e a derrota prévia dos interesses populares, não atentam a um dado relevante. Esta é a primeira Constituinte no Brasil com um predomínio do urbano e de sua complexidade. Ela se faz liderada por um pensamento modernizante da classe média.

Pensar que isto pudesse significar até a discussão verdadeiramente qualitativa do tipo de sociedade, indo à contestação de sua organização capitalista, em cima da liberdade individual, da livre empresa, da propriedade como direito, embora submetido a conceitos sociais, etc., seria descompromisso com a realidade.

Mas negar a possibilidade de avanços, e esquecer o caráter urbano e moderno da representação obtida, é igualmente um equívoco capaz de comprometer chances concretas de intervenção popular e da obtenção de mudanças.

Reconhecer uma Constituinte liderada pelas elites nacionais de hoje não é mais submetê-la aos interesses de oligarquias regionais e de grandes proprietários rurais. É pensá-la tentando construir um Brasil que se assemelhe um pouco ao capitalismo mais bem-sucedido e socialmente menos selvagem de países da Europa Ocidental e do mundo desenvolvido.

Analistas de reconhecida capacidade na ciência política têm chegado a um perfil da Assembléia mais ou menos reduzível aos seguintes percentuais, sujeitos a pequenas variações: 30% de conservadores e direitistas; 30% de liberais progressistas a correntes de esquerda; 40% de um centrão variável conforme o tema e capaz de alianças à direita e à esquerda.

Nesse centro poderoso, sem dúvidas que pesará a posição governamental, o que é um problema. Nem sempre os membros de um governo de transição, vale dizer um governo provisório, diferenciarão seus interesses imediatos da construção do novo regime, instituições e sistema duradouro para o país. É assim que um tema como o do mandato do governo de transição tem maior repercussão nas áreas governistas e oposicionistas do que a

discussão de algumas opções mais definitivas e fundamentais para o país. É também por este aspecto do predomínio do transitório e do imediato que a discussão sobre a forma de governo parlamentar ou presidencial pode ter influência casuística dos interesses imediatistas do governo transitório, ou até dos presidenciais de amanhã.

Perspectivas do processo

O processo constituinte significa a construção de uma ordem nova. Por isto, ele é sempre instabilizador e intranquilo. Nele dá-se o forte combate entre o instituído e antigo e o por instituir e mudancista.

O brasileiro também estava despreparado para este aspecto crítico do tempo constituinte e não se preocupou muito com as suas instabilidades. Agora, manifesta-se preocupado e angustiado. As forças próximas do Poder tiveram maiores cuidados a respeito e construíram as barreiras para caracterizar de tempestade qualquer sopro real de mudança e assim controlar a soberania da Constituinte.

Quem pode constituir o novo, tem que ter os poderes para garantir a passagem do antigo para o que vai ser instituído. O poder constituinte tem de ser o poder de promover a mudança concreta das instituições e estruturas, do contrário não existe. O poder constituinte não é uma comissão de redação de uma nova Carta; é o poder de substituir regime, forma de governo, estruturas políticas, econômicas e sociais. Tem poder de criar o novo quem concretamente tenha condições de garantir sua vigência.

Estamos agora vivendo as dores do parto de uma nova ordem constitucional; e, por isto, o confronto entre os que querem a manutenção do *status quo* e os que ousam criações renovadoras.

O caldo da crise vai acompanhar todo o processo constituinte; é preciso que não nos assustemos com isto. Mudar é difícil até na vida

pessoal e nos aspectos funcionais, profissionais ou familiares. Que dizer do mudar da ordem jurídica e social de uma Nação-Estado!

A cada momento do processo constituinte teremos confrontos, instabilidades e resultados em geral imprevisíveis. Some-se a isto o equilíbrio existente na Assembléia e a indefinição de um grande centro que tem a força numérica de decidir.

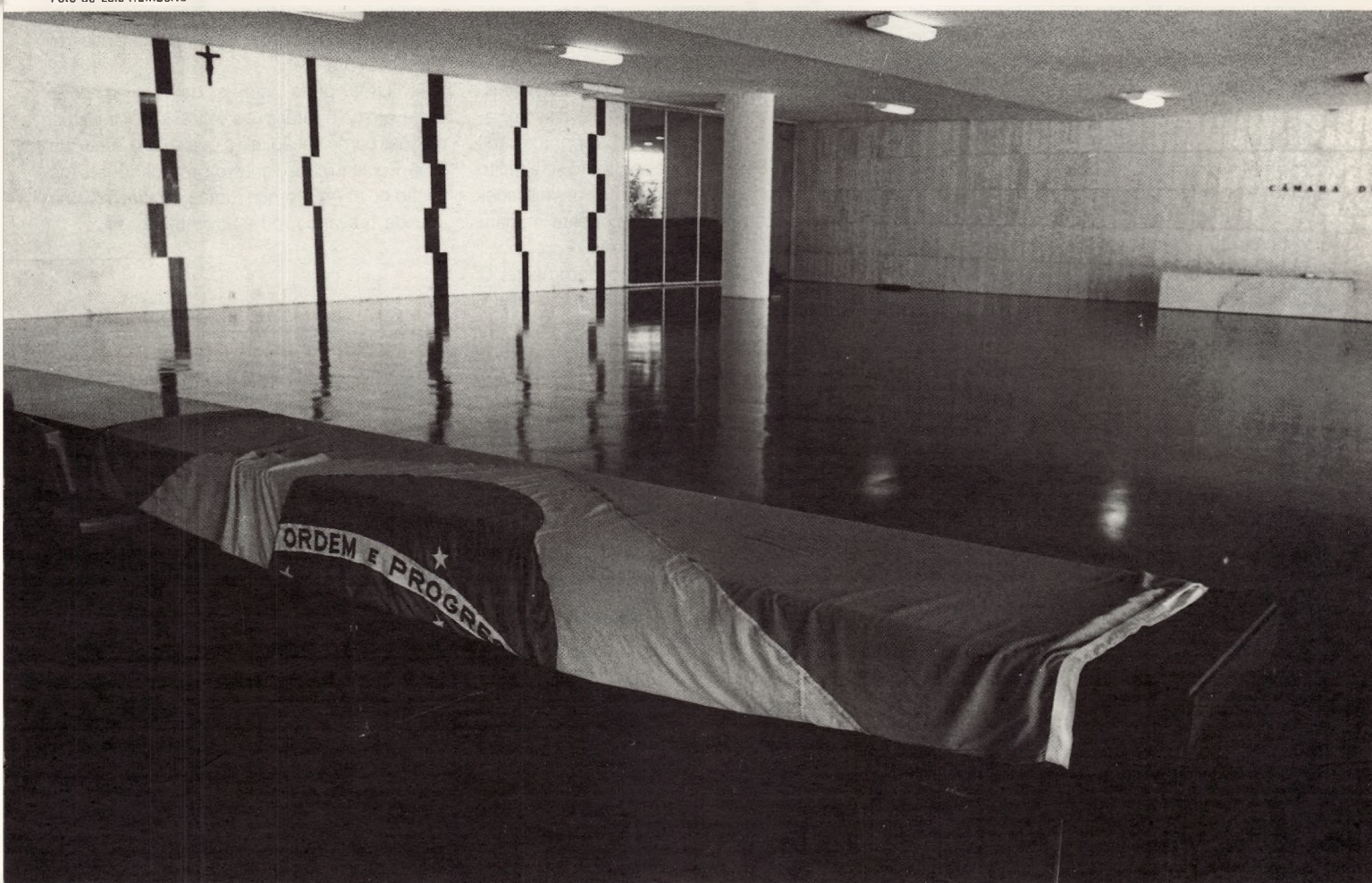
De outra parte, a Sociedade Brasileira de hoje não é a de 91, 34, 46... Verdade que temos uma enorme massa alienada e uma miséria absoluta que marginaliza politicamente milhões de brasileiros; ou que tivemos campanha eleitoral não vinculada estritamente ao processo constituinte; que temos muito de descrédito e de desinteresse aguçados pela situação econômico-social. Mas somos hoje uma sociedade mais organizada e participante do que fomos nos momentos de mudança constitucional anteriores.

E se 91 foi tão criativo a ponto de organizar uma ordem diferente da anterior em pontos básicos como a Federação, a República, o papel dos militares, o modelo de sociedade... se 34 teve a ousadia de uma Constituição fortemente nacionalista (bancos estatizados e subsolo nacionalizado), embora de duração efêmera, talvez por falta de base social concreta... se 46 soube projetar um modelo de nação liberal com matizes sociais, como foi desejo logo depois do fim da Segunda Guerra, não podemos duvidar que os brasileiros sejam capazes de, neste processo constituinte com limitações e defeitos que não estiveram ausentes dos anteriores, construir uma ordem moderna e procurar alternativas novas para diferentes problemas.

O corpo representativo é o resultado destas nuances e componentes. Tem os contrastes e confrontos que a realidade apresenta. Porta as indefinições e equilíbrios gerados pelo processo, pela realidade político-social do país e pelas distorções que o sistema representativo entre nós ainda enfrenta.

Daí que as perspectivas serão sempre oscilantes e também críticas. O início dos trabalhos da Assembléia deu um tom a respeito:

Foto de Luis Humberto



*Fazer neste espaço
berço
pra não ser túmulo*

*fazer desta ação
ofício
pra não ser vício*

*fazer deste instante
novo
pra não ser outro.*

Tetê Catalão

as dificuldades de ela decidir sobre os limites da própria soberania e os impasses em torno de um Regimento com enfoques bastante amplos. Um projeto de Constituição que nasce de várias subcomissões temáticas e não de uma Comissão de Projeto é algo inovador e até tecnicamente arriscado. As audiências públicas obrigatórias das subcomissões temáticas e o direito de proposição para 30 mil cidadãos como se fossem um constituinte, que constaram do substitutivo oficial do relator, significam passos reivindicados por movimentos populares e entidades, ousados para qualquer processo constituinte, mesmo tomando-se por termo de comparação a reconstitucionalização dos países que após a Segunda Guerra passaram por regimes autoritários. O plebiscito ou o *referendum* popular tem estado nos

debates da Assembléia com uma forte presença e decisões traumáticas.

Por outro lado, a Assembléia viverá o permante risco de ser atropelada por uma formação de centro-direita muito forte, com apoio no próprio governo de transição, que venha a se impor num determinado momento para encurtar o processo, fechá-lo e decidir logo um texto de Constituição não tão mudancista.

O risco e a polêmica serão marcas deste processo constituinte.

Questões de avanço

Os movimentos pendulares podem levar a Assembléia até a radicalizar sobre a participação futura do Legislativo e a construir algumas

soluções nada práticas como certos institutos de 46. Foi assim na História: ao centralismo do Império, a primeira Constituição republicana respondeu com um federalismo que terminou fortalecendo oligarquias regionais e provocando o Movimento de 30; à ditadura de Vargas, a Assembléia de 46 contrapôs um Poder Legislativo muito forte, mas que se revelou um tanto ineficaz e até instrumento anti-reforma e anti-mudança.

Não é irracional esperar-se pela construção de um novo equilíbrio entre os poderes e um Legislativo que responda às necessidades da atualidade. Ele, Legislativo, vem sendo alvo de análises e críticas que possibilitam uma revisão de suas tradições imobilistas.

A discussão parlamentarismo/presidencialismo tem sido muito fértil no âmbito das

elites brasileiras, embora um tanto ausente da população, com sua cabeça bem presidencial desde a família ou a escola, e pode dar frutos inovadores.

Todavia, o avanço maior que se pode esperar do atual processo é o enfrentamento correto de questões novas, muitas das quais oriundas do caminhar da humanidade.

O papel da mulher na sociedade, a concreta igualdade racial, a defesa do patrimônio nacional em definições mais amplas, a questão tecnológica, os direitos do cidadão perante o mundo do futuro e suas inovações, direitos sociais e outros, são pontos em que teremos passos novos.

Para estes, há uma nova correlação de forças favorável, em face da urbanização do perfil da representação popular, dos espaços nos meios de comunicação e da mobilização diferente da opinião pública.

Difícil é especular sobre as relações Estado/Economia, as funções e os limites da propriedade, o papel dos militares e das Forças Armadas no regime democrático, a tradicionalmente polêmica parte tributária e a discriminação de recursos. Estes e outros são pontos onde o grau de divergência e de confronto será muito grande no corpo constituinte e as possibilidades de ganhos concretos para a corrente mudancista tornam-se difíceis de avaliar.

Ao moderno chegaremos facilmente. O mais justo para todo o povo, teremos dificuldades para alcançar. Em tudo isso é preciso também pensar que não basta lutar para que seja escrita a melhor Constituição; mas que seja um ordenamento realizável pelo povo brasileiro com as grandezas e limitações que este possua.

A Constituição, aliás, como estatuto que é, deve ser tratada como uma possibilidade. Uma porta que é melhor que esteja aberta; ela

fechada é impedimento ao passo seguinte; ela aberta é possibilidade, mas não garantia do passo adiante.

Uma porta através da qual o povo escreva sua História e realize suas transformações como nação, eis o que seria o "ideal" de uma Constituição diante da realidade viva da nação hoje. Até porque, uma porta fechada ou impede o avanço, ou é arrombada... ●

João Gilberto Lucas Coelho é radialista, professor de História e advogado. Especializou-se na vida parlamentar em Direito Constitucional, e foi relator da Emenda nº 25 da Constituição (reforma eleitoral e partidária). É membro, entre outras, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, e diretor do Centro de Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da Universidade de Brasília.

Resumen

Democracia y Asamblea Constituyente

EL AVANCE POSIBLE

Estamos ahora viviendo los dolores de parto de un nuevo orden constitucional y, en consecuencia, una confrontación entre los que quieren mantener el *status quo* y los que osan innovar. El ambiente de crisis va a acompañar todo el proceso constituyente, y es necesario que no nos asustemos. Cambiar es difícil hasta en la vida personal y en aspectos funcionales, profesionales y familiares. ¿Qué decir, entonces, de un cambio en el orden jurídico y social de una nación-estado? A cada etapa del proceso constituyente tendremos confrontaciones, inestabilidades y resultados, en general, imprevisibles. Súmese el equilibrio existente en la Asamblea y la indefinición de un gran centro que tiene la fuerza numérica de decidir.

Abstract

Democracy and the Constitutional Assembly

THE ACHIEVABLE PROGRESS

Brazil is writing a new constitution, marked by the characteristics of the moment, conditioned by the confluence of current social, economic and political forces, but with a broader horizon than previous attempts.

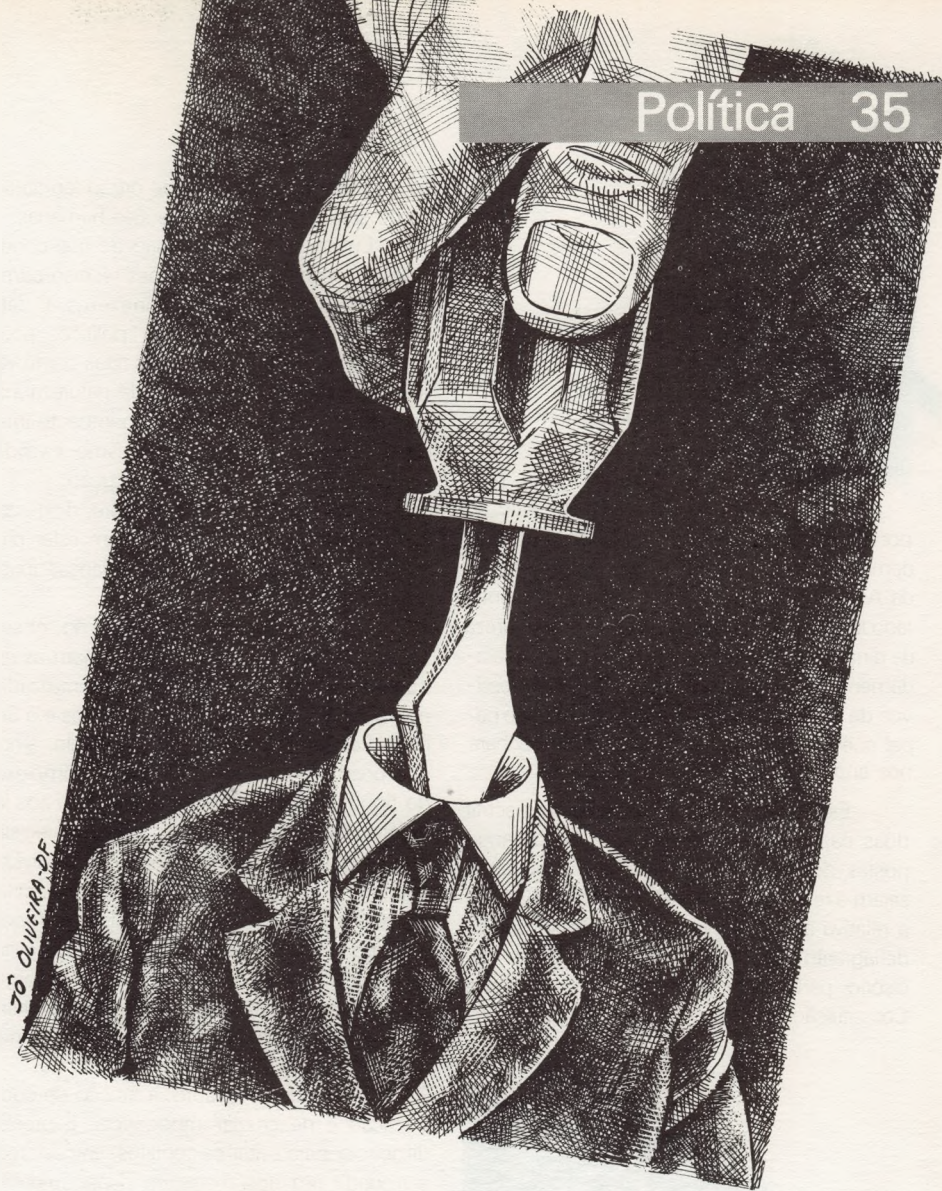
There is a certain tendency in the popular mind to lose without a fight, to sink near the beach, to die on the eve. This demobilised profile is very much present among the groups which take loss for granted in the constitutional task, which they consider hopelessly compromised by the conservative nature of the Assembly and the manner of its election.

The purpose of this article is to speculate about this process without illusions and without this defeatist complex.



9 300 leitores de todo o Brasil recebem o Constituinte em casa E VOCÊ?

Para assinar, basta escrever para Caixa-Postal 02-0441,
CEP 70001, Brasília-DF ou para Av. W-3 Norte,
Quadra 506, Ed. Sagitarius, Sala 216, Brasília-DF.
Ou ainda pelo telefone (061) 272-0208



No Congresso Nacional sempre existiu o *lobby* oficioso, isto é, dissimulado. Há muitos anos representantes de empresas sempre foram vistos nos corredores e nos gabinetes, argumentando, trazendo subsídios, enfim, tentando influir nas decisões. E essa atividade, de um modo ou de outro, vem sendo exercida por grupos cada vez mais diversificados. Sindicatos, associações de categorias funcionais, representantes de grupos sociais e mesmo as igrejas têm estado presentes

Paulo Vieira da Silva
Antonio Neuber Ribas

Assessoramento e lobby no Congresso Nacional

no Senado e na Câmara dos Deputados. Vários fatores estão a indicar que o *lobby* estará em breve sendo exercido mais livremente, com mais transparência, criando condições para a sua institucionalização como meio legítimo de barganha não só nos corredores e ante-salas do Congresso Nacional, como na própria estrutura do setor público em geral.



O cenário político brasileiro tem-se caracterizado, nos últimos dois anos, pela liberalização que, se

por um lado serve como antevisão da efetiva democratização que se almeja com a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, por outro lado levanta sérias questões quanto à natureza da dinâmica do processo legislativo, comparadamente com os anseios de setores expressivos da sociedade brasileira quanto ao novo papel que o Congresso Nacional desempenhará nos anos vindouros.

Este trabalho tem o propósito de discutir duas das grandes questões que estão sendo postas dentro do Congresso Nacional, quais sejam a relativa ao assessoramento legislativo e a relativa aos mecanismos de pressão que se deflagram para condicionar o processo decisório parlamentar na elaboração da nova Constituição do país.



Administração legislativa

A administração pública, dotada de sistema rígido de normas e procedimentos e comprometida com a organização formal, é estruturada e exercita suas atividades em consonância com o modelo burocrático. Em um órgão legislativo, a dinâmica de seu funcionamento faz ressaltar a organização informal. Nele, as relações sociais, mais do que em qualquer outra organização formal, exigem a atenção e a perícia do dirigente, que procura tirar proveito do fenômeno em favor dos objetivos, resguardando sua autoridade, buscando o fortalecimento da coordenação e exercitando uma qualidade que deve ser uma característica de sua

personalidade: o dirigente de órgão legislativo há de ser um *expert* em relações humanas.

Em tal contexto, as variáveis que condicionam o exercício das funções técnico-administrativas são mutáveis e complexas. O fato convergente, institucional ou político, pode comprometer alternativas antes tidas como válidas e definitivas. Mudanças de natureza institucional e mesmo internas têm impacto imediato e podem superar ou mesmo invalidar planos aprovados e até em execução.

Atuando dentro deste quadro, dirigentes e servidores dos legislativos devem estar preparados para conviver com mudanças inusitadas e frequentes.

No que concerne à organização, observava-se que nos legislativos predominam as estruturas administrativas departamentalizadas por funções. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal não escapam à tradição, ainda que possuam organograma misto, complexo, do tipo funcional-assessoria. É comum aos legislativos a dicotomia entre as atividades legislativas propriamente ditas, consideradas atividades-fim, e as atividades administrativas, ditas atividades-meio. Uma função de direção importante no legislativo consiste na ação para evitar superposição entre os dois componentes organizacionais ou conflitos de competência, criando entre eles clima de comprometimento que conduza a uma salutar interdependência.

Diante desse quadro, a função de coordenação é de crucial importância. É preciso diligenciar para evitar os conflitos, unir esforços e impedir um dos males da departamentalização: o de julgar-se determinado componente de estrutura o mais importante, o indispensável, pretendendo sobrepor-se aos demais em prejuízo dos objetivos finais e maiores da organização.

Por outro lado, o processo decisório exige no Legislativo habilidade e invulgar discernimento. Nos legislativos a autoridade é difusa — há muitos centros de poder. Alguém já identificou neles uma "administração de muitos patrões". Contornar a unidade de comando não-ortodoxa, onde nos diversos níveis a autoridade se interpõe e se interfere, fazendo reverter a autoridade ao comando administrativo superior, é desafio e exercício que a cada passo o dirigente tem que enfrentar. Nesta contingência, deverá o administrador cuidar, como queria Herbert Simon, da decisão e da execução, não permitindo que se separem a política, responsável pela fixação de diretrizes, e a administração, voltada para a execução. Esta integração é problema a ser encarado e solucionado. É, pois, neste contexto que está inserido o assessoramento legislativo, *staff* de nível superior, estruturalmente ligado às atividades legislativas e encarregado de dar apoio técnico-legislativo

aos parlamentares, às Comissões, às Mesas da Câmara e do Senado e à instituição congressional.



O assessoramento como função

Os analistas organizacionais costumam distinguir dois tipos ocorrentes de atividade-meio. De um lado, os chamados serviços auxiliares, que constituem a administração geral (pessoal, material, orçamento, finanças, patrimônio e outras funções afins), e que são de *natureza permanente*, presentes em qualquer organização, da mais simples às mais complexas. Constituem eles as atividades comprometidas com a sobrevivência da própria estrutura da organização e apoiam a consecução de seus objetivos finalísticos: são de *natureza material*.

De outro lado, as atividades de estado-maior (aconselhamento, assessoramento, pesquisa, inspeção e afins), de *natureza intelectual* e que assumem condições de permanência apenas nas organizações complexas. O compromisso desse tipo de atividade é com a geração de alternativas para tomada de decisão pelo corpo dirigente da organização. Não pode, portanto, envolver-se com problemas de execução.

Vale resumir: os serviços auxiliares são eminentemente voltados para a *norma* e oferecem apoio material; o assessoramento é voltado para a *direção* da organização e oferece apoio intelectual.

O compromisso do assessoramento é, portanto, com os escalões incumbidos da decisão e, por isso mesmo, o órgão de assessoria deve necessariamente estar subordinado ao nível de direção para poder cumprir sua tarefa com isenção e sem eventuais pressões num sentido ou no outro, bem como para atender a necessidade de exame em profundidade do problemas, situações ou demandas com vistas a favorecer o processo decisório (da direção ou das pessoas diretamente envolvidas com a consecução dos objetivos da organização).

A tarefa básica do assessoramento é a de examinar assuntos complexos em profundidade e oferecer subsídios para o processo decisório. Daí decorrem alguns corolários fundamentais para que o aconselhamento seja exercido a contento:

1. O assessor deve conhecer em profundidade determinada área ou setor que interesse à organização;
2. O assessor não é, por natureza, comprometido com a organização e suas normas, embora a elas esteja formalmente subordinado; ele está mais comprometido é com o seu campo profissional, a cujos princípios éticos prefere obedecer;
3. A direção tira proveito hábil do assessor se souber ajustar mecanismos de chefia e vínculos hierárquicos, de molde a corresponder à natureza especial dessa atividade. As técnicas de chefia não podem ser as mesmas adotadas para os demais setores da organização, pois na assessoria o problema do alcance de controle é crucial; por outro lado, as funções de controle devem ser exercidas *com* em vez de *sobre*, bem como esse controle deve ser sobre *fatos e resultados* e nunca sobre *pessoas*.

Até mesmo a questão do tempo para execução de uma tarefa deve ser objeto de cuidadosa atenção sob pena de levar o assessoramento ao mesmo nível dos serviços auxiliares e de, por outro lado, conduzir o assessor a comprometer a sua ética e apresentar trabalhos tratados perfunctoriamente e, conseqüentemente, passíveis de não corresponderem à expectativa do assessorado. Aqui sobressai a questão da confiabilidade.



Assessoramento no Congresso Nacional

Seja para o desempenho de sua função mais tradicional, a de legislar, seja para o exercício de sua função cada vez mais importante de

fiscalizar a administração da União, o Poder Legislativo pratica um processo decisório que pressupõe o exame circunstanciado dos assuntos sob sua responsabilidade. Ramo eminentemente político do governo da União, o Legislativo tem absoluta carência de informações fidedignas. Como seus agentes, os parlamentares, por sua vez, não podem prescindir, para tomada de decisões de natureza política, de informações confiáveis e disponíveis no instante em que são necessárias.

Como bem afirmou Ana Maria Brasileiro, as estruturas montadas no Congresso Nacional, na área legislativa, entre elas as de assessoramento legislativo, têm por objetivo "auxiliar o parlamentar a reunir objetivamente os dados de que tem necessidade, ajudá-lo a definir os problemas, a formular as alternativas de soluções, a pesar suas vantagens e inconvenientes e, finalmente, a estabelecer a opção mais aconselhável" para a decisão política.

Aqui se pretende expor experiências e problemas do assessoramento legislativo que, esperamos, possam servir de ponto de partida para reflexão e debates. A ótica será a da Câmara dos Deputados, onde servimos, mas não se deixará de abordar a experiência alheia, naquilo que dela supomos conhecer, vale dizer, a assessoria do Senado Federal.

O assessoramento institucionalizado no Senado é anterior ao da Câmara dos Deputados e já existe há mais de duas décadas, enquanto os núcleos iniciais de assessoramento da Câmara datam de quatorze anos atrás. Ambos os assessoramentos partiram de pequenos núcleos iniciais, inespecíficos quanto às áreas de conhecimento, mas adquiriram ao longo do tempo condições de permanência como função técnico-especializada.

Quanto ao processo de seleção dos assessores, observou-se em ambas as Casas, em dado momento, o da livre escolha, sem desprezo ao mérito e experiência funcional. Exigiu-se sempre a diplomação em curso do nível superior, e ao processo de livre escolha sucedeu o da exigência de exame de títulos e de provas de capacitação.

O assessoramento difuso — No Congresso Nacional há vários níveis e especializações do assessoramento, que podem ser classificados em dois grupos: interno e externo. No âmbito interno incluir, em primeiro plano, as secretarias gerais das Mesas, seguidas das assessorias especializadas e institucionalizadas que prestam apoio técnico-legislativo, orçamentário-financeiro e de divulgação. Há assessores dos membros da Mesa, das lideranças partidárias e da administração. Além disso, as próprias comissões acabam por assessorar os plenários, oferecendo-lhes pareceres para a tomada de decisão.

No assessoramento externo, aquele que está fora da estrutura do Congresso Nacional, mas que para ele se volta, nele tem interesse e age dentro dele, pode-se distinguir o dos partidos políticos, das entidades de classe, assessorias parlamentares do Poder Executivo, conselhos e associações e entidades privadas que oferecem serviços de assessoria.

Sobre as entidades privadas, que constituem os grupos de interesse, os de pressão e o *lobby*, trataremos adiante. Aqui estaremos abordando o assessoramento técnico-legislativo, aquele voltado para a elaboração de proposições e estudos e para os pronunciamentos parlamentares.

O tamanho das assessorias — Os parlamentares sempre ambicionaram poder dispor de assessoramento da mesma dimensão e diversificação técnica daquele de que dispõe o Poder Executivo. Tal pretensão é inatingível; sequer os parlamentares dos países mais ricos e desenvolvidos logram alcançá-la. Entendemos que a assessoria do Legislativo deva ser constituída de grupos, áreas ou núcleos de especialização, cobrindo o maior número possível de ramos do conhecimento humano. Os ramos que importam em alta especialização ou de demanda reduzida seriam supridos pelo assessoramento externo e eventual. Tal modelo vem sendo implantado no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, o assessoramento externo será acionado quando não se dispuser de técnico da especialidade ou no caso de os existentes não constituírem número suficiente. A procura desse assessoramento é facilitada pela existência de um Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, sempre acionado quando necessário.

Assessoramento técnico e assessoramento político — Há algum tempo, um órgão da imprensa de São Paulo teceu críticas ao desempenho do assessoramento da Câmara e, em entrevistas, induziu alguns deputados a emitir opiniões que, se não desairosas, pelo menos não correspondem à verdade dos fatos. Dizia o jornal que a assessoria técnica da Câmara não tem qualquer compromisso com a linha programática dos partidos, limitando-se aos aspectos técnicos das proposições que lhe são solicitadas e por essa razão nem sempre atendem às necessidades das lideranças partidárias. Um dos líderes chegou a dizer que deveria haver uma completa revisão nos quadros da assessoria técnica, lembrando as mudanças políticas que se processaram no país e que não teriam sido acompanhadas por seus funcionários. Afirmou também que os assessores estão politicamente defasados no tempo e no espaço e que seu partido tem uma proposta ideológica, enquanto a assessoria emite propostas meramente técnicas. Em trabalho assinado, onde analisava o desempenho de diversos órgãos da Câmara

ra dos Deputados, um ex-parlamentar afirmava que o de que necessita o parlamentar é de alguém que deve pesquisar para ele, selecionar informações, fazer a triagem, dizer-lhe os prós e os contras e, finalmente, entregar-lhe um trabalho elaborado para que ele faça a opção de acordo com a concepção política. Dizia "que os assessores são os 'pareceristas' da Casa, relegando atividade mais nobre, a de ser assessor, a um plano secundário. Poucos são os que realmente assessoram e, além do mais, estão sendo esmagados por uma rotina que embota e inutiliza os cérebros mais privilegiados. Se a assessoria frustrou as expectativas embora conte com um quadro de excelentes funcionários, altamente qualificados, alguma coisa está errada". Ainda na análise do ex-parlamentar o "assessoramento de fato aos parlamentares, inclusive racionalizaria o processo legislativo, onde uma enormidade de projetos, sejam inconstitucionais, inócuos ou profundamente desarticulados de nossa realidade sócio-econômica, têm sobrecarregado as Comissões Técnicas da Casa (algumas delas, porque outras não têm o que fazer) a Ordem do Dia, o tempo dos Parlamentares, levando-os a dedicar a maior parte de suas atividades na apreciação de matérias sem o menor interesse nacional ou de conteúdo desconexo e mesmo contrário à realidade brasileira, como os projetos declarando "O Dia Nacional de Qualquer Coisa".

A análise, ainda que superficial, de tais críticas mostra estarem elas evadas de incoerência. Quer-se que as assessorias trabalhem politicamente e se critica a postura técnica, ao mesmo tempo em que se cobra atuação técnica, criticando-se o que é feito com orientação política. É necessário que se diga que os órgãos de assessoramento legislativo ou parlamentar institucionalizados são e serão aquilo que os parlamentares desejarem que eles sejam. As assessorias, pela sua própria conceitualização doutrinária, não têm poder decisório, não exercem comando, senão o de idéias. Elas fazem, em última instância, aquilo que os parlamentares decidem. Podem, e quantas vezes o fazem, aconselhar ou ponderar com argumentos de ordem jurídica e técnica, mas acabam cedendo ao comando dos assessorados.

Concordamos que o assessoramento partidário deva ter afinidade programático-ideológica com as diretrizes das agremiações, daí julgarmos que ele deva estar nas lideranças, e, externamente, na estrutura organizacional dos partidos políticos. O assessor de partido que acredita na pregação político-ideológica partidária trabalhará motivado, e com certeza empenhar-se-á mais e produzirá melhor.

Outro ponto a ser considerado é o da facultatividade da demanda às assessorias. A elas recorrem os parlamentares, ou as comis-

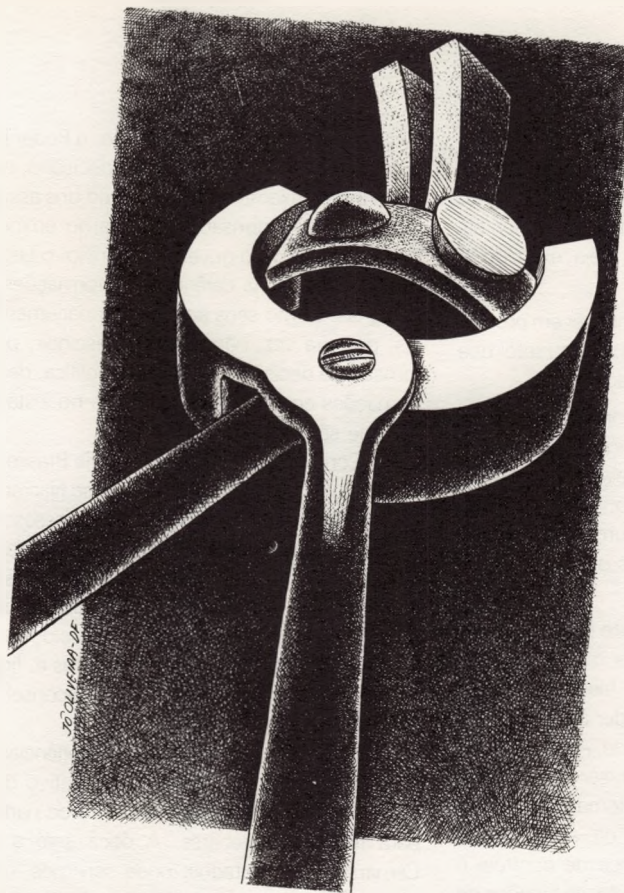
sões, se assim entenderem necessário. Há a falsa idéia de que as assessorias atuam compulsoriamente em todos os assuntos que estejam sujeitos a deliberação, daí serem alvo de críticas injustas. Citamos como exemplo o projeto que favoreceria os administradores e donos de instituições financeiras em liquidação. Quando da má condução da matéria na Câmara, houve críticas da imprensa ao desempenho da assessoria. Ocorre, entretanto, que em nenhum momento foi solicitada a colaboração do órgão no estudo da questão.

Ainda nos reportando às críticas apontadas pelo ex-parlamentar retromencionado, temos de reconhecer que a rotina imposta aos assessores é esmagadora mas, infelizmente, inevitável. Quase sempre, as assessorias são mal utilizadas pelos assessorados. Seria de todo desejável dispusessem elas de número de especialistas e de tempo para dar ao parlamentar o reclamado. Desafortunadamente, as condições ainda são adversas.

Centralização e descentralização do assessoramento — Uma das questões controversas do assessoramento é a que procura definir se ele deve estar concentrado em um órgão central, sob comando único, ou se deveria estar atomizado, difuso pelos setores que deles carecem. A Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados, por exemplo, constitui-se em órgão central do assessoramento voltado para a elaboração legislativa e redação parlamentar. A direção tem-se batido sempre pela unidade do

órgão como a melhor opção para a produtividade, a interdisciplinaridade, a valorização do órgão e de seus integrantes. No Senado Federal o assunto foi objeto de estudo contido em análise global dos problemas de assessoramento, elaborado por comissão especial.

No que diz respeito à descentralização do assessoramento, esse estudo concluiu que a desvinculação do assessor de seu órgão próprio, a assessoria, além de ser absolutamente desaconselhável (até mesmo para que não seja oficializada ou consentida uma notória evasão) é, "implicitamente, vedada, de acordo com a correta interpretação sistemática do conjunto das normas regulamentares e regimentais vigentes" (cita dispositivos). Na Câmara dos Deputados é vedada a ação do assessor fora da assessoria legislativa. Sucessivas normas têm repetido a vedação e a última delas, a Resolução nº 34/85, dispõe que o deslocamento do assessor só será permitido quando for ele designado para atender a comissão permanente, temporária ou especial, e neste caso, salvo determinação superior, o assessoramento dar-se-á em tempo parcial e sem prejuízo de outros trabalhos que lhe sejam distribuídos conforme a necessidade do serviço. A Comissão do Senado manifesta-se em seu estudo contrária à descentralização que implique desvinculação funcional, inclusive pela sua presente inviabilidade legal. Ademais, conclui, "admitir a desvinculação equivale a aceitar o esvaziamento da assessoria e o conseqüente enfraquecimento da atividade de assessoramento".



Lobby ou grupo de pressão, no final espera-se que, do embate, nasça a norma legal.

O assessoramento às comissões técnicas — Como já foi dito, o assessoramento às comissões técnicas é feito sem prejuízo da vinculação do assessor ao órgão central de assessoramento. A propósito, a análise efetuada no Senado deduziu que não se pode desconhecer a importância fundamental das comissões e subcomissões, embora elas não esgotem toda a atividade legislativa e parlamentar. De outro lado, não originam exclusivamente as demandas da assessoria. Por tais razões, as propostas ou perspectivas de assessoramento junto às comissões, com deslocamento permanente de assessores, ainda que mantido o vínculo com a assessoria, não correspondem à melhor solução. Como argumentos contrários cita o esvaziamento operativo da assessoria e a dispersão dos recursos humanos, agravados pelo fato de que são poucas as comissões que mantêm constante atividade, e os assessores para elas deslocados seriam levados a relativa ociosidade, em contraste com a sobrecarga de trabalho dos demais.

Especialização versus ecletismo — A especialização tem sido preocupação constante dos órgãos de assessoramento das duas Casas do Congresso Nacional. Em certos casos, porém, a necessidade do atendimento imediato das solicitações obriga ao apelo à versatilidade ou polivalência e até ao “jogo de cintura” dos assessores. A norma vigente na Câmara dos Deputados prevê que as áreas de especialização serão intercomunicantes; serão distribuídos por conexão, na medida do possível, os trabalhos que não se enquadrem, a rigor, em nenhuma delas (cerca de 30% dos trabalhos na Câmara). No Senado Federal, o chamado ecletismo é entendido como a peculiaridade do assessoramento legislativo e parlamentar que obriga ao eventual emprego da capacidade intelectual do assessor em áreas disciplinares ou sobre matérias diversas das que lhe são mais conhecidas ou de melhor domínio. A própria comissão que estudou os problemas do assessoramento propôs critérios para a distribuição dos trabalhos neste particular. Assim, respeitada a manifesta inexperiência ou inaptidão de cada um, os seguintes juízos serão aplicados: “1) convite à colaboração com invocação das virtudes de solidariedade funcional e boa vontade pessoal; 2) convocação ao trabalho eclético observada a afinidade disciplinar da área; 3) demanda do assessor para o trabalho eclético, esgotadas as instâncias anteriores, urgência da tarefa, ausência de outros assessores ou necessidade do momento”.

No lúcido entendimento ali vigente a especialização terá primazia, mas o ecletismo terá pleno cabimento.



O novo Congresso Nacional, a Constituinte e o assessoramento

O Congresso Nacional tem encontrado dificuldade na mudança de postura, conseqüente do revigoramento de suas funções. O crescimento numérico da representação parlamentar e da área física de suas instalações são conquistas que pouco representam em si na sua afirmação como Poder. Marcado pela sua colocação em segundo plano nas grandes decisões nacionais, provocada pela hegemonia do Poder Executivo, o Legislativo está ainda mal feito dos traumas sofridos. Volta-se, agora, para a retomada das prerrogativas que lhe foram subtraídas e exercita no momento a tarefa invulgar de elaboração da nova Constituição. Restou-lhe pouco tempo para se instrumentar — e há dúvidas de que o tenha conseguido a contento — para o desempenho da ingente tarefa de legislador constitucional e legislador ordinário. A nova dinâmica de ação do Congresso Nacional não vai manifestar-se somente na legiferação, mas na função que mais deve preocupar os legisladores modernos — a *função fiscalizadora dos atos do Poder Executivo*. Nesta contingência, não pode ser esquecida a colaboração mais estreita e comprometida com sua destinação do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Legislativo. Não será bastante para o cumprimento do disposto no art. 45 da Constituição Federal apenas a reestruturação orgânica das comissões de Fiscalização Financeira e Controle do Senado e da Câmara. Há que buscar o comprometimento do TCU, integrando-o no novo processo político e técnico. Hoje, o Tribunal de Contas da União encontra-se “autarquizado”. O quadro não será diferente nos Tribunais de Contas dos estados.

A reforma e agilização dos controles, tornando-os de posteriores em concomitantes, transformá-los-á de punitivos em orientadores. E por que não raciocinar que o controle meramente contábil e legal possa vir a adentrar o mérito dos gastos públicos? O controle político qualitativo e ético da ação de governo talvez acabe ocorrendo, afinal e sobrepujando o controle meramente cartorial dos gastos.

A opinião pública nacional clama pela moralidade e austeridade da administração e cumpre satisfazê-la, acionando mecanismos eficientes, corretos e enérgicos de prevenção, correção e punição de irregularidades para a defesa do erário.

Finalizando esta parte da exposição, diríamos que o Congresso Nacional não deve somente buscar, mas empenhar-se com denodo em exercitar suas prerrogativas. E isto será conseguido se fortalecido seu poder fiscalizador, seu assessoramento e seu potencial de informática.



Lobby e outros mecanismos de pressão e influência

As entidades de classe, quer patronais ou de empregados, conselhos profissionais, associações e quaisquer outras entidades representativas, organizadas ou não, podem assumir uma postura reivindicativa para influir junto aos parlamentares, visando à obtenção de medidas de natureza econômico-financeira e outras de interesse do grupo que representam. Nesta qualidade, assumem a condição de grupos de interesse, que desejam participar dos debates, sugerir, apresentar subsídios e influir no processo legislativo. O grupo de interesse distingue-se do grupo de pressão, pois este assume posição radicalizada, radicalização que não deve ultrapassar os limites da lei. Sua característica principal é a da ação e energia, enquanto que o grupo de interesse assume atividades de maior passividade. Segundo Lauro Limborço, a ação e energia conferem forte representatividade às pessoas que formam o grupo de pressão, de sorte a terem meios de enfrentar e de tentar modificar os atos governamentais.

No seu *Dicionário de análise política*, Geoffrey Roberts conceitua o grupo de pressão como grupo organizado que tem como uma de suas finalidades exercer influência (ou pressão) sobre instituições políticas com o propósito de conseguir decisões favoráveis ou de impedir decisões desfavoráveis. Considera ele que tais grupos se distinguem dos partidos políticos por-

que têm interesses limitados e procuram exercer *influência*, enquanto os partidos têm interesse generalizado e buscam exercer o *poder*. O grupo de pressão diferiria do *lobby* no fato de que este tem como único objetivo influir na legislação ou na execução de determinada política. O grupo de pressão tem outras finalidades, tais como fornecer serviços e notícias a seus membros e atuar como organização de informações e relações públicas. Uma outra peculiaridade do grupo de pressão seria a sua organização, ao contrário do grupo de interesse (consumidores, idosos, aposentados, etc.), que pode não ser organizado, embora possa exercer influência. A ação dos grupos se exercitaria através de reuniões, manifestações públicas, debates, publicações, cartas, negociações, petições e vários tipos de participação em eleições.

Diz Arides Visconti que o exercício do *lobby* teria sido iniciado na Grã-Bretanha. O nome *lobby*, que em inglês quer dizer antecâmara, passadiço ou corredor, deve-se à presença de pessoas que, já no século XVIII, costumavam ficar nos corredores do Parlamento, aguardando a passagem de membros da Câmara dos Comuns para terem oportunidade de reivindicar ou solicitar a atenção dos mesmos para assuntos em discussão no órgão legislativo. Outros afirmam que o emprego do *lobby* é originário dos Estados Unidos quando, por volta de 1830, grupos de interesse freqüentavam as antecâmaras do Congresso com o propósito de influenciar os congressistas.

Seja qual for a sua origem, *lobby* vem-se constituindo, principalmente quando praticado por agentes de interesse opostos, em fonte de informações preciosas que dificilmente chegariam ao legislador através de seus próprios meios de pesquisa. A informação é a ferramenta principal do lobista. Evidente que essa informação não libera o legislador de possuir seus próprios sistemas de informação e assessoramento, porque os informes lobistas podem ser facciosos e unilaterais. O legislador deve fazer julgamento isento, sereno e independente. Nos Estados Unidos o *lobby* é praticado em todos os níveis administrativos — federal, estadual e municipal — e implica o interesse tanto de grupos empresariais como de sindicatos trabalhistas, minorias raciais, setores culturais e artísticos, ecologistas e consumidores. Segundo publicações especializadas, nos últimos dez anos o número de lobistas nos Estados Unidos saltou de 3.420 para quase 9.000, e foram declaradas despesas com *lobby* da ordem de 50 milhões de dólares, no ano passado, embora se estime que estas na verdade ultrapassaram um bilhão de dólares.

No que tange à liberdade de ação do *lobby*, nos Estados Unidos há limitações formais a essa prática de parte do Poder Executivo.

Essa limitação não impede, porém, que os órgãos públicos exerçam por vias indiretas pressões sobre o legislativo americano, chegando-se mesmo ao uso da sua clientela para pressionar o Congresso.

Em setembro de 1982, o "Jornal de Brasília" realizou uma mesa-redonda sobre *lobby* que reuniu, entre outras personalidades, os lobistas americanos Phillip Lesly e Ernest Wittenberg e o sueco Goran Sjöberg, este vinculado a uma multinacional de relações públicas. Quando perguntados sobre o âmbito de ação dos lobistas e sobre quem é mais permeável nos EUA, ou quem mais ouve os lobistas, os dois participantes americanos responderam que há acesso por todos os lados: executivo, legislativo, ministérios, departamentos e assim por diante. Chegaram mesmo a afirmar que os lobistas podem ter acesso até a setores da própria Casa Branca. A única exceção, segundo eles, eram os tribunais federais e estaduais, que se mostravam infensos à presença dos lobistas.

Mas, em artigo publicado na revista *Diálogo*, em 1978, Michael McClosky, diretor-executivo do Sierra Club — forte grupo lobista americano vocacionado para questões relativas à defesa do meio ambiente —, afirma que o acesso dos lobistas ao legislativo foi acrescido do acesso aos tribunais americanos a partir dos anos 70. Os *lobbies* de defesa dos interesses públicos (sem interesse econômico, que tratam de assuntos como pobreza, guerra, desarmamento, direitos civis, direitos dos consumidores, das mulheres e dos índios, e defesa do meio ambiente) passaram a forçar a sua presença nos órgãos do Poder Judiciário para defender a necessidade de mecanismos hábeis de implementação de medidas aprovadas em Lei. Em outras palavras, a justificativa para esse tipo de ação residia em que não valia a pena lutar pela aprovação de uma determinada lei de interesse social, por exemplo, se a norma dela resultante não era cumprida ou era negligenciada pelos encarregados de sua execução. É bom lembrar que na sistemática americana o procurador-geral é a autoridade encarregada da execução das leis, mas os grupos de interesses públicos conseguiram uma solução informal, que consistia em aceitar-se a presença nos tribunais de uma espécie de procurador particular encarregado de vocalizar as reivindicações dos interessados na implementação hábil de posturas legais.

Em vários países, inclusive nos EUA, a legislação vê a prática do *lobby* com o emprego de dinheiro como suborno ou mesmo corrupção. Mas não se consegue controlar todo o processo de pressão, mormente as formas sutis de troca de interesse.

Naquela mesma mesa-redonda, tanto Wittenberg quanto Lesly foram de opinião que

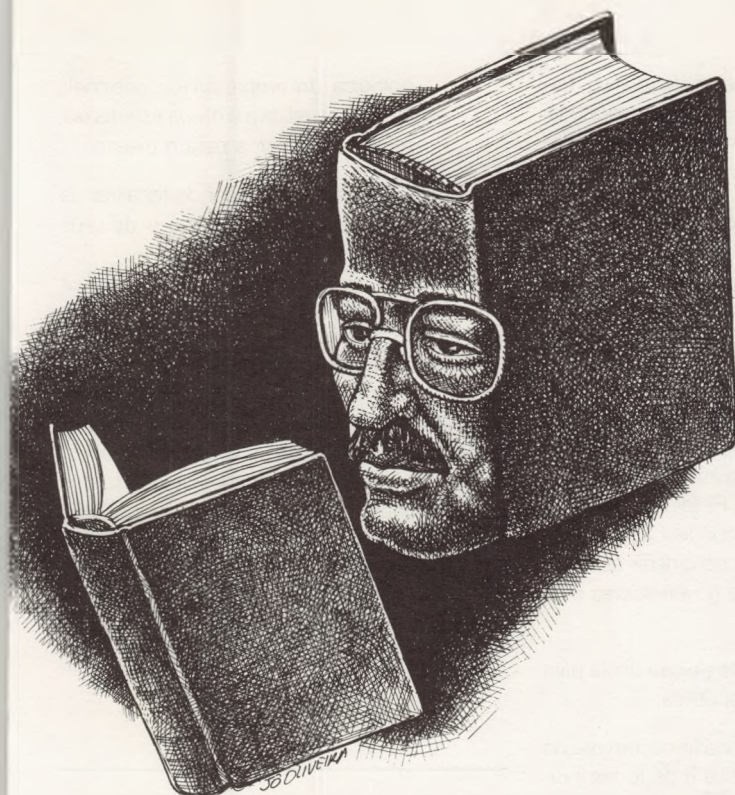
nunca se poderá acabar com a corrupção: "Enquanto houver políticos, enquanto houver pessoas que querem algum favor ou alguma vantagem haverá corrupção". Argumentam eles que nos EUA há a lei que obriga o registro dos lobistas e cria algum tipo de controle sobre a atuação deles. Mas quando se fala em "ética ou falta de ética, aí entra o elemento humano e, então, não existe maneira de diferenciar e de limpar a coisa". Pelo menos se sabe, lá, quem são os lobistas e o que pretendem e quem não esteja nessa condição estará fazendo as coisas às escondidas.



O lobby no Brasil

Segundo vários estudiosos o *lobby* no Brasil ainda não foi suficientemente conceituado porque, em relação a ele, vivemos ainda na fase do preconceito. Ney Prado, por exemplo, diz que a causa deste preconceito "resulta da ignorância quanto à origem, estrutura e finalidade do *lobby*, do desconhecimento do que seja democracia, enquanto processo, e do caráter idealístico e ético de nossa cultura política". O *lobby*, ainda no dizer do prof. Ney Prado, somente é possível na democracia. Admitido que o Estado nada mais é do que um instrumento a favor da sociedade, cabe a ele não só respeitar o pluralismo político, como reconhecer a legitimidade dos grupos de pressão quando estes, de forma pacífica e legal, atuam na defesa de seus interesses.

Mas a verdade é que no Congresso Nacional sempre existiu o *lobby* oficioso, isto é, dissimulado. Há muitos anos representantes de empresas sempre puderam ser vistos nos corredores e nos gabinetes, argumentando, trazendo subsídios, enfim, tentando influir nas decisões. E essa atividade, de um modo ou de outro, vem sendo exercida por grupos cada vez mais diversificados. Sindicatos, associações de categorias funcionais, representantes de grupos sociais e mesmo as igrejas têm estado presentes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.



Principalmente quando praticado por agentes de interesses opostos, o *lobby* se constitui em fonte de informações preciosas, que dificilmente chegariam ao legislador através de seus próprios meios de pesquisa.

Vale a pena recordar alguns casos mais evidentes daquilo que hoje se pode considerar como sendo ação de *lobby* no nosso Congresso Nacional.

Em 1968, os despachantes aduaneiros montaram um esquema cujo resultado foi a derrota do Presidente Costa e Silva na batalha para conseguir do Legislativo a aprovação de um projeto de lei que franqueava aos usuários valer-se apenas dos serviços das alfândegas para o desembaraço de mercadorias e bagagens. O governo acabou tendo que conformar-se com uma lei que oferecia apenas a opção de serviços: o usuário poderia valer-se ou dos serviços alfandegários ou dos despachantes. Ou seja, continuou tudo como dantes na casa de Abranches... No esquema do *lobby* valeu tudo, inclusive mulheres charmosas como aliciantes para demoverem parlamentares mais renitentes.

O DIAP — Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar, que congregava em 1983 quase duzentas entidades filiadas — orgulha-se de ter derrotado o governo, ao conseguir o engavetamento de um estudo que reformulava a CLT no que se refere às convenções do trabalho e à lei de greve (lei que, em 1964, foi afinal aprovada).

A ABAVE — Associação dos Distribuidores de Veículos Automotores — valeu-se do *lobby* para conseguir a aprovação da lei que criava a categoria (Lei nº 6.729/79), a qual antes tinha sido vetada pelo Presidente da República. Essa entidade derrotou, nessa batalha, as poderosas montadoras de veículos automotores,

que haviam se posicionado contra a aprovação do projeto.

Um outro caso de *lobby* bem-sucedido refere-se à Emenda Constitucional nº 22, de 1982, na qual os titulares de cartórios conseguiram ver inserido dispositivo que modificava — a seu favor — a forma de oficialização das serventias antes preconizada pela Emenda Constitucional nº 7, de 1977.

Por último, mas não menos expressivo, o *lobby* do caso da lei que trata da reserva de mercado para a indústria nacional de informática, em que a Secretaria Especial de Informática, coadjuvada pela ação de setores nacionais os mais diversos, venceu o *lobby* das multinacionais do setor, conseguindo a aprovação do respectivo projeto pelo Congresso Nacional em tempo recorde.

No que respeita, todavia, à elaboração da nova Constituição do país, tudo indica que as pressões se exercem mais sobre assuntos sensíveis, que vêm sofrendo longa e persistente atenção de setores interessados, sociais, econômicos e políticos. Entre esses assuntos podem ser facilmente visualizados os seguintes (com os respectivos artigos da atual Constituição, quando possível): a questão da desapropriação da propriedade rural para fins de reforma agrária (art. 161); os limites à remessa de lucros para o exterior; a atividade monopolística da União em áreas econômicas específicas e mormente a relativa ao petróleo (artigos 163 e 169); o regime das empresas concessionárias de serviços (art. 167); a exploração e o aproveitamento de

minas, jazidas e outros recursos minerais exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país (art. 168); a questão da propriedade e administração de empresas jornalísticas, ora vedadas a estrangeiros e as sociedades por ações ao portador (art. 174); a aquisição de propriedade rural por estrangeiros (art. 153, § 34); a questão da proibição de greve nos serviços públicos e atividades essenciais (art. 162); a questão do direito dos servidores públicos à sindicalização; a questão de ensino público pago (art. 176, § 3º e 4º); O papel das Forças Armadas no contexto institucional do país (art. 91); e finalmente, mas não menos importante, a questão do divórcio, do aborto e do planejamento familiar.

O entendimento é, portanto, o de que à medida que o Congresso Nacional recupere prerrogativas e passar definitivamente a exercer poder decisório, como de resto se espera, mais presente e mais intensa será a ação dos lobistas e dos grupos de pressão sobre ele. Outro fator condicionante desta atuação situa-se nas indefinições e fragilidades do nosso quadro partidário; é sabido que partidos políticos representativos, fortes e atuantes minimizam as pressões externas sobre o Parlamento.

No processo de institucionalização do *lobby* no Brasil, dois momentos devem ser assinalados. O primeiro refere-se à regulamentação, pela Câmara dos Deputados, do dispositivo inscrito no art. 60 e seus parágrafos do seu Regimento Interno. Através do Ato nº 26, de 26 de abril de 1973, a Mesa decidiu, em norma que caracteriza propósito de adaptação ao instituto do *lobby*, criar o credenciamento de associações sindicais de grau superior, para que seus representantes atuem formalmente junto a relatores, comissões e órgãos de assessoria, prestando informações em nível técnico, de caráter exclusivamente documental, informativo e instrutivo.

O segundo momento da regulamentação do exercício do *lobby* consiste na apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 25/84, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas às Casas do Congresso Nacional. No seu art. 10, a proposição dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas, contratadas ou voltadas, por seu objetivo, para o exercício, direto ou indireto, formal ou informal, de atividades tendentes a influenciar o processo legislativo, deverão registrar-se perante as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Visando a aperfeiçoar os dispositivos que regem a ação dos grupos de pressão ou de interesse com atuação junto às Casas do Congresso Nacional, o projeto amplia o dispositivo nos regimentos internos da Câmara e do Senado, permitindo o

credenciamento, além de representantes de associações, de grupos, escritórios ou pessoas físicas interessadas no processo. Intenta a proposição criar mecanismos de controle que permitam prevenir e expurgar eventuais tentativas de canalização de interesses inadequados e da má influência do poder econômico, que possam distorcer as decisões do Legislativo.

Neste ponto, voltamos a citar o prof. Ney Prado, quando afirma que se realmente desejamos a implantação da democracia no Brasil é necessário que abandonemos a nossa atitude preconceituosa e ingênua em relação ao *lobby*, para admiti-lo como ingrediente normal do processo político aberto. Lembra ainda que o país já tem uma das maiores economias do mundo e, como grande exportador, vem encontrando medidas de caráter protecionista de parte dos compradores, daí por que a necessidade de possuir o seu *lobby* externo, para atenuar as dificuldades criadas em relação à comercialização de seus produtos exportáveis.

De qualquer modo, vários fatores estão a indicar que o *lobby* estará em breve sendo exercido mais livremente, com mais transparência, criando condições para a sua institucionalização como meio legítimo de barganha não só nos corredores e ante-salas do Congresso Nacional, como na própria estrutura do setor público em geral. Entre esses fatores podem ser considerados os seguintes:

- a) a volta ao processo legislativo tradicional que não prevê o decreto-lei como produto da atividade legislativa;
- b) a retomada da autonomia do Congresso Nacional para legislar sobre matérias financeiras, orçamentárias e tributárias, bem como sobre o ordenamento jurídico dos servidores públicos em geral;
- c) a desconcentração do Congresso Nacional no trato político de assuntos variados com representantes das outras unidades da Federação, quando então se espera que as Casas do Legislativo saberão considerar as eventuais pressões de governadores e de prefeitos;
- e) as perspectivas de eleição direta para presidente da República;
- f) o pluralismo partidário decorrente da liberalização política e de fortes indicadores de efetiva democratização da vida nacional;
- g) a pressão dos grupos transnacionais para direcionamento do poder de decisão do Legislativo sobre questões vitais como a da política de reserva de mercado em favor da expansão tec-

nológica do empresariado nacional; da política relativa à dívida externa e à remessa de lucros para o exterior;

- h) a retomada do poder de fiscalizar os atos do Poder Executivo e de seus agentes.

Pode-se afirmar, pois, com quase absoluta certeza, que as mudanças institucionais, como as que agora se desencadearão com a elaboração do novo texto constitucional, farão agitar as forças econômicas das grandes empresas, das multinacionais e dos banqueiros, em confronto com as entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores e de grupos não movidos por interesses econômicos. *Lobby* e contra-*lobby* estarão em atividade no Congresso Nacional e o que se espera é que do embate nasça a norma legal escorreita que espelhe a vontade democrática da maioria. ●

Paulo Vieira da Silva é Doutor (PhD) em Educação e Administração pela University of Southern Califórnia. Professor da UnB e assessor legislativo da Câmara dos Deputados.

Antônio Neuber Ribas é Bacharel em Direito e em Administração pela UnB, diretor da assessoria legislativa da Câmara dos Deputados.

Bibliografia

- Azevedo Lucci, A. E. "O Assessoramento Legislativo". in: *Do Processo Legislativo*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1972.
- Brasileiro, A. M. *O Assessoramento Legislativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1968.
- Limborço, L. "A Luz do direito". in: *Mensagem Econômica*, abril, 1983.
- Maciel, Marco. *Projeto de Lei do Senado Federal nº 25/84*.
- McCloskey, M. "O lobby dos interesses públicos na América". in: *Diálogo*, vol. 11, 1978, pp. 77/83.
- Prado, N. "Abertura política e lobby". in: *Convívium*, março, 1983.

Roberts, G. *Dicionário de Análise Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Simon, H. A. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1968.

Visconti, A. *Lobby – cabala administrativa ou instrumento democrático*. Revista Política, 1983.

Câmara dos Deputados. *Resolução nº 20/71*

Resolução nº 34/85

Ato da Mesa nº 26/73

Senado Federal. *Análise dos Problemas de Assessoramento*. SF: Assessoria Legislativa, 1985.

Resumen

Política

ASESORAMIENTO Y LOBBY EN EL CONGRESO NACIONAL

En el Congreso Nacional siempre existió el *lobby* desinteresado, es decir, disimulado. Hace muchos años que representantes de las empresas se ven en los corredores y en las oficinas argumentando, ofreciendo ayuda y tentando influir en las decisiones. Y esta actitud, de un modo o de otro, viene ejerciéndose por grupos cada vez más diversificados: sindicatos, asociaciones de funcionarios públicos, representantes de grupos sociales y hasta las iglesias han estado presente en el Senado y en la Cámara de Diputados. Varios factores indican que el *lobby* estará, en breve, ejerciéndose más libremente, con más transparencia, creando condiciones para su institucionalización, como medio legítimo de negocio, no sólo en los corredores y antesalas del Congreso Nacional, sino también en la propia estructura del sector público.

Abstract

Politics

ADVICE AND LOBBY IN THE NATIONAL CONGRESS

A lobby of sorts has always existed in a hidden form in the National Congress. For many years representatives of enterprises have always been seen in the corridors arguing, giving advice and trying to exert a bearing on decisions. This kind of activity has been carried out by increasingly diverse groups. Trade unions and representatives of social groups and churches have been present in the Senate and the Congress. Various factors indicate that the lobby will shortly be exercised more freely in a more apparent way, creating the conditions for its establishment as a legitimate means of bargaining not only in the corridors and ante-chambers of the National Congress, but in the area of the public sector in general.

Com o Serca, seu malote chega rápido e certo.



Entre os escritórios de uma empresa, o que existe de mais importante é o SERCA — Serviço de Malote dos Correios.

Com ele você chega onde quiser, sem desvios, despachando todo tipo de material da maneira mais rápida, certa e sempre dentro do horário.

Papéis, mapas, livros, cheques, folhas de pagamento, ou mesmo documentos confidenciais podem e devem

ser colocados no malote quando a empresa quer total segurança.

O malote é sempre lacrado pelo próprio remetente. E sua inviolabilidade pode ser conferida quando ele chega ao destinatário.

A praticidade do serviço é outra vantagem. Os Correios buscam o malote em seu escritório às 18 horas, nos dias que você escolher. Em seguida, ele é despachado pelos jatos da Rede Postal Noturna para todos os pontos do Brasil ou do exterior onde os Correios mantêm convênio de entrega.

Se você tem negócios aqui, ou lá fora, não deixe sua

encomenda perder a viagem. Solicite a presença de um representante dos Correios e entre na rota do SERCA.

O malote faz o serviço da sua empresa andar muito mais rápido.



Serca Serca
Nacional Internacional



Os minérios

Roberto Gama e Silva

Excluindo-se o petróleo, o valor da produção mineral brasileira permanece no nível de 2% do Produto Interno Bruto. O pequeno reflexo no PIB demonstra que a presença irrestrita dos estrangeiros na exploração de nossos minerais estratégicos e críticos não desenvolveu tanto o setor, como apregoam os “liberais”. Descobertas as jazidas, logo aparecem estímulos à exportação dos minérios, estigma dos Estados subdesenvolvidos. Tal procedimento rende menos divisas, por nada agregar ao material bruto; suscita a lavra predatória ou ambiciosa, desde que se pretenda usar os minérios para equilibrar contas externas; e, ainda, pouco contribui para a absorção de mão-de-obra, anseio maior de uma população com baixo nível de renda. Vista de outro ângulo, a transmigração dos minérios alimenta o progresso contínuo dos Estados ricos, alguns até totalmente dependentes do suprimento externo para sobreviverem, reduzindo as possibilidades dos países subdesenvolvidos, conformados com a situação de fornecedores, alcançarem o nível de prosperidade dos compradores.



são nossos!

Instalou-se, enfim, a Assembléia Nacional Constituinte para discutir, redigir e promulgar, em nome de 140 milhões de cidadãos, a nova Carta onde será traçado o rumo futuro do Brasil, na verdade o sétimo curso adotado desde a Independência.

Nos últimos meses, tem-se apresentado a nova versão da Lei Maior como a solução para todo e qualquer problema que se antepõe ao bem-estar dos brasileiros e ao progresso do país, como se a mera codificação de princípios fundamentais tivesse propriedades terapêuticas para as mazelas que só as *virtudes* de dirigentes e dirigidos têm a capacidade de conjurar.

A demagogia, então, vem focalizando a questão sob outros ângulos, deixando de informar ao povo que se dependesse do número de Constituições, do volume de correções apostas às versões adotadas ou da quantidade de prescrições nelas inseridas, o Brasil seria, com certeza, a grande superpotência do mundo contemporâneo, no lugar hoje ocupado pelos Estados Unidos da América. Para tanto, não lhe falta bem dotada base territorial, de causar inveja a qualquer um, legada pela mãe-natureza e pela audácia dos primeiros colonizadores.

Daí o justo temor de que todo o alvoroço em torno da confecção de uma outra Carta Magna não passe de prestidigitação encenada

apenas com o objetivo de retirar do texto vigente certos mecanismos introduzidos a partir de 24 de janeiro de 1967, que, no entender de alguns interessados, diminuem a autoridade do Congresso e subtraem poder à classe política. Nesse caso, tratar-se-ia de manobra de curto alcance, visando setor restrito da vida nacional.

Um dos dispositivos tidos como "entulho do regime autoritário", por exemplo, é aquele constante do artigo 51, que estabelece prazos para apreciação de determinados projetos submetidos ao Congresso, findos os quais serão eles incluídos na ordem do dia, em regime de urgência, por dez sessões consecutivas, e não sendo apreciados no decorrer destas, considerar-se-ão definitivamente aprovados.



Sem entrar na discussão do mérito da medida, orientada contra a eventual morosidade do processo legislativo, faz-se mister lembrar ter sido ela alvitrada, pela vez primeira, pelos constituintes de 1934, autores por sinal do único texto inovador dos quantos já elaborados nestas plagas. Em caso de dúvida, basta procurar o artigo 42 por eles aprovado.

Afora uns poucos preceitos desse tipo, inclusive aquele que fixa a duração do mandato presidencial, a Constituição atual conserva, em linhas gerais, os mesmos mandamentos aprovados pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946, convocada para quebrar o seguimento do Estado Novo.

A mais polêmica divergência, estopim mesmo de campanha nacional, foi removida por rápida Emenda Constitucional, a de número 25, votada em 15 de maio de 1985, para restabelecer a eleição do Presidente da República "por sufrágio universal e voto direto e secreto, em todo o país, cento e vinte dias antes do término do mandato presidencial".

Há, portanto, razões de sobra para cobrar mudanças profundas aos modernos constituintes, não somente aquelas restritas ao campo político, mas sobretudo as que satisfaçam realmente as necessidades do povo brasileiro!

Por ter conquistado pacificamente a Independência, aclamando mesmo como primeiro governante o herdeiro do trono da antiga metrópole, o país tardou muito em distinguir legalmente o que deve ser mantido em poder dos seus filhos, por direito de cidadania, do que pode ser compartilhado com os forasteiros.

A delimitação nítida dessa transcendente questão deveria ser a preocupação maior da atual Assembleia, porque o grande salto para o desenvolvimento pleno dela depende em larga escala e, por isso, faz-se necessário defini-la sem delongas.



Descontrole nacional das riquezas minerais

Um setor da vida nacional, pelo menos, não admite mais indecisões, nem perdoar os

retardatários, uma vez que lida com bens escassos e exauríveis, como soem ser os minerais distribuídos na camada superficial da crosta terrestre.

Paradoxalmente, um povo que teve o seu primeiro espasmo nacionalista provocado pela remessa de ouro para o ultramar, só cuidou de controlar as riquezas minerais, embora debilmente, 104 anos depois da afirmação política. Com efeito, nada foi cogitado para o setor mineral na Carta oferecida e jurada pelo Imperador, em 25 de maio de 1824. Um decreto imperial posterior, porém, disse ser livre a exploração das dádivas do subsolo pelos proprietários das terras, podendo estes fazê-la individualmente, ou por meio de empresas formadas com sócios brasileiros ou estrangeiros.

A tranqüilidade com que se processou a transição entre o Império e a República, confirmou a observação de Aristóteles segundo a qual Constituição e Governo significam, na prática, a mesma coisa. Além de extinguir a monarquia, consagrada pela primeira, a segunda Constituição, adotada em 24 de fevereiro de 1891, pouco ou quase nada acrescentou de novo.

No tocante aos minerais, repetiu o edito imperial, ao determinar que "as minas pertencem aos proprietários do solo, salvo as limitações que forem estabelecidas por lei, a bem da exploração deste ramo de indústria".

Somente em 1926, por graça da Emenda Constitucional votada em 3 de setembro, surgiu a primeira medida cautelar protegendo os minerais contra a cobiça alheia. O artigo 72, antes com o texto supracitado, foi desdobrado em dois itens:

"a) As minas pertencem ao proprietário do solo, salvo as limitações estabelecidas por lei, a bem da exploração das mesmas.

b) As minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros."

A introdução do segundo item não ocorreu por mero acaso, mas foi resultado da campanha "o ferro é nosso", deflagrada no período presidencial de Artur Bernardes (15-11-1922 a 15-11-1926), com plena simpatia do eminente patriota. A mobilização popular impediu que uma sociedade britânica, a "Itabira Iron", assumisse o controle de boa parte do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, com o propósito explícito de transmigrar os minérios para o exterior, utilizando a via natural do rio Doce e um porto à sua foz.

Jamais poderiam supor os campeões de 1926 que, anos depois, os seus próprios compatriotas ressuscitariam o projeto da "Itabira Iron", em versão piorada pela eliminação da

aquavia como sistema de transporte, mas com o mesmo propósito imediatista de exportar matéria-prima bruta, para abastecer as indústrias dos países desenvolvidos.

Valeu, no entanto, o brado de alerta que lançaram para a posteridade!

Tanto assim que, oito anos transcorridos, quando da elaboração da Carta de 1934, nova postura inspiraram nos constituintes.

Para começar, foi extinto o regime de acessão, com a separação entre as jazidas e a propriedade do solo. A exploração das primeiras ficou condicionada à autorização ou concessão federal.

Dois parágrafos incorporados ao artigo 119 merecem reprodução integral, por refletirem a força das mudanças que passaram a vigorar no dia 26 de julho de 1934:

"§ 1º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou participação nos lucros.

"§ 4º A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país."

Parafraseando-se o último preceito, chega-se aos conceitos modernos de mineral estratégico, essencial à defesa militar, e mineral crítico, básico à defesa econômica, só agora ventilados nesta displicente terra, não obstante as exuberantes províncias metalogenéticas que encerra. Óbvio que as duas categorias de substâncias devem, necessariamente, permanecer sob controle de brasileiros, como bem entenderam os constituintes de 1934.

Para alguns cidadãos pouco convictos, os autores dessa Carta mereceriam, no mínimo, o epíteto de xenófobos, pois não pararam nos minerais, estratégicos e críticos, as ressalvas por eles aprovadas para resguardar os direitos inalienáveis dos brasileiros e a identidade nacional.

O vibrante texto constitucional ainda determinava a nacionalização dos bancos e empresas de seguros; proibia a estrangeiros ou sociedades anônimas por ações ao portador o controle de empresas jornalísticas, estabelecendo também que só brasileiros natos poderiam deter a responsabilidade intelectual ou administrativa de tais sociedades; exigia que fossem brasileiros de nascença os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, assim como dois terços das guarnições e a totalidade dos práticos das barras, portos, rios e lagoas; reservava o exercício das profissões liberais aos brasileiros natos ou aos naturalizados

que aqui tivessem prestado serviço militar; disciplinava a operação das concessionárias ou contratantes de serviços públicos, requerendo maioria de diretores brasileiros, residentes no país, gerência exercida por cidadãos, delegação de poderes de representação conferida a brasileiros e uma porcentagem mínima de empregados também naturais; firmava normas para a entrada de alienígenas no território nacional, limitando a corrente migratória de cada país, e vedava a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território.

Mesmo assim, é digno de nota que não foi proibida a participação estrangeira no setor mineral, pois nada impediu a organização de empresas no país, controladas total ou parcialmente por pessoas de fora. A reserva de mercado, para usar expressão em voga, restringiu-se às substâncias estratégicas e críticas.

Em 10 de novembro de 1937, a então República Nova foi substituída pelo Estado Novo, em transição assinalada por mais uma Constituição, desta vez decretada pelo presidente. A Polaca, como foi apelidada pelos opositores do governo, pouca coisa alterou do excelente trabalho dos constituintes de 1934, a não ser nos pontos relacionados com o regime político que pretendia legitimar e consagrar.

Todas as receitas destinadas a separar o que era nosso foram mantidas e, em alguns casos, reforçadas.

Aquelas que atingiam os minerais, figuravam na lista das que mereceram maior rigor. O parágrafo 1º do artigo que dispunha sobre esses bens, agora com o número 143, recebeu a seguinte redação:

“§ 1º A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou a empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração ou participação nos lucros.”

Foi ampliada ainda a abrangência do parágrafo 4º da redação anterior, para incluir junto com as minas, jazidas minerais, quedas d'água e outras fontes de energia, a nacionalização progressiva das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país.

Pela primeira vez, portanto, adotava-se um posicionamento legal capaz de garantir o controle nacional pleno dos bens minerais, esgotáveis e irregeneráveis!

Para desespero dos patriotas bem informados, essa evolução natural do direito mineário foi truncada pela onda liberalizante que presidiu a elaboração da Constituição de 1946, promulgada após o afastamento do presidente que havia governado o Brasil pelo “curto espaço” (segundo ele próprio) de 15 anos.

Na onda, embaralhou-se política liberal com livre comércio, patriotismo com xenofobia,

tudo isto soprado por representantes de forças espúrias. Como resultado, todas as reservas consagradas desde 1934 foram revogadas, com a única exceção daquela dirigida para as empresas jornalísticas.

A fonte principal da legislação minerária passou a ser o artigo 153 da nova Lei Maior, que cancelou a exigência de nacionalização progressiva de todas as atividades envolvendo as substâncias estratégicas e críticas, e sobre o aproveitamento dos minerais estatuiu apenas o seguinte:

“§ 1º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.”

A nova ordenação merece ser classificada como descuidada ou discipiente, porque ao mesmo tempo em que julga privilégio de pessoas físicas brasileiras o direito de explorar recursos minerais, permite que duas ou mais pessoas de fora se unam, registrem a sociedade nos órgãos competentes e, concluída a faina burocrática, equiparem-se aos brasileiros no usufruto de *todos* os bens do subsolo, exceto o petróleo e substâncias radioativas. Também admite que firmas poderosas, de origens e nomes exóticos, acrescentem um “do Brasil” às razões sociais primitivas e, com essa única providência, transfigurem-se em sociedades organizadas no país, com credenciais para competir em pé de igualdade com os brasileiros, mesmo na exploração de substâncias estratégicas e críticas.

Não foi à-toa que compatriotas ilustres, de ofícios diversos, levantaram-se de imediato contra a imprudência do novo mandamento. Para citar um único protesto, nada melhor que aquele consignado pelo famoso jurista e publicista Pontes de Miranda:

“Grita enorme, entre os interessados, espocou, devido à desnacionalização progressiva das minas, quedas d'água e outras fontes de energia, bem como das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação. A grande verdade é que, cada dia que passa, o Brasil é menos dono de si mesmo.”

Apesar de todos os esforços para tamponar tamanho rombo, por onde penetravam livremente os alienígenas, a redação de 1946 resistiu até hoje!

Agora que se apresenta ocasião ímpar para corrigir o lamentável equívoco, é o caso de indagar dos que sustentam a manutenção do “status quo”, que lucrou o país nas quatro décadas de posição complacente?



O acerto de ponteiros da política mineral

Pois bem, excluindo o petróleo, o valor da produção mineral brasileira permanece no nível de 2% do Produto Interno Bruto. Então, a porta escancarada não desenvolveu tanto o setor, como blasonam os “liberais”, e, *mutatis mutandis*, o seu fechamento brusco não poderá provocar nenhum desastre, como insinuam os “homens-de-palha” das multinacionais. Quanto ao último aspecto, além do pequeno reflexo no PIB, é preciso ter em mente que nenhum comprador de minérios retaliará contra qualquer medida nacionalizante, seja porque quase todos os países já as adotaram, seja pela inexistência de fornecedores capazes de suprir alternativamente, a curto prazo, as necessidades rotineiras dos importadores. Diversos itens da pauta mineral são escassos e concentrados nas mãos de poucos produtores, outros, embora abundantes, exigem pesados investimentos e obras demoradas para aumento da produção.

Outra constatação que depõe contra a presença irrestrita dos estrangeiros nas atividades setoriais, é o direcionamento nítido da produção nacional para a exportação de minérios, a despeito da crescente industrialização do país, que já o posiciona em marcha acelerada para a condição de desenvolvido.

Ora, se os interesses empresariais, quanto ao aproveitamento de recursos não-renováveis, muitas vezes colidem com os interesses nacionais, imagine-se o que sucede quando os primeiros são equacionados no exterior, para atender necessidades estranhas ao país?

A consequência da dicotomia tem sido uma maior concentração na pesquisa de minerais estratégicos e críticos para os países desenvolvidos. Descobertas as jazidas, logo aparecem estímulos à exportação dos minérios, estigma dos Estados subdesenvolvidos. Tal procedimento, é preciso apregoar, rende menos divisas, por nada agregar ao material bruto; suscita a lavra predatória ou ambiciosa, desde que se pretenda usar os minérios para equilibrar contas externas; e, ainda, pouco contribui para a absorção de mão-de-obra, anseio maior de uma população com baixo nível de renda.

Vista de outro ângulo, a transmigração dos minérios alimenta o progresso contínuo dos Estados ricos, alguns até totalmente dependentes do suprimento externo para sobreviverem, e, destarte, reduz as possibilidades dos países subdesenvolvidos, conformados com a situação de fornecedores, alcançarem o nível de prosperidade dos compradores.

Uma mudança de orientação, portanto, representará a diferença entre o progresso e a estagnação!

Mas, por sobre todos os fatores negativos enumerados, no caso específico do Brasil, ainda paira a ameaça de entrega total do setor às mineradoras estrangeiras, mais bem dotadas de capitais e técnicas.

Excluídos os energéticos, 45% do valor atual da produção provém de empresas com todos os sócios nascidos e domiciliados alhures. Em cima desse percentual, deve ser adicionado algo em torno de 15%, correspondente às empresas com acionistas alienígenas, muitas vezes inferiorizados na participação visível, mas absolutos na comercialização da produção. Ademais, para refinar a avaliação, far-se-ia necessário descontar ainda o peso relativo dos materiais de uso imediato na construção civil, segmento em que os interesses estrangeiros são diminutos. O fato é que os grupos forâneos já assumiram o controle das reservas e da produção de várias substâncias importantes. Nas reservas tituladas de ouro, por exemplo, sua participação percentual aproxima-se de 80%, nas de amianto chega a 93% e nas de diamantes atinge 98%.

A tendência de crescimento da participação estrangeira, em quase todas as substâncias, é outro fato inquietante. Para se ter uma idéia da situação, basta citar que, no corrente

exercício, os investimentos estrangeiros na pesquisa e lavra de ouro perfazem 75% do total programado para tal mister. Outro indicador expressivo é a reserva de áreas para pesquisa: as empresas estrangeiras e "aliadas" detêm cerca de 17.000 (dezesete mil) pedidos e alvarás de pesquisa, contra pouco mais de 9.000 (nove mil) requerimentos das estatais, federais e estaduais, 18.000 (dezoito mil) da responsabilidade de firmas brasileiras e outro tanto por conta de pessoas físicas. Todavia, enquanto o esforço do primeiro grupo direciona-se para as substâncias metalíferas e outras de grande valor, os dois últimos grupos, com maior número de lançamentos, investem também nos materiais de uso local, responsáveis por mais de 16.000 (dezesesseis mil) pedidos.

Necessário, pois, reverter prontamente esse panorama sombrio, sob pena de se perder para sempre o controle dos minerais que, afinal, são nossos!

Convençam-se os constituintes, ora reunidos, sobre a obrigação de reservar aos brasileiros o privilégio das concessões para pesquisa e lavra do nosso subsolo. Com isso, cresceriam estes nas relações com o empresariado estrangeiro, melhor provido de recursos financeiros e técnicos, pois os títulos de concessão representariam para os cidadãos o patrimônio com que se habilitariam a formar sociedades justas, quando tiverem que se associar com os de fora.

O melhor critério para separar o joio do trigo, ainda é aquele imaginado pelos que tiveram assento na Assembléia de 1934: contingenciamento das concessões à categoria da substância a ser explorada. Materiais arrolados como estratégicos, por exemplo, só deveriam ser lavrados e industrializados por empresas constituídas por acionistas brasileiros. Substân-

cias abundantes e bem distribuídas pelo mundo afora, poderiam ser manuseadas por empresas com maioria simples de acionistas nacionais. Os detalhes, evidentemente, ficariam a cargo da legislação ordinária.

Para promover o acerto de ponteiros da política mineral, corrigindo a atual tendência para exportação de minérios brutos, sempre a preços aviltados, nada melhor que a adoção de singela exigência, vinculando as concessões para lavra à transformação industrial dos minérios no Brasil.

Deve-se diligenciar, também, para garantir o que já é nosso, por determinação legal. Oportuno, pois, reiterar o monopólio da União sobre os hidrocarbonetos, assim denominados para deixar patente a extensão da medida ao gás natural, e nele embutir os combustíveis nucleares, com essa nomenclatura abrangente para reunir as substâncias radioativas, responsáveis pela fissão, e os minerais leves que acionarão os futuros reatores de fusão nuclear. Com o mesmo propósito, a nova Carta deve estancar qualquer vazamento prejudicial aos dispositivos monopolísticos, como aquele decorrente dos contratos de risco para pesquisa de petróleo.

Somente assim, não há dúvida, o continente chamado Brasil terá os seus músculos retesados para a impulsão até o Olimpo da prosperidade, eis que após atravessar várias idades, as primitivas inclusive caracterizadas pela dominância de espécies da natureza mineral, o homem contemporâneo está ingressando em outra, que poderá muito bem ser conhecida adiante como "Idade dos Materiais". ●

Roberto Gama e Silva é almirante da reserva. Escritor, é autor do livro "São mesmo nossos os minerais não-energéticos?" (ver *Painel* desta edição).

Resumen

Política mineral

¡LOS MINERALES SON NUESTROS!

Al excluir el petróleo, el valor de la producción mineral brasileña permanece al nivel del 2% del producto interno bruto (PIB). El escaso reflejo en el PIB demuestra que la presencia irrestricta de extranjeros en la explotación de nuestros minerales estratégicos y críticos no desarrolló tanto ese sector como pregonan los "liberales". Tan rápido como se descubren los yacimientos, luego aparecen los estímulos a la exportación de minerales, estigma de los estados subdesarrollados. Tal procedimiento no rinde divisas porque no agrega nada al material bruto. Sólo suscita la explotación destructora y ambiciosa ya que pretenden usar los minerales para equilibrar cuentas foráneas y, además, contribuye poco en la absorción de la mano de obra, anhelo mayor de una población con bajo nivel de renta. Visto desde otro ángulo, la transmigração de minerales alimenta el continuo progreso de los estados ricos, algunos hasta totalmente dependientes de la contribución externa para sobrevivir, reduciendo las posibilidades de los países subdesarrollados, que se conforman con una situación de proveedores y no alcanzan el nivel de prosperidad de los compradores.

Abstract

Mineral Policy

OUR MINERALS BELONG TO US!

Excluding oil, the value of Brazilian mineral production remains at the level of 2% of the Gross Domestic Product. This small contribution to the GDP shows that the unrestricted presence of foreigners in the exploitation of our strategic and important minerals has not developed the sector as much as 'liberals' proclaim. Once the deposits have been discovered, incentives for exporting the minerals soon appear; this is a stigma of underdeveloped countries. It renders less foreign exchange, contributing nothing to the domestic product and encourages predatory and ruthless mining as the minerals are intended to balance external accounts. Moreover, it contributes little to the absorption of the labour force and to fulfilling the longings of a low-income population. Seen from another angle, the outflow of minerals feeds the continuing progress of rich states, some totally dependent on supplies from abroad for survival, diminishing the possibilities of those developing countries which comply with the role of supplier reaching the level of prosperity of the buyers.

UM BANCO QUE SE TOCA POR MÚSICA.

Dizem que o Banco do Brasil trabalha afinado como uma orquestra. Mas, você ainda não ouviu nada.

O que pouca gente sabe é que toda a harmonia que o Banco do Brasil consegue em seus serviços vem do empenho de cada um dos seus integrantes. Funcionários e clientes, que acreditam ser mais fácil tocar a vida tendo um grande banco como instrumento de apoio.

E como orquestra apreciadora da melhor música, o Banco do Brasil dentro da Lei Sarney de incentivo à cultura, decidiu apoiar também 12 das principais sinfônicas brasileiras.

Juntamente com o Ministério da Cultura está desenvolvendo um

projeto que vai desde a criação de um banco de partituras, para manutenção de um acervo de obras, até à aquisição e importação de instrumentos.

Além disso, apoio financeiro será garantido para a contratação de músicos, regentes, e para a realização de concertos populares.

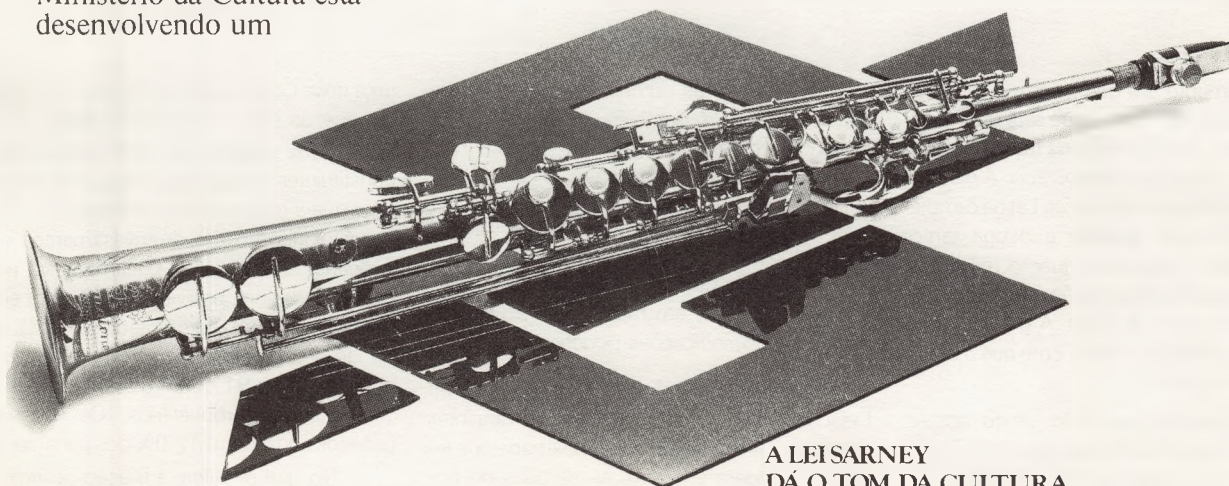
Inicialmente, estas foram as orquestras incluídas no projeto – a do Teatro Nacional de

Brasília, a da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, de Recife, de Minas Gerais, Sinfônica Municipal de Campinas, a Municipal de São Paulo, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal da Bahia e a Sinfônica do Paraná.

Todo esse empenho é para manter nosso acervo de obras, nossos instrumentos e músicos no mesmo tom das principais sinfônicas do mundo. E que bom seria se outras empresas se tocassem como o Banco do Brasil, quando se trata de música. Assim teríamos mais orquestras ajudando outras.



BANCO DO BRASIL



**A LEI SARNEY
DÁ O TOM DA CULTURA.**

Nielsen de Paula Pires

A luta pela

Há duas maneiras de concebermos a democracia: a primeira, como um regime político, como uma forma de governo concreta, que nos serve de modelo para a ação. Um exemplo é a democracia liberal. A segunda maneira entende a democracia como um processo, como uma forma de organização e ação que se vai formando em relação a determinados paradigmas. Neste caso, a democracia não existe. O que existe é o ideal democrático. É a utopia que orienta nossas ações na busca de sua concretização, é o projeto histórico.



No momento em que no Brasil se redefina a ordem social e política que será plasmada na Constituição, nos permitimos fazer algumas reflexões sobre o que é a *democracia*. A discussão política no Brasil e na América Latina de hoje está centrada nesta questão e ocupa tanto teóricos liberais e marxistas quanto militantes políticos, mais vinculados à ação e com matizes ideológicos dos mais variados. A grande interrogante para nós é: como fazer com que o Brasil seja mais democrático?

Muitas esperanças estão sendo postas nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que foi inaugurada em fevereiro de 1987, porque se espera que surja daí algo novo, que transforme a sociedade.

Entretanto, as primeiras análises empíricas do perfil da Assembleia mostram que as tendências de sua composição política não prometem grandes mudanças...

O trabalho que o prof. David Fleischer apresentou para o Boletim do Centro de Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da Universidade de Brasília, em março de 1987, traz, nesse sentido, indicações pouco alvissareiras.

O levantamento feito pelo prof. David Fleischer revela que dos 559 constituintes somente 274 são estreantes nos trabalhos legislativos federais. Assim, as eleições de novembro de 1986, que visavam a renovação do Congresso Nacional para efeitos de elaborar

uma nova Constituição, lograram o seu objetivo em apenas 49% dos parlamentares.

Com respeito ao perfil econômico dos constituintes, os dados obtidos permitem constatar que a maior parte da renda de 37,7% dos constituintes provém de investimentos e propriedades. Assim, 211 parlamentares pertencem à classe dos proprietários. O setor comercial é o mais bem representado (21,6%), seguido do setor vinculado à agricultura (16,3%), onde todos os 91 constituintes incluídos nesta categoria são proprietários. Os funcionários públicos constituem 12,9% dos parlamentares.

No que se refere à filiação política, 217 constituintes tiveram passagem pela Arena, legenda que apoiou o regime autoritário antes de

democracia



Ginga x Gang. Soy loco por ti América. Swing x Sangue. Louco pra não virar sucata, pra não servir de pasto ou de negociata. O jugo da pobreza, mata. O jogo da avareza, ata. Estou louco por ti América, louco pra virar democrata.

Tetê Catalão

Foto de Luis Humberto

1980, e isto significa nada menos do que 40% deles.

Quanto ao posicionamento ideológico, os dados preliminares mostram uma forte tendência a uma posição de centro, de caráter liberal (reformista ou conservador), ainda que um pouco indefinida, mas que dificilmente será transformadora ou inovadora.

Os capitalistas, tanto agrários como urbanos, têm uma representação conhecida em cerca de 45% dos constituintes.

Em linhas gerais, identificam-se três grupos de constituintes: os progressistas e os conservadores, que são as duas minorias, e os centristas, que conformam uma maioria amorfa e ainda indefinida, que poderão ora pender para

as posições reformadoras, ora manter o atual estado de coisas, dependendo das circunstâncias.

Os interesses das classes produtoras (agrária, industrial, comercial e financeira) estão bem representados, segundo este estudo preliminar. As classes médias apresentam uma grande representação, caracterizada pela posição oscilante do centro.

Pode-se inferir dos dados analisados no trabalho do prof. Fleischer que os setores progressistas do Partido Movimento Democrático Brasileiro (o grande vencedor das eleições de novembro de 1986, compõe com o Partido da Frente Liberal a Aliança Democrática que governa hoje o Brasil), mesmo com o apoio dos

partidos minoritários da oposição, não têm condições de produzir mudanças significativas na nova Constituição, pois dependem da definição daqueles correligionários que se posicionam como centro no espectro político-ideológico.

Em vista dessas considerações, concluímos que somente fatores externos ao âmbito parlamentar podem atuar no sentido de definir as tendências tal como foram caracterizadas anteriormente.

O exercício da cidadania, da organização da sociedade civil através da participação política, poderia ajudar a impulsionar o processo de transformações, uma vez que do interior do aparelho do Estado não se vislumbra tais pos-

sibilidades, dada a sua conformação estrutural.

O Brasil precisa de mudanças que busquem a superação das desigualdades sociais, que fortaleçam um sistema político coeso, legítimo, eficaz, e estável e a democratização é a alternativa.

O objetivo deste artigo é apresentar alguns subsídios para uma reflexão sobre a democracia como projeto histórico a conquistar-se, num contexto de *crise* generalizada do sistema, de *transição* de uma forma de governo autoritária a outra participativa e em um momento de *impasse* político.

Crise

Vivemos uma época crucial e plena de incertezas com relação ao presente e ao futuro, o que nos deixa perplexos! A palavra *Krisis*, que originariamente significava decisão, hoje significa indecisão.

As sociedades apresentam desequilíbrios de toda ordem, que ameaçam a estabilidade de suas estruturas básicas tradicionais, assim como as possibilidades futuras de um desenvolvimento autônomo.

Em todas as sociedades ocidentais — centrais e periféricas — estão presentes problemas como inflação, recessão, queda de poder aquisitivo da classe trabalhadora, desemprego, escassez de energia, desassistência na saúde e do meio ambiente, aumento da violência estrutural e institucional, marginalização, estagnação do desenvolvimento tecnológico e paralisação do desenvolvimento político, democrático e participativo. Há uma crise também na maneira de perceber as coisas e da visão do mundo.

Esta situação crucial atinge a milhões de seres humanos e gera novas relações sociais, econômicas e políticas que mudam o curso da história, por vias inesperadas.

Os movimentos sociais nascem nesse caldo de cultivo e, ainda que não sejam suficientemente fortes para fazerem a revolução em busca de novas estruturas, abalam o sistema.

As bases ideológicas das relações sociais são questionadas por estes movimentos, tanto no centro como na periferia.

Na América Latina, as sociedades enfrentam uma profunda ruptura do seu desenvolvimento social interno, de atrofiamento de sua capacidade de gestão política e econômica, de esgotamento de paradigmas teórico-metodológicos para interpretar a nova realidade.

Busca-se a explicação da crise na análise das relações históricas do centro com a perife-

ria e na evolução de uma complexa tradição desenvolvimentista e modernizante, como foram os modelos políticos democráticos da fase populista, caudilhista e ultimamente autoritária, que em verdade fracassaram por não permitirem ao Estado responder às demandas de melhoramentos de serviços básicos como educação, saúde, emprego e habitação, e por tentarem incrementar a industrialização fomentando o crédito e a inversão de capitais externos, o que nos deixa hoje envolvidos com o pagamento de uma dívida incontrolável a instituições financeiras internacionais.

O esgotamento deste modelo traz no seu seio a radicalização de amplos setores da sociedade, que ameaçam o equilíbrio do sistema na reivindicação de uma maior participação.

Os governos autoritários impediram um desenvolvimento político dentro de uma perspectiva democrática e de maior participação social.

Se seguirmos nesta orientação diminuirão as opções de desenvolvimento para a América Latina.

O que se constata é que faltam propostas, estratégias políticas e econômicas que revertam a atual situação de marginalização e que busquem integrar a sociedade civil nos processos de decisão. Esta situação nos impõe a busca urgente de novas categorias de interpretação da realidade para construirmos um desenvolvimento integral. Necessitamos criar urgentemente projetos alternativos de desenvolvimento político, econômico e institucional. Devemos redefinir o papel do Estado e de suas relações sociais de produção.

A democratização na América Latina é a saída para a crise do capitalismo.

Transição

O momento nacional é de transição de um regime autoritário à aspiração de uma democracia, onde o velho não morreu e o novo não nasceu. O velho é o conservadorismo, a tradição, a ditadura, a violência, o coronelismo; e o novo é o surgimento de atores como os movimentos populares, que organizam a sociedade civil.

Este processo de transição iniciou-se em 1974 com a política de distensão do General Geisel, e continuou com a política de abertura do General Figureiredo e com a Nova República da Aliança Democrática.

Esta transição política para a democracia está liderada pelas elites militares e pela classe política tradicional. O povo continua marginalizado.

O pacto social que levou a Nova República ao poder foi selado entre as elites governantes, representantes de grupos dominantes e seu objetivo político é a reorganização institucional, respeitando a tradição brasileira. Esta tradição política brasileira está fundada em ações conservadoras das atuais relações sociais, o que implica uma concepção autoritária da democracia. Os políticos tradicionais e as classes dirigentes concebem a democracia como instrumento de poder. A mesma concepção que perdurou desde o Império, marcado pela ditadura do monarca, continuando pela Velha República oligárquica, cujas características eram a violência, o paternalismo e o aparente liberalismo. A Revolução de 1930 não alterou substancialmente o quadro e o único descompasso nesta tendência histórica verificou-se entre 1945 a 1964, quando se viveu um período de liberdades, seguido por mais de duas décadas de regime militar autoritário.

A forma de dominação das elites governantes no Brasil, ao longo de sua história, foi sempre através de regimes autoritários e não-democráticos. Esta concepção de força permanece na vida política brasileira e a sua manifestação verifica-se através dos frequentes golpes de Estado perpetrados sob o signo da violência, que tiveram como consequência debilitar as instituições. Esta crise advém da incapacidade dos processos constitucionais estabelecidos em canalizarem e dirigirem mudanças sociais e econômicas que transformam o país.

O cerne do problema institucional está nos partidos políticos.

O desenvolvimento partidário no Brasil é frágil e caracterizado pela descontinuidade. Os processos históricos não consolidam os partidos e estes não são usados como veículos de lutas econômicas e políticas que representem classes e grupos, exceção feita ao período que vai de 1945 a 1964.

Aspirou-se a ter uma estrutura partidária coesa, ideológica e programática, mas a realidade leva à dispersão. O sistema de representação está de tal modo viciado que dá margem ao individualismo político na prática eleitoral, tanto interna aos partidos, como na disputa de cargos públicos.

É preciso redefinir a relação entre o sistema de representação e o partido político. Há mais preocupação com o voto do que com a permanência e estabilidade do parlamentar e sua identificação com os programas dos partidos.

Uma existência mais estável para o sistema implicaria na supressão de intervenções (golpes de Estado) que violentem a área de atuação política, o que levaria o político a ser mais constante e fiel ao programa de seu partido, que, por sua vez, deve representar os



Foto de Luis Humberto

*Evita-se ao corpo reconhecer
quem lhe interessa. Quem
pode te poda. Amputa-se o
gesto pra que não cumpra seu
desfecho. Intriga e faz de
aliados, desafetos. Buscam-se
as frestas. Sempre haverá luz
que se atreva às trevas.*

Tetê Catalão

interesses dos eleitores e identificá-los com a instituição.

A experiência partidária no Brasil é historicamente instável, os partidos são criados para apoiarem a ordem política que possibilitou o seu surgimento. As elites vêem os partidos como instrumentos de suas ações políticas e estes não apresentam um enraizamento social, isto é, vínculos com outras forças políticas e sociais.

Além dos partidos políticos, a crise institucional brasileira afeta o Judiciário, que, atrelado ao Executivo, perde a sua autonomia e só uma forte pressão da sociedade civil, combinada com a crise no Congresso, pode reorientá-lo nas suas funções. O Judiciário anulou-se como poder independente.

O Executivo comanda o processo de transição conservadora e impede alianças he-

gemônicas a nível nacional através dos partidos, principalmente os de oposição. Como o poder é centralizado, as benesses para a região da qual o parlamentar provém estão condicionadas a sua atuação política. O parlamentar, que é fiel a sua região antes de tudo, no caso de não coincidir com o governo, perderá capacidade de negociação para manter o clientelismo.

Democracia

Há duas maneiras de concebermos a democracia: a primeira, como um regime

político, com uma forma de governo concreta; que nos serve de modelo para a ação. Um exemplo é a democracia liberal. A segunda maneira entende a democracia como um processo, como uma forma de organização e ação que se vai formando em relação a determinados paradigmas. Neste caso, a democracia não existe. O que existe é o ideal democrático. É a utopia que orienta nossas ações na busca de sua concretização, é o projeto histórico.

A democracia, como forma de governos conhecidos, surge historicamente em oposição e como alternativa frente à monarquia e à aristocracia. Na antiguidade clássica a democracia era um regime da aristocracia que reinava sobre uma sociedade de escravos.

À medida que as sociedades vão-se tornando mais complexas, seus governos são

dirigidos por governantes que não são os donos do poder (como o eram o rei, a oligarquia e a plutocracia) mas que têm mandatos, conferidos pelo povo, para que os exerçam em seu nome, administrem o interesse que é determinado pelos cidadãos.

Foi durante a Revolução Francesa que se misturaram as correntes democráticas e liberal burguesas na sua luta contra a monarquia, que originaram equívocos terminológicos e frustrações políticas posteriores.

Tanto a Revolução Francesa como a Americana de Independência foram burguesas. Estes queriam liberdade para cuidar de seus negócios e, para logr-la, sublevaram-se contra os aristocratas.

Nesta Revolução, os burgueses tiveram o povo como aliado, ainda que não houvesse interesses de classe nitidamente coincidentes.

Na sociedade francesa da época, os burgueses eram também povo. Eram o Terceiro Estado. O movimento libertário uniu as correntes democráticas (do povo) e liberal (dos burgueses). Uma aliança tática frente ao inimigo comum: a monarquia.

Destituída a monarquia, os regimes políticos passam a ser controlados pelos burgueses liberais, que introduzem mecanismos de contenção do ímpeto democrático popular. Começou-se a falar em soberania nacional, em lugar de soberania popular. A ideologia dominante passa a ser a dos liberais, que se tornaram hegemônicos depois das revoluções do século XVIII. Os liberais passaram a acreditar e a fazer os outros também acreditarem, que eles eram os únicos autênticos democratas, e o ideal democrático de igualdade só pôde renascer com o surgimento dos movimentos e ideologias socialistas, em total contraposição com as democracias liberais, seus direitos públicos e liberdades formais.

O sufrágio foi implantado e exercido pelos proprietários.

Os pobres foram excluídos, pois a sociedade tinha como sustentação o direito de propriedade.

Foram proclamadas liberdades públicas e privadas que não conduzem necessariamente a uma igualdade efetiva, nem ao exercício de liberdades concretas.

Alguns poucos cidadãos dispõem de muitos recursos políticos que ameaçam a liberdade das maiorias. Não pode haver democracia entre opressores e oprimidos. Se estes logram obter o poder, sua primeira medida é despojar opressores de seus privilégios.

A democracia liberal do século XIX era dirigida por uma elite que monopolizava o saber e o poder.

A tendência do povo no exercício do poder é ser autoritário, pois é radical na apli-

cação do princípio democrático e não admite que uma minoria utilize seu poder econômico para opor-se à vontade da maioria.

A tendência do povo é utilizar o poder para estruturar a sociedade a fim de promover sua liberação, alcançar a sua dignidade e igualdade efetivas. Na tendência democrática existe um espírito mais bem autoritário que liberal. As democracias populares são mais autenticamente democráticas que os regimes capitalistas liberais.

Ainda que tecnicamente não exista nenhum regime que mereça o nome de democracia, há entretanto nos países mais industrializados dois tipos que se aproximam do ideal democrático: 1) a poliarquia liberal, regime de compromisso entre distintos grupos de interesses existentes na sociedade e que os fazem valer pressionando os governos, utilizando-se da opinião pública, dos partidos políticos e dos votos; 2) as monocracias populares, regime dos países socialistas industrializados, autoritário, onde o Estado deve promover a vontade da classe trabalhadora, transformando a sociedade a fim de que as maiorias possam ter acesso efetivo aos benefícios sociais.

A dificuldade real em ambos os modelos está relacionada com a questão da participação política. Essa se dá em três níveis: consenso, eleição dos governantes e participação na tomada de decisões.

A democracia entendida como projeto histórico, como processo, como utopia, cria as condições para a existência de uma sociedade fundada em relações sociais igualitárias e participativas. Nela, todos os seres humanos são sujeitos de sua própria construção como sociedade.

A luta pela democracia hoje no Brasil é a luta pelo poder (instrumento) e pelo ideal democrático (valores). Esta luta transcende o significado instrumental do poder.

A questão fundamental da democracia passa a ser a integração dos 50 milhões de brasileiros excluídos da vida econômica (pelo desemprego, pela miséria, pelo subemprego), da vida social (pela multiplicação dos favelados, dos analfabetos, dos subnutridos, das crianças abandonadas, das mulheres e menores explorados, dos velhos e enfermos desamparados, etc.) e da vida política, onde a participação é baixíssima e se reduz praticamente ao voto. A luta é para organizar a sociedade pela base, através de movimentos sociais.

A radicalidade do projeto democrático está na transformação da atual sociedade, porque esta exclui maiorias e beneficia minorias.

Impasse

O impasse em que vivemos hoje na sociedade brasileira está em que as elites, organizadas, querem garantir seus próprios interesses e as massas populares não encontram meios de luta política organizada para lograr os seus propósitos e, como consequência, ficam à mercê dos envolvimento que favorecem o atual estado de coisas, conseguindo, quando muito, melhoras secundárias.

Conclusão

A dimensão da crise no Brasil e os impasses que se apresentam estabelecem os limites da nossa transição. Entretanto, temos parâmetros que devemos superar. Devemos estabelecer o projeto de consolidação da via democrática como meio de operar a transição.

O que se constata é que falta um projeto para o Brasil. Nenhum dos atores políticos têm definida esta questão. Entretanto, ao mesmo tempo verifica-se que há uma disposição da sociedade como um todo em tornar tanto a organização social, como a econômica e política, mais democrática, mais participante, mais integradora. Sobre isto há consenso nas maiorias.

Assim, a luta pela construção de uma sociedade democrática deve dirigir-se no sentido de fortalecer a cidadania que foi debilitada ao longo dos anos de formação social do Brasil pelo individualismo do projeto liberal. Devemos recuperar o sentido da vida, do futuro, do desenvolvimento da humanidade e negar a ditadura, os golpes de Estado, as intervenções em todas as suas formas de violência ou terror, porque estas se estabelecem a partir de uma relação de opressão. O que se busca é exatamente a negação da opressão e esta é a liberdade. Lutar para que o Estado não seja um instrumento de dominação de uma minoria sobre uma maioria. O projeto democrático de sociedade não propõe apenas que a ditadura da burguesia seja substituída pela ditadura do proletariado, mas que seja suprimida a ditadura, a burguesia e o proletariado, salvaguardando os valores da liberdade, da igualdade e da comunidade.

A perspectiva da luta para alcançar — construindo juntos — a democracia é ampla, geral e irrestrita. ●

Bibliografia

1. BURDEAU, George. *Traité de Science Politique*. Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, vol. IV.
2. CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Ed. Cultrix, São Paulo, 1982.
3. DAHL, Robert. "Polyarchial Democracy", in: *Preface to Democratic Theory*. The University of Chicago Press, 1956.
4. FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. Jorge Zahar Editor, RJ, 1985.
5. FLEISCHER, David. *Perfil Inicial da Constituinte*. Mimeo, 1987.
6. LAMOUNIER, Bolívar. "Partidos e Representação Política", in: *Partidos Políticos no Brasil*. Instituto Tancredo Neves – Fundação Friedrich Naumann, Brasília, 1987.
7. LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. "Partidos e Programas", in: *Partidos Políticos*

no Brasil. Instituto Tancredo Neves – Fundação Friedrich Naumann, Brasília, 1987.

8. MENESES, Paulo. *Desarrollo Político*. ILADES, Santiago de Chile, 1968.
9. MORALES-GÓMEZ, Daniel A. *La Situación de Crisis y el Papel de Las Ciencias Sociales en el Desarrollo de America Latina*. Revista David y Goliath, CLACSO, Año XVI, nº 50, Diciembre, 1986, pp. 60/62.
10. SELCHER, Wayne A. (Editor). *Political Liberalization in Brazil*. Dynamics, Dilemmas and Future Prospects. Westview Special Studies on Latin America and the Caribbean. Westview Press Inc., Boulder, 1986.
11. SOUZA, Herbert José de. *Periferia: possibilidades e alternativas*. Mimeo, IRI-PUC Rio de Janeiro, novembro, 1985.
12. STAJNER, Rikard. *Crisis (anatomia de las crisis contemporáneas, fase neoimperialista)*. Ediciones EL CABALLITO, México, DF, 1977.
13. WEFORT, Francisco. *Por que Democracia?* Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

Resumen

Revolución democrática

LA LUCHA POR LA DEMOCRACIA

Hay dos maneras de concebir la democracia: la primera como un régimen político, como una forma de gobierno concreto que nos sirve de modelo para la acción. Un ejemplo es la democracia liberal. La segunda, entiende la democracia como un proceso, como una forma de organización y acción que se va formando en relación a determinados paradigmas. En este caso, la democracia no existe. Lo que existe es el ideal democrático. Es la utopía que orienta nuestras acciones para concretizarse. Es un proyecto histórico.

Abstract

Democratic revolution

THE STRUGGLE FOR DEMOCRACY

There are two ways to conceive democracy: the first as political regime, as a concrete form of government, which serves as a model for action. One example is liberal democracy. A second way understands democracy as a process, as a form of organisation and action which takes shape in relation to certain paradigms. In this case, democracy does not exist. What exists is the democratic ideal. It is the utopia which orients our actions in the search for its realisation, it is the historical programme.

1.000 bibliotecas na ponta dos dedos

Disque (061) 226-2677. Este é o telefone do IBICT para consultas ao Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN). O IBICT colocou o CCN em uma base de dados, acessível por terminais de vídeo e impressoras. Isso significa resposta rápida, precisa e atualizada. Pelo (061) 226-2677, você fica sabendo onde encontrar um fascículo **específico** de publicação periódica especializada, nacional ou estrangeira. Depois, é só pedir à biblioteca indicada pelo IBICT uma cópia do artigo que lhe interessa. Sem erros ou perda de tempo. Se você quer informação, leve um dedo de prosa com o IBICT. E saia com mil bibliotecas nas mãos.

EXEMPLO DE CONSULTA:

Pergunta de uma pessoa residente em Brasília:

"Onde encontrar, no Brasil, a revista **Journal of Chemical Documentation**, nº 3, volume 14, de 1974?"

Resposta: "Em 19 bibliotecas de todo o Brasil. Delas, a Biblioteca Central da Universidade de Brasília é a mais próxima de você".

MCT

Ministério
da Ciência
e Tecnologia

CNPq

CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



IBICT

INSTITUTO BRASILEIRO
DE INFORMAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PARA OUTRAS CONSULTAS AO IBICT

Por telefone: (061) 226-6074 Por telex: 612481 CICT BR

Por carta: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) SCN - Quadra 2 - Bloco K-70710-Brasília, DF

O desafio de democratizar a comunicação

José Salomão David Amorim

A questão da comunicação social é um dos temas importantes da agenda da Constituinte. Esta importância cresce ainda mais com a acelerada introdução de novas tecnologias, cujos efeitos repercutem no mercado de trabalho, na soberania nacional e na vida privada dos cidadãos. Existe hoje bastante disseminada a crença de que o sistema de comunicação em funcionamento no país apresenta uma série de distorções, entre as quais se destacam: a concentração de propriedade, incompatível com a pluralidade de meios e mensagens que deve prevalecer, a má distribuição das mensagens por regiões e classes sociais, o regime de apadrinhamento na outorga de canais de rádio e de televisão, a dependência externa de produtos culturais e de tecnologia e, sobretudo, a ausência de participação da sociedade na definição das políticas de comunicação.



JORNAL DO PARANÁ
Diário Comércio & Indústria

O ESTADO DO PARANÁ
Jornal da tarde
A POPULAR

No final de 1984, o Brasil assistiu aos maiores movimentos de massa de sua história. Milhões de pessoas saíram às ruas das cidades exigindo eleições diretas para presidente da República. Acompanhando as manifestações por diretas havia um sentimento de revolta contra uma rede de televisão por sua cobertura distorcida dos acontecimentos.

A reação contra a cobertura da televisão foi excepcional. Normalmente as pessoas se comportam de maneira passiva diante dos meios de comunicação. No máximo desligam o aparelho ou fecham o jornal. As pessoas têm dificuldade em compreender em profundidade se um meio de comunicação está oferecendo ao público um serviço adequado. No entanto, a qualidade deste serviço é muitas vezes discutível, pois os meios de comunicação sofrem continuamente pressões de poderosos interesses políticos e econômicos. Daí que as notícias que recebemos são muitas vezes manipuladas. Os anúncios transmitem imagens falsas de produtos ou veiculam valores condenáveis, quando exploram o corpo da mulher como objeto de consumo. As telenovelas estão carregadas de preconceitos e estereótipos quando, ao focar o negro, o retratam em situações de submissão ou caricatas.

Os meios de comunicação desempenham hoje um papel central na vida da sociedade. São as instituições formadoras por excelência, deslocando para o segundo plano a família, a escola e a Igreja. Eles moldam valores, opiniões e atitudes, dizem como se deve pensar e como se deve agir. Por sua importância, os meios de comunicação devem estar organizados de maneira a atender os interesses da sociedade. Não é isto o que se observa no Brasil. Examinemos alguns aspectos.

No que diz respeito, por exemplo, à distribuição das mensagens por regiões e classes sociais, verifica-se que existe uma situação de desigualdade e injustiça. As estatísticas mostram que 90 milhões de brasileiros não têm acesso a jornais e revistas. Enquanto as regiões mais desenvolvidas do país, como o Sul e Sudeste, dispõem de abundância de mensagens, o Norte e Nordeste são pessimamente servidos. Um relatório da Unesco, por exemplo, revela que 440 dos 971 jornais do país são editados no Rio e São Paulo.

Mesmo que a distribuição de mensagens fosse justa e equilibrada, haveria muito o que criticar no aspecto do conteúdo. Muitas críticas têm sido feitas à informação jornalística por dedicar tempo e espaço a acontecimentos sem importância, ou por dar um tratamento aos fatos que privilegia o sensacional e o anedótico. Também pela descontextualização dos fatos, relatados de maneira fragmentada, isolados de suas relações externas, de seus antecedentes e conseqüentes. De forma que quem assiste, por exemplo, a um telejornal, muitas vezes ficará mais confuso do que antes ao tentar compreender o que se passa à sua volta.

Outra crítica que se faz aos meios de comunicação é a de passarem ao público uma filosofia de vida consumista. Isto decorre da solução de funcionamento que lhes foi dada entre nós: a de empresas comerciais operando com anúncios. A dependência da publicidade condiciona o conteúdo que se estrutura a partir da idéia de que *viver bem, ser feliz*, é sinônimo de consumir ou possuir bens materiais. É claro: conforto e bem-estar material são importantes em nossas vidas, mas nosso destino está sendo jogado freqüentemente em outros planos de atividade, como os da produção e do trabalho. Ao ignorar estas questões transcendentais os meios de comunicação desempenham um papel alienante.

Outro aspecto crítico é o da concentração de propriedade. Neste particular, os meios de comunicação seguiram a tendência geral da economia brasileira nos últimos anos, onde se desenvolveu uma política de proteção ao grande capital. Duas editoras — Bloch e Abril — controlam 70 por cento dos exemplares de revistas vendidos no país. Três agências noticiosas, pertencentes a “O Globo”, “Jornal do Brasil” e “O Estado de S. Paulo”, são responsáveis pela quase totalidade do noticiário nacional publicado na imprensa. Ainda na imprensa escrita, quatro empresas — “O Globo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e “O Estado de S. Paulo” — detêm 37 por cento da circulação média diária dos 42 principais jornais do país. Na televisão, observa-se o mesmo fenômeno. Embora a propriedade de canais seja limitada

por lei, as 130 emissoras existentes estão organizadas em cinco redes sob a liderança das TVs Globo, Manchete, Bandeirantes, SBT e Record. Estas emissoras, como cabeças das redes, produzem quase toda a programação transmitida pelas emissoras afiliadas. Evidentemente, nestas circunstâncias, a liberdade de comunicação torna-se mera retórica.

O Estado tem grande parcela de responsabilidade por esta situação, na medida que lhe compete traçar e implementar a política de comunicação. Na verdade, é ele quem decide sobre onde, como e quando introduzir novos serviços de comunicação, quem financia direta ou indiretamente, através de publicidade, isenções fiscais e empréstimos subsidiados, a atividade dos meios de comunicação; e quem concede licença para a exploração de serviços de rádio e televisão, assim como financia e opera toda a infra-estrutura de telecomunicações em cima da qual funcionam os meios de comunicação social. Ao desenvolver este conjunto de atividades, o Estado tem favorecido os interesses políticos e econômicos de grupos privados em detrimento dos interesses mais gerais. O que se passou com as concessões dadas nos últimos para a exploração de serviços de radiodifusão mostra o desvio na atuação estatal. As concessões foram dadas, quase sempre, a amigos do governo. Um levantamento do “Jornal do Brasil”, publicado na edição de 7 de dezembro de 1980, revelou que de 23 concessões de emissoras de televisão, 21 foram dadas a pessoas ligadas ao PDS; enquanto em 165 concessões de emissoras de rádio, 137 foram igualmente para pessoas ligadas ao PDS.

A democratização do sistema de comunicação social do país implica, evidentemente, mudanças profundas na legislação em geral e das concessões em particular. Uma medida fundamental é a criação de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado. Uma proposta neste sentido é a criação de um Conselho Nacional de Comunicação com maioria de membros indicados por instituições representativas da sociedade civil. O Conselho teria a responsabilidade de definir a política de comunicação, acoplando-a a uma política de desenvolvimento integrado, que conceba, portanto, o desenvolvimento como algo que inclua as esferas econômica, política e cultural. Naturalmente, se reservaria a este Conselho a competência para pronunciar-se sobre a concessão de canais de radiodifusão. Transferir-se-ia assim para a sociedade a grave responsabilidade de tomar decisões em matéria de comunicação, hoje restrita a grupos encastelados no aparelho de Estado.

Um aspecto importante da política de comunicação é o das novas tecnologias de

comunicação derivadas da Informática e da Eletrônica, cuja introdução deverá acelerar-se nos próximos anos. São exemplos delas o videotexto, o teletexto, o satélite, a televisão por cabo e os bancos de dados. As novas tecnologias podem ser um instrumento valioso para o desenvolvimento, mas representam também uma ameaça de desemprego, de aumento da dependência e de maior controle sobre os indivíduos.

Sabemos que toda tecnologia é substitutiva de mão-de-obra. Ao se cogitar da introdução de processos de automação no trabalho é preciso levar em conta não apenas razões de ordem econômica, mas também de ordem social. Esta não é uma tarefa exclusiva dos empresários, mas também dos trabalhadores. Eles devem participar das decisões sobre *como, onde, quando e para que* introduzir novas tecnologias de comunicação.

As novas tecnologias ampliam as possibilidades de controle sobre os cidadãos por quem detém o seu controle. Isto decorre da capacidade que oferecem de recolher, processar e distribuir informações em grande escala. Torna-se necessário tomar medidas para a proteção do cidadão, como tem sido feito em países de legislação mais avançada. Estas legislações garantem o direito de acesso do cidadão aos dados que sobre ele constem em bancos de dados. Proíbem também que constem em bancos de dados informações sobre crenças religiosas ou políticas dos indivíduos.

O sistema brasileiro de comunicação apresenta traços de dependência cultural e tecnológica. No plano cultural, apesar dos avanços no sentido de aumentar a auto-suficiência em matéria de programas, filmes e notícias, há ainda um grande caminho a percorrer. No tecnológico, quando se observa a situação mundial, constata-se que o domínio destes recursos encontra-se fortemente concentrado nas mãos de meia dúzia de nações poderosas. A meta aqui deve ser a de criar uma capacidade própria de produção e geração das novas tecnologias, pois elas tendem a ser o principal recurso de poder do mundo contemporâneo. A consciência deste fato é que move os Estados Unidos, com a ajuda de seus aliados internos, a desenvolver uma ofensiva para derrubar a legislação de reserva de mercado na área da informática. Não nos resta outro caminho senão o de fortalecer e ampliar a legislação e a política orientadas para a conquista da autonomia tecnológica neste setor. Simultaneamente, devemos apoiar os esforços que vêm sendo feitos pelos países em desenvolvimento de criação de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação. Neste plano, devemos lutar pela distribuição

equitativa dos recursos de comunicação entre as nações e por um novo ordenamento jurídico que, ao contrário do atual, proteja os interesses dos países em desenvolvimento.

Com base nas observações feitas até agora, podemos propor um conjunto de aspectos e medidas que devem ser objeto de consideração ao se discutir na Constituinte a questão da comunicação:

1. Direito à comunicação

A importância da comunicação hoje exige que seja incluído na nova Constituição o princípio do direito à comunicação, a exemplo das constituições de países avançados. A comunicação deve ser reconhecida como direito fundamental no mesmo nível que o direito à saúde, ao trabalho, à terra e à educação.

2. Participação nas políticas

Deve-se garantir a participação da sociedade nas definições das políticas de comunicação. Neste sentido, duas medidas são sugeridas:

a) a instituição de um Conselho Nacional de Comunicação, composto em sua maioria por membros indicados por instituições representativas da sociedade civil, além de representantes governamentais. O Conselho terá a incumbência de formular as políticas e planos nacionais de comunicação a serem aprovados pelo Congresso Nacional.

b) a instituição, em nível das organizações públicas e privadas de comunicação, da co-gestão editorial, dando-se o direito aos profissionais de opinarem sobre a linha editorial e a escolha de editores.

3. Acesso às fontes e aos meios de comunicação

Para existir liberdade de comunicação, são indispensáveis duas condições. A primeira,

que os meios de comunicação tenham acesso às fontes que produzem informações, sejam governamentais ou privados, sem restrições de espécie alguma. A segunda, que os diversos grupos sociais tenham acesso assegurado aos meios de comunicação para expressar seus pontos de vista e suas práticas culturais.

4. Distribuição igualitária das mensagens

Não se poderá falar em direito à comunicação se não houver uma distribuição equitativa de mensagens pelos meios de comunicação entre os diversos setores da sociedade. O princípio do direito à comunicação será letra morta na Constituição se não forem corrigidas as atuais distorções na distribuição de mensagens por regiões e classes sociais.

5. Impedir a concentração dos meios de comunicação

Um sistema de comunicação não será democrático, se os meios de comunicação estiverem em poucas mãos. O princípio do pluralismo, que garante a existência de uma democracia na comunicação, é incompatível com a concentração.

6. Criação de um sistema público de comunicação

Entende-se como sistema público de comunicação aquele que, sendo financiado por verbas estatais ou privadas, esteja sob o controle de segmentos organizados da sociedade civil e opere sem fins lucrativos. A legislação deve assegurar instrumentos para a constituição de um sistema de comunicação deste tipo, essencial para a democratização da comunicação. Deve facilitar a criação de sistemas comunitários de comunicação, através do apoio a iniciativas de associações de moradores, associações profissionais e entidades artísticas e culturais.

7. Garantir o uso social e democrático das novas tecnologias de comunicação

A introdução de novas tecnologias de comunicação não poderá levar em conta apenas os critérios de eficácia econômica. O princípio básico para sua implantação deverá ser o compromisso com prioridades sociais. É fundamental que sua introdução não acarrete desemprego nem maior concentração de poder na comunicação. A legislação deve proteger o cidadão contra os abusos que contra ele possam ser praticados através da utilização das novas tecnologias.

8. Proteger a autonomia tecnológica e a criação cultural nacionais.

Criar instrumentos legais que garantam a conquista da autonomia tecnológica no campo da comunicação e protejam a produção artístico-cultural nacional. Entre estes instrumentos devem ser citadas a reserva de mercado, facilidades de financiamentos, além de medidas que favoreçam a produção, distribuição e exibição de mensagens.

9. Apoiar um novo ordenamento internacional para a comunicação.

Apoiar as iniciativas visando o reordenamento do sistema internacional de comunicação, corrigindo os atuais desequilíbrios na posse e controle dos recursos e modificando-se os atuais ordenamentos jurídicos que protegem os interesses das grandes potências e geram situações de dependência. Nesse sentido, apoiar e desenvolver iniciativas de integração com os países latino-americanos e em desenvolvimento na área da comunicação social. ●

José Salomão David Amorim é professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília.

Resumen

Comunicación y Asamblea Constituyente

EL DESAFÍO DE DEMOCRATIZAR LA COMUNICACIÓN

El asunto de la comunicación social es uno de los temas importantes a tratar en la Asamblea Constituyente. Esta relevancia crece todavía más con la introducción acelerada de nuevas tendencias, cuyos efectos repercuten en el mercado de trabajo, en la soberanía nacional y en la vida privada de los ciudadanos. Existe hoy la creencia, bastante diseminada, de que el sistema de comunicación que funciona en el país exhibe una serie de distorsiones entre las que se destacan las siguientes: la propiedad concentrada, incompatible con la pluralidad de los medios y mensajes que debe prevalecer; la mala distribución de los mensajes por regiones y clases sociales; el padrino en la concesión de canales de radio y televisión; la dependencia externa de productos culturales y de tecnología y, sobre todo, la ausencia de participación de la sociedad en la definición de las políticas de comunicación.

Abstract

Communications and the Constituent

THE CHALLENGE OF DEMOCRATIZING COMMUNICATIONS

The question of social communication is one of the important subjects on the agenda of the constituent. This importance has grown even more with the accelerated introduction of new technologies whose effects have repercussions on the work market, on national sovereignty and on the private life of citizens. There is today a quite widely held belief that the system of communication operating in Brazil shows a series of distortions among which stand out: the concentration of ownership, incompatible with the plurality of means and information which ought to prevail, the bad distribution of information by region and social class, the system of protection over grants to channels of radio and television, dependence on foreign cultural and technological products and, above all, the absence of the participation of society in defining policies of communication.

A reformulação do ensino superior

A finalidade precípua da universidade se funda na indissociabilidade entre ensino e pesquisa, que só pode ser exercida com a garantia da autonomia no campo didático e de produção e aplicação do conhecimento. A contrapartida dessa autonomia é a implementação de mecanismos de avaliação sistemática e periódica que assegurem o controle público e a utilização eficaz dos recursos da sociedade.

A discussão sobre a reformulação do ensino superior, em pauta pelo menos há dois anos nos debates da comunidade universitária e nas comissões específicas constituídas pelo poder federal para formular propostas, tende atualmente a se intensificar devido ao momento constituinte e ao encaminhamento ao Congresso Nacional, a qualquer instante, do anteprojeto de reforma. No âmbito dessa discussão, o documento elaborado pelo Conselho Técnico e Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), "Subsídios à Reformulação do Ensino Superior", em sua reunião de dezembro último, assume um espaço importante pelo seu posicionamento em relação aos princípios que devem orientar a reforma das instituições de ensino superior federais.

O documento, reproduzido abaixo na íntegra, defende dois princípios básicos fundamentais: a preservação do caráter gratuito da

educação superior, que deve ser assegurado na Constituição; e a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa como princípio definidor da universidade.

Quando se pensa a reforma do ensino superior, o momento atual é o mais oportuno para a reafirmação desses princípios ressaltados no documento do Conselho e que representam a aspiração de uma corrente cada vez mais majoritária no seio da comunidade universitária. Se até hoje as Constituições brasileiras não definiram a gratuidade do ensino superior, é hora de exigir que a nova Constituição que está sendo redigida assegure, no texto da lei, o princípio da gratuidade do ensino público existente de fato. Da mesma forma, a reforma universitária que está sendo discutida não pode dissociar as atividades de ensino e de pesquisa como funções primordiais da universidade, sob pena de comprometer a qualidade do saber transmitido e elaborado.

Baseado nesses dois princípios, o documento contém também contribuições relevantes a respeito da autonomia universitária e do sistema de avaliação que deve ser implantado. Tanto a autonomia — que deve abranger a mais ampla liberdade no campo do ensino, da pesquisa e da gestão universitária —, como a avaliação do desempenho das instituições devem ser exercidas no sentido de promover a qualidade do ensino e sua indissociabilidade em relação à pesquisa.

Por fim, recomendamos a leitura e divulgação do documento do Conselho Técnico e Científico da CAPES pelo conteúdo e coerência dos princípios expostos e por assumir, em um momento crítico de definição dos caminhos da educação brasileira, uma postura clara de defesa do caráter gratuito do ensino superior público.

Departamento de Sociologia/UnB

Subsídios à reformulação do ensino superior – documento produzido pelo Conselho Técnico-Científico da CAPES após discussão do anteprojeto formulado pelo GERES (Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior)

No momento em que se discute a reformulação do ensino superior no país, o Conselho Técnico e Científico da CAPES, que reúne representantes das diversas áreas acadêmicas das universidades brasileiras, julga necessário manifestar sua posição em relação aos princípios gerais que estão nortear essa discussão.

Em primeiro lugar, acreditamos ser oportuno manifestarmos-nos em favor da preservação do caráter gratuito da educação superior pública do país, que deve ser claramente assegurado na Constituição.

Garantido esse princípio, cabe reconhecer que a finalidade precípua da universidade se funda na indissociabilidade entre ensino e pesquisa, que só pode ser exercida com a garantia da autonomia no campo didático e de produção e aplicação do conhecimento. A contrapartida dessa autonomia é a implementação de mecanismos de avaliação sistemática e periódica que assegurem o controle público e a utilização eficaz dos recursos da sociedade.

A implementação desses princípios exige a eliminação dos controles burocráticos que atualmente sufocam as iniciativas criadoras, estatuidando uma ampla liberdade de organização administrativa e financeira dentro dos limites que assegurem a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa. Isso implica uma profunda reformulação tanto do ministério quanto das universidades, alterando-se as relações entre ambos, superando-se o patrimonialismo e o corporativismo que as têm caracterizado.

Em função desses princípios gerais, apresentamos as seguintes considerações:

I – Indissociabilidade entre ensino e pesquisa

A indissociabilidade entre ensino e pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, porque a

formação de um corpo de profissionais competentes não se pode apoiar apenas na transmissão de um saber já constituído. Ao contrário, a produção de conhecimento é parte integrante desse processo. Em segundo lugar, porque a institucionalização da pesquisa na universidade é indispensável para o desenvolvimento autônomo da ciência e da tecnologia no país.

Estabelecida a indissociabilidade entre ensino e pesquisa como princípio definidor da universidade, o *status* universidade deve ser conferido exclusivamente àquelas instituições que comprovadamente preencham essa condição. Instituições que se dediquem exclusivamente ao ensino terão designação diversa. A nenhuma instituição deve ser assegurado, prévia ou permanentemente, o *status* de universidade, o qual dependerá sempre de avaliações periódicas.

II – Autonomia e gestão

Os controles burocráticos sobre a estrutura curricular, os orçamentos e administração das universidades têm se revelado inoperantes e ineficazes, devendo ser eliminados. Deve-se garantir a liberdade didática, curricular e de pesquisa, a gestão autônoma dos recursos destinados à universidade e a liberdade de organização interna das atividades e funções.

A relação da universidade com o Ministério da Educação, como órgão responsável pelo controle público da educação no país, deve ser definida, basicamente, por um sistema de avaliação que assegure a qualidade do ensino e da pesquisa e a boa gestão dos recursos.

No caso específico dos estabelecimentos que utilizam recursos federais o controle, pelo ministério, se fará também pela aprovação dos

planos plurianuais de investimento e pelo acompanhamento de sua execução.

As universidades federais deverão, ainda, submeter seu estatuto ao ministério para aprovação.

Uma vez que a autonomia deve ser exercida no sentido de promover a qualidade do ensino e sua indissociabilidade em relação à pesquisa, a representação nos órgãos colegiados da universidade deve ser diferenciada de acordo com suas funções, asseguradas, em todos os casos, a preponderância do corpo docente. Pela mesma razão, a escolha dos dirigentes deve privilegiar a participação de representantes do corpo docente e deve incidir sobre docentes cuja posição acadêmica comprove sua experiência e capacidade no desenvolvimento de atividade de ensino e pesquisa.

A subordinação da autonomia plena aos interesses da qualidade do ensino e da pesquisa implica uma regulamentação da carreira docente que instrumentalize os princípios da promoção de uma formação de alto nível e do reconhecimento da competência. Por isso, é indispensável a exigência de titulações acadêmicas como condição mínima para a progressão vertical, com exigência adicional de produção comprovada em termos de publicações, orientações de trabalhos de pesquisa, atividades de ensino e prestação de serviços à comunidade.

Considerações semelhantes devem ser feitas em relação à regulamentação do regime de trabalho, devendo-se insistir na vinculação entre tempo integral e atividades de pesquisa.

No interesse do acesso democrático à docência universitária nas instituições mantidas pelo poder público, e com o intuito de assegurar o recrutamento dos mais capazes, a primeira investidura deve ser precedida de concurso público. A primeira investidura não deve implicar estabilidade, a qual só seria alcançada após um período suficientemente longo no qual se

comprove a dedicação e a produção continuada do docente.

Finalmente, respeitada a isonomia salarial básica que deve prevalecer nas universidades federais, deve-se promover a concessão de benefícios diferenciais que estimulem a produção científica.

III – Avaliação

A alteração de todo o sistema de ensino superior na direção que está sendo defendida depende da implementação de um sistema amplo, eficaz, legítimo e competente de avaliação.

A avaliação deve ser multidimensional, abrangendo as atividades de ensino, pesquisa e prestação de serviços, e implicando o acompanhamento da execução dos planos plurianuais e a observância dos princípios que regulamentam a carreira e o tempo integral. Sua legitimidade deve ser assegurada através da participação de representantes da comunidade acadêmica nos órgãos de avaliação.

A credibilidade do sistema depende da garantia de independência dos órgãos de avaliação em relação àqueles responsáveis pela alocação de recursos e implementação de políticas.

O objetivo central da avaliação não é garantir recursos automáticos a um tipo ou outro de instituição, mas assegurar que a distribuição dos fundos públicos seja direcionada no sentido de promover o aperfeiçoamento do ensino e o desenvolvimento da pesquisa de boa qualidade nas instituições de ensino superior. A vinculação da alocação de recursos à elaboração de planos plurianuais e a avaliação de seus resultados constitui o mecanismo principal dessa promoção.

Para atendimento dos objetivos aqui explicitados, recomenda-se ao ministério a implantação imediata do sistema de avaliação.

Alaíde Braga de Oliveira
Química e Farmácia
Universidade Federal de Minas Gerais

Antônio Fernando Magalhães
Agricultura
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Arno Blass
Engenharia
Universidade Federal de Santa Catarina

Balthazar Barbosa Filho
Filosofia e Teologia
Universidade Estadual de Campinas

Benjamim Bley de Brito Neves
Geociências e Geografia
Universidade de São Paulo

Carlos Roberto Jamil Cury
Educação
Universidade Federal de Minas Gerais

Carolina Martuscelli Bori
Psicologia
Universidade de São Paulo

Décio Rodrigues Martins
Odontologia
Universidade de São Paulo

Eduardo Augusto de Almeida Guimarães
Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Eduardo Moacir Krieger
Ciências Fisiológicas
Instituto do Coração

Eunice Ribeiro Durham
Antropologia
Universidade de São Paulo

Hamilton de Mattos Monteiro
História
Universidade Federal Fluminense

João Lucas Marques Barbosa
Matemática e Estatística
Universidade Federal do Ceará

João Lúcio de Azevedo
Ciências Biológicas
Universidade de São Paulo

Léa Ferreira Camillo Coura
Medicina
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucrécia D'Alessio Ferrara
Artes e Comunicação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mary Aizawa Kato
Letras e Linguística
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Nívio Ziviani
Informática
Universidade Federal de Minas Gerais

Olavo Brasil de Lima Júnior
Ciência Política
Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sérgio Baptista Zacarelli
Administração
Universidade de São Paulo

Sérgio Ferraz
Direito
Instituto dos Advogados do Brasil

Sílvio Goulart Rosa Júnior
Física e Astronomia
Universidade de São Paulo

Vilma de Mendonça Figueiredo
Sociologia
Universidade de Brasília

Resumen

Universidad

CONTRIBUCIONES PARA REFORMULAR LA ENSEÑANZA SUPERIOR...

La finalidad principal de la universidad se funda en la indisolubilidad entre la enseñanza y la investigación, que sólo puede ejercerse con la garantía de una autonomía tanto en el campo didáctico y de producción como en la aplicación del conocimiento. La contrapartida a esa autonomía es la implementación de mecanismos de evaluación sistemática y periódica, que aseguren el control público y la utilización eficaz de los recursos de la sociedad.

Abstract

University

NOTES TOWARDS A REFORMULATION OF HIGHER EDUCATION

The essential final goal of a university is founded in the lack of harmony between teaching and research which can only be carried out with a guarantee of autonomy in the didactic field and of the production and application of knowledge. The counterpart of this autonomy is the implementation of a mechanism of systematic and periodic evaluation which assures public control and the efficient updating of the resources of society.

UNIVERSIDADE existe uma conspiração?

Luís Humberto



Foto de Luis Humberto

Que crise é essa que fustiga continuamente a universidade brasileira?

Será só decorrência de uma crise sistêmica maior, na qual o país se debate, sem lucidez e coragem para encontrar as saídas necessárias?

Ou será um desdobramento com contornos perigosamente particulares capazes de levá-la à falência como instituição pública e democrática?

A crise atual da universidade brasileira não tem suas raízes unicamente nos desvios

que se sucedem na esfera da incompetência e da insensibilidade dos políticos e administradores públicos, mas na existência de um projeto organizado para inviabilizá-la como um bem produtivo e desejável por toda a sociedade.

Em princípio, supõe-se a universidade

como uma instituição comprometida com a busca do conhecimento, sua difusão e um constante empenho para que haja inquietação capaz de, por si só, causar sua própria revitalização.

Se, de um lado, a universidade deve contribuir na procura de respostas para os problemas que atingem uma sociedade que a mantém, deve também transcender as faces elementares dessas questões e investigar, mais profundamente, as razões causadoras desses problemas, que residem em universos mais amplos e ainda não transitados do conhecimento.

Isso significa investimentos a fundo perdido, porque, quando caminhamos na direção da dúvida, não podemos garantir nem prazos nem sucesso, mas, com certeza, o desvendamento de algumas escuridões.

A universidade não pode nem deve se propor como um empreendimento lucrativo em termos financeiros.

A busca do conhecimento nunca foi uma tarefa de custo irrisório. Seus lucros se situarão no ganho social e na expansão do homem. Essa busca se dá para suprir a infindável curiosidade humana, procurando entender o sentido das coisas e na invenção de instrumentos para mudar a vida.

Isso não pode, sempre, ser mensurável ou expressado em estatísticas e percentuais, tornando-se, por isso mesmo, difícil de entender pela estreita e preguiçosa visão dos tecnocratas.

Por isso, a universidade é mostrada como algo voraz e que retorna coisas pouco visíveis, atitude que não deve causar nenhum

espanto em um país onde se patrocinam resultados com ansioso imediatismo.

Olhada como um peso para os cofres públicos, e não como um necessário investimento social, a universidade se vê asfixiada por sucessivas crises que visam inviabilizá-la como um bem público com papéis fundamentais a desempenhar.

De algum tempo, os tecnocratas da educação tentam rever os rumos da universidade brasileira, propondo soluções que, de algum modo, liberam o poder público dos compromissos de mantê-la, delegando — de forma artificiosa — essa tarefa à iniciativa privada.

É fácil imaginar o que isso significa.

A iniciativa privada, por sua própria natureza, certamente não estará se propondo ao exercício de um santificado mecenato, mas a um investimento capaz de lhe retornar uma vantagem generosa. Em um dado momento, olhada com a visão cândida que parece vigorar indefinidamente neste país, apresentar-se-á como salvadora de uma instituição impossível de ser mantida pelos cofres da nação, quando, na verdade, em nome dos investimentos feitos, passará a ser o gerente do conhecimento produzido, orientando-o em benefício próprio.

Possivelmente, poderá vir a ser posto um fim à gratuidade do ensino, sob a alegação de mil razões — algumas desde já preparadas e outras tantas a serem inventadas na ocasião —, transformando a universidade em um bem cujo acesso só será permitido a quem puder pagar.

O ensino será mais uma vez mercadoria e o conhecimento terá proprietários, que irão privilegiá-los quando interessarem a essa mesma salvadora iniciativa privada, então mostrada

ao público envolta no esplendor de sua aura messiânica, podendo então decidir sobre o que se deve investigar e que se deve produzir, provavelmente sem ser molestada.

O conhecimento poderá ser levado a um nível de restrição tal que não serão concedidos espaços para certas dúvidas essenciais, nem para o trânsito de uma inteligência especulativa, capaz de criar a contestação e renovação da própria sociedade, o que nunca é de interesse ou agrado das classes dominantes, muito menos quando estão pagando.

O resto é muito fácil de imaginar: a universidade deixará de ser um instrumento para um resgate possível da nação, e passará a ser usada como reforço para o desmesurado apetite de poder das elites, que se considerarmos, também, seus vínculos inequívocos com o capital internacional, perceberemos que iremos caminhar para uma nova etapa de dominação.

A universidade, apesar de todas as dificuldades que lhe têm sido impostas e de seus vícios de conduta, ainda é um lugar onde se pensa livre. Sua história recente tem demonstrado que tem sabido cumprir seu papel de resistência e transformação. Não é um adereço do qual possamos nos desvencilhar, e seus problemas, complexos e constantes, decorrem de uma intenção — nem sempre expressa e percebida claramente — de desmoralizá-la, torná-la desimportante aos olhos da sociedade, na medida que suas crises são conduzidas pelas autoridades com indiferença e cinismo. ●

Luís Humberto
Professor adjunto da UnB
Chefe do Depto. de Comunicação



**Toda semana sai um retrato de
corpo inteiro do Brasil, no jornal
para quem quer saber mais.**

LEIA • ASSINE • DIVULGUE

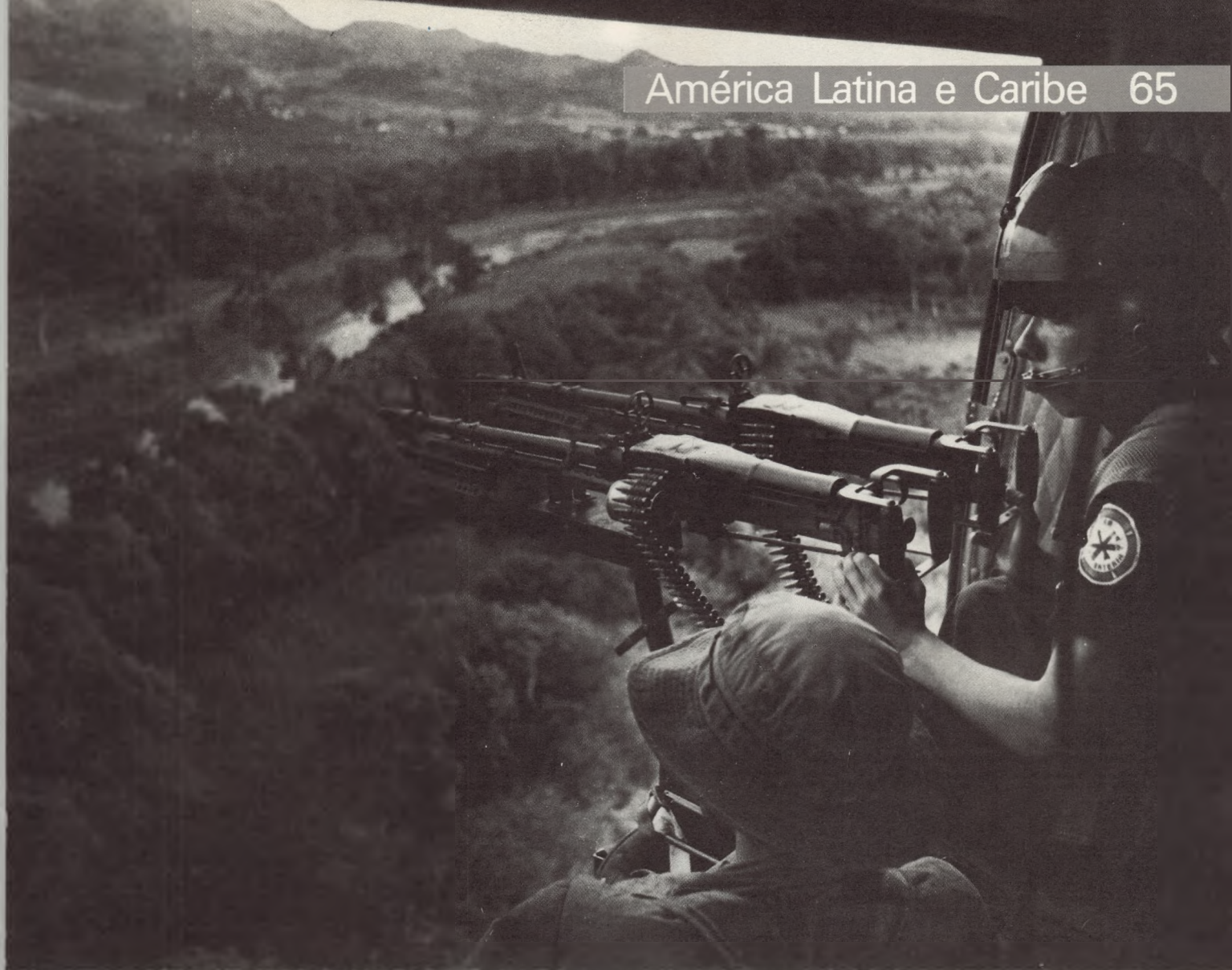


Foto de Cláudio Alves

El Salvador: guerra e paz

Luís Turiba

El Salvador, pequeno país conhecido como “El Purgacito” da Centroamérica, com seus 21.400 quilômetros quadrados – um pouco maior que o Estado do Rio de Janeiro, quase do tamanho da Ilha de Marajó –, onde toda a riqueza agrícola, sua principal fonte de renda, concentra-se nas mãos de apenas 3% da população de cinco milhões de habitantes, é atualmente um dos pontos mais nevrálgicos e incendiários do planeta Terra, onde mais se fala em “paz”, “diálogo”, “concordia” e “entendimento”, mas onde também se pratica uma das mais cruéis, insanas e infames das chamadas “guerras localizadas”.

Em El Salvador, diariamente, civis são presos, torturados, perseguidos, mutilados ou simplesmente assassinados em nome da “segurança nacional” ou da “revolução de libertação”. Um exército oficial de 60 mil homens, cuja maioria são meninos ou “menudos” recrutados ao “Deus-dará”, treinado e armado sofisticadamente pelos Estados Unidos, combate há sete anos, sem sucesso, uma guerrilha que a princípio era débil, mas hoje já está

estruturada com aproximadamente 10 mil homens, uma rede incomensurável de apoio civil, inclusive no exterior, uma mobilidade guerreira fora do comum e que já tem o domínio tático e estratégico de 30% do território salvadorenho. Formada por cinco facções políticas de esquerda, como veremos adiante, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – FMLN – já domina importantes áreas na capital São Salvador, como o presídio de Mariona, para homens, e o cárcere de Ilopango, para mulheres; bairros periféricos, além de possuir uma rádio clandestina-pirata – a “Venceremos” – que entra no ar três vezes por dia com mensagens e notícias revolucionárias.

A guerra civil de El Salvador não é tão “silenciosa” ou “surda” como querem fazer crer as grandes agências internacionais – AP, UPI, Reuters, France Press, NBC, etc. – todas sediadas com grandes equipes no hotel “Camino Real”, um dos mais seguros da capital salvadorenha. Conheci este minúsculo país ao longo de 15 dias, acompanhando, como repórter brasileiro, um hospital de campanha da FAB em socorro às vítimas do terremoto que praticamente destruiu São Salvador no dia 10 de outubro. A guerra está presente a cada passo que se dá:

“El temblor no es permanente, pero la guerra es todos los días. En el temblor se mueren todos iguales. En la guerra mueren solamente los campesinos, la gente pobre”.

O relato é de um ancião, Vidal Romeu López, de 76 anos, que enterrava o último de seus seis netos, resgatado dos escombros da casa onde viviam no bairro periférico de San Jacinto. Sua filha mais velha e seus outros cinco netos foram mortos durante um bombardeio ao povoado de San Vicente, departamento de Morazán. Casos como o seu formam um enredo trágico da recente história de El Salvador, fazendo com que as vozes que se levantam a favor da prática dos “Direitos Humanos” não sejam tão-somente um exercício de retórica vazia, como normalmente acontece no Brasil, mas uma necessidade inadiável de sobrevivência.

Trabalho histórico

Antes de falarmos do conflito propriamente dito e das propostas de paz de ambos os lados – o governo civil de José Napoleón Duarte e a FMLN –, vale a pena conhecermos um dos trabalhos mais dignos a favor da população civil de El Salvador, que é o da “Oficina de Tutela Legal del Arzobispado”, cuja “Comisión Arquidiocesana de Justicia y Paz” prepara men-

salmente um relatório com mais de 100 páginas sobre violações dos “Direitos Humanos” em todos os níveis. Nestes relatórios, há estatísticas detalhadas sobre denúncias de capturas, vítimas da violência política, baixas efetuadas pelo Exército e pelas Forças de Segurança, testemunhas, pessoas capturadas, pessoas desaparecidas, mortes de responsabilidade dos “Esquadrões da Morte”, organizações para-militares de ultra-direita que atuam abertamente no país; mortes em combate;

Todos os camponeses são, até que provem o contrário, aliados dos guerrilheiros da FMLN. E normalmente não conseguem provar nada: são eliminados antes.



mortes ocorridas durante ataques aéreos indiscriminados contras as populações civis; mortes de responsabilidade da guerrilha; vítimas circunstanciais; números de ações militares; casos especiais; etc.

Futuramente, os historiadores que desejarem compreender e/ou interpretar a realidade explosiva da Centroamérica nesta segunda metade do século XX, em especial as revoluções de Libertação Nacional, como Cuba, Nicarágua e agora El Salvador terão que inevitavelmente levar em boa consideração o trabalho humano e heróico da “Oficina de Tutela

Legal del Arzobispado” de El Salvador. Foi justamente lá que vi o único microcomputador do país nesses meus 15 dias de estada em “El Purgarcito” da Centroamérica. É do relatório do mês de junho, o depoimento que se segue, o que dá bem uma idéia do que a guerra representa para as populações civis:

“A las nueve horas con cuarenta y cinco minutos del tres de junio de mil novecientos ochenta y seis, comparece la señora..... de treinta y seis años de edad, casada, de oficios domésticos, originaria de Jurisdicción de departamen-



Mãe e filho unidos
no último momento.
A dor vinda da
morte. Uma cena
comum no dia-a-dia
da Centroamérica.
Por isso, o sofrimento
é coletivo.

to de y del domicilio de
Cantón y quien no puede
identificarse con su cédula de identidad
personal por haberla extraviado y QUIEN
JURANDO DECIR LA VERDAD Y NADA MÁS
QUE LA VERDAD SOBRE LOS HECHOS QUE
A CONTINUACIÓN RELATA: DECLARA: Que
en el mes de febrero de este año a las nueve de
la mañana entró el operativo Fénix que venía del
lado de Guazapa (un volcán a 30 kilómetros
de la capital, sob o domínio das forças guer-
rilheiras) efectuado por la Fuerza Armada quien
entró, bombardeando toda la zona fuertemen-

te; entonces nosotros salimos en carrera a
escondernos a los tatús (esconderijos subter-
ráneos preparados pelos guerrilheiros) donde
estuvimos diecisiete días sin salir para nada.
aguantamos hambre ya que cuando salimos de
nuestras casas no nos quedó tiempo de
llevarnos algo de comida, que a mí me faltaba
pocos días para dar a luz y fue en el transcurso
de los diecisiete días que estuvimos escondi-
dos en los tatús que di a luz a un niño varón
que gracias a Dios salió sano, que como no
tenía leche mi niño lloraba y solamente le daba
agua sin azúcar porque no tenía, no le daba al
principio de mamar porque o bajaba leche,
luego de ese tiempo decidimos salir a nuestras
casas a traer comida, que solamente pudimos
estarnos un momento porque empezaron a
disparar, tuvimos que irnos nuevamente a los
tatús donde permanecimos como un mes
más, luego al mes de aguantar hambre, frío,
picadas de zancudos, nos dimos cuenta que la
Fuerza Armada se había ido por otro lugar, por
eso decidimos salir y buscar comida, y nos
dimos cuenta que nos habían quemado todos
los granos, la ropa, nos habían quebrado, nos
tazas, nuestras casas las habían quemado, nos
habíamos quedado completamente en la
calle, y fue que nos fuimos a un lugar cerca de
allí que no recuerdo el nombre y fue allí donde
permanecimos desde ese día hasta el día
miércoles veintiocho de mayo de este año, ya
que ese día nos vinimos con la Cruz Roja
Internacional para San Salvador, el lugar donde
no recuerdo el nombre y donde fue que
permanecimos bastante tiempo, allí en ese
lugar dormíamos en el suelo ya que no
teníamos ni tan siquiera una champa en donde
refugiarnos de la lluvia, nos sentíamos de-
sesperados por nuestros hijos que los teníamos
enfermos y no les podíamos dar nada ya que
no teníamos medicina para curarlos. Que en
este operativo en el Cantón San Antonio,
jurisdicción de Siquera, departamento de
Cabañas, capturaron al señor JOHNNY N. de
treinta años de edad, que el Batallón Braca-
monte (tropa especial treinada em ações anti-
guerrilha nos Estados Unidos, em Fort
Benning) fue quien capturó al señor antes
mencionado y seguidamente dándole muerte:
a él primero le quitaron los dedos de las dos
manos y posteriormente le dejaron ir unas
ráfagas dejándolo aventado. Que nosotros le
pedimos a la Fuerza Armada que cesen con
estos operativos ya que los únicos perjudicados
somos nosotros la gente de población, que no
le hacemos daño a nadie, solamente vivimos de
nuestro trabalho. Que a los tres días de haber
salido del Cantón San Antonio llegamos al
pueblo de Tenancingo, departamento de
Cuecatlán, donde nos iba a traer la Cruz Roja
Internacional para traernos para San Salvador.

que en esos tres días pasamos hambre, frío, caminábamos en los montes, subíamos verdaderas, que todos nos sentíamos agotados del viaje y de la debilidad que teníamos por aguantar hambre. QUE ES TODO CUANTO TENGAS QUE DECLARAR POR SER LA VERDAD Y NADA MÁS QUE LA VERDAD POR CONSTARME DE VISTAS Y OÍDAS Y HABÍENDOSEME LEÍDO LA PRESENTE LA RATIFICACIÓN Y PONGO MIS HUELLAS DIGITALES."

O dia-a-dia

É assim a guerra e suas quase 100 mil vítimas ao longo desses sete anos. Oficialmente, começou em 1979 quando após um golpe militar os Esquadrões da Morte, num processo de extermínio coletivo, passam a matar abertamente 80 a 100 pessoas por dia, por motivos políticos. Em 1981 há a unificação definitiva de todas as facções de esquerda, algumas com exércitos próprios, e forma-se a Frente Farabundo Martí de Libertação. No entanto, desde 1970 já havia uma oposição armada em El Salvador, intitulada Forças Populares de Libertação, um grupo de militantes que não aceitam mais as formas pacíficas de luta do Partido Comunista. Em 1972, novas dissidências no PC. Forma-se o Exército Revolucionário do Povo, através de um grupo de concepção totalmente militarista da luta em El Salvador. Um pouco depois surge a Resistência Nacionalista e por último o Partido Revolucionário dos Trabalhadores da Centroamérica. Com a formação da FMLN, o próprio Partido Comunista também se desloca para as montanhas formando seu braço armado, enquanto os principais dirigentes se exilam no México e outros países da América Latina.

Conheci de perto os horrores da guerra ao percorrer durante três dias, junto a um grupo de outros cinco jornalistas, numa perua Toyota, toda a parte Oriental e Norte do país. Circular por El Salvador não é um turismo dos mais seguros. A viagem precisa ser muito bem preparada, os riscos são muitos. A princípio, qualquer correspondente estrangeiro é obrigado a se credenciar junto ao COPREFA — Comité de Prensa de La Fuerza Armada —, onde é fotografado, responde a um questionário minucioso (tipo sanguíneo, peso, altura, em caso de "acidente" a quem avisar, etc., etc.), e recebe uma carta pessoal endereçada a cada um dos comandantes das regiões a serem visitadas. Sem essa documentação não se atravessa sequer a primeira barreira.

Nossa viagem foi toda orientada por um jornalista português, Nelson Chaves, câmara da

Roque Dalton: a revolução via poesia

Toda revolução que se preza produz seu próprio poeta, sua porção maior de sensibilidade. Roque Dalton, ainda desconhecido dos brasileiros, é o poeta da revolução salvadorenha, embora tenha sido tragado pela própria engrenagem sectária e cega das forças rebeldes de El Salvador. Não foi muito diferente a sorte de Vladimir Maiakovisk com a revolução soviética e do poeta-cineasta Gláuber Rocha no processo de transição brasileiro.

Ao ser executado a 10 de maio de 1975 pelo Exército Revolucionário do Povo, acusado de uma forma não muito clara de "colaborar com o inimigo de classe", Roque Dalton deixou a revolução salvadorenha com um vácuo sem tamanho de criatividade na sua retaguarda. Hoje, essa revolução amarga um tremendo sentimento de culpa pelo reacionário crime que cometeu contra aquele cujo único defeito como militante era enxergar muito à frente.

Dizia Baudelaire: "os poetas nunca vêem a injustiça onde ela não existe, mas com frequência a vêem onde não a vê o olhar não-poético". Ezra Pound, também vítima de perseguições não-poéticas, anunciou: "o poeta é a antena da raça".

"Eu cheguei à revolução por via da poesia". É assim que Roque Dalton inicia sua "obra poética de maior estrutura", no dizer do professor Italo López Vallecillos, seu prefaciador em El Salvador. Seu livro "Taberna y otros lugares" obteve o prêmio latino-americano de poesia da Casa das Américas, em Havana, escolhido entre duzentos e vinte e um livros. Mas isso é apenas um dado, pois o que interessa é a pulsação de seus versos e seu estilo rico, liberto, repleto de métricas, ritmos e musicalidade, marcando não só o testemunho, mas sua militância ativa no processo.

Roque Dalton nasceu em 14 de maio de 1935 em São Salvador, El Salvador. Estudou direito e antropologia em universidades de seu país, Chile e México. Desde adolescente se dedicou ao jornalismo e à literatura de criação. Por sua militância política sofreu prisões e exílios. Morou na Guatemala, México, Cuba, Checoslováquia, Coreia, Vietnam e outros países.

Após sua morte, Júlio Cortázar escreveu: "Conversar com Roque era como viver mais intensamente, como viver por dois. Nenhum dos seus amigos duvidava das histórias míticas de seus antepassados: a visão prodigiosa do pirata Dalton, as aventuras dos membros de sua família; e outras vezes, sem maior desejo mas obri-

gado pela necessidade de defender um ponto de vista, a recordação das prisões, a morte rondando, a fuga ao exterior, os exílios, as voltas, a saga do combatente, a larga marcha do militante".

Aqui alguns poemas da "Taberna" de Roque Dalton.

La verdadera carcel

*Oh mi país sus ojos descarrados
sólo flores en homenaje de su muerte adivinan
año de la profundidad tempestad deshabitada
pero en espera de su gota de fecundación.*

*Bienvenida entonces enhorabuena la locura
voy a comprarle un caramelo para que me defienda
y así poder volar alguna vez al mundo
luego de este sumergimiento mortal.*

*Prefiero saberlo la locura a la solemnidad:
hojoe mi alma mais guadañas mis vértigos
y no es en otros términos la respuesta florida.*

*Así confío en la potencia del abandono
o del alarido angustiado que permanecerá como
prueba
de mi remota inocencia.*

*Menudo esfuerzo hice para tener fe tan sólo en el deseo
y en el amor de quienes no olvidaron
el amor y la risa*

Sobre dolores de cabeza

*Es bello ser comunista,
aunque cause muchos dolores de cabeza.*

*Y es que el dolor de cabeza de los comunistas
se supone histórico, es decir
que no cede ante las tabletas analgésicas
sino sólo ante la realización del Paraíso en la tierra.
Así es la cosa.*

*Bajo el capitalismo nos duele la cabeza
y nos arrancan la cabeza.
En la lucha por la Revolución la cabeza es una
bomba de retardo.*

*En la construcción socialista
planificamos el dolor de cabeza
lo cual no lo hace escasear, sino todo lo contrario.*

*El comunismo será entre otras cosas,
una aspirina del tamaño del sol.*

O.E.A.

*El Presidente de mi país
se llama hoy por hoy Coronel Fidel Sánchez
Hernández.*

*Pero el General Somoza, Presidente de Nicaragua,
también es Presidente de mi país.*

*Y el General Stroessner, Presidente del Paraguay,
es también un poquito Presidente de mi país, aunque
menos*

*que el Presidente de Honduras o sea
el General López Arellano, y más que el Presidente
de Haití,*

Monsiur Duvalier.

*Y el Presidente de los Estados Unidos es más
Presidente de mi país
que el Presidente de mi país,
ese que, como dije, hoy por hoy
se llama Coronel Fidel Sánchez Hernández.*

Huello mal

*Huelo a color de luto en esos días
que las flores enferman por su precio
cuando se muere a secas el que es pobre
confiando en que ya pronto lloverá.*

*Huelo a historia de pequeña catástrofe
ranto que se ha podido quedar con los cadáveres
huelo a viejo desorden hecho fe
doctorada en respeto su gran llama.*

*Huelo a lejos del mar no me defiendi
el algo he de morir por tal olor
huelo a pésame magro les decía
a palidez de sombra a casa muerta.*

*Huelo a sudor del hierro a polvo puesto
a deslavar con la luz de la luna
a hueso abandonado cerca del laberinto
bajo los humos del amanecer.*

*Huelo a un animal que sólo yo conozco
desfallecido sobre el terciopelo
huelo a dibujo de niño fatal
a eternidad que nadie buscaría.*

Huelo a cuando es ya tarde para todo.

El descanso del guerrero

Los muertos están cada día más indóciles.

*Antes era fácil con ellos:
les dábamos un cuello duro una flor
loábamos sus nombres en una larga lista:
que los recintos de la patria
que las sombras notables
que el mármol monstruoso.*

*El cadáver firmaba en pos de la memoria
iba de nuevo a filas
y marchaba al compás de nuestra vieja música.*

*Pero qué va
los muertos
son otros desde entonces.*

*Hoy se ponen irónicos
preguntan.*

*Me parece que caen en la cuenta
de ser cada vez más la mayoría!*

La cabeza contra el muro

*La materia es dura,
la materia es indestructible:
por lo tanto
la materia es incomprensiva,
la materia
es cruel.*

NBC dos Estados Unidos, cuja experiência na guerra civil de El Salvador já ultrapassa a cinco anos. Duarte, um salvadoreño de olhos amendoados e pele morena, foi o nosso guia. Ele é outro *expert* nesse tipo de aventura. À frente de sua perua, tipo kombi, uma placa em letras garrafais: "PRENSA INTERNACIONAL". Nos vidros traseiros e em ambos os lados, fitas crepes indicavam TV. TV é uma espécie de código para identificar jornalistas estrangeiros responsáveis pelas notícias da guerra. As instruções que recebemos de Chaves eram claras. (1) ao ouvir tiros, fogo cruzado, deite-se imediatamente no chão; (2) mesmo que seja morteiros ou bazucas, jamais correr. Tudo que corre é um alvo fácil. (3) em caso de bombardeio de helicóptero ou metralhamento se esconda atrás de árvores ou carros ou alguma outra proteção fixa. (4) caso se perca, ou volte pelo mesmo caminho ou fique no mesmo lugar esperando. Não tente voltar por lugar que você não conheça. Você pode pisar numa mina ou ser alvo fácil de um franco-atirador. (5) não use nunca roupa claras e berrantes.

A este tipo de ação — sair de carro pelas áreas conflitadas à cata de notícias — os jornalistas estrangeiros costumam chamar de "pescaria". Nunca se sabe que tipo de "peixe" você vai enfrentar. Você pode entrar numa zona de combate, ser cercado por um operativo do Exército, cair nas mãos dos guerrilheiros ou, simplesmente, ter uma viagem aparentemente calma. Nos últimos cinco anos, dezoito jornalistas estrangeiros morreram em "pescarias". Uma semana antes de chegarmos a El Salvador uma equipe da televisão holandesa — quatro pessoas — havia sido eliminada num fogo cruzado.

El Salvador é um país cortado por rios, quase todos secos em função dos bombardeiros, onde praticamente não há pontes em pé. Todas as pontes por onde passamos eram de campanha, normalmente fornecidas pelos Estados Unidos, e todas elas muito bem guardadas com trincheiras pesadas, dezenas de sacos de areia e soldados armados até os dentes. Nos impressionou, de imediato, a idade dos combatentes. É muito natural vermos meninos de 15 anos carregando fuzis M-16, granadas, pistolas automáticas.

Embora a paisagem da guerra esteja em cada quilômetro das estradas — de quilômetro em quilômetro há enormes quebra-molas que são, ironicamente, chamados de "túmulos" — foi no município de Santa Helena, Departamento de Usulután, onde tivemos oportunidade de sentir as faíscas de um combate. Na noite anterior, 70 guerrilheiros haviam tomado o município de 19 mil habitantes, explodido o Banco de Crédito Rural, a cadeia local, a sede

da Guarda Nacional e a prefeitura. As paredes da cidade estavam pichadas, convocando a juventude a integrar-se à FMLN e os prédios atingidos ainda chamuscavam. Destroços, poeira e cinza escura, estilhaços de granadas, paredes perfuradas à bala, muita fumaça *recuerdos* do combate. Antes da chegada dos helicópteros *Haygs* trazendo o reforço oficial para a retomada da cidade, os guerrilheiros se retiraram para as montanhas, deixando um saldo de dois mortos — o soldado José Israel Cortez, de 20 anos; e o irmão do prefeito, José Noel Lozano. Nós, jornalistas, ainda fomos ao velório e ao enterro do soldado, um ritual comum e rotineiro pelo interior do país.

O chão de El Salvador é cultivado por sangue, mas o padre norte-americano Frank Klanent, de 34 anos, da ordem de Cleveland, trabalha o evangelho no município de Chililágua, outro lugar que oficialmente não está nem nas mãos dos guerrilheiros nem com o Exército. Essas são as piores regiões, as de dualidades de governo. Padre Frank tem verdadeiro horror às minas, que são chamadas de "pega-bobo". Feitas com latas vazias e pólvora, explodem de maneira tão certa e diabólica, que cortam somente metade de uma das pernas dos soldados e dos civis atingidos. Os guerrilheiros são muito ágeis no seu uso. São capazes de se deixar cercar somente para instalar as pequenas minas "pega-bobo" em torno da tropa, o que causa pânico e horror na retirada dos soldados. No entanto, esses minúsculos petardos atingem também as populações civis. Quando chegamos a Chililágua, o padre Frank disse que há duas semanas não ia no seu projeto de tomateiro porque havia recebido um recado: a área estava minada. Ele nos levou na casa da família Acencio, onde tivemos oportunidade de conhecer a menina Maria Armida Acencio, de apenas 12 anos, que não tem uma perna por ter sido vítima de uma dessas armas. Ela estava simplesmente brincando e catando lenha para a mãe, quando invadiu uma área minada. Mais adiante, no quartel-general de Gotera, Departamento de Morazán, pudemos constatar as verdadeiras legiões de soldados mutilados, vítimas das escaramuças da guerrilha. Uma tristeza.

Em busca de soluções

Onde há guerra há também a perspectiva de paz. Não há outra saída para a guerra a não ser a paz. A paz faz parte da dialética da guerra. É a história da humanidade. O difícil, no caso de El Salvador, é saber para que tipo de paz o país caminha. A derrota de uma das partes ou uma

O ancião passa pela guerra e nem é notado. Coisa rara em El Salvador, um senhor de idade caminhando pelas regiões conflitadas. Os destroços dos combates não incomodam a ninguém.



Foto de Cláudio Alves

paz negociada. De qualquer maneira, não está afastada a hipótese da guerra salvadorenha se prolongar anos a fio. Já se fala que pode chegar ao ano 2000, ou quem sabe até se alastrar por toda Centroamérica, em caso de intervenção direta norte-americana. Por enquanto, oficialmente, os Estados Unidos mantêm 55 assessores militares em El Salvador, número esse que foi aprovado pelo Congresso norte-americano. Os dirigentes da FMLN dizem, porém, que o número de militares "gringos" envolvidos na guerra é muito maior. É certo que os Estados Unidos enviaram somente em 1985 US\$ 1 bilhão para El Salvador, sendo que US\$ 561 milhões exclusivamente para fins militares. Em 1986, devido ao terremoto, essa quantia foi bem maior. Se a intervenção "branca" se transformar numa intervenção "mariner", ninguém duvida, nem mesmo o Pentágono ou a C.I.A., que a guerra atravessará fronteiras, alastrando-se por territórios de Honduras, Guatemala, Costa Rica e Nicaraguá, onde o apoio aberto aos "contras" faz parte desse complexo jogo de xadrez. E nesta "práxis" guerreira da Centroamérica, de pouco adiantam os esforços não-intervencionistas dos países membros do grupo de Contadora.

O que se sabe é que a solução não está na intervenção norte-americana. Transformar a

Centroamérica em um novo Vietnam não seria bom para nenhuma das partes envolvidas no conflito. A opinião pública norte-americana está ciente disso, está atenta. Com a vitória do Partido Democrata nas últimas eleições para o Senado, a administração Reagan está sem espaço para atuar abertamente de forma intervencionista, em El Salvador.

Por ocasião do terremoto de 10 de outubro, que causou 10 mil mortos e deixou mais de 200 mil salvadorenhos ao relento, tanto o governo democrata-cristão de Napoleón Duarte como os representantes da F.D.R., — Frente Democrática Revolucionária, braço político da FMLN, cujos dirigentes vivem exilados no México — falaram em trégua "humanitária" para enfrentar a fúria da natureza. Puro exercício de retórica. No dia seguinte ao terremoto, os aviões A-37, que são chamados pela "Carta a las Iglesias", um informativo da Universidade Católica, de "pássaros agourentos que semeiam morte e desolação", voltaram a bombardear as áreas libertadas em torno de Guazapa, a 30 quilômetros de São Salvador, pois o Exército tinha informações de que a cúpula da FMLN ali estaria reunida. Resultado: mais baixas civis. A guerrilha, por sua vez, ao mesmo tempo que prometia "trégua"

através da rádio clandestina "Venceremos", ouvida em ondas curtas, AMs e FM's por toda a população, continuou explodindo estações elétricas, pontes e tomando cidades em ataques fulminantes.

Apesar da "paz" fazer parte do "discurso da guerra", a igreja católica em El Salvador vem assumindo um papel fundamental na busca de uma solução negociada para o conflito. Talvez porque seja uma das principais instituições atingida diretamente pela guerra. Monsenhor Romero, cardeal do país, executado a sangue frio durante uma missa na catedral, no dia 24 de março de 1980, por um agente do esquadrão da morte "Mano Blanco", é um símbolo antiviência cada dia mais forte para todo o povo salvadorenho. O seqüestro de cinco freiras norte-americanas, com direito a torturas e sevícias sexuais antes de assassiná-las, entre elas Dorotea Kelson e Yin Donovan, da ordem de Cleveland, pelo mesmo esquadrão "Mano Blanco", é fato inesquecível e marcante desse tempo sombrio que vive El Salvador. Praticamente todo o trabalho pastoral de base da atuante igreja salvadorenha é tido pelo Exército, pela Guarda Nacional, pela Polícia de Fazenda, entre outras forças legais de repressão, como "atividades subversivas". Os padres mais progressistas não passam de aliados dos "mar-



A rotina da guerra. De quilômetro em quilômetro há barreiras e quebra-molas, que ironicamente são chamados de "túmulos". Crianças, pequenos comerciantes, mulheres; todos são suspeitos.

xistas-leninistas". Toda atitude de fé está sob permanente ameaça.

Mesmo assim a igreja atua pela paz. E tem pleno e total apoio do papa João Paulo II, que na primeira quinzena de setembro escreveu o principal editorial do jornal "Carta a las Iglesias". Diz o editorial: "El Dialogo por la Paz es posible"

"Algunos, hoy en día, que se consideran realistas dudan de la posibilidad del diálogo y su eficacia. al menos cuando las posturas son tan tensas e inconciliables que parece que no dejan lugar a ningún acuerdo. ¡ Cuántas experiencias negativas fracasos repetidos parecerían apoyar esta visión desencantada!

Y no obstante, el diálogo por la paz es posible, siempre posible. No es una utopía... Quien comparte la fe cristiana estará más fácilmente persuadido de ello, aun creyendo en la debilidad congénita y en el pecado, que dejan huellas en el corazón humano desde el principio. Pero todo hombre, creyente o no, aún siendo muy prudente y lúcido respecto del endurecimiento posible de su hermano, puede y debe mantener suficientemente la confianza en el hombre, en su capacidad de ser razonable, en su sentido del bien, de la justicia, de la equidad en su posibilidad de amor fraterno y de esperanza...

Hace falta que no se dejen desanimar por los fracasos reales o aparentes. Hace falta que se avengan a reanudar sin cesar un verdadero diálogo, o recorrer hasta el extremo este único camino que lleva a la paz, con todas sus exigencias y condiciones".

Ao falar em "fracassos reais ou aparentes" o papa João Paulo II se referia obviamente às rodadas de diálogos fracassadas, promovidas por Monsenhor Rivera, substituto de Monseñor Romero, em 1984/85 e começo de 1986.

A primeira foi em 1984, na pequena cidade de La Palma, quando governantes e guerrilheiros entraram na cidade protegidos por um corpo de escoteiros mirins, e puderam conversar civilizadamente durante quatro horas. O diálogo foi impossível de prosseguir, pois o presidente Napoleón Duarte insistia para que a guerrilha depusesse as armas, enquanto os guerrilheiros desejavam que suas tropas integrassem as Forças Armadas para garantir a realização de eleições ou para a formação de um governo provisório.

Houve outra tentativa recente em fins de 1985 no município de Sensori, Departamento de São Miguel, a 150 quilômetros de São Salvador. Mais uma vez D. Arturo Rivera participou de toda a preparação. Pela Frente

Democrática Revolucionária, ala política da guerrilha, participaram Guillermo Manuel e Rúben Zamara, enquanto a FMLN nomeou os comandantes Joaquim Villalobos e Jorge Chafik Handal. Pelo governo, além do próprio presidente Napoleón Duarte, estiveram presentes o ministro da Defesa e da Segurança, general Vides Casanova, além de outras autoridades militares. O governo, porém, não quis desmilitarizar o município de Sensori. Segundo o presidente Duarte, os guerrilheiros pretendiam demonstrar ao mundo que "dominavam toda a região". Desta vez, o encontro sequer chegou a realizar-se.

Depois dessas experiências, o presidente Napoleón Duarte só voltou a falar em "diálogo" com as forças guerrilheiras por ocasião de visita de agradecimento que fez ao hospital brasileiro de campanha, que a FAB e a Aeronáutica montaram naquele país para acudir as vítimas do terremoto. Foram mais de seis meses de silêncio. Respondendo a uma pergunta de um jornalista brasileiro, Napoleón Duarte garantiu que estava à disposição "dos filhos pródigos que pegaram em armas e foram às montanhas em busca de solução para os problemas do país e de justiça.

Mas frisou:

— Quero falar de diálogo, no de guerra!

Para ele, é fundamental que as forças rebeldes entendam que El Salvador pode ter somente uma única Forças Armadas. E isso os guerrilheiros não aceitam. Já o ministro de Defesa, general Vides Casanova, um dos homens mais poderosos do país, é bem mais duro. No seu entender, o Exército jamais poderá deixar de combater até infringir uma derrota militar "aos terroristas", porque tem uma Constituição a cumprir.

Outro militar com quem conversei sobre a questão da paz foi o Coronel Maurício E. Vargas, comandante do Destacamento Militar San Francisco Gotera, no Departamento de Morazán, quase na fronteira com Honduras, uma das regiões mais tensas e conflitadas do país. Aos 40 anos, aparência bem jovem para um homem de sua idade, o Cel. Vargas tem imenso orgulho de ser professor de Estratégia formado pela Escola Militar do Panamá, com cursos de aperfeiçoamento em Fort Benning, nos Estados Unidos. A princípio, ele reconhece que a guerra tem uma série de causas internas e estruturais, de índole social e econômica mas não vacila ao apontar como "razão real" uma agressão externa marxista. Na sua linguagem de estrategista, Cuba é um porta-aviões a serviço do marxismo-leninismo" e Nicarágua "uma cabeça-de-ponte".

— El problema de El Salvador não é isolado. É interamericano — explica o coronel Vargas.

No seu entender, está provado que "o diálogo é impossível" pois democracia e marxismo-leninismo são duas forças que se rechaçam filosófica e politicamente. No entanto, para ele, não se deve pensar que o fim da guerra está numa solução militar:

— Se o problema é político, econômico e social, não se pode colocar uma solução militar como principal alternativa. Não se deve pensar que os comunistas dominam e ganham todas as revoluções. É necessário fazer mudanças profundas no *status quo*. Não se deve atacar somente a revolução, mas sim as causas que fazem a revolução sobreviver, finaliza o Cel. Vargas.

O que pensa a guerrilha

A FMLN também busca uma solução negociada para a guerra. Tanto é que propagou no final de julho, pelos quatorze Departamentos (Estados) de El Salvador, dois documentos básicos para o diálogo: *Projeto Político da FDR-FMLN para o Diálogo Nacional* e *Anteprojeto de Ley da Anistia*.

No entanto, o que há de mais novo em termos de análise da guerra é o artigo "O estado

atual da guerra e suas perspectivas", publicado pela revista "Estudios Centroamericanos" da Universidade Católica "José Simeón Cañas" — ECA — no primeiro semestre desse ano, e assinado pelo comandante Joaquim Villalobos, dirigente máximo do Exército Revolucionário. O artigo não é um planfeto qualquer. Tem mais de 50 páginas e nele o comandante Villalobos faz uma profunda reflexão do atual estágio da revolução, das táticas usadas, dos perigos da intervenção norte-americana, para chegar à conclusão de que somente é possível uma solução política se "houver diálogo entre salvadorenhos".

Segundo o comandante Villalobos, no transcurso das últimas duas décadas o movimento revolucionário salvadorenho tem conseguido manter um processo ininterrupto e ascendente de acumulação de forças, que dá origem ao atual estágio da guerra popular. Ele destaca: a) o alto grau de organização e consciência das forças motrizes da revolução; b) avançado processo de unificação das forças revolucionárias; c) grande desenvolvimento militar em um estágio muito avançado.

Após destacar as formas de organização dos trabalhadores rurais salvadorenho na década de 70, quando foi intenso o movimento de massas, o dirigente rebelde afirma que a radicalização da luta por parte da repressão — o surgimento dos esquadrões da morte — fizeram com que "amplos contingentes das classes trabalhadoras tornassem as armas".

O golpe militar de 1979 e a ascensão por via eleitoral do presidente Napoleón Duarte é analisado pelo dirigente rebelde como "parte de um plano contra-revolucionário", organizado em Washington:

"O plano contra-insurgente constituiu-se de um genocídio encoberto por um suposto processo de redemocratização. Foi o temor ao avanço e à acumulação de forças da FMLN que obrigou o governo de Reagan a colocar em El Salvador um governo de aparência reformista e democrática".

Ao analisar militarmente a guerra, o comandante Joaquim Villalobos destaca alguns fatores:

1º — Uma das características desta etapa da guerra foi a calma e a estabilidade da capital. No entanto, o Exército perdia território estratégico no campo e unidades inteiras de suas forças eram aniquiladas pela FMLN. São Salvador constituía a vitrine de uma aparente estabilidade. Mas a guerra, ao alargar-se e alastrar-se, pôs em crise o projeto político, econômico e social do governo, começando por abrir um novo espaço para a luta popular.

2º — Em um país tão pequeno como El Salvador e com a densidade de população que tem, cada quilômetro quadrado onde as Forças

Armadas não podem sustentar de maneira estável seu poder militar, onde não pode manter a autoridade jurídico-política do governo, e onde, de maneira embrionária ou parcial, começa a desenvolver-se um outro poder, termina refletindo uma dualidade de poderes político-militares, entre a FMLN e o Exército, a qual constitui uma grave debilidade do processo contra-revolucionário norte-americano.

3º — Em El Salvador, um país com 244 habitantes por quilômetro quadrado, cruzado por muitas estradas, repleto de municípios por todos os cantos, não existe concepção de áreas montanhosas nem isoladas. Neste sentido, cada polegada de terreno perdido constitui um desequilíbrio vital para a guerra. Fazendo uma estimativa modesta do território onde a FMLN tem mais controle ou mais domínio que as Forças Armadas, podemos falar de uns 5 mil quilômetros quadrados, o que significa a quarta parte do país. Qualquer analista, por mais superficial que seja seu enfoque, se dá conta de que isto supõe um processo de perda de poder do Exército no campo, deixando-o praticamente reduzido às cidades.

4º — O Exército, a partir de 1983, abandonou a concepção de defesa permanente do terreno. Recordemos que primeiro os generais diziam "estamos em todas as partes" e logo passaram a dizer "chegamos onde queremos". Nos primeiros anos da guerra, suas tropas resistiam à tomada de qualquer cidade. Agora, a concepção é que, se são atacados e se encontram em desvantagem, retiram imediatamente suas forças. Nesta concepção destaca-se a tática de evitar o desgaste e também preservar a situação moral de suas forças. Isto explica porque os ataques da FMLN às vezes conseguem definir uma posição em apenas 20 minutos de combate, como foi o caso de Juayúa.

Após analisar uma gama de outros fatores militares o comandante Joaquim Villalobos chega à conclusão de que "é falso afirmar que a guerra está em um impasse militar". E prossegue: "Em termos de concepções podemos falar de uma fase de equilíbrio estratégico na guerra popular, mas é falso afirmar que a guerra está em um "impasse". A concepção de equilíbrio estratégico na guerra popular tem outro sentido. É precisamente o momento em que as forças revolucionárias estão saindo da defensiva estratégica e se preparam para a possibilidade de uma contra-ofensiva. Posto que as perspectivas de vitória em uma guerra popular residem na correta e favorável conjunção de fatores militares, políticos, sociais e internacionais, podemos afirmar que a FMLN tem uma acumulação de forças que lhe permitiria obter a vitória, ainda que houvesse uma intervenção direta dos norte-americanos".

Segundo Villalobos, “o apoio das massas, a experiência conspirativa da FMLN e a recuperação dos terrenos ao inimigo são suficientes para assegurar a logística indispensável à condução da guerra. O que no Vietnã foi a trilha Ho Chi Min, em El Salvador é a experiência conspirativa da FMLN e o apoio popular. Estes dois fatores são totalmente indestrutíveis, como o foi a trilha Ho Chi Min. O desenvolvimento em qualidade e quantidade do poder armado da FMLN é um fator incontornável, se levarmos em consideração a extensão do território, a quantidade de população, o nível das contradições sociais e a quantidade de retaguardas e frentes guerrilheiras que tem a FMLN em todo o país.”

Sobre as possibilidades de uma intervenção direta dos Estados Unidos, o comandante guerrilheiro dá a seguinte opinião:

“É muito complicada e difícil a decisão de uma intervenção direta de tropas norte-americanas na Centroamérica. O que é mais seguro é que os Estados Unidos farão todo o possível para conter o avanço revolucionário na Centroamérica, elevando cada vez mais os níveis de ajuda material e submetendo ainda mais a sua própria direção as forças e os governos aliados no continente. Os Estados Unidos farão tudo o que puderem para manter seus planos sem usar seus homens, porque isto significaria transferir o conflito para seu próprio território. No entanto, não se pode descartar a possibilidade de uma intervenção direta na Centroamérica. Vejamos qual seria a correlação de forças que os Estados Unidos enfrentaria se tentasse intervir no continente:

O nível de consolidação e desenvolvimento da Revolução Popular Sandinista exige

dos Estados Unidos um compromisso de grande escala, sem nenhuma possibilidade de vitória a curto prazo. As forças acumuladas pela Revolução Popular Sandinista permitem a este país resistir e vencer uma intervenção. A situação da Nicarágua não é, nem de perto, a situação em Granada (uma guerra na Nicarágua e/ou em El Salvador não será uma guerra de uma semana e 19 baixas como foi em Granada). O poder militar e o nível de consciência das massas nicaraguenses dificultarão muito a formação de bases políticas que possam sustentar uma intervenção e terminarão por derrotá-la. No caso de El Salvador, uma intervenção estaria quantitativamente relativizada pelas dimensões do conflito no país. Quer dizer: uma porcentagem muito grande da tecnologia militar das forças norte-americanas seria inviável na guerra que teriam que enfrentar em El Salvador. Em geral, se os Estados Unidos se lançam a uma guerra na Centroamérica, muito mais do que meios, se verá obrigado a usar seus homens. Isto significa baixas e sérios custos políticos internos”.

Solução política

O final do longo artigo do comandante Joaquim Villalobos é totalmente dedicado à “solução política” da guerra:

“A solução política, em primeiro lugar, tem que ter como fundamento o diálogo entre os salvadorenos e, em segundo lugar, deve ser realista. Não é realista pensar que o diálogo serve para submeter o inimigo. Este é o

momento para que os salvadorenos testemunhem a negociação de uma paz justa. Seria um erro, seria irreal, pretender usar a negociação para buscar a rendição de um ou outro lado. A posição da FMLN-FDR por uma solução política é firme e realista, porque se baseia em uma correta apreciação da correlação de forças. O governo, por sua parte, apesar de haver esgotado sua própria capacidade para manter-se em guerra por mais tempo, persiste em uma solução militar, aumentando a dependência e exigindo mais sacrifícios do povo. Se o governo não pode manter-se em pé sem depender dos Estados Unidos e sem exigir do povo sacrifícios econômicos, então é chegado o momento de negociar a paz ou perderá a guerra.”

“A solução política, negociada, — prossegue o comandante Villalobos — não pode ser concebida para evitar as mudanças sociais, mas sim para levar adiante os consensos nacionais. Isto significa um máximo aproveitamento das capacidades de nossa sociedade na busca de um progresso mais acelerado. Quer dizer: uma solução política não só reduz os custos sociais da guerra, como também permite abrir um jogo político que, no marco do dinamismo das mudanças sociais, abrirá perspectivas e conseguirá recompor as forças através das quais todos os setores da sociedade salvadorenha assumirão importantes papéis”.

Luís Turiba é poeta, jornalista político e editor da revista de poesia “Bric-a-Brac”, editada pela Livraria Presença em Brasília. Colabora com artigos culturais para diversos órgãos da imprensa, entre eles a revista “IstoÉ” e o jornal “Correio Braziliense”. Já publicou resenha poética na revista “Humanidades” e, em 1981, editou o livro “Luminaires”.

Resumen

América Latina y Caribe

EL SALVADOR: GUERRA Y PAZ

El Salvador, pequeño país conocido como “El Pulgarcito” de Centroamérica tiene apenas 21.400 km² — un poco más grande que el Estado de Río de Janeiro y casi del tamaño de la isla de Marajó. La riqueza agrícola, su principal fuente de renta, se concentra sólo en manos del 3% de la población de cinco millones de habitantes. Actualmente es uno de los puntos más neurálgicos e incendiarios del planeta Tierra, pero en donde más se habla de paz, diálogo, concordia y entendimiento, y en donde se practica también una de las más crueles, insanas e infames de las llamadas “guerras localizadas”.

Abstract

Latin America and Caribbean

EL SALVADOR: WAR AND PEACE

El Salvador is a small country known as ‘The little Purgatory’ of Central America, its 21,400 square kilometers a little larger than the state of Rio de Janeiro. All its agricultural wealth, the country’s main source of income, is concentrated in the hands of only 3% of the population of five million inhabitants. El Salvador is today one of the most volatile and explosive points on the planet, where there is much talk of ‘peace’, ‘dialogue’, ‘harmony’ and ‘understanding’ but at the same time one of the cruellest, most insane and infamous ‘local wars’ is occurring.

Para andar este país precisa

Os professores Fernando Flávio Marques de Almeida e Adolar Pieske acabam de receber das mãos do Presidente Sarney o Prêmio Almirante Álvaro Alberto, o mais importante prêmio do gênero no país.

Mas, afinal, quem foi o Almirante Álvaro Alberto?

Se você sabe, você também merece um prêmio. Porque você conhece um dos melhores filhos que este país já teve.

Agora, se você não sabe, desculpe mas você não pode ficar nem mais um dia sem saber.

Álvaro Alberto morreu há 11 anos, em 31 de janeiro de 1976. Foi um pioneiro da pesquisa de base entre nós, tendo difundido, ainda nos anos 20, a Teoria da Relatividade de Einstein e trazido ao Brasil, em 1935, o físico italiano Enrico Fermi, o primeiro a desintegrar o átomo.

Mas a grande batalha de Álvaro Alberto começou em 1946.

Na recém-criada Comissão de Energia Atômica da ONU, foi proposta, pura e simplesmente, a internacionalização de todas as jazidas de tório e urânio do mundo, subordinando-as a uma agência internacional.

A resposta de Álvaro Alberto, chefe da delegação brasileira, caiu como uma bomba. Ele concordava com a expropriação internacional das nossas jazidas, desde que o Brasil tivesse direito ao que chamou de *compensações específicas*: além de um preço justo, o país receberia tecnologia, instalações nucleares, inclusive reatores de potência, e teria assento permanente nos órgãos de direção da agência a ser criada.

Os defensores da internacionalização alegaram então que o plano era necessário para “corrigir as injustiças da natureza”.



Para a frente olhar para trás.

Álvaro Alberto contra-atacou, com uma boa dose de ironia. O Brasil concordaria com o plano, desde que os outros países interessados concordassem em corrigir outras tantas “injustiças da natureza”, entregando seu petróleo, seu carvão etc...

Daí para a frente, dá para imaginar como a briga ficou feia.

Álvaro Alberto, no esforço de desenvolver a tecnologia nuclear brasileira, viajou para a Alemanha onde comprou equipamentos de enriquecimento de urânio. Os equipamentos estavam no porto de Hamburgo, prontos para serem embarcados, quando foram retidos pelas autoridades de ocupação. Definitivamente, não queriam que o Brasil desenvolvesse sua própria tecnologia.

Mas o Almirante era um lutador incansável. Criador e 1º presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), ele fez o impossível para estabelecer um sistema de apoio e fomento às pesquisas fundamentais, inclusive no campo estratégico da energia nuclear. Submetido a violentas pressões, ele deixa

o CNPq em 1955.

Eram pressões externas e, em 1956, foram denunciadas na Câmara Federal e inteiramente confirmadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Porém, o Almirante Álvaro Alberto já havia perdido a batalha à qual dedicou grande parte da sua vida.

Hoje, essa mesma batalha se trava em outras frentes.

A reserva de mercado para a informática é tão importante para o Brasil dos anos 80 quanto as *compensações específicas* teriam sido importantes para o Brasil dos anos 50.

Que as conseqüências hoje visíveis de tudo aquilo que Álvaro Alberto não conseguiu realizar nos sirvam de lição.

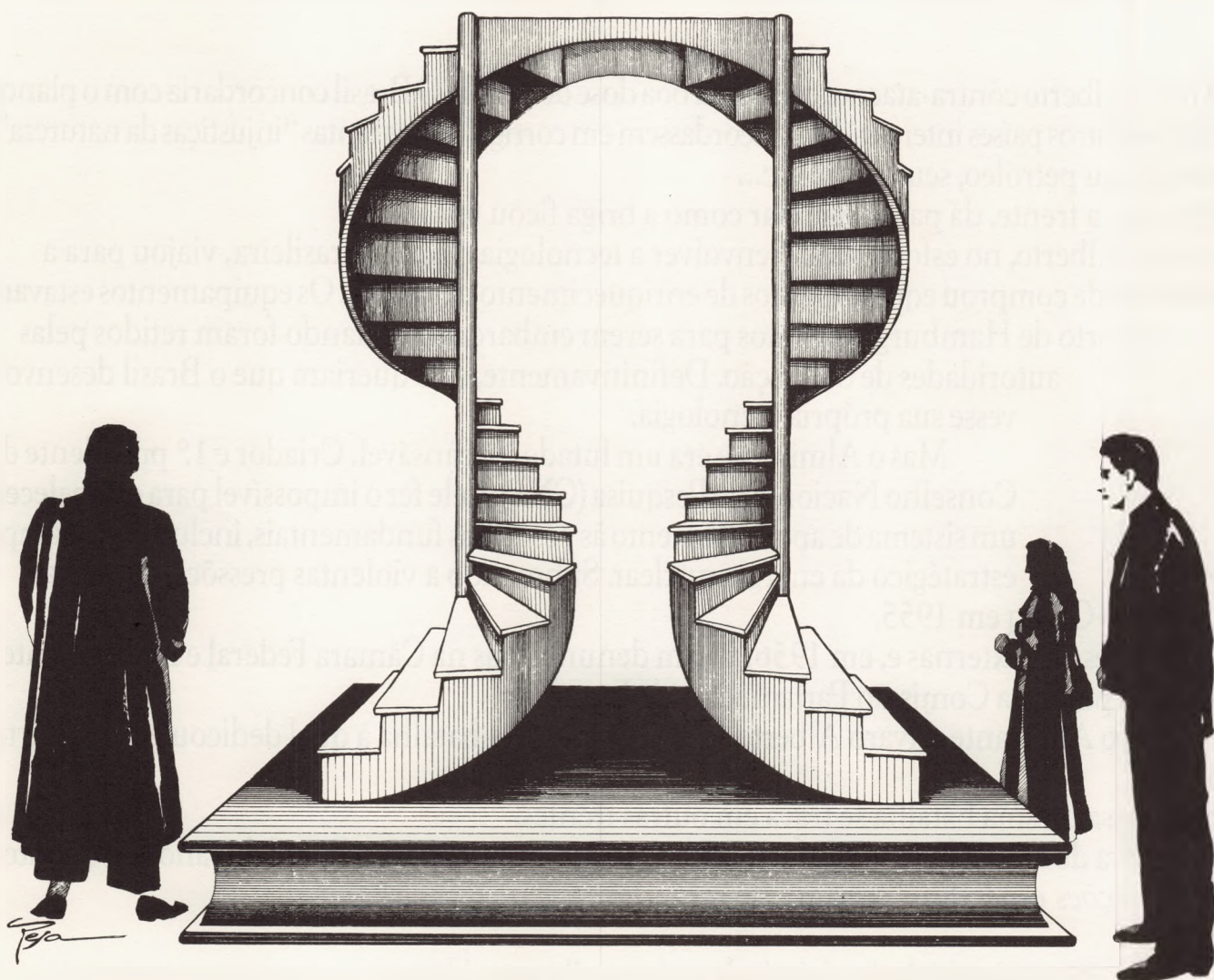
A soberania, a gente defende com um olho no futuro e outro no passado, reverenciando exemplos de coragem e patriotismo como o do Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva.

Pois, como já disse o Presidente Sarney, “é fundamental para a nossa sobrevivência como nação soberana, e para o bem-estar do nosso povo, que possamos exercer controle sobre as ferramentas da ciência e da técnica, nas quais repousará o nosso futuro”.



A Constituição como metacontingência

João Cláudio Todorov



As metacontingências do processo cultural tecnológico aumentam o âmbito de ação e a eficácia do comportamento que altera o ambiente no sentido de garantir a sobrevivência e a satisfação do indivíduo e da sociedade (são exemplos a redução da poluição ambiental e a proteção aos direitos humanos). Por outro lado, as contingências cerimoniais impedem o surgimento de novos comportamentos, mantêm o controle social como está, e são nocivas a longo prazo quando a sobrevivência de todos depende da ocorrência de mudanças. Metacontingências cerimoniais já existem na sociedade e as regras das quais dependem estão formuladas tácita ou explicitamente no processo de socialização da criança. Quando há conflito entre metacontingências tecnológicas e cerimoniais, a vantagem inicial está toda com as metacontingências cerimoniais.

Desculpem-me a ousadia. Sou psicólogo de profissão, mais precisamente um pesquisador psicólogo, do tipo experimental; e além do mais, behaviorista (no bom sentido...). Nada em meu currículo me credencia a falar de Constituição *ex cathedra*. É claro que se falasse como cidadão, ninguém estranharia; pelo contrário: estamos todos incentivando o cidadão a se manifestar *qua* cidadão. As desculpas antecipadas vão por conta do fato de que ousou escrever enquanto psicólogo, do tipo experimental, variedade behaviorista radical¹. E atrevo-me a juntar dois conceitos igualmente espinhosos, embora todos saibam o que é Constituição e poucos tenham ouvido falar em metacontingência. Minha pretensão vai além, pois escrevo para um público não especializado e gosto de ser entendido pelos leitores.

Vista a Constituição como a lei fundamental ou coleção de leis regendo a natureza e as funções do Estado, e o conjunto dos direitos e deveres do povo, vejamos como retomar a ela depois de passar por vários conceitos que pertencem ao discurso da análise do comportamento enquanto abordagem psicológica. Uma lei que se preze sempre prescreve alguma consequência para algum tipo de comportamento. Com maior frequência, as leis estabelecem consequências punitivas e visam controlar o comportamento a ser punido. O Código Penal autoriza certos agentes a aplicar a punição, especificando os parâmetros do processo. Algumas leis visam incentivar comportamentos desejáveis, do ponto de vista de quem redige a lei, e prescrevem consequências positivas para tais comportamentos (geralmente dinheiro, que sai do bolso de todos nós). Em outros casos; é a ausência de certos comportamentos que é punida ou recompensada, como a omissão de socorro e a poupança voluntária, respectivamente. Em todos esses exemplos configura-se uma relação que é fundamental para o trabalho de análise do comportamento: a contingência de dois termos.

Contingência, como usamos o termo, é uma relação condicional entre uma classe de respostas, ou tipo de comportamento, e consequências que advêm da ocorrência desse comportamento. Os exemplos são infinitos e banais,

mas gostamos de começar pelas coisas aparentemente simples para chegar a um entendimento mais firme dos casos complexos. Que a simplicidade é aparente veremos logo a seguir, com um exemplo do tipo: "Quem tropeça pode cair". A frase pode ser vista como uma contingência de dois termos, uma relação condicional entre um comportamento, tropeçar, e uma consequência desse comportamento, cair. Não é necessário muito pensar para concluir que cair depois de tropeçar depende também de diversos outros fatores; afinal, "nem tudo que balança cai". Tentando continuar com um exemplo simples, imaginemos uma escada com corrimões onde quem sobe com as mãos apoiadas, tropeçando não caia; quem sobe com as mãos abanando, tropeçando sempre cai. Temos agora o mesmo exemplo em dois cenários diferentes, e isso é bastante para o que queremos explicar. Não há sentido na pretensão de se *entender* o comportamento tropeçar sem se levar em conta o cenário e a consequência.

Escolhemos de propósito começar com um exemplo que envolve a interação do homem com seu ambiente físico. As contingências são as mesmas em todo o mundo conhecido, independem de regras, leis ou convenções sociais. Mesmo assim, a unidade básica de análise envolve uma relação condicional de três termos, ou contingência tríplice: situação, comportamento e consequência. Nas relações sociais, no comportamento de pessoas interagindo com outras pessoas, a contingência tríplice serve apenas como um instrumento de partida. Possibilita o estudo do que chamamos de controle discriminativo do comportamento, e é extremamente útil em áreas como alfabetização e no tratamento de deficiências graves de repertório social, mas a não ser para os que se preocupam com os altos índices de repetência no primeiro ano do primeiro grau ou para os sócios da APAE, estudos que limitam a análise à contingência tríplice aborrecem os intelectuais ocupados com os mistérios da vida e da morte.

Como dizíamos, nos assuntos humanos a complexidade é maior. Mas é ao analisar essa complexidade que percebemos as sutilezas do controle discriminativo. A contingência tríplice pode ser colocada sob o controle de diferentes cenários. Se, na presença do Sr. X (cenário 1) afirmo "O senhor é um ladrão", a consequência do meu comportamento vai depender de outras condições do ambiente. Se estamos sós, se não há testemunhas, o Sr. X pode reagir irado e me agredir fisicamente, mesmo sendo um político experiente. Se, na presença do Sr. X (cenário 1), e das câmeras de televisão (cenário 2), faço a mesma afirmação, a consequência de meu comportamento pode ser uma resposta em termos elevados e inteligentes, com o Sr. X ten-

tando convencer o eleitorado de que, pelo contrário, o ladrão é o outro candidato.

Quando temos uma contingência tríplice colocada sob o controle discriminativo de outros aspectos do ambiente, temos uma contingência de quatro termos, também condicional, com dois termos que se referem a situações ambientais, um ao tipo de comportamento, e um às consequências desse comportamento. Dizemos, então, que a contingência de três termos, que especifica o controle discriminativo, está sob um controle *condicional* na contingência quádrupla. Estímulos condicionais (ou contextuais) não controlam o comportamento diretamente, mas determinam o controle que outros estímulos exercem sobre o comportamento.

Políticos bem-sucedidos e pessoas normais não costumam se preocupar muito com exemplos de contingências quádruplas. Afinal, a classe média nasce sabendo como comportar-se à mesa. Tem, entretanto, interessado aos estudiosos dos aspectos não-lingüísticos da linguagem, aos que se preocupam com as condições da formação de relações de equivalência entre conceitos, aos que ganham a vida como psicoterapeutas, e aos que tentam explicar o fracasso eleitoral de certos políticos bem conhecidos.

Contingências quádruplas também podem estar sob o controle de outras condições do ambiente, caracterizando contingências quádruplas e controle condicional de segunda ordem². Usando o conceito de contingência quádrupla como ferramenta, podemos começar a falar de conceitos mais abstratos, mas não convém agora abusar da paciência do leitor interessado em saber o que metacontingência tem a ver com Constituição. A intenção foi fixar o conceito de contingência e deixar bem claro que não se aplica apenas a situações do tipo "se correr o bicho pega". A contingência é, pois, a unidade de análise que descreve as relações funcionais entre o comportamento e o ambiente no qual a pessoa interage. A metacontingência é a unidade de análise que descreve as relações funcionais entre uma classe de comportamentos, cada comportamento como parte de uma contingência específica, e uma con-

seqüência que ocorre a longo prazo e que é comum a todos os comportamentos de metacontingência. Metacontingências envolvem essencialmente contingências socialmente determinadas.

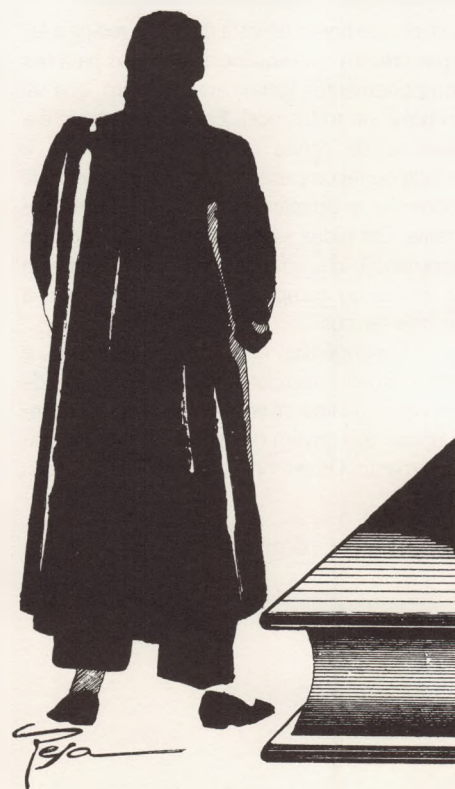
Vejamos um exemplo arriscadíssimo. A mudança de um governo predominantemente militar para um governo predominantemente civil, abreviadamente, a passagem do controle do PDS para o PMDB, pode ser vista sobre o prisma do conceito de metacontingência. A consequência a longo prazo era a saída dos militares e dos políticos a eles diretamente ligados e a passagem do poder a um partido predominantemente civil. Descartada a hipótese de um Exército substituir a outro, a transição ocorreu como resultante de um movimento social que envolveu milhões de pessoas e milhares de entidades responsáveis pela organização do que se convencionou chamar a sociedade civil. Abandonado o uso abusivo da força para impor a lei ilegítima (desde Geisel), mudavam as contingências que envolviam o comportamento político.

A desobediência civil era possível. Novas contingências que afetam o comportamento de indivíduos se estabeleceram e foram organizadas em metacontingências pelo discurso político unificado de amplos setores, do centro à esquerda. O objetivo a longo prazo coordenou diferentes comportamentos submetidos a consequências imediatas que, separadamente, pouco teriam a ver com a redemocratização do país. O que pode uma rebelião de professores contra o autoritarismo de dirigentes de uma escola ter a ver, quando vista isoladamente, com a transição da ditadura para a democracia? Os exemplos de comportamentos específicos de diferentes pessoas e grupos de pessoas, todos submetidos a diferentes consequências imediatas, são inumeráveis. O elo de união desses comportamentos individuais em uma metacontingência é a consequência a longo prazo que afeta a toda a sociedade, e o que liga essa consequência a longo prazo às nossas ações do dia-a-dia é o discurso político, visto aqui sob a ótica da análise do comportamento, enquanto comportamento verbal. Esse discurso político rege as interações entre as pessoas or-

ganizadas em grupos e assim mantém seu comportamento enquanto a consequência a longo prazo não chega.

Metacontingências tecnológicas e cerimoniais

Metacontingências não envolvem necessariamente mudanças sociais. Ao contrário, seria mais fácil exemplificar metacontingências de manutenção do *status quo*. Skinner³ retira da "Teoria da Classe Ociosa" de Thornstein Veblen⁴ os conceitos de dois processos culturais distintos, um tecnológico, outro cerimonial. Sigrid Glenn, analisando os trabalhos de Skinner, propõe o conceito de metacontingência e mostra que Skinner, ao contrário de Veblen, não vê os dois processos como imutáveis, mas sim como produtos do homem, e como tais, possíveis de alteração⁵. Contingências ligadas ao processo cultural tecnológico envolvem comportamentos mantidos por consequências não-arbitrárias. Essas consequências têm poder sobre a manutenção do comportamento porque são úteis, de valor ou são importantes *para a pessoa que se comporta*, assim como para as demais pessoas. As contingências associadas ao processo cultural cerimonial, por outro lado, envolvem comportamentos mantidos por consequências sociais que derivam seu poder do **status**, da posição ou da autoridade do agente que maneja as consequências, independentemente de alterações no ambiente que beneficiem direta ou indiretamente a pessoa que se comporta. Sigrid Glenn oferece dois exemplos simples dos controles cerimonial e tecnológico: "Faça isso porque eu estou mandando" raramente envolve comportamentos que beneficiam a pessoa que recebe a ordem; "Faça isso porque teremos então melhores condições sanitárias, o que levará à melhoria nas condições de saúde de todos" especifica consequências positivas para a pessoa que se comporta e para a coletividade como um todo. A redução da poluição ambiental, por exemplo, depende do processo cultural tecnológico, por meio de metacontingências que reúnam os comportamentos de milhões de pessoas, diferentes comportamentos em diferentes situações, todos porém levando a uma consequência comum a longo prazo que beneficiará a cada uma daquelas pessoas, assim como a todos que convivem na sociedade. Da mesma forma, podemos pensar em metacontingências associadas à proteção dos direitos humanos, à melhoria da distribuição de renda, ao uso social e produtivo da terra, etc.



As metacontingências do processo cultural tecnológico aumentam o âmbito de ação e a eficácia do comportamento que altera o ambiente na direção de garantir a sobrevivência e a satisfação do indivíduo e da sociedade. Por outro lado, as contingências cerimoniais impedem o surgimento de novos comportamentos, mantêm o controle social como está, e são nocivas a longo prazo quando a sobrevivência de todos depende da ocorrência de mudanças. Quando há conflito entre metacontingências tecnológicas e cerimoniais, a vantagem inicial está toda com as metacontingências cerimoniais. Como afirmamos acima, a lacuna entre o objetivo a longo prazo e o comportamento que deve ocorrer hoje é preenchida pelo comportamento verbal, especificamente por regras de conduta a serem seguidas. Quando no processo cultural tecnológico se propõem mudanças que envolvem o estabelecimento de uma metacontingência, há a seguir todo um trabalho de determinação de regras específicas, de providenciar conseqüências imediatas para a observância dessas regras, e de avaliação dessas regras e das conseqüências. Bons exemplos disso podem ser encontrados nos anais das Conferências Nacionais de Saúde ou nos debates sobre a Reforma Agrária no Brasil. A avaliação crítica é necessária a todo momento, e as divergências sobre as avaliações às vezes levam a polêmicas acirradas e a disputas interpartidárias. O processo é trabalhoso, mas esse é o preço pago pela democracia para livrar-se de um Grande Planejador.

Metacontingências cerimoniais, por sua vez, já existem na sociedade e as regras das quais dependem estão formuladas tácita ou explicitamente no processo de socialização da criança, no qual atuam em grande sintonia as três instituições mantenedoras do *status quo*: Família, Igreja e Estado. Esse controle cerimonial não é necessariamente nocivo ao indivíduo e à sociedade, mas não é sensível às possibilidades de inovação e de mudanças sociais construtivas. Para garantir a estabilidade social, as agências que atuam no processo de socialização valorizam mais a obediência às regras existentes que o pensamento crítico, a repetição do saber que seu questionamento, a verbalização de soluções que a formulação de problemas.

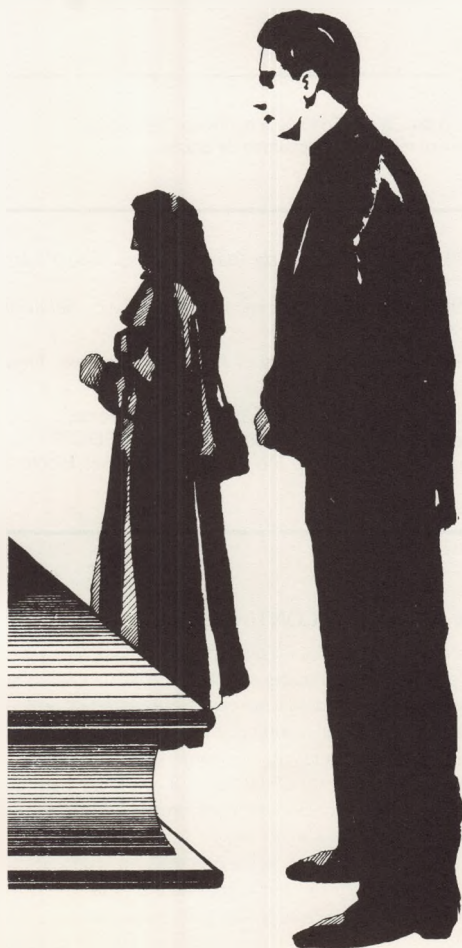
Sigrid Glenn mostra como até este ponto os trabalhos de Skinner devem muito a Clarence Ayres, discípulo de Veblen⁶. Para Ayres, a possibilidade de evolução cultural rápida ocorre quando há crise geral no processo cultural cerimonial e o processo cultural tecnológico se desenvolve por algum tempo sem oposição. Mas as mudanças produzidas levam a um novo tipo de controle cerimonial mantido pela autoridade do novo grupo que assume o poder.

Assim, o mesmo grupo que produz mudanças revolucionárias mantém as novas práticas culturais através do processo cultural cerimonial, cerceando nova evolução cultural e mantendo o controle através do uso da autoridade. Skinner vai além dos trabalhos de Ayres e de Veblen ao ocupar-se das contingências específicas que compõem o controle cerimonial e ao criticar o controle social atual mostrando, através de uma utopia, como poderia ser uma sociedade sem instituições mantidas pelo controle cerimonial, onde as relações entre as contingências ligadas ao comportamento de cada pessoa e as metacontingências são claramente formuladas.

Constituição: as metacontingências que queremos

Este não é um trabalho sobre metacontingências e utopias, entretanto. Aos interessados, os trabalhos de Skinner disponíveis no Brasil estão na bibliografia a seguir⁷. Esperando ter esclarecido o que são metacontingências, vejamos agora a Constituição como metacontingência. A Constituição escrita de qualquer país traz, bem ou mal formuladas, metacontingências, algumas cerimoniais, outras tecnológicas. A Constituição outorgada pela Junta Militar em 1969 tem metacontingências relacionadas principalmente ao processo cultural cerimonial, algumas já tradicionais em Constituições anteriores, como a que define a República como Federação de Estados, a que especifica o âmbito de ação das Forças Armadas, etc. Mas mesmo a Constituição de 1969 prevê a possibilidade de metacontingências relacionadas ao processo cultural tecnológico, ao prever emendas desde que aprovadas por dois terços do Congresso.

Neste momento histórico em que nós, como nação, temos a oportunidade de rever a Constituição, redigir claramente as regras do jogo, convém refletir um pouco sobre quais são as metacontingências cerimoniais que quere-



mos e quais são as mudanças de que necessitamos, a serem especificadas em metacontingências tecnológicas. Como deve organizar-se o Estado para evitarmos o abuso do controle cerimonial? Uma vez especificadas as metacontingências, como garantir a especificação das novas regras a serem aprendidas por todos, pois que afetarão o comportamento de cada um? Essas regras estarão contidas em leis, decretos, portarias, atos, resoluções, etc. Como orientar as diversas autoridades que assinarão essas regras? Respostas a essas questões são cruciais, pois de nada adiantará uma Constituição com objetivos nacionais bem formulados, consensualmente aceitos pela nação, sem que a lacuna entre esses objetivos gerais e o comportamento individual de cada cidadão não for preenchida por um sistema de regras de relações sociais e interpessoais que privilegie o trabalho em detrimento da escamoteação, a produção e não a especulação, a saúde de todos por ser um direito de cada um, a educação crítica porque a nação precisa de cidadãos pensantes, e assim por diante.

A oportunidade de redigir uma nova Constituição é também a oportunidade que o país tem de conscientizar o cidadão sobre a importância dessas questões e o papel de cada um no fornecimento de respostas. E, nesse ponto, a campanha eleitoral que resultou na composição do Congresso Constituinte pouco esclareceu o eleitorado. O papel a ser reservado às Forças Armadas, por exemplo, foi assunto de discussões nas antecâmaras do poder e

recebeu alguma atenção da imprensa no primeiro semestre de 1986. A discussão parou, porém, após 25 de agosto, com o pronunciamento firme do Ministro do Exército; a questão certamente não foi tema de campanha eleitoral. Sobre a reforma agrária, outro exemplo, não foram esclarecidas questões como onde, quando, como, por quê? Outro exemplo: qual o papel a ser reservado à iniciativa privada nas áreas de educação, saúde, transportes? Diferentes caminhos em cada uma dessas encruzilhadas levam a contingências incompatíveis e ao estabelecimento de metacontingências que englobam objetivos a longo prazo muito diferentes. Perdidas as oportunidades oferecidas pela campanha eleitoral, resta à sociedade civil que de fato elegeu Tancredo e Sarney acompanhar os trabalhos do Congresso Constituinte reavivando a memória de nossos representantes.

A nova Constituição poderá ser sintética, à moda americana, ou detalhista, como o projeto da Comissão Afonso Arinos. Em uma Constituição de poucos artigos, os objetivos colocados são necessariamente gerais e abstratamente formulados. O projeto Arinos, por outro lado, exemplifica uma redação que pode especificar melhor esses objetivos. Os dois exemplos, é claro, representam apenas casos extremos. Para o que nos interessa neste artigo, uma Constituição muito sintética tem a desvantagem de ser tão abstrata que não possibilita a explicitação das metacontingências que abriga. Já uma Constituição quilométrica

certamente descerá ao nível de especificar contingências que seriam mais propriamente matéria de lei ordinária.

Num caso ou no outro, as metacontingências poderão ser predominantemente cerimoniais, e estaremos frustrando as expectativas da população e esfacelando o amplo acordo político que sustenta a transição para a democracia. Ou serão predominantemente tecnológicas, definindo as transformações sociais possíveis sem a ruptura de vida social organizada. Neste segundo caso, de uma Constituição que especifique metacontingências tecnológicas, convém que a redação não se faça em termos puramente abstratos, do tipo "a educação é um direito de todos e um dever do Estado". Por mais amplo que seja o consenso sobre um objetivo tão geral, é exatamente por ser tão geral que, se ficarmos nesse nível de abstração, não estaremos apontando os caminhos para a educação brasileira.

A tarefa dos constituintes será das mais difíceis. Se não houver outro esforço nacional dirigido para garantir a democracia, definindo objetivos e os caminhos para atingi-los, corremos o risco de termos uma Constituição que resultará das pressões dos diferentes "lobbies" já articulados. Teremos então uma colcha de retalhos, certamente de curta duração. ●

João Cláudio Todorov é psicólogo "behaviorista", vice-reitor da Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas e Notas

1. Não confundir com o behaviorismo metodológico; ver Todorov, J. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*.
2. Ver M. Sidman (1986). Functional Analysis of emergent verbal classes. In T. Thompson e N. O. Zeiler (Eds), *Analysis and integration of behavioral units* (pp. 213-245). Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
3. Ver Skinner, B. F. (1967) *Ciência e Comportamento Humano*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
4. Ver T. Veblen (1899/1965). *A Teoria da Classe Ociosa*. São Paulo: Pioneira.
5. Ver S. S. Glenn (1986). Metacontingências in Walden Two, *Behavior Analysis and Social Action*, 5, 2-8.
6. Ver C. E. Ayres (1944/1962), *The Theory of Economic Progress*. New York: Schocken Books.
7. *Walden II. Uma Sociedade do Futuro* (1972) São Paulo: Herder
_____. Sobre o behaviorismo (1982). São Paulo. Cultrix/EDUSP
_____. *O Mito da Liberdade* (1977). Rio de Janeiro: Edições Bloch.

Resumen

Conducta

LA CONSTITUCIÓN COMO METACONTINGENCIA

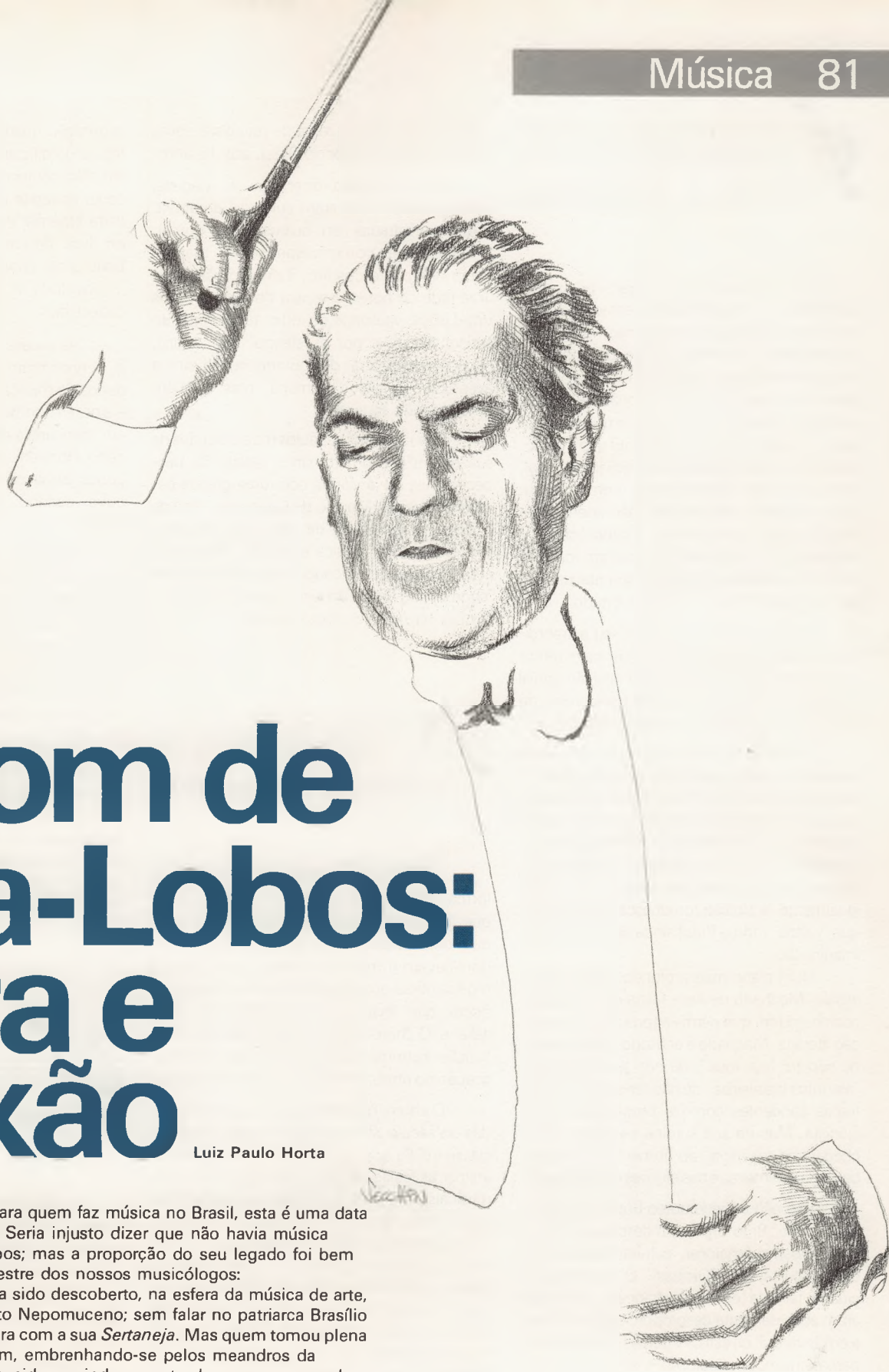
Las metacontingencias del proceso cultural tecnológico aumentan el ámbito de acción y la eficacia del comportamiento, que altera el ambiente en el sentido de garantizar la sobrevivencia y la satisfacción del individuo y la sociedad (ejemplos son la reducción de la contaminación ambiental y la protección de los derechos humanos). Por otro lado, las contingencias ceremoniales impiden el surgimiento de nuevos comportamientos, mantienen el control social como está, y son nocivas, a largo plazo, cuando la sobrevivencia de todos depende del acontecimiento de cambios. Las metacontingencias ceremoniales existen ya en la sociedad, y las reglas de las que dependen están formuladas tácita o explícitamente en el proceso de socialización del niño. Cuando hay conflicto entre las metacontingencias tecnológicas y las ceremoniales, las ventajas iniciales son de estas últimas.

Abstract

Behaviour

THE CONSTITUTION AS A METACONTINGENCY

The metacontingencies of the cultural-technological process widen the scope of action and the efficiency of behaviour which can alter things in the direction of guaranteeing the survival and satisfaction of the individual and society (examples are the reduction of environmental pollution and the move towards human rights). On the other hand, metacontingencies prevent the appearance of new behaviour, maintain social control as it is and are harmful in the long run when the survival of everyone depends on the occurrence of changes. Metacontingencies already exist in society and the rules on which they depend are formulated tacitly or explicitly in the process of a child's social upbringing. When there is conflict between technological and ritual metacontingencies, the initial advantage rests totally with the latter.



O som de Villa-Lobos: terra e paixão

Luiz Paulo Horta

Cem anos de Villa-Lobos: para quem faz música no Brasil, esta é uma data que merece comemoração. Seria injusto dizer que não havia música brasileira antes de Villa-Lobos; mas a proporção do seu legado foi bem definida por Luiz Heitor, mestre dos nossos musicólogos:

"Pode ser que o Brasil tenha sido descoberto, na esfera da música de arte, por Alexandre Levy e Alberto Nepomuceno; sem falar no patriarca Brasília Itiberê, que apenas o entrevira com a sua *Sertaneja*. Mas quem tomou plena posse desse território virgem, embrenhando-se pelos meandros da floresta opulenta e desconhecida, ouvindo o canto de suas aves, o rolar dos grandes rios e o piso leve de sua gente, quem sistematicamente procurou orientar a própria obra de compositor pelo que vira e ouvira em terras do Brasil, que cruzara de Norte a Sul como um novo bandeirante, não à cata de pedras mas de inspirações refulgentes, esse foi Heitor Villa-Lobos".



Intuição da nacionalidade

“Com o advento de sua obra” — prossegue Luiz Heitor —, “integralmente alentada pela sugestão da música popular ou, mesmo, da própria natureza do Brasil (cantos de pássaros, perfis de montanhas, segundo o seu processo de milimetragem musical, sonorização de impressões pictóricas), entramos em uma nova fase da história musical brasileira. O que a caracteriza é a posse da legítima expressão nacional, não apenas em algumas obras, como haviam feito os velhos compositores; não apenas disfarçadamente, apresentando o caboclinho enfarfelado em roupas de Paris; mas em todas as obras, cruamente, antropofagicamente, usando penas, batas, chapéu de couro e tudo”.

A longa citação vale pelo seu extraordinário poder de síntese, e por tocar na essência do fenômeno Villa-Lobos: a sua intuição genial do fato brasileiro, que ele soube transformar, de modo surpreendente, em grande música.

Também se passa forçosamente, nessa descoberta, pelo próprio fenômeno do gênio. O Brasil do século XX, em que Villa-Lobos ingressou com 13 anos de idade, não era certamente virgem em matéria de cultura — ou de preocupação do “nacional”. As palmeiras de Gonçalves Dias já tinham muitas décadas; e era antiga, igualmente, a síntese romanesca de Alencar — que “visitou” todo o Brasil ainda que nas asas da imaginação.

Num plano mais profundo, em magistral ensaio, Machado de Assis falara do “instinto de nacionalidade” que permeia toda a nossa evolução literária. Machado é acusado, frivolamente, de não ter “cor local”, de não ter tratado dos “assuntos brasileiros”, de não ter-se misturado a temas candentes como a propaganda abolicionista. Mas na sua surdina perspicaz, ele já chegara ao essencial, ao homem que está por baixo das palmeiras e das efusões camavalescas.

Isso não impede que o Brasil de 1900 — descrito por Brito Broca em delicioso estudo — continuasse a funcionar, culturalmente, como uma sucursal das “Oropas”. O Rio era uma cidade talhada em estilo francês. As modas eram absurdamente desproporcionais ao clima; e em literatura, os estilos vigentes — simbolismo, parnasianismo, naturalismo — vinham todos de Paris.

Euclides da Cunha quebrou o gelo com a sua aventura de repórter pelos sertões de Canudos. Villa-Lobos fez o mesmo: três anos depois da publicação (em 1902) de *Os Sertões*

— que ele não leu —, a febre de ver coisas novas jogou-o para o interior do Brasil, aos 18 anos.

Não é preciso dizer que as viagens, naquele tempo, não eram como as de agora. Não havia estradas nem ônibus para o interior. O Sul e o Norte comunicavam-se pelo mar, no dorso dos pitorescos lts. Também não havia uma rede de hotéis à espera do viajante. Mas Villa-Lobos, vitalidade de índio, temperamento anticonvencional por excelência, não estaria, naquela época, atrás de conforto: queria, sim, a aventura — visual e humana, mas também ou sobretudo musical.

Este é um dos capítulos mais coloridos da sua biografia — um romance repleto de peripécias. Mas ele já viajava com uma grande bagagem musical. Menino de Laranjeiras, filho de exemplar funcionário da Biblioteca Nacional que fazia muita música em casa, Villa-Lobos acompanhou, desde cedo, a época de ouro dos “chorões” do Rio de Janeiro — uma das grandes épocas da nossa música popular.



A improvisação inteligente

A música dos “chorões” aparece, de certa forma, em oposição ao primitivismo do batuque, de origem africana, e à sentimentalidade da modinha. Estas eram as duas tradições que dominavam a música brasileira, se se exclui a música oficial dos conservatórios e os teatros de ópera que levavam, nas capitais, a ópera italiana. O choro difere de ambas pela sua sofisticação instrumental. O batuque admitia sofisticação no ritmo; a modinha, na linha melódica.

O choro, que apareceu nas últimas décadas do século XIX, nas mãos de uma pequena classe média que fazia música para se divertir e animar as festas, afasta-se das outras tradições musicais pela sua inventividade permanente. Começa como um modo “brasileiro” de tocar as formas instrumentais européias — valsa, *schottisch*, polca; depois, assume os seus próprios temas, sustenta-se, entretanto, sobretudo como um modo de improvisação — música feita “ao vivo”, na hora, como tinha sido o caso da música européia antes que se instalasse a tirania da pauta e do compasso.

“Muito antes do jazz” — disse o próprio Villa-Lobos —, “nós fazíamos, no choro, uma improvisação inteligente”. Villa, que aprendera música com o pai, viu-se liberto desta severa

supervisão quando a mãe ficou viúva — e enfrentando dificuldades econômicas. Se antes já era difícil conter o menino endiabrado, o adolescente entregue apenas aos cuidados da dedicada Noêmia Villa-Lobos não fazia cerimônia em fugir de casa, à noite, para participar da boêmia dos *chorões* e desenvolver-se no violão — por toda a vida o seu instrumento de cabeceira.

As sucessivas viagens pelo Brasil, assim, já o encontram com muitos quilômetros rodados de música. É uma viagem atrás da outra — a pé, em lombo de burro, às vezes só, às vezes em companhia de figuras folclóricas como um certo Donizetti, músico como ele, que Villa-Lobos devia carregar de uma cidade para a outra quando o companheiro abusava do álcool.

Paradoxos de uma vida: o Villa-Lobos “excessivo” jamais se excedeu no álcool — até pelo contrário. “A minha boêmia era sóbria”, ele contou. Se teve paixão fora da música, foi, nestes primeiros anos, pelo “eterno feminino”; depois, já adulto, pelo café forte, fortíssimo. Na categoria dos *hobbies*, deve-se alinhar o bilhar, os filmes de *cowboy*, o eterno charuto.

Quando Villa-Lobos se instala, afinal, no Rio de Janeiro, casando-se em 1913 com a pianista Lucília Guimarães, sua impregnação das coisas do Brasil tornava-o figura invulgar numa capital da República que, se sempre foi aberta a todos os ventos — nacionais e estrangeiros —, continuava a comportar-se, apesar disso, como uma flor exótica perdida nos trópicos.



Amazonas: música da natureza

Característica dessa “diferença” é a participação de Villa-Lobos na Semana de Arte Moderna de 1922. Sabe-se que o “modernismo”, no Brasil, não começou com a Semana; que ela foi, quando muito, o “Abscesso de fixação” de tendências que já vinham germinando.

Mas é impossível ignorar a sensação de disparidade cronológica entre o Villa da Semana e os homens que ali fizeram a demonstração do novo nacionalismo literário. Esse nacionalismo afirma-se, na poesia, ao longo dos anos 20; a prosa arrojada de Mário de Andrade é da

mesma época. Mas a impressão que se tem é a de que a literatura “modernista” amadurece, realmente, nos anos 30, com o romance de caráter social, com a exploração, por um Manuel Bandeira, das verdadeiras possibilidades do seu estro.

Villa entra pela Semana completamente “pronto”. Poemas sinfônicos como o *Uirapuru* e o *Amazonas*, de 1917, já o revelam na sua dimensão integral. Mário de Andrade, que só ouviu o *Amazonas* no início da década de 30, levou um verdadeiro susto, e escreveu uma crítica magistral (será preciso lembrar que ele foi professor e grande crítico de música?).

Trata-se de crítica insuspeita; pois o papa do Modernismo, em relação a Villa-Lobos, nunca pertenceu nem ao coral dos detratores nem ao pequeno grupo que, desde o início, rompeu clarinadas em favor do novo gênio. A crítica começa, mesmo, recapitulando os momentos em que Villa desagradara a Mário, “talvez por insuficiências minhas, que não me permitem seguir inteiramente o pensamento e as intenções do autor”. Villa-Lobos, insiste Mário, vive sob o perigo “da complacência para consigo mesmo, de uma permanente falta de autocritica que lhe permite aceitar com fácil liberalidade o que lhe dita a imaginação criadora”.

Mas isto não vale para o *Amazonas*: em seu longo ensaio crítico, Mário de Andrade consegue tocar em alguns pontos essenciais do mistério musical que se chama Villa-Lobos: “esses elementos”, essas forças sonoras — ele escreve, referindo-se ao *Amazonas* — são profundamente natureza, e o pouco que retiram da estética musical ameríndia não basta para localizar a obra como música indígena. É mais que isso. Ou menos, se quiserem. Não é brasileiro, também: é natureza. Parecem vozes, sons, ruídos, baques, estralos, tatalares, símbolos saídos dos fenômenos meteorológicos, dos acidentes geológicos e dos seres irracionais (...) Música aprendida com os passarinhos e as feras, com os selvagens e os tufões, com as águas e as religiões primárias. Música da natureza, junto da qual a 6.^a Sinfonia ou o *Siegfried* (não como beleza, está claro, mas como significação cósmica) não passam de amostras bem educadinhas de natureza, pra expor nas vitrinas, natureza já comercializada, limpinha e vestida na civilização cristã”. E ele conclui: “Nada conheço em música, nem mesmo a bárbara *Sagração da Primavera* de Stravinsky, que seja tão, não digo, “primário”, mas tão expressivo das leis verdes e terrosas da natureza sem trabalho como a música ou, pelo menos, certas músicas de Villa-Lobos”.

Influências e desafiadora novidade

A revelação do *Amazonas* não foi atinçada de um salto. Nada é linear na obra de Villa-Lobos; e nela, o jogo das influências é complexo.

Villa lutava contra “influências externas”. “Quando sinto a influência de alguém — dizia —, me sacudo todo e salto fora”. Atitude característica de artista de uma cultura jovem, insegura quanto à sua identidade. Também um Walt Whitman gostaria de ter aprendido menos com Shakespeare do que com as pradarias e florestas dos EUA.

Geração espontânea, entretanto, ainda está por acontecer na natureza. Aprendemos sempre (se não formos tolos); recebemos “influências” no próprio ar que respiramos.

Villa-Lobos não foi exceção à regra. Muito moço, jovem artista no Rio de Janeiro, estudava partituras de Wagner e Puccini nos intervalos das peças que tocava (como violoncelista) em pequenos teatros e salões como o Assírio. Era o que se ouvia na época, no Teatro Municipal: Wagner e Puccini (sem falar nos mestres mais convencionais); e o *Tristão*, de Wagner, parece ter deixado em Villa-Lobos impressão profunda (correspondente à genialidade de uma obra que ainda hoje é moderna).

Depois, vem a fase “francesa”. Autodidata, em que pese uma rápida tentativa de aprendizado na Escola Nacional de Música, Villa-Lobos queimou pestanas em cima do *Tratado de Orquestração* de Vincent D’Indy, o mais famoso discípulo de César Franck. D’Indy, na linha de Franck, patrocinava o estilo “evolutivo” nas obras de fôlego como sonatas ou sinfonias. Era o “pendant” musical do evolucionismo tão em moda na ciência e na filosofia da época; a pedra de toque dos espíritos “bem pensantes”.

Villa-Lobos não se fez de rogado. Há um ar desse “transformismo” nas suas primeiras obras mais sérias: as sonatas para violino ou violoncelo, com piano. Obras interessantes, mas pouco pessoais.

Muito mais interessantes — e não menos “francesas” — são as suítes pianísticas que marcam os seus anos de juventude: Suíte Infantil números 1 e 2; *Histórias da Carochinha*; *Carnaval das Crianças* (esta, uma obra de 1920). Elas são importantes, antes de tudo, por oferecerem um dado biográfico essencial: a adesão de Villa-

Lobos ao “espírito de infância”. O menino, em Villa-Lobos, recusa-se a morrer; explica os seus sobressaltos de temperamento, alternâncias de violência e afetividade; mas, também, o eterno maravilhamento que transpira da sua música.

A marca francesa está presente, ainda, numa obra que correu mundo sob os dedos de Arthur Rubinstein: a *Prole do Bebê* n.º 1 (outra suíte pianística). Um perfume impressionista dialoga, aqui, com os ímpetos de criação de um artista já muito próximo de si mesmo, da sua “verdade” pessoal. Fala-se às vezes desse “francesismo” como de uma camisa-de-força de que Villa acabou por “libertar-se”.

Pode haver nisto uma bela injustiça. O espírito francês, digam o que disserem os nacionalistas “enragés”, foi um grande fator “educativo” no Brasil adolescente do início do século. O quanto isso não terá sido importante para temperar os ímpetos vulcânicos do Villa-Lobos maduro? Sem essa influência, teriam chegado a existir obras perfeitamente “proporcionadas” como as *Cirandas* ou os *Estudos e Prelúdios* para violão? (Algo de semelhante se poderia dizer de Mozart — ressalvadas, como é óbvio, as diferenças de temperamento e de cultura. Costuma-se dizer que Mozart significa o amálgama da melódia italiana e da harmonia alemã. E esquece-se os tempos juvenis que ele passou na França, em que terá aperfeiçoado o seu já de si extraordinário dom do equilíbrio e da perfeição formal).

A França não foi para Villa-Lobos apenas uma lição de serenidade e cultura: foi também o território onde ele se afirmou internacionalmente. As duas viagens a Paris — a de 1923 e a de 1927, esta mais longa — representam o primeiro impacto obtido pela cultura brasileira na Europa neste século. Cinquenta anos antes, também a música permitira que o Brasil se afirmasse no exterior — com a brilhante estréia de *Il Guarany* no Teatro alla Scala de Milão. Mas que diferença entre essas duas efemérides (sem querer diminuir nem um pouco a glória de Carlos Gomes)! O *Guarany* fizera sucesso porque parecia demonstrar que a arte de Verdi encontrara, no Novo Mundo, um inspirado continuador.

Já a arte que Villa-Lobos vai mostrar em Paris não poderia ser confundida com um exemplar de arte francesa. Aos franceses, chamaria muito menos a atenção, nessa arte, um ou outro acento “impressionista” do que a desafiadora novidade do conjunto. A famosa crônica escrita por Florent Schmitt sobre a estréia do *Choros* n.º 8 na Salle Gaveau revela o espanto do civilizado ante uma arte que vem dos antípodas, mas de que ele não consegue negar a força e a originalidade.

Tem-se dito, e com razão, que a cordilheira dos *Choros*, toda ela vindo à luz na extraordinária (para Villa-Lobos) década de 20, é a sua maior contribuição à arte brasileira, uma exaltante demonstração de competência e originalidade. Mas ainda aqui, Villa-Lobos não está criando do nada: como brotam, entre as linhas geniais dessas partituras, as lembranças dos “chorões”, a verve da música mais autenticamente brasileira, venha ela das cidades ou do ilimitado interior!

Isso é o que está realmente na base da arte de Villa-Lobos; que a coloca a quilômetros de distância de uma certa “originalidade a todo custo” tentada pelos artistas menores. A obra de Villa-Lobos é sempre um fascinante amálgama, onde se equilibram a invenção pessoal e a criação “coletiva”.

Em algumas obras, isso é bastante óbvio — como as que partem do folclore. Nessa linha, houve quem invocasse o outro extremo: Villa-Lobos seria um “produto do folclore”; um “aproveitador do folclore”. Com um mínimo de sensibilidade se descobre a falsidade disso. Nas *Cirandas*, por exemplo, coleção de admiráveis peças pianísticas, o folclore pode ser o ponto de partida; mas também pode acontecer o contrário: Villa-Lobos cria um de seus ambientes inimitáveis; e de repente, de surpresa, desse clima, brota um bem conhecido refrão folclórico. É o caso de *Vamos atrás da serra, calunga*; como é o caso de *Teresinha de Jesus*.

O *Guia Prático* é outra demonstração irrespondível. Aqui, o aproveitamento do folclore é muito mais direto. Villa-Lobos, de fato, nesta coleção, queria sobretudo tornar acessíveis as

riquezas do folclore aos alunos de educação musical em que ele depositava tantas esperanças. E apesar dessa falta de pretensão, um ligeiro toque aqui, um outro ali, transformam conhecidíssimas melodias em algo de inconfundivelmente Villa-Lobos.



O reencontro com Bach

O mais famoso amálgama é o das *Bachianas*. É também o mais pretensioso. Villa-Lobos produziu algumas teorias no mínimo curiosas sobre a influência de Bach na música ocidental. Comparou-a a um fluido misterioso que sobe da terra, embrenha-se nos astros e volta, depois, transformado em pólen vivificador.

Mário de Andrade zombava desse Villa “explicador”. Era um vício desculpável, num artista que foi ferozmente atacado e que não tinha muitos defensores. Um severo professor de história da música também pode, se quiser, apontar momentos artificiais nas *Bachianas*: momentos em que Villa-Lobos parece estar “citando” Bach sem muito propósito, como um exercício acadêmico.

Mas se no lugar do severo professor estiver um sincero apreciador de música, a homenagem que Villa-Lobos quis prestar a Bach não soará de forma alguma como um produto artificial. O encontro de Villa-Lobos com Bach começara muito cedo: nos dias de infância em que ele ouvia a tia Zizinha tocar, ao piano,

alguns prelúdios e fugas do *Cravo Bem Temperado*.

Essa impressão de infância atravessou a vida toda. Villa preparou longamente o encontro com o mestre que ele colocava ao lado de seu pai como matriz inspiradora da sua carreira. A força da *Bachianas n.º 1* não deixa lugar a dúvidas: naquele ano de 1930, em que Villa-Lobos voltou definitivamente ao Brasil, encerrada a sua permanência na Europa, abria-se um novo filão na sua criatividade.

Não é a cachoeira de montanha sugerida pelos *Choros*: é um veio de compositor “realizado” que procura um reencontro com as suas origens. É um Villa mais distendido. Há uma calma imensa no 2.º movimento da *Bachianas n.º 1*; na abertura da *Bachianas n.º 4*; na própria ária sublime com que começa a *Bachianas n.º 5*. Ninguém inventa essa calma: ela é a marca de alguém que está em casa, conversando com os seus santos e os seus fantasmas.

É uma calma que não está nos *Choros*; e que reaparecerá, encerrada a série das *Bachianas*, nos quartetos de cordas que são o produto final do gênio de Villa-Lobos. É curioso que chegasse a essa calma, a essa depuração, um artista de caráter tão vulcânico quanto o de Beethoven. Mas também em Beethoven não se encontra, aqui e ali, uma calma transcendente? Não é este o sinal definitivo de uma determinada “verdade” artística, superior às modas e à própria personalidade individual? ●

Luiz Paulo Horta é jornalista, crítico de música do *Jornal do Brasil*. Autor de “Uma introdução a Villa-Lobos” a ser publicado ainda em 1987.

Resumen

Música

TIERRA Y PASIÓN: LA MÚSICA DE VILLA-LOBOS

Cien años de Villa-Lobos. Para quien se dedica a la música en el Brasil, ésta es una fecha que merece conmemoración. Sería injusto decir que no había música brasileña antes de Villa-Lobos, sin embargo el valor de su legado ha sido bien definido por Luiz Heitor, maestro de nuestros musicólogos. Afirma que “puede ser que el Brasil haya sido descubierto, en la esfera de la música de arte, por Alexandre Levy y Alberto Nepomuceno, sin hablar del patriarca Brasílio Itiberê, que sólo presintió su *Sertaneja*. Pero quien tomó plena posesión de ese territorio virgen y se adentró por la enmarañada selva opulenta y desconocida, oyendo el canto de sus aves, el correr de los grandes ríos y las leves pisadas de su gente, quien sistemáticamente buscó orientar la propia obra de compositor por lo que vio y oyó en tierras del Brasil, las que cruzó de norte a sur como un nuevo conquistador no en busca de piedras, sino de inspiraciones refulgentes, fue Heitor Villa-Lobos”.

Abstract

Music

LAND AND PASSION: THE SOUND OF VILLA-LOBOS

A hundred years of Villa-Lobos: for anyone connected with music in Brazil, this is a date that deserves commemoration. It would be unjust to say that there was no Brazilian music before Villa-Lobos; but the size of his legacy has been well defined by Luiz Heitor, the maestro of our musicologists.

‘It could be that Brazil was discovered in the sphere of music by Alexandre Levy and Alberto Nepomuceno; not to mention the patriarch Brasílio Itiberê, who only caught a glimpse of the country in his *sertaneja*. But who took over this virgin territory fully, plunging into the thickets of the opulent, unknown forest, hearing the song of its birds, the roll of its great rivers and the light walk of its people; who systematically sought to orientate his own work by what he saw and heard in the land of Brazil; who crossed the country from North to South like a new pioneer, not in search of stones but looking for glowing inspiration, was Heitor Villa-Lobos.’

Duas empresas orgulhosas de sua tradição.
Duas empresas buscando os mesmos objetivos.
Duas companhias que se tornaram uma.
Sperry Corporation e Burroughs Corporation
 se sentem orgulhosas em anunciar sua
união.

UNISYS

Apresentamos UNISYS. Uma empresa de
10 bilhões de dólares, com mais de
100.000 funcionários dedicados, em mais de
100 países.

UNISYS. A força e a estabilidade de uma
empresa, com os recursos da Sperry e da Burroughs
combinados, resultaram nessa nova potência

A potência².

E, devido à magnitude dessa união de forças,
a indústria da informática entra em uma nova era.
Uma era de escolha significativa. Uma era de real
competição.

Dessa competição, surgirá um único vencedor.
Você.



UNISYS

A potência²

A política brasileira para a África

José Flávio Saraiva

A guinada da política externa brasileira para o continente africano, a partir dos anos setenta, não é um fato isolado no tempo. Vê-la como atitude estritamente oportunista, sem inseri-la no conjunto de modificações ocorridas na própria política externa como um todo, é um perigoso equívoco. O reconhecimento brasileiro do nascente Estado angolano, em novembro de 1975, foi uma atitude considerada inoportuna pelos gabinetes de Washington. Era a própria estratégia brasileira de ampliação de seus espaços, para criar uma melhor posição dentro do sistema capitalista.



A polêmica

A proximidade do centenário da abolição tem provocado polêmicas que se originam no caráter festivo do evento e chegam aos fundamentos das relações do Brasil com a África. A concorrência interpretativa das academias com os emergentes movimentos negros no país já produziu, em certos casos, um clima de enfrentamento com características particulares e inéditas no processo histórico brasileiro.

Na raiz da crise estão concepções distintas, nas academias e nos movimentos, sobre a realidade afro-brasileira ao longo da história. As primeiras, herdeiras de uma perspectiva prisioneira dos cânones eurocêntricos, dificilmente conseguem romper o mito da superioridade racial na análise do tráfico atlântico de africanos, da escravidão e da inserção do negro na sociedade classista contemporânea. Nessa dimensão, abundam trabalhos acadêmicos sobre os aspectos quantitativos do comércio (reprodutores contemporâneos das tabelas de preços coloniais que mediam os homens através do sistema de "peças") e outros estudos sobre as relações do Brasil com a África cujo crivo ocidentalizante é tão exacerbado que a realidade africana



aparece como um quadro de figuras exóticas, caricaturais, onde os homens não têm consciência que fazem história.

Os movimentos negros, por outro lado, vivem a ânsia de serem resgatados como protagonistas livres na vida social brasileira. Entretanto, salvo suas vertentes mais ligadas à perspectiva da análise de classe, há o predomínio ainda de uma visão messiânica sobre a capacidade dos movimentos no estabelecimento de um novo *status* do negro, agora como sujeito da história. A postura reticente em relação à possibilidade da libertação social mais ampla, incluindo também o branco das classes subalternas, e o idealismo do retorno às tradições africanas têm dificultado partes dos movimentos na construção de uma ação mais eficaz e concreta para a supressão do racismo na sociedade brasileira.

É, portanto, no bojo dessa dicotomia que a discussão das relações do Brasil com a África tem sido tratada. Por um lado, não é objetivo significativo da preocupação acadêmica, apesar de episódicos esforços de estudiosos isolados. Ao mesmo tempo, é uma relação mitificada pelos paradigmas do retorno às origens e da bondade rouseauiana do bom selvagem africano e primitivo. Finalmente, é uma relação criticada por setores da sociedade civil, nos últimos anos, por ter adquirido um sentido mercantilista através da agressividade comercial das empresas brasileiras no continente e da ação pragmática da política externa.

Os problemas

Para superar os três obstáculos anteriores faz-se necessário recuperar a dimensão histórica e buscar a gênese dos problemas na própria evolução das relações e vínculos que se desenvolveram entre os dois contextos desde o início do século XVI. Muitas das questões que hoje são formuladas sobre a estrutura das conexões só podem ser enfrentadas através do conhecimento histórico das continuidades e rupturas que ocorreram através dos séculos.

Há uma longa história atlântica do Brasil com a África raramente reunida e concentrada numa unidade de explicação genética e estrutural¹. Saltam à vista fenômenos de longa duração, como a participação quase exclusiva do Brasil no comércio com as colônias portuguesas da África desde o último quartel do século XVI até o início do século XIX, os intercâmbios através do comércio de escravos, de fluxos culturais e troca de funcionários administrativos entre as colônias que transformaram o Atlântico Sul, ao longo dos séculos anteriores, em um dinâmico eixo de troca de experiência entre africanos e brasileiros.

No século XIX, chama a atenção os movimentos angolanos de anexação ao nascente império brasileiro, a história dos afro-brasileiros que, a partir da Revolta dos Malês em Salvador (1830), começaram o movimento de retorno à África Ocidental para se transforma-

rem em mercadores clandestinos de escravos para o Brasil² e o embate em torno da crise do comércio escravista na segunda metade do século XIX.

As relações com a África no século XX se iniciam com o chamado período do "silêncio", onde a política externa brasileira voltada para a América e a Europa praticamente abandona as relações com a África. A concorrência brasileira com produtos africanos no comércio internacional, a partir da década de trinta do presente século, abre um novo período e outros temas passam a ser centrais, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, como as relações brasileiras com o moderno colonialismo português, as relações pendulares da política externa brasileira de avanços e retrocesso em relação ao processo de descolonização africana das décadas de cinquenta e sessenta, o reconhecimento precoce da independência angolana por parte do governo brasileiro em 1975 e a atual ampliação das relações comerciais com todo o continente, particularmente com a Nigéria e a África Austral.

Nesse sentido, só o resgate do processo histórico das relações da África com o Brasil pode superar os limites do messianismo reducionista dos movimentos afro-brasileiros e, ao mesmo tempo, permite enfrentar as posturas esclerosadas da academia. Esta, para o estudo das relações contemporâneas do continente com o Brasil, tem construído visões as mais disparates e que oscilam do excesso de otimismo da

chamada cooperação Sul-Sul³ ao simplismo de ver o Brasil como um mero representante da política atlântica traçada nos gabinetes de Washington.

Uma análise das relações contemporâneas do Brasil com a África, portanto, deve sempre levar em conta a problemática dos antigos eslabões e, ao mesmo tempo, deve ser capaz de começar a ver o mundo de outra forma. Olhar para a América Latina à luz de outras experiências do Terceiro Mundo, como a africana, é explorar um campo novo e significa enfrentar a dinâmica da dependência cultural. Este fenômeno, que tem levado cientistas dos países periféricos a escreverem a história dos seus países utilizando problemas, critérios metodológicos e conceitos elaborados nas regiões centrais do capitalismo, está tão impregnado na historiografia das relações brasileiras com o mundo externo que tem levado a maioria dos títulos de teses acadêmicas a temas como Brasil-Estados Unidos e Brasil-Europa.

Propor uma nova problemática histórica não acabada das relações contemporâneas do Brasil com a África significa, também, construir uma outra forma de exposição: o descritivo e o explicativo ficam articulados em uma totalidade estruturada; o tempo conjuntural se vincula à longa duração; o passado e o presente se tornam indissociáveis.

Finalmente, a análise das relações contemporâneas deve levar em conta dois níveis interligados de condicionamentos básicos das ações ao longo da história. Por um lado, o sistema internacional com suas hegemonias, dependências, transnacionais, órgãos internacionais. Por outro lado, o plano da política interna, que implica levar em conta os setores dominantes no interior do Estado, sua relação com a administração colonial, os interesses dos diferentes grupos na política exterior, as instituições diplomáticas, o teor da tomada de decisão, a organização da sociedade civil e sua relação com as diretrizes e práticas da política externa.

As relações contemporâneas

A inauguração das relações contemporâneas com a África, depois de décadas de relativo silêncio ou de episódicos contatos comerciais com o continente, foi no período de pós-guerra. Caracterizado, na África, pela efervescência das lutas contra o colonizador e a estruturação dos movimentos nacionalistas de emancipação, a política externa brasileira teve que se adequar a novos problemas. Ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, a política



oficial brasileira para a região caracterizou-se por avanços e retrocessos em relação à questão do apoio à descolonização. Mas o nó górdio das relações nas duas décadas apontadas foi a questão da crise do colonialismo português na África.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial toda a África entrou em um processo de luta emancipatória que a transformou em um centro de interesse do sistema internacional. Tratava-se de articular a transição dos estados coloniais montados no continente para um tipo de tutela neocolonial.

O projeto de construção de uma nova sociedade na África, com a expulsão dos colonizadores, esbarrou rapidamente em disillusiones. O mar de esperanças, que caracterizavam os movimentos de libertação, encontrou limites precisos. A herança colonial não foi substituída, de fato, por uma nova ordem.

Ao contrário do que as massas camponesas e os setores pauperizados mais ligados ao mercado capitalista desejavam, os estados nascentes africanos e as elites locais demonstraram uma faceta pouco revolucionária⁴. A mistificação do socialismo, que só quase existiu no discurso de muitas lideranças africanas (exceção seja feita à África de expressão portuguesa), não foi capaz de embotar completamente a memória dos camponeses espoliados por relações de produção que seguiram fundamentalmente as mesmas relações do período colonial.

Ao mesmo tempo, este abismo entre a sociedade civil e o Estado africano possibilitou a concentração de poderes nos aparelhos de dominação e repressão e, para completar, permitiu a continuidade da dominação das burguesias das ex-metrópoles. Estes estados contemporâneos africanos possibilitaram também o enriquecimento de cada vez maior número de funcionários, conformados em uma espécie de burguesia burocrática⁵. Vivem hoje uma vida política instável, com partidos políticos débeis,

personalização do poder, desprezo das nacionalidades minoritárias dentro do quadro estatal e a presença crescente da caserna nos palácios governamentais.

Foi, portanto, no contexto dessa descolonização tutelada que as relações contemporâneas do Brasil com a África foram estabelecidas. A questão do reconhecimento dos novos Estados não se conformou como um problema, uma vez que não atingia os fundamentos da hegemonia do capitalismo e os brios da nova hegemonia dos Estados Unidos no Ocidente.

Entretanto, a política para a África de colonização portuguesa emergiu, desde a década de cinquenta, como um assunto espinhoso. O Brasil firmou pactos de solidariedade com Portugal em 1953 e, em 1960, votou nas Nações Unidas contra as resoluções que garantiam soberania aos nascentes Estados afro-asiáticos. A política externa brasileira da década de cinquenta e a de parte da década de sessenta aceitou a tese portuguesa de que Angola, Moçambique e Guiné eram partes do território nacional. A possibilidade de criação de uma comunidade lusitana de nações que falavam o português foi uma estratégia pensada e articulada na época como uma forma de escamotear a questão da descolonização.

Os fundamentos para estas posturas brasileiras estavam menos no campo dos interesses econômicos propriamente ditos que nos vínculos de fraternidade que supostamente uniam o Brasil a Portugal⁶. Tais vínculos, por consequência natural, deveriam também unir Angola e Moçambique ao Brasil. A base ideológica para a construção das boas relações do Brasil com a região estavam no próprio lusotropicalismo. O Brasil era aclamado como um paradigma da assimilação racial e um exemplo perfeito de relações sociais não conflitivas. O silogismo luso-tropicalista era simples e falaz: os colonizadores portugueses criaram harmonia entre as raças no Brasil. Foram, também, os colonizadores na África. A resultante é que a har-





monia racial prevalecia na África portuguesa⁷. Um triste equívoco que as guerras de libertação desses novos Estados na década de setenta ajudaram a desmoronar.

Esta perspectiva da ação brasileira na África teve seu momento apical no período Kubitschek, quando o presidente português Craveiro Lopes visitou o Brasil em 1957 e Juscelino retribuiu-lhe a visita no final do seu mandato. Insistia o presidente que não fazia distinções da política externa do Brasil em relação à política portuguesa.

A ruptura com a linearidade da visão anterior, que comprometia o Brasil contra todo o processo de formação dos novos Estados na África, foi evidente através da "Política Externa Independente" (1961-1964), dos governos de Jânio Quadros e João Goulart.

A busca de novos espaços nas relações internacionais e a definição do lema "desarme, descolonização e desenvolvimento" prometiam um avanço em relação à solidariedade com os movimentos emancipacionistas do Terceiro Mundo, incluindo claramente, no caso africano, a soberania da Argélia e o movimento liderado por Patrice Lumumba no atual Zaire⁸. Era a saída, encontrada na crise do populismo brasileiro, para escapar à chantagem da guerra fria e da diplomacia subsidiária aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, era também uma forma de dar evasão ao tipo de industrialização vigente, resultado do desenvolvimento acelerado do período Kubitschek, e que havia provocado um incremento real na produção. Uma ofensiva diplomática, através de representações ideológicas de terceiro-mundismo, era fundamental para a conquista de espaços econômicos na África.

A perspectiva a favor da descolonização africana, apesar das ambiguidades típicas do efêmero período janista, ficaram expressas no memorável discurso de maio de 1960, ao afirmar o presidente que a diplomacia brasileira permanecia nos moldes vitorianos e que era

indispensável uma atualização da orientação em termos dos países afro-asiáticos. Sobre a relação do Brasil com estes países dizia que "pelas características de sua economia, pelas suas origens raciais, pelos sentimentos da sua gente, cabe ao Brasil uma posição de extremo relevo no despertar do mundo afro-asiático... Os grandes Estados nascentes da África e da Ásia necessitam encontrar, na maturidade internacional do Brasil, o ânimo de que carecem para que se abrevie a emancipação inevitável"⁹.

O golpe militar de 1964, pela alteração provocada na estrutura do Estado brasileiro, trouxe no seu bojo uma outra concepção na política externa para a África, que implicou a reformulação das diretrizes sobre a questão da descolonização da África portuguesa. A revalorização da comunidade luso-brasileira, em detrimento dos interesses dos movimentos de libertação nacional, a desastrosa ação brasileira nas Nações Unidas a favor das posições colonialistas e os nexos Brasília-Lisboa-Pretória foram índices de um nítido retrocesso em relação ao período da política externa independente. A sua origem militar e a ênfase nos temas da segurança faziam com que a política se concentrasse na idéia de construir um poder nacional e uma potência ouvida no concerto das nações.

A inquisição policial a estudantes e refugiados angolanos no Brasil culminou com a prisão de José Lima de Azevedo, acusado de intensificar a campanha a favor da independência angolana e de buscar apoio da sociedade civil brasileira para o fortalecimento internacional do MPLA.

Apesar desse quadro, no final da década de sessenta e início da de setenta, a política africana do Brasil saiu dos marcos do apoio incondicional ao colonialismo português para adquirir uma visão menos conservadora do colonialismo, do racismo e do *apartheid*.

Mas o verdadeiro *turning point* em relação às posições obsoletas favoráveis ao colo-

nialismo tardio na África ocorreu entre 1972 e 1973: começou o Brasil uma política de afastamento das teses portuguesas.

A nova política continuou no governo moderado de Geisel (1974-1979) até adquirir conotações mais gerais de reformulação ao longo da presente década. No Itamaraty, a presença de Azeredo da Silveira foi fundamental na defesa do estreitamento das relações econômicas com os países do Terceiro Mundo. Ele insistia em que os fatores ideológicos não deveriam figurar de maneira significativa e não deveriam ser considerados como condicionantes na busca de novos mercados para o Brasil na África.

Entretanto, a ampliação das relações comerciais brasileiras com a África já vinha do final da década de sessenta. Em 1964, empresas de importação da Nigéria revelaram o interesse de intensificar contatos com os exportadores brasileiros e, em 1965, foi organizada pelo Itamaraty uma missão comercial para a África Subsaariana¹⁰. Com o objetivo de "desenvolver o interesse das empresas produtoras e exportadoras nacionais pelos novos mercados africanos", a missão elaborou um documento com aspectos reveladores das relações econômicas do Brasil com a África. O principal cliente do comércio brasileiro com a África ao Sul do Saara era a África do Sul, com 95% das exportações para a região¹¹. Ao mesmo tempo, era estudada a possibilidade de ampliação comercial com outras áreas como a Nigéria, hoje um dos maiores parceiros econômicos do Brasil no continente. Além desses aspectos técnicos era também analisada a receptividade dos países africanos em relação ao povo brasileiro¹².

No tema da libertação da África portuguesa, a expansão comercial gerara uma complicada contradição para a política externa brasileira. Ainda em 1967, os embaixadores da Argélia, Gana, Senegal e o encarregado de negócios da República Árabe Unida distribuíram à imprensa um comunicado em que anunciavam haver procurado oficialmente o Itamaraty para encontrar explicações sobre as atitudes que o governo vinha tomando em relação ao colonialismo português na África.

Nesse momento, exatamente, começaram as contradições da política oficial do Brasil no continente. Por um lado, desejava manter as relações especiais com o colonialismo na África de colonização portuguesa e, por outro lado, expandir-se comercialmente na África Negra.

O ano de 1972 representou a primeira ruptura com a clássica política a favor de Portugal. As pressões dos governos africanos independentes para uma nova política do Brasil ficaram claras na visita, de 25 de outubro a 20





de novembro, de Gibson Barbosa a oito países africanos: Costa do Marfim, Senegal, Nigéria, Togo, Daomé, Gana, Camarões e Zaire. Condiționaram, claramente, o desenvolvimento das novas relações econômicas a uma atitude mais decidida da política externa brasileira em relação às independências das colônias portuguesas.

Os avanços realizados na década de setenta, que teve como momento apical o reconhecimento precoce da independência angolana em 1975, teve oposições no sistema estatal brasileiro. Os ministros da área militar defendiam a Comunidade Luso-Brasileira e o "grupo conservador" dentro do aparelho estatal, liderado pela própria área econômica do governo, defendia a prioridade das relações com Portugal¹³. As fricções no interior dos órgãos estatais ficaram nítidas quando a tendência conservadora tratou de defender seus interesses através da proclamação do "Ano da Comunidade Luso-Brasileira" ao mesmo "Ano da África" que o "grupo avançado", liderado pelo Itamaraty, havia proposto para 1972.

O fato é que a tendência mais avançada tornou-se vitoriosa, inaugurando a política para a África uma fase pragmática que tem procurado, na década atual, subordinar o critério ideológico ao critério do interesse econômico. Isso ficou evidente com a declaração da independência angolana em novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas formais com o novo governo.

As decisões brasileiras nas décadas de setenta e oitenta abriram caminhos contra o colonialismo e sepultaram as posições ultrapassadas dos mitos tropicalistas, que tanto haviam servido aos interesses portugueses na África. O fluxo de produtos e capitais tem aumentado claramente nos últimos anos e a construção do Atlântico Sul como uma área privilegiada das relações do Brasil com o continente é um fato incontestável.

O balanço

Ex positis, é impossível não reconhecer os méritos da guinada da política externa brasileira para o continente. A destruição dos mitos luso-tropicalistas e a política comercial agressiva para a África nos últimos anos deixa explícito o intuito do Estado brasileiro de construir novos espaços na estratificada ordem internacional. A aproximação com o Terceiro Mundo apareceu assim como uma alternativa ao jogo de interesses Norte-Sul.

De qualquer forma, a visão de que as novas posições políticas a favor das independências foi oportunista e circunstancial, e só concretizada a partir da necessidade de expansão do mercado, é limitada e carece de estatuto teórico e empírico. Dois fatores apontam nessa direção.

Em primeiro lugar, as análises econômicas não revelam todo o problema da postura brasileira em relação à África portuguesa. Sem dúvida, as origens das indecisões de uma possível aproximação passavam mais por uma justificativa no plano das mentalidades — as tradicionais relações do Brasil com Portugal — que propriamente pelo interesse da manutenção de relações econômicas privilegiadas com Portugal (praticamente insignificantes nas últimas décadas).

Em segundo lugar, a estratégia de aproximação brasileira à África não é um fato isolado no tempo. Vê-la como atitude estritamente oportunista, e não inseri-la no conjunto de modificações ocorridas na própria política externa com um todo, é um perigoso equívoco. A aproximação do país à África e aos países árabes em detrimento do apoio a Israel também esteve conectada com as posições contrárias ao monopólio nuclear e a crítica à tentativa dos países do Norte de substituição dos órgãos políticos das Nações Unidas por comitês técnicos. Inclusive as reformulações dos termos das relações com os Estados Unidos deve ser vista como parte das modificações processadas no conteúdo da política externa brasileira na última década. O próprio reconhecimento brasileiro do nascente Estado angolano foi uma atitude considerada inoportuna pelos gabinetes de Washington. Era a própria estratégia brasileira de ampliação de seus espaços, dentro do marco da dependência, para criar uma melhor posição dentro do sistema capitalista.

A aproximação à África foi, sem dúvida alguma, uma estratégia cuidadosamente planejada. Pôs em ação funcionários do governo (diplomatas, políticos e técnicos), homens de negócios e acadêmicos. No bojo da mitificada cooperação Sul-Sul o governo brasileiro encon-

trou fórmulas como a venda da chamada tecnologia intermediária (menos complexa e mais adaptável às condições africanas) e as co-inversões de empresas brasileiras-africanas e brasileiras, abrindo um estilo de relações econômicas relativamente peculiar.

Finalmente, as novas relações com a África também trouxeram dilemas e contradições que são fundamentais para a atual conjuntura.

Perspectivas

O quadro apresentado evidencia que a estratégia brasileira de aproximação foi eficaz no plano econômico. Uma rápida observação nos dados sobre a evolução mais recente do comércio exterior brasileiro é suficiente para a constatação do incremento real das exportações brasileiras para a África, em relação às exportações para as economias centrais e mesmo em relação aos outros países do Terceiro Mundo. O nível de exportações para o continente africano em relação ao total das exportações do país aumentou de 1,7% em 1958 para 2,1% em 1968, e chega hoje a cerca de 7%. É uma tendência irrefutável que, por si só, demonstra que a tônica da aproximação brasileira à África foi baseada no conceito comercial em detrimento dos princípios ideológicos.

O primado do pragmatismo econômico tem provocado nos últimos anos, como contrapartida, uma natural desconfiança dos governos africanos. A impressão de que o Brasil reproduz, em outro estilo, os fundamentos da exploração neocolonial tem feito com que lideranças africanas não vejam perspectivas de uma real cooperação com o Brasil. Insistem na questão de



como é impossível conectar organicamente a busca de uma relação política baseada no respeito à soberania dos países, sem o domínio do princípio hegemônico, com um intercâmbio capitalista que supõe transferência de valor e o conceito-chave do lucro.

Essa discussão tem levado à questão polêmica das perspectivas das novas relações econômicas com a África. Qual o alcance real da cooperação entre países do Terceiro Mundo com estruturas produtivas tão diferenciadas? É difícil imaginar uma cooperação econômica, baseada em uma relação igualitária, entre o Brasil e o Níger. Será possível pensar uma relação de intercâmbio equilibrado entre os países do Terceiro Mundo sem uma ruptura profunda dos atuais esquemas de dependência e de acumulação capitalistas?

A ordem de questões apontadas leva ao nó górdio das futuras relações com a África: o *apartheid*. As posições brasileiras em todo o contexto austral africano têm acompanhado o dilema das relações com o continente. O apoio brasileiro aos movimentos de libertação nacional, como a SWAPO na Namíbia, não significa o reconhecimento do povo namibiano. As atitudes titubeantes do Itamaraty em relação à recente visita do líder namibiano San Nujoma

deixam claro que os interesses pragmáticos do comércio preponderam ainda sobre a política de solidariedade com a libertação dos povos da África Austral. Os interesses comuns de empresas brasileiras na África do Sul e de firmas sul-africanas no Brasil representam a espada de Dâmocles que tem impedido, ao longo dos últimos anos, uma postura mais ativa do governo brasileiro no sentido da crítica à maior violência racial institucionalizada no mundo contemporâneo.

É no bojo dos interesses comuns das economias do Atlântico Sul, e da própria posição do Brasil no diferenciado quadro do Terceiro Mundo, que se deve entender a posição da diplomacia brasileira de não cotejar como possibilidade de ação para a região a própria ruptura das relações com a África do Sul.

Nesse sentido, as perspectivas de ampliação das relações com o continente começam a esbarrar no receio de governos africanos mais democráticos em ampliar a pauta comercial com um país comprometido, indiretamente, com a reprodução da exploração racial. A questão é muito séria e tende a comprometer o próprio êxito futuro de alguns importantes ganhos políticos que o Brasil obteve na última década graças à postura de apoio aos movi-

mentos de descolonização em Angola e Moçambique.

Finalmente, algumas questões marcarão profundamente as perspectivas de uma ação política ativa e comprometida do Brasil no continente. Serão os temas da legitimidade das decisões da política externa e da discussão pública das decisões do governo na matéria. O caráter tecnicista e quase corporativo das decisões da política externa brasileira tem provocado, nos últimos anos, uma significativa reação da sociedade civil. No caso das relações com a África, os movimentos afro-brasileiros insistem, com razão, no caráter elitista da representação diplomática que faz uso do discurso culturalista falacioso e da imagem da "democracia racial" brasileira como um instrumento para a aproximação com o continente. Os movimentos consideram reprovável o discurso oficial brasileiro para a África, que, insistindo na igualdade racial no Brasil, escamoteiam a realidade da segregação no país. ●

José Flávio Sombra Saraiva é bacharel em relações internacionais, historiador, mestre em estudos africanos pelo El Colegio de México e professor do Departamento de História da UnB.

Referências bibliográficas e Notas

1. Uma das raras sínteses é a de José Honório Rodrigues no seu *Brasil e África. Outro Horizonte*, do início da década de sessenta, com edição ampliada em 1982 pela Editora Nova Fronteira.
2. Há alguns textos clássicos e consagrados sobre o assunto que originaram o livro de Pierre Verger *Flux et Reflux de la Traite des Nègres entre el Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVII^e au XIX^e siècle*. Paris, Mouton, 1968.
3. Basta ver a produção de algumas instituições brasileiras dedicadas ao estudo das relações Sul-Sul para se observar o paradigma da "bondade" das relações. Fica, quase sempre, escamoteado o fundamento da transferência de valor e do lucro.
4. Franz Fanon no seu livro *Les Damnés de la Terre* (Paris, Maspero, 1970) demonstrou, com absoluta lucidez, a emergência dessa elite interna nos novos Estados africanos.
5. SHIVJI, I. *Class Struggles in Tanzania*. Dar el Salaam, 1976.
6. Em 16 de novembro de 1953 era assinado, no Rio de Janeiro, o Tratado de

Amizade e Consulta, que propunha a formação da Comunidade Luso-Brasileira fundamentada nas afinidades espirituais, étnicas e linguísticas dos dois povos.

7. Gerald Bender, no seu livro *Angola. Mito y Realidad de su Colonización* (México, Siglo XXI, 1980), demonstrou muito bem como o luso-tropicalismo foi transplantado para justificar a dominação portuguesa em Angola.
8. BENEVIDES, Maria Victoria, *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981, pp. 60-61.
9. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31/05/1960, p. 7.
10. Ministério das Relações Exteriores. "Missão Comercial Brasileira à África Subsábrica" in: *Textos e Declarações Sobre Política Externa*. Rio de Janeiro, MRE, 1965, pp. 123-131.
11. *Idem.*, *Ibidem.*, p. 125.
12. *Idem.*, *Ibidem.*, p. 129.
13. SELCHER, Wayne A. "Brazilian Relations With Portuguese Africa in the Context of the Elusive Luso-Brazilian Community" in: *Journal of International Studies and World Affairs*, Vol. 18, n. 1, 1976, p. 32.

Resumen

África

LA POLÍTICA BRASILEÑA HACIA EL ÁFRICA

El viraje de la política externa brasileña hacia el continente africano, a partir de los años sesenta, no es un hecho aislado. Si se analiza como una actitud estrictamente oportunista, sin relacionarla con el conjunto de transformaciones ocurridas en la propia política externa, es un peligroso equívoco. El reconocimiento del naciente Estado angoleño, en noviembre de 1975, se consideró inoportuno en las esferas políticas de Washington. Sin embargo, hay que comprenderlo como una estrategia brasileña, de ampliar sus espacios para crear una mejor posición dentro del sistema capitalista.

Abstract

Africa

BRAZILIAN POLICY TOWARDS AFRICA

The course of Brazilian foreign policy towards the African continent since the beginning of the seventies is not a fact isolated in time. To see it as a strictly opportunistic attitude lying outside the set of modifications that took place in foreign policy as a whole is a dangerous error. Brazil's recognition of the nascent state of Angola in November 1975 was considered as ill-timed by the government in Washington. It was Brazil's strategy of widening its horizons in order to position itself better in the capitalist system.

Caim, Abel, pecado e violência

O controle do elemento irracional, da violência, tem sido o grande desafio do homem ao longo da história. Aliás, esse desafio é a história do homem.

Alguns milhares de anos depois de Caim esse controle continua um tanto precário. A humanidade aperfeiçoou os métodos de eliminação mútua e muitos pacifistas se espantam das banalidades que podem levar duas ou mais nações a se envolverem numa guerra. Mas olhando com atenção: não era banal a motivação de Caim?

Ou, colocado de outra forma: existe um motivo suficientemente não-banal para justificar a morte de um irmão?

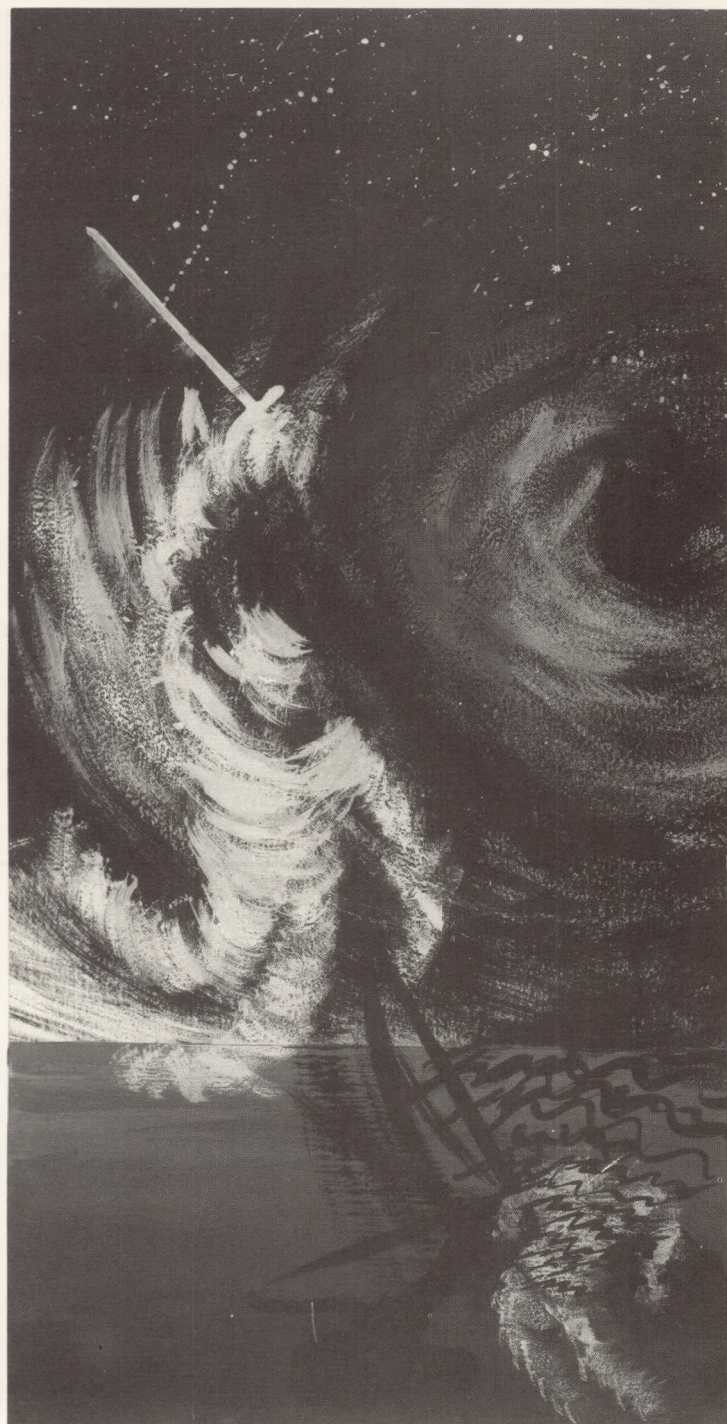
Abel era agricultor, Caim era pastor. Ambos ofereceram sacrifícios a Javé: Abel, produtos da terra; Caim, um cordeiro, primogênito do rebanho. Jeová preferiu a oferenda de Abel, que era incruenta, e não aceitou a de Caim, que havia derramado o sangue de um animal — premonição do sangue que derramaria no futuro? Caim enfureceu-se e disse ao seu irmão: “Vamos ao campo? E quando se achavam no campo, Caim lançou-se contra o seu irmão Abel

e o matou” (Ge 4,8). Como não consta que Abel tenha deixado descendência, considera-se tradicionalmente que a humanidade foi gerada pelos filhos de Caim, e leva na alma o estigma da violência, e nas mãos as manchas de sangue, do animal e do irmão.

Belo relato, que se encaixa, como anel ao dedo, na filosofia dos vegetarianos de hoje: comer carne engendra a violência. O único defeito desta história é o fato de ela ser falsa.

Quer dizer, pelo menos não é a história bíblica. Com efeito, o capítulo 4 do Gênesis nos ensina que *Abel era pastor* de rebanhos e *Caim agricultor*. Abel sacrificava, então, os primogênitos do seu rebanho, enquanto Caim oferecia a Deus os frutos da terra. E como já é sabido, Javé não aceitou as oblações de Caim.

Por quê? O relato bíblico não explica. Apenas diz que Caim desgostou-se muito por



não tem se comportado bem? Por oferecer frutas no lugar de animais? Seria Javé carnívoro? Esta hipótese nos parece extremamente simplista e antropomórfica.

Qual era então o problema com a oblação de Caim? A pergunta é de extrema relevância, já que o fato da oferenda ter sido rechaçada sem explicações nos cria um profundo mal-estar. Realmente, imaginemos que Caim sacrificou o que de melhor tinha; imaginemos que, como ele, acreditamos estar nos comportando do melhor modo possível. Como podemos estar certos da salvação se não sabemos o que agrada a Deus? Como poderemos ficar tranquilos, convencidos de estar agindo bem, se Ele despreza os presentes e não nos dá explicações? (O antigo problema da incomunicabilidade com Deus. Se, pelo menos, Ele tivesse acrescentado: olha, as uvas estavam azedas e as maçãs tinham vermes, tens na tua casa frutos melhores que não me ofereceste. Não, Ele fica em silêncio.)

Em todo o caso, admitamos que a história bíblica é muito concisa e suponhamos que Caim, no fundo de sua alma, sabia que não tinha agido bem. (Ou suponhamos que sempre é possível agir melhor, e Deus quer o melhor do melhor.) Admitamos que ele havia tentado enganar a Javé com uva de segunda. Então Ele lhe diz: "Se ages mal, o pecado está à tua porta". Que pecado? Ora, obviamente o pecado de assassinar o seu próprio irmão. E aqui voltamos ao esquema inicial: Caim faz um sacrifício de segunda, Jeová o rejeita e adverte-o: atenção, não vás agora agravar teu primeiro erro com um segundo, ainda pior; a culpa foi só tua se a oferenda não foi aceita, e não do teu irmão, que deu o melhor dos seus rebanhos.

É essa, pelo menos, a interpretação habitual.

Mais existe uma exegese alternativa: o dom de Caim era da mesma qualidade que o de Abel, mas Deus decidiu submeter Caim a uma prova. Por que logo Caim, que nem sequer matava animais? Porque sempre se testam os melhores, e Caim era o primogênito de Adão, o que, em termos judaicos, implica que era o melhor, o mais dotado, o mais inteligente, o mais forte. Então Javé provoca Caim, mesmo que saiba que isso pode custar a vida de Abel. "O pecado está à tua porta" pode ler-se como: tu és livre, a tua vontade é soberana, tu podes escolher entre matar ou não matar, entre abrir ou não a porta. Nessa frase encerram-se, então, os fundamentos da liberdade individual: Tu podes; da ética: Uma das opções é pecado; e, de relance, do problema da predestinação: Sabia Jeová que Caim acabaria matando a Abel?

O desfecho da aventura é bem conhecido, o homem mata seu irmão. Caim é subme-

tido a uma prova e fracassa. Procurando deter a previsível escalada de violência, diz Javé: "Se alguém matar Caim, este será vingado sete vezes" (Ge. 4,15). Ou seja, Deus compreende que não se pode confiar no pacifismo do homem, e condena explicitamente a morte de um semelhante como um crime, incluindo a morte de um assassino. Javé diz, então: *Matar é proibido*. (E prevê também que cada morte engendrará outras sete.)

Como é sabido, o homem continua livre, até hoje, para escolher, e para fazer a opção errada.

Não vejo, porém, que isso seja uma razão definitiva para envergonhar a espécie pelo fato de descender de Caim. (Já discutiremos, mais adiante, a possibilidade de que nossa origem esteja no terceiro filho de Adão e Eva, não mencionado até aqui: Set.) Nada garante, por exemplo, que Abel, transformado em mártir, tenha sido melhor que Caim. Abel sacrificava animais, por exemplo, e possivelmente não só para oferecer a Deus, mas para alimentar a ele e a sua prole. Como teria reagido Abel se Deus tivesse rejeitado a sua oferenda? (Como no relato inicial, apócrifo, ao gosto dos vegetarianos.) Jeová não decidiu acaso tentar Caim porque colocava nele mais esperanças do que em Abel?

Caim, antes e depois do crime, aparece sempre como superior: sem dúvidas antes, sem arrependimentos depois. Abel bem que poderia chegar a sentir inveja de Caim. Tanto que cabe perguntar-se se na realidade não foi Abel quem matou a Caim.

Imaginemos a seguinte situação: a oblação de Abel é rejeitada, Abel mata Caim, porém toma o nome dele e escreve a história de modo a ficar como vítima (o que não é novidade nos livros de história). Simplesmente que, por um lapso, esquece de trocar as profissões e Caim continua sendo o agricultor.

Ou ainda um outro cenário: Abel, cujo sacrifício é rejeitado, tenta matar Caim, mas este consegue defender-se e mata Abel em legítima defesa. Por que a Bíblia nãoalaria nesse detalhe? Porque foi escrita pelos netos de Noé, que descendia de Set, terceiro filho de Adão, que nasceu para substituir Abel (Ge 4,25). Descendemos então de Caim ou de Set? Ou a morte de Abel foi simbólica e *Set é Abel*?

Vejam: Caim engendra Enoc, bisavô de Matusael, que engendra Lamec — que também mata um homem (Ge 4, 23). Lamec tem duas esposas: Ada, de quem nasce Jabel, "antepassado dos moradores em tendas e pastores de ovelhas", e Jubal, "antepassado dos que tocam cítara e flauta" (Ge 4, 20-21), e Selá, mãe de Tubalcaim, antepassado dos forjadores de metais, e de Noemá, que parece

causa da rejeição e que Javé teria lhe advertido: "Por que andas de cabeça baixa? Se fazes o bem, não deverias andar de cabeça erguida? Mas, se obras mal, o pecado está à tua porta; está à espreita contra ti. Porém tu podes dominá-lo". Esta frase, uma das mais terríveis da Bíblia, possui várias implicações. Em primeiro lugar, Jeová diz a Caim que ele não tem se comportado bem e que por causa disso não consegue caminhar de cabeça erguida. Por que

ser tão só antepassado das mulheres, já que o Gênesis (num toque de machismo?) não lhe outorga a origem de profissão nenhuma.

Porém Set tem também um filho: Enos (note-se a semelhança entre Enos e Enoc), que é tataravô de Enoc, cujo filho é o famoso Matusalém. Numa nova repetição, o filho de Matusalém recebe o nome de Lamec.

Ou o repertório de nomes admitidos nos tempos do autor bíblico era um tanto quanto limitado, ou não há diferença *real* entre uma descendência e a outra. Todos nós descendemos de ambos os pólos: Caim e Abel (ou Set). Todos com os valores positivos e negativos, com a agressividade de Caim e a passividade de Abel.

A herança de Caim é a curiosidade, a rebeldia, a não aceitação passiva do destino, a vontade de modificar a natureza — a tecnologia — e também — por que não? — a herança de Caim é a justiça. Ou acaso Caim não matou Abel porque concluiu que a situação era injusta?

O legado de Abel é a contemplação, a passividade, o determinismo, a integração com a natureza (desculpando-se o fato de que matava carneiros), o direito (que não deve ser confundido com a justiça), o patriotismo e a astrologia.

Poderíamos afirmar que Caim constitui, no sentido alquímico, o princípio masculino e Abel o feminino?

Deixando de lado essas hipóteses um tanto arriscadas, alguém poderia argüir que os únicos a sobreviverem ao dilúvio universal foram os filhos de Noé, descendente por sua vez de Set, via Lamec. Mas como poderiam os filhos de Caim, via Lamec, também serem os antepassados de técnicos e artesãos, se todos pereceram no dilúvio? Ou voltamos à nossa suposição de que o tronco é único, ou devemos supor que o autor, no capítulo 5, esqueceu dos personagens do capítulo 4, como acontece a vários escritores quando guardam por muito tempo seus manuscritos na gaveta da escrivaninha.

São esses, porém, tecnicismos.

A moral tradicional da história de Abel e Caim é que a violência ocupa o coração do homem desde a sua origem, mas que, como diz Javé, o homem pode controlá-la.

Alguns milhares de anos depois de Caim esse controle continua um tanto precário. A humanidade aperfeiçoou os métodos de eliminação mútua e muitos pacifistas se espantam das banalidades que podem levar duas ou mais nações a se envolverem numa guerra.

Mas olhando com atenção: não era banal a motivação de Caim? Ou, colocado de outra forma: existe um motivo suficientemente não-banal para justificar a morte de um irmão?

Talvez só um: o caso em que esse irmão ameaça matar-nos.

A sabedoria do relato bíblico consiste em mostrar que o homem chega, de fato, a matar por motivos banais, outros que a legítima defesa. Mostra a história que o homem pode transformar um desejo de agredir, de se vingar, ou até de imitar a Deus, inatingível, numa agressão a outro homem. O primeiro crime é um crime passional, por ciúmes, por poder, por ser o melhor. Esse elemento irracional, essa banalidade nas motivações é reconhecida desde o início. Por isso o autor bíblico não perde tempo tentando explicar o *porquê* de Deus ter rejeitado a oferenda, o *motivo* do crime. Não interessa, realmente, porque *nenhum motivo é válido*. A motivação é irracional: "O pecado (a irracionalidade) está à tua porta, porém tu podes dominá-lo".

Às vezes.

A fatalidade desse componente irracional do ser humano é aparentemente reconhecida por Deus quando proíbe a execução de Caim. Primeiro fala sobre o sangue de Abel clamando vingança aos céus, para depois condenar o possível vingador. A justiça já não é possível (a única justiça verdadeira seria reviver Abel, não matar Caim). Javé castiga o crime e a vingança por igual. Ninguém pode matar Caim pelo fato de ser um assassino: "Será vingado sete vezes".

Condena tanto a violência irracional — o pecado —, como toda tentativa de achar justificativas racionais para a violência. *Nenhum argumento racional justifica matar um homem*.

Eis aí a beleza e a profundidade do relato bíblico: a guerra, a violência, o pecado são inelutáveis.

"Por isso maldito serás e expulsado desta terra, que abriu suas fauces para beber de tua mão o sangue de teu irmão" (Ge 4, 11). Ao mesmo tempo assegura que o pecado pode ser dominado, combatido, controlado (possivelmente nunca eliminado) e que justiça não é vingança. Se Caim é vingado sete vezes, Lamec (que também cometeu um crime) o será setenta vezes sete (Ge 4, 24).

O controle do elemento irracional, da violência, tem sido o grande desafio do homem ao longo da história. Aliás, esse desafio é a história do homem. A agressividade de Caim, guiada pela razão, é a origem do progresso — os filhos de Caim são artesãos e artistas —, a agressividade irracional é a origem da fome e da guerra.

Para terminar, retornemos brevemente à sugestão de que Caim poderia ter matado Abel em legítima defesa. Quando se condena o pecado, a não-razão, a guerra, essa condenação deve ser aplicada aos violentos. O que se quer é que os agressores sejam pacíficos, não as vítimas.

Não é possível cair na passividade de Abel e deixar que o pacifismo seja a arma do assassino, do poderoso. Não é possível que o pacifismo se traduza na aceitação de um destino de derrota. Se a violência é a negação do racional, não podemos entregar a humanidade aos irracionais.

Talvez por esse motivo cheguei a pensar que Caim tivesse matado em defesa de si próprio.

Mas essa seria outra história. ●

José Roberto Iglesias é professor do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumen

Violencia

CAÍN, ABEL, PECADO Y VIOLENCIA

El controlar el elemento irracional de la violencia ha sido el gran desafío del hombre a lo largo de la historia. Es más, ese desafío es la historia del hombre. Millares de años después de Caín, ese control continúa un tanto precario. La humanidad perfeccionó los métodos de eliminación mutua y muchos pacifistas se espantan de las trivialidades que pueden llevar, a dos o más naciones, a entrar en una guerra. Pero mirando con atención, ¿no fue trivial la motivación de Caín? O, en otras palabras, ¿existe un motivo suficientemente poco trivial para justificar la muerte de un hermano?

Abstract

Violence

CAIN AND ABEL, SIN AND VIOLENCE

The control of the irrational element, of violence, has been the great challenge of man throughout history. This challenge is man's history. A few thousand years after Cain, the control continues somewhat precariously. Mankind has perfected its methods of mutual elimination and many pacifists are bewildered by the banalities that can lead two or three nations to war. But if one reflects carefully, was not Cain's motive banal? Or, to put it another way, is there a sufficiently non-banal motive to justify the death of one's brother?



POR QUE TROQUEI DE GRAVATA COM EUGÊNIO EVTUCHENKO

Luís Turiba

Evtuchenko é um poeta integral, permanentemente de plantão. Quando fala, fala o poeta; quando sorri, sorri o poeta; quando escreve, escreve o poeta; quando se emociona, se emociona o poeta. Foi assim, por exemplo, num almoço que lhe ofereceu um grupo de poetas e intelectuais de Brasília, quando a visão dos quadros do frei dominicano Nazareno Confaloni, um italiano que viveu muitos anos em Goiás Velho, motivou-lhe, de imediato, um texto emocionado.

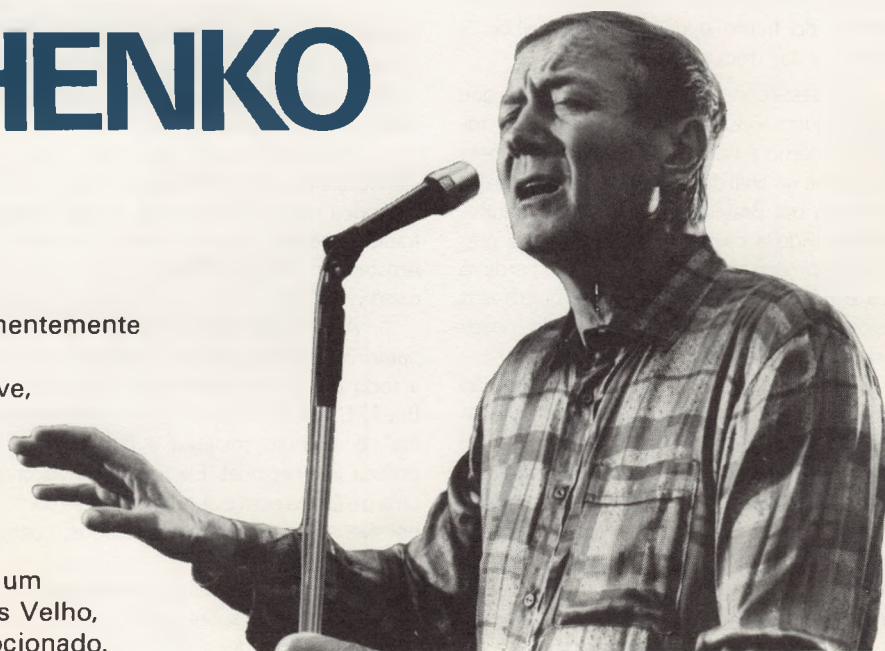


Foto de Mlia Petrillo



Poesia russa é música, é sonoridade, melopéia pura. Tradicionalmente musical, revolucionariamente sonora; singela e meiga, pesada ou desbravadora, as palavras nos chegam, quando há poesia na poesia, cantadas em rimas, ritmadas em formas. Assim é a verdadeira poesia russa. É de Vladimir Maia-kóvski o poema-cantata "Balalaica", esplendidamente traduzido por Augusto de Campos: *"Balalaica/ como um balido abala/a balada do baile/de gala/com um balido abala/aba-la (com balido/a gala do baile/ louca a бала/laica"*. Som e significado na mesma dança das palavras.

Conta Boris Schnaiderman, professor de russo na USP e um dos principais divulgadores da poesia russa moderna no Brasil, na introdução do livro *"Poesia Russa Moderna – Nova Antologia"* (26 poetas, 290 páginas, editora Brasiliense), que no início deste século o poeta visionário Vielmir Khlebnikov resolveu criar uma espécie de "novo sistema semântico" baseado na linguagem dos feiteiros, dos xamãs da Ásia Central, com montagens e desmontagens de palavras, transformações de nomes próprios em verbos, de substantivos em adjetivos; tudo isso misturado aos cantos dos pássaros, dos ventos. Seria, segundo este poeta, "uma língua transmental" que ele, curiosamente, chamou de "zaúm". Estava dado o toque de magia a ser seguido.

Poesia na Rússia é pudim dos deuses. Mas uma vez apelo para o professor Boris Schnaiderman: "No poema 'A Guerra e o Mundo', de Maiakóvski, cada país oferece ao homem do futuro o que tem de melhor. A Rússia lhe faz dom de sua poesia".

É desta consolidada tradição poética que vem Ievguêni Ievtuchenko – ou Eugênio Evtuchenko, como é tratado no Ocidente –, poeta que visitou no final deste verão as terras brasileiras, passando por Brasília como um cometa luminoso movido a caipirinha, sonoridades e pregações humanísticas. Evtuchenko é o herdeiro vivo e contemporâneo deste que foi um dos maiores acontecimentos estéticos do nosso século: a poesia russa.

Desde que tive a notícia, de início não confirmada pela KGB, de que Eugênio Evtuchenko estaria no Brasil, vibrei, assim como devem ter vibrado todos os demais amantes e militantes da Poesia, essa mãe das artes e das artimanhas em geral. Acompanhei par-e-passo o noticiário, a contagem regressiva. Jamais imaginei que um poeta russo pudesse fazer tanto sucesso na mídia cultural, especialmente às vésperas do carnaval. Mas ele fez. Desembar-

cou de terno bordô, boina branca, e me chamou muita atenção sua gravata vinho-sangue com leões marinhos explodindo como um mar de espermatozoides. Sem destino. Tipo "che-guei". Levaram o poeta à Mangueira, onde ele sambou a noite inteira. Deram-lhe overdoses de caipirinha e ele pedia: "quero mais". Com menos de duas horas no país já tinha ao lado uma tremenda "mulataça" puro-sangue, que graciosamente foi nomeada "secretária" para as conversas sobre a "Glasnot", a tão badalada abertura soviética: "Ela entende mais de Gorbachev do que eu", dizia toda vez que era apou-quentado pela pressa da press. E não foi só isso: conheceu dezenas de intelectuais no Rio, en-saiou e flertou com a atriz Dina Sfat para um recital no Copacabana Palace, e, finalmente, desembarcou em Brasília para uma série de compromissos oficiais, extra-oficiais e nada-oficiais.

Foi aí que entrei na história. Evtuchenko desembarcou acompanhado por um grupo de russos mal-encarados. Mais parecia um turista, americano, camisa estampado, anéis pelos dedos, grandalhão, pulseirinha de contas (re-cuerdos de Copacabana) e seu rosto-sorriso de menino recém-expulso de um seminário benedictino. Olhei Evtuchenko com olhar de poeta. Deliciava-me saber que, em verdade, esta não era a primeira vez que ele passava pelo Brasil, como oficialmente se proclamava. Estando de passagem pelo Rio, há bem uns dez anos, em escala de um voo rumo a Buenos Aires, Evtuchenko não resistiu à tentação de jogar um punhado de dólares nas mãos dos fiscais da Alfândega – estava sem visto – e passar uma maravilhosa noite clandestina pelos bares da Praça Mauá e Copacabana:

— "Quando acordei, na manhã seguinte, estava dormindo sobre o volante de um carro e o fiscal brasileiro estendido no banco detrás. Foi incrível". Contou-me ele após um jantar na residência do governador José Aparecido.

Imagine, se algum dia poderia eu descer clandestinamente em Moscou, tomar um pião de vodca na Praça Vermelha, e depois seguir tranqüilamente viagem rumo a Londres ou Amsterdam. Só no Brasil e com um poeta russo...

A entrevista coletiva foi um bode. Esses pauteiros com titica na cabeça queriam fazê-lo, a todo custo, embaixador de Gorbachev no Brasil. E tome de perguntas sobre a "guerra-fria", a abertura soviética e o blá-blá-blá da política internacional. Ele, que já havia criado uma polêmica com o *Jotabê*, safou-se como foi possível, dando importantes recados, poéticos acima de tudo.

Foi nesta entrevista-coletiva que começamos a conversar sobre poesia. Lhe perguntei: "considera-se 'herdeiro' de Maiakóvski, o gran-

de orador poético da revolução bolchevique de 17?" Respondeu-me: "Todo poeta deve ser herdeiro de todos os poetas que já existiram". Falou de Maiakóvski com "respeito e amor", mas criticou sua falta de talento "para sussurros e murmúrios". Em seguida lembrou Sierguêi Iessênin e sua "temura estupefata com a Mãe Natureza". Comparou-se a Iessênin, um poeta filho de camponeses da região de Riazan, que mais tarde casou-se com a dançarina norte-americana Isadora Duncan e, em 1925, suicidou-se num hotel em Leningrado, cortando os punhos e escrevendo com o próprio sangue seu poema "Até logo, até logo, companheiro":

— "Sou siberiano, sou muito próximo à Mãe Natureza. Todos os anos volto à Sibéria, passeio pelos rios selvagens e converso com as árvores que me fazem perguntas mais importantes, dentro do seu silêncio, do que todas as conferências de imprensa, coletivas ou exclusivas".

E arrematou:

— Quero unir em minha poesia esses dois grandes poetas. O urbanismo de Maiakóvski, com seus gritos revolucionários, e a ternura campesina de Iessênin.

Muito bem. Ambos se suicidaram, Maiakóvski e Iessênin. Ambos foram vozes da angústia do povo russo no seu processo revolucionário. Mas Evtuchenko está vivo, e vivo da silva. Começou a fazer poesia muito cedo, aos 18 anos. Aos 23, seu poema "Os herdeiros de Stálin" já causava impacto e polêmica em toda a União Soviética. No Brasil, qualquer neófito na arte poética, ao ler seu livro "Autobiografia precoce" se vê obrigado a tomar uma séria decisão: ou deixa de brincar de fazer poema ou sai para uma militância intrínseca, pois um poeta não se faz somente com versos, mas principalmente com vida, atitudes e conhecimento crítico e estético.

Evtuchenko é um poeta integral, permanentemente de plantão, às 24 horas do dia. Quando fala, fala o poeta; quando sorri, sorri o poeta; quando escreve, escreve o poeta; quando se emociona, se emociona o poeta. Foi assim, por exemplo, num almoço que lhe ofereceu um grupo de poetas e intelectuais de Brasília, na residência – a Quinta das Pedras – do poeta Antônio Carlos Osório, presidente da Academia Brasileira de Letras. Amante da pintura e das artes plásticas (em uma de suas residências na URSS, Evtuchenko possui quadros originais de Chagal e Picasso), ele praticamente entrou em transe ao deparar-se com a coleção de quadros que Antônio Carlos Osório possui do frei dominicano Nazareno Confaloni, um italiano que viveu muitos anos em Goiás Velho, cuja obra começa agora a ganhar contornos de eternidade, dada a sua importância estética.

Conta Antônio Carlos Osório: “Foi realmente um encontro espiritual com a obra do frei Confaloni”.

De tão emocionado, Evtuchenko não se conteve: pediu laudas ao anfitrião e, num perfeito espanhol, escreveu de próprio punho um minidepoimento sobre a obra que acabava de conhecer:

“Conhecer Nazareno Confaloni foi um dos mais importantes descobrimentos de toda a minha vida. Ele foi o mais belo presente que a Itália poderia ter dado ao Brasil. Conservando todo o seu caráter italiano, ele absorveu todas as lágrimas, todo o sangue, todo o suor que, juntos, simbolizam a terra brasileira. Ele não era um estrangeiro aqui, porque as pessoas como ele não são estrangeiras em nenhum lugar do mundo. Ele foi um desses (artistas) que unem os povos criminosamente divididos pelas fronteiras e pelas porcarias políticas. Ele tinha uma concepção shakespeariana da vida humana, quando todas as gotas do sangue se unem em uma cadeia do sangue de todas as vítimas inocentes. Por isso, ele não pode ser uma vítima do nosso esquecimento, porque é digno de ser lembrado para sempre”. 26. feb. 1987. Eugênio Evtuchenko. Ciudad Brasília”.

Mas não foi esse seu momento máximo entre nós. Ele, que já fez recitais em cerca de 90 países, lota auditórios *cost to cost* nos Estados Unidos, foi amigo pessoal de Pablo Neruda, que o chamava de “meu poeta palhaço”, lia poemas para o falecido presidente Allende e conversava sobre a arte poética com Che Guevara, mostrou para um auditório semilotado na reitoria da Universidade de Brasília, porque é considerado o maior “poeta-show” do mundo atual. Foram meia dúzia de poemas — primeiro lidos em português pela estudante-atriz Dora Wainer e depois recitados em russo, espanhol e inglês por Evtuchenko — que hipnotizaram a pequena platéia com o serpentear da voz, pela dança das mãos e do corpo, pela expressão facial e pela força das mensagens revolucionárias contidas em todos eles. “Todo verdadeiro poeta é um

revolucionário-visionário”, pensei cá com meus botões. “Nem de esquerda nem de direita. Um revolucionário a serviço da raça humana. Dá aquele toque que bate e cala fundo estremecendo a cabeça-coração do leitor-ouvinte”.

Qual o melhor poema recitado musicalmente por Evtuchenko? “Dorme Amor”, uma despedida shakespeariana: “Badiiala”, cuja tradução já chegou a 72 línguas contando episódios do povo russo na II Grande Guerra: “Feira”, “Entre a cidade Sim e a cidade Não”; “Fronteiras”, “Querida ter nascido em todos os países”. Qual? Certamente, cada ouvinte presente naquele histórico recital terá escolhido o seu. A cada poema, a fronteira da língua era derrubada por sua interpretação. “As chaves do Comandante”, uma inspirada homenagem a Che Guevara, escrito originalmente em espanhol, empolgou o auditório e arrancou lágrimas dos presentes. Em função de minhas buscas, de minhas angústias, dúvidas e caminhos pessoais me deixei sensibilizar pelo poema “A Última Tentativa de Me Tornar Feliz”, aquele poema que gostaria de ter escrito e cuja tradução em português, uma parceria entre Ferreira Gullar e Affonso Romano de Sant’Anna, foi muito bem resolvida. Vamos a ele, vale reproduzi-lo:

“Ater-me a todas as curvas/Todos os serpenteios dessa sussurrante e trêmula brancura/ Aos frutos, como sabor delirante da felicidade/A última tentativa de me tornar feliz/Como se meu fantasma à beira do abismo quisesse pular/Fugir de todas as amarguras para lá/Onde muitas vezes fui dilacerado/Lá, sobre meus ossos quebrados/Pousa e descansa a libélula/E as formigas visitam com indiferença meus olhos vazios/Tornei-me alma/Saí do meu corpo e deslizei de todos os meus destroços/Mas aborrece-me continuar fantasma/De novo sou arrastado para tantos abismos/O fantasma apaixonado causa mais pavor que o cadáver/Mas você não teve medo, enten-

deu?/E saltamos/Como no abismo: um dentro do outro/Mas abrindo as asas brancas/O abismo nos levou para cima da neblina/E agora estamos deitados/Não na cama, mas na neblina que mal nos segura/Eu sou fantasma, não vou me quebrar/Mas você é um ser vivo e eu temo por você/De novo está vagando o corvo luzindo com a cor de luto/À espera de novas vítimas como se estivesse no campo da batalha/A última tentativa de me tornar feliz/A última tentativa de me apaixonar.”

Após o recital, Evtuchenko enfrentou com bom-humor uma quilométrica fila de leitores, ávidos por uma dedicatória e um autógrafo, cuja assinatura é sempre acompanhada por três símbolos gráficos: a foice e o martelo; o símbolo da mulher e uma pequena cruz, três eternas fontes de inspiração: a luta social, o amor e a espiritualidade.

E assim passou Evtuchenko por Brasília, antes de seguir para o Rio, onde, deslumbrado, assistiu e fotografou os dois dias de desfile das escolas de samba do I Grupo no Sambódromo. Ele foi também ao Nordeste e a São Paulo. Passou por aqui como um cometa faiscando energias poéticas, toques de vida em cada contato, em cada resposta, em cada poema, em cada atitude. Sempre por perto, fui sorvendo tudo.

Foi no jantar de despedida de Brasília, em Águas Claras, residência do governador José Aparecido, na presença de umas 50 pessoas que aconteceu nosso verdadeiro encontro. Lhe ofereci de presente os dois números da revista “Bric-a-Brac”, nossa arma poética, além de um livro sobre o samba carioca, ilustrado por Lan. Foi neste jantar, repentinamente, que ele me mirou com a alegria de quem tinha feito um amigo, um discípulo; e subitamente aprontou mais uma *performance*, oferecendo-me sua gravata vinho-sangue de seda italiana e levando a minha, colorida e tropicalista. E pela primeira vez na história da Humanidade houve um brinde de gravatas. ●

Resumen

Poesía

¿POR QUÉ CAMBIÉ DE CORBATA CON EUGENIO EVTUCHENKO?

Evtuchenko es un poeta integral, permanentemente en servicio. Cuando habla, habla el poeta; cuando sonríe, sonríe el poeta; cuando escribe, escribe el poeta; cuando se emociona, se emociona el poeta. Esto le ocurrió, por ejemplo, en un almuerzo ofrecido por un grupo de poetas e intelectuales de Brasília. Los cuadros del fraile dominicano Nazareno Confaloni, un italiano que vivió muchos años en Goiás Viejo, el motivaron, inmediatamente, un texto emocionado.

Abstract

Poetry

WHY I SWAPPED TIES WITH YEVTUSHENKO

Yevtushenko is a complete poet, permanently on call to his art. When he speaks, it is the poet who speaks; when he smiles, it is the poet smiling; when he writes, it is the poet who writes; when he becomes emotional, it is the emotion of the poet. It was thus that, during a lunch given for him by a group of poets and intellectuals from Brasília, a vision of the pictures of the Dominican friar Nazareno Confaloni, an Italian who lived for many years in Goiás Viejo, prompted from him an emotional text.

O paciente Freud

Oswaldo Macêdo

O surpreendente da presença de um cirurgião *tratando* de Freud como paciente torna a heresia menor, levando em conta que o presente *registro*, ao modo de um boletim hospitalar, tenta, apenas, contribuir para estudos biográficos de Freud, sobretudo do ângulo provavelmente maior da grandeza de sua vida.

O cabimento dos presentes *assentamentos* toma-se mais evidente quando se considera a ausência de comentário especializado sobre a doença de Freud, mesmo nos seus melhores biógrafos. Ernest Jones e Max Schur passam pelo assunto, com uma certa pressa.

Alertamos que, quanto à cronologia da doença e o processo terapêutico, não podemos ser tão rigorosos como convém aos boletins hospitalares, dada a rarefação e dificuldades das fontes.

Freud não apresentou antecedentes mórbidos graves até a idade de 67 anos. Através de suas biografias e copiosa correspondência, surpreendem-se pequenos desvios de saúde — distúrbios intestinais, enxaquecas, dores precordiais, prostatismo, vagas manifestações reumáticas, as quais, quase sempre, cortejam a gerontia e que, no caso de Freud, não chegaram a assumir proporções que comprometessem a sua vida e suas atividades.

O caso médico Freud propriamente dito, e que lhe seria fatal, surgiu em 1923, com um sinal suspeito no véu palatino, rotulado como uma formação *leucoplásica* pelo próprio paciente que, somente 6 anos depois, reapareceu como sintoma, condicionando terapêutica cirúrgica.

Essa primeira intervenção foi sucedida por mais de 30 atos cirúrgicos, dramatizados pelo imediatismo e o pragmatismo sem esperança. Todas com anestesia local.

Os médicos que assistiram Freud foram além de seu tempo, devido à precariedade dos recursos de sustentação, à época. Foram ajudados pela excepcionalidade do paciente, que apresentou uma privilegiada constituição psicossomática, o destino genético para a sobrevivência e a capacidade de resistir, ainda que sem fé. Comprova-o, a despeito da consciência da

No caso médico de Sigmund Freud, impressiona, desde logo, aos mais temperados nas sangrentas circunstâncias cirúrgicas, a batalha da doença travada nos limites do sofrimento e da providência médica desarmada de certezas, salvo a irreversibilidade do fim. Aliás, dessa certeza também o doente tinha plena consciência.



própria doença, a continuidade de sua obra, sob o aspecto de influências negativas ausentes em sua conclusão material.

O primeiro sinal da doença que vitimou Freud, e viria a se constituir numa leucoplasia no véu palatino, foi observado e descrito pelo próprio Freud. Isso ocorreu em 1923, seis anos antes que o verdadeiro câncer o atacasse no mesmo local. Esse *sintoma mínimo* ocorreu, segundo o próprio doente, sob a forma de agravamento de uma dolorosa inflamação no véu palatino, que logo teria se esvanecido.

Em 1929, Freud já sexagenário, em carta de próprio punho, conta que, dois meses antes, havia constatado formação leucoplásica no véu palatino e maxilar superior direitos, que fora removida. Esta foi a primeira intervenção cirúrgica sofrida por Freud, sucedida por um pós-operatório tumultuado, não apenas pelo tormento das hemorragias e o cortejo de suas consequências, como, também, pela precariedade de instalações hospitalares. Bastaria lembrar que essa primeira cirurgia foi feita com o total desconhecimento da família e dos amigos e o hospital não dispunha de um leito para o paciente.

Deveram-se o diagnóstico e o ato cirúrgico ao professor Marcus Hajek, que, na manhã seguinte, fez uma demonstração do caso para um grupo de estudantes e autorizou Freud a voltar para casa. A excrescência foi extirpada e dada como cancerosa, com o desconhecimento de Freud. Posteriormente houve considerável retração do tecido cicatricial, o que reduziu, grandemente, a abertura da boca.

A uma pergunta de Freud, Marcus Hajek fez a pouco alentadora afirmação. "Ninguém pode esperar viver para sempre!"

Seguiram-se aplicações de radioterapia sob a orientação do Dr. Guido Holzkecht, que não se mostrou de acordo com a benignidade do tumor. Seguiu-se, também, uma série de tratamentos por *radiumterapia*, o que determinou efeitos locais — *queimaduras actínicas*.

Posteriormente, viajando de trem para Roma, durante uma refeição, ocorreu hemorragia bucal. Foi examinado por Hajek e Pichler, que constataram ulcerações inequivocamente de caráter maligno na *abóbada palatina*, com invasão dos tecidos vizinhos, inclusive o ramo horizontal do maxilar inferior e parte do queixo.

A progressão do câncer por contigüidade, por vizinhança, era evidente. A cirurgia radical se impunha para interromper o processo. E foi feita, em dois tempos. No primeiro, ligadura da *artéria carótida externa* e retirada das *glândulas submaxilares*; no segundo, remoção do *hemimaxilar superior direito* e meta-de da *abóbada palatina*, resultando a formação de uma cavidade comum *oronasal*. A alimentação, durante algum tempo, era feita por sonda. Depois, iniciaram-se 16 anos de *mal-estar*: de tormentos, desalentos e dores, intermpidos, apenas, pela recorrência do tumor e por mais operações. Torturantes, sofridas. Além do desconforto da prótese destinada a separar a boca da cavidade nasal, eis que, sem ela, os alimentos eram expelidos pelas narinas.

A articulação têmporo-mandibular tornou-se defeituosa. A audição, à direita, foi sacrificada.

Novas complicações surgiram ligadas às cicatrizes anteriores e recentes. Ulcerações sépticas e necróticas que, em exames, foram descritas como cancerosas. Pichler indicou e realizou nova intervenção. Constatou de excisão do *palato mole*, de todo o tecido cicatricial e do *processo pterigoideu*. Pichler tinha uma vaga idéia da posição de Freud diante do mundo.

Alguns meses depois, Freud submeteu-se voluntariamente à operação de Steinach — ligadura dos *canais diferentes*. A operação prometia um rejuvenescimento capaz de adiar a recorrência do câncer. Dois anos mais tarde, Freud, em carta, revelou que não havia se beneficiado pela operação.

Mais aplicações de *radioterapia*, mais queimaduras actínicas nas mucosas, na face e, principalmente, nas gengivas, onde se assestou um processo de *telangiectasia* — proliferação anárquica de capilares — removido por eletrocoagulação, seguida de curetagem das gengivas degradadas. Meses depois, com bisturi elétrico e cautério, sofreu ablação de um *papiloma*, que já afetava áreas vizinhas.

Um dente incluso no maxilar superior direito e uma formação cística circundando-o

foram removidos cirurgicamente. Uma semana depois foi retirado, cirurgicamente, um sequestro ósseo.

Meses depois, em Berlim, objetivando facilitar a prótese, foi submetido a ato cirúrgico pelo professor Scheroder, com resultados lastimáveis.

Daí em diante, Freud passou a ser assistido e acompanhado, permanentemente, pelo Dr. Schur, que surpreendia os menores sinais de perigo e indicava os meios de contorná-los. "Doutor Schur, espero que o Senhor não me deixará sofrer desnecessariamente!"

Antes da primeira operação Freud foi visto pelo professor Felix Deutsch, a quem solicitou "ajuda para desaparecer deste mundo com decência, se estivesse fadado a morrer debaixo de sofrimentos." Deutsch piedosamente disse tratar-se de uma simples leucoplasia, sanável por remoção cirúrgica. E Freud agüentou até depois da undécima hora...

Num mês de novembro um novo ato cirúrgico executado por Pichler. Consistiu na remoção de tecido necrosado e enxerto de pele na face.

Em fevereiro, outro núcleo suspeito mostrou-se evidente e foi saneado cirurgicamente por eletrocoagulação. Dias depois, outro ponto suspeito revelou-se. O Dr. Schur sugeriu novo tratamento pelo radium, que foi administrado pelo Dr. Sigaud. Outra intervenção cirúrgica, por eletrocoagulação. Novamente radioterapia. Repetidas intervenções em março e abril. Freud contava, então, 79 anos.

Em julho submete-se a duas intervenções cirúrgicas. Em dezembro, Pichler cauterizou outra área suspeita. Em agosto, outra.

Em Londres, nova intervenção, extensa, com abertura do maxilar inferior, realizada por Pichler.

Natal de 1938: o Dr. Schur removeu tecido ósseo comprometido que, em exames, foi tido como material canceroso. Radiumterapia sob a orientação direta do professor Lacas-sagne, do Instituto Curie.

Formações neoplásicas surgiram em pontos cirurgicamente inacessíveis, dissemi-

nados pelo que restava das maçãs do rosto e das órbitas. Inoperável. Câncer incurável. Só paliativos. "Viver inteiramente para a saúde é para mim intolerável." (S. Freud).

A elocução de Freud era bastante defeituosa. Nasalada, áspera, sem nuances. Na aparência, um espectro. "O que resta de mim está metido em roupas." (S. Freud).

O processo cancerígeno se exteriorizava por várias aberturas, em vários pontos marcados por *necrobiose*.

Setembro, 21, 1939, Freud confidenciou ao Dr. Schur: "Doutor Schur, o Senhor se recorda da nossa primeira conversa?"

Restavam do doente escombros anatômicos. Freud ostentava suas resistências biológicas exauridas. Na manhã seguinte, o Dr. Schur aplicou no paciente uma dose de morfina. Freud morreu pouco antes da meia-noite do dia 23 de setembro de 1939. *Eutanásia?*

Todos esses atos cirúrgicos foram praticados sob *anestesia local*. Seria inútil tentar uma revisão do tratamento ministrado a Freud. Hoje, o arsenal terapêutico ainda é o mesmo. As técnicas cirúrgicas ainda são as mesmas e os resultados ainda são os mesmos, com menos sofrimentos durante o ato cirúrgico, dado o progresso alcançado pela anestesia geral, os meios de sustentação no pré-operatório e refinamento médico-assistencial no pós-operatório.

Permitimo-nos terminar, abrindo o estudo do caso médico de Freud, esperando novas contribuições e fazer uma breve consideração final, de cunho humanístico, a que não podemos fugir diante do exemplo existencial de Freud.

Ele encarnou, num momento decisivo da humanidade, a figura do Herói; pela sua obra e a luta pela *sua verdade*, a figura do Sábio, e, segundo Camus, pela sua religião horizontal, sem céu, a figura do Santo.

Freud exerceu a síntese dos supremos valores renascentistas da pessoa humana: se avizinhou do Santo, do Sábio e do Herói. ●

Oswaldo Macêdo é doutor em medicina e assessor-científico da Funtevé (MEC).

Resumen

Biografía

FREUD COMO PACIENTE

En el caso clínico Sigmund Freud, lo que impresiona a los más acostumbrados a las sangrientas circunstancias quirúrgicas, es la batalla que él libró contra la enfermedad, ligada a los límites del sufrimiento. Además, el inseguro conocimiento médico con la excepción de la irreversibilidad del fin. Teniendo en cuenta la precariedad de los recursos en esa época, a los médicos, que cuidaron a Freud, les ayudó la excepcional constitución sicosomática del paciente y, aunque sin fe, su capacidad de resistir. Esto se comprueba, a pesar de la propia enfermedad, con la continuidad que tiene su obra.

Abstract

Biography

FREUD AS PATIENT

In the medical case of Sigmund Freud, what at once impresses those most accustomed to sanguinary surgical situations is the struggle of the illness engaged in at the limits of suffering, with medical care disarmed of all certainty save the fact of an irreversible end. The doctors at Freud's bedside were, leaving aside the uncertainty of the resources available at the time, aided by the patient's exceptional psychosomatic constitution and his capacity for resistance, even though it was a capacity devoid of faith. His constitution and resistance corroborated the continuity of his work despite his illness.

Nielsen de Paula Pires

A dimensão social do apostolado

Na década dos 60 Cristo passa a ser visto como revolucionário, não no sentido social, mas pessoal, humano e de salvação. O cristão tem uma missão salvadora e o testemunho pessoal é básico. A religião impulsiona a participar primeiro na política, com uma visão religiosa (mística) que implica compromisso, pureza, auto-renúncia. Assim nascem os militantes cristãos na América Latina. Fundamentalmente religiosos, de onde deriva o dogmatismo. A realidade social se encarregará de abrandar estas estruturas de formação, cobrando um pesado ônus e mostrando que prática não é apostolado proselitista.

Na declaração pastoral "Por uma Nova Ordem Constitucional" que os bispos brasileiros lançaram na 24.ª Assembléia em Itaici, ficou reconhecida e reafirmada a autonomia responsável que cabe aos cristãos leigos engajados nos vários partidos políticos, associações, sindicatos e movimentos, neste momento histórico de reordenamento institucional, cabendo-lhes assumir como tarefa própria "a instauração da ordem temporal, e nela agir de modo direto e concreto guiados pela luz do Evangelho. A autêntica espiritualidade do leigo envolve o propósito de construir a cidade dos homens segundo a dignidade essencial e inalienável da pessoa humana e integra o compromisso sócio-político como expressão da caridade, como amor a Deus e ao próximo".

No que diz respeito aos objetivos desta Declaração, consideramos alguns problemas preliminares:

1. Trata-se da formação e participação do cristão. O que é ser cristão hoje? É o batizado? É quem vive em comunhão com a Igreja, através dos sacramentos? Seria o caso de fazer renascer a religiosidade baseada na oração e sacramentos? A Ação Católica no Brasil, princi-

palmente a que atuou nas décadas dos anos cinquenta e sessenta, sofreu a influência europeia, tanto cultural como filosófica. A formação teórica daquela época fundamentou-se, não só no pensamento de Teilhard, Mounier e Lebrez, mas em alguns outros que cobriam os campos filosófico, teológico e social. Até 1953 lia-se Péguy, Gabriel, Marcel, Congar, Lubac, Daniélou, Perrin, Leon Bloy, Voillaume, Suhard e Thils. De 1953-60, Jean Yves Calvez, Karl Rahner, Garaudy, Richard Shaul (teólogo protestante) e Maritain. A formação religiosa implica um esquema místico contraditório: tradicionalmente, Cristo é uma figura mística, descomprometida com a realidade. Na década dos 60 Cristo passa a ser visto como revolucionário, não no sentido social, mas pessoal, humano e de salvação. Isto impulsiona a uma ação mística. O cristão tem uma missão salvadora e o testemunho pessoal é básico. As idéias básicas estão na missão, no testemunho, no compromisso radical com uma causa, com a idéia de revolução e com a responsabilidade. A religião impulsiona a participar primeiro na política, com uma visão religiosa (mística) que implica compromisso, pureza, auto-renúncia. Com estes postulados básicos, pode-se facilmente substituir Cris-

to por qualquer outro líder libertador. Assim nascem os militantes cristãos na América Latina. Fundamentalmente religiosos, de onde se deriva o dogmatismo. A realidade social se encarregará de abrandar estas estruturas de formação cobrando um pesado ônus e mostrando que prática não é apostolado proselitista. Estaríamos voltando a reeditar uma visão religiosa que aprisiona o transformador e atrasa a transformação social?

2. Outra preocupação é a relação movimento-Igreja (Hierarquia). A Igreja é um conglomerado de crentes que se manifestam por idéias e ações, sempre representando interesses dos mais diversos segmentos da sociedade. Na Igreja convivem os pensamentos e ações de Gustavo Corção, Vicente Scherer, Hélder Câmara, os Lorscheiter, Casaldáliga, Boff, etc. Como se estabelecem estas relações?

Na história da JUC já se colocavam estes problemas. A participação em tarefas temporais escapa ao controle da Hierarquia. Esta já condenou no passado a colaboração com as Ligas Camponesas de Francisco Julião, com o Movimento de Cultura Popular, e propôs o apoio ao MEB e ao Sindicalismo Rural que, sim,

estavam sob controle. A Hierarquia já condenou, com sabedoria ou não, a opção socialista para solucionar problemas sócio-políticos, assim como a doutrina da violência, o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Reforma Universitária de 1961 e a eleição de um jucista para presidente da UNE.

O engajamento social, pregado por Maritain e outros pensadores católicos, foi consolidado na década dos anos sessenta e então já se dizia que não bastava o estudo científico desconectado da realidade social. Para transformar as estruturas sociais necessita-se de uma ação eficaz que não se consegue somente com vida espiritual, apostolado e liturgia. Aprendeu-se então que era fundamental o engajamento social e a ação. Aprendeu-se então que a política é feita por intermédio de organizações sociais.

A história mostra que Jackson de Figueiredo, quando constituiu o Centro Dom Vital em 1922 (época em que se fundou o PC e quando o Modernismo chegou tardiamente ao Brasil, desde Europa) tinha a intenção de criar o Partido Católico, no que foi dissuadido por Dom Sebastião Leme. O mesmo Dom Leme que em 1935 elaborou os Estatutos Gerais da Ação Católica Brasileira, que regulamentou quem podia ser membro da Ação Católica e em que termos. O mesmo Dom Leme criou, na mesma época, a Liga Eleitoral Católica, que como pensam os liberais de hoje não importava o partido em que se filia o cristão, desde que se comprometera a aplicar a doutrina que abraçava.

3. Nos perguntamos, então, renascimento destes autores para quê?

A história da Ação Católica no Brasil, em especial da JUC, mostra que quando se colocou o problema do Ideal Histórico no Congresso de Belo Horizonte em 1960, iniciou-se a ruptura com a Hierarquia. Este encontro é um convite à reflexão sistemática e a um engajamento coerente e eficaz na realidade, de forma histórica e não circunstancial, ou seja, a busca de um objetivo cristão do ideal histórico? Isto já se fez há 25 anos. O Congresso de Belo Horizonte evidenciou as inquietações sobre a humanização excessiva da Ação Católica, condenada pela Hierarquia. Naquela oportunidade opuseram-se movimento apostólico e movimento de interesse político.

O projeto da JUC de 1960, com ideal histórico para o povo brasileiro, previa os planos religioso, econômico (contra o capitalismo e por um nacionalismo), social, político e cultural. Entretanto, à medida que as colocações e o processo avançavam, as distâncias com relação aos princípios e doutrinas aumentavam.

O ideal histórico, que preconiza um engajamento temporal da opção cristã, altera as

relações entre JUC-Hierarquia. A religiosidade baseada na oração e sacramentos já cede espaço para a participação na construção de uma ordem temporal que materializasse os princípios evangélicos. O idealismo já foi há 25 anos substituído pelo materialismo.

A ideologia oficial da Igreja já se contrapôs à ideologia do militante, no termo teórico. No termo prático, a atuação política já se desvinculou da Hierarquia. Já se deu um salto qualitativo. A contraposição de valores também já foi dada: o capitalismo foi contraposto pelo socialismo (não o totalitário, que há 25 anos já foi condenado como alienante), teologicamente já se havia chegado à conclusão de que a vocação missionária do leigo deveria ser encausada com responsabilidade e principalmente com liberdade. Liberdade da tutela da Igreja (Hierarquia), liberdade contra determinismos, pelo universal e aberto contra o particular, fechado e sectário, pelo social contra o gregário.

Na *Semana Social* realizada na PUC, RJ, a esquerda católica se apresentou representada por Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes e Henrique Vaz, todos do ISEB, contra as posições tomistas de Leme, centristas de Dom Vital, Corção e outros, buscando sistematizar as coordenadas filosóficas e teológicas para o momento, buscando a análise da realidade do mundo desigual, ameaçada por desequilíbrios crescentes, revendo a missão do cristão nesse mundo subdesenvolvido e com baixo nível cultural.

No Documento de Base do Congresso Nacional da AP (proscrita pela Hierarquia) já se aspirou e se pagou com sangue, suor e lágrimas o compromisso com o homem brasileiro antes de tudo. Já se afirmou que a evolução da história humana busca o socialismo e que o desenvolvimento obedece a leis dialéticas e sociais. Que a liberdade está na articulação do pessoal (personalização de Teilhard) com o comunitário, e que os instrumentos econômicos são importantes para a *socialização* dos homens, quer para dominar, quer para liberar, numa franca denúncia ao neocapitalismo que não libera.

No campo filosófico, já se viu que o homem se afirma *pela consciência* como sujeito. Homem, ser natural sim, objeto não. Viu-se que as concepções materialistas (consciência-reflexo, consciência-produto, consciência-instrumento) anulam o homem como sujeito porque o aprisionam a um determinismo.

Viu-se também que as concepções idealistas alienam o homem pois o consideram apenas uma realidade natural, abstrata. Personalismo sim, mas livre de idealismo abstrato.

Já foi visto, também, que o homem se articula com o mundo de forma dialética e este é o método de conhecimento da realidade.

Não será novo redescobrir que o homem consciente é um ser histórico e que a História é a pluralidade de consciências, e que como ser histórico o homem é um ser cultural que transforma a natureza e se humaniza, que supera os determinismos e por isto é livre, que se eleva ao universal e socializa-se. A consciência histórica respeita o indivíduo, o social e o histórico.

Quanto à socialização dos meios de produção, viu-se que a democracia econômica real é o socialismo, portanto, diferencia-se da Revolução Russa e passa a ser o espaço de libertação do homem, dominado por outros homens.

Viu-se também, e sabemos com lágrimas, suor e sangue, isto é, por experiência concreta, que devemos integrar o mundo subdesenvolvido no processo histórico, lutando (e lutamos) pela eliminação das relações de dominação, liberando os povos (e não o conseguimos ainda). Isto implica em apoio às lutas de libertação. Condenou-se, já, o Estado que não fosse resultado das vontades populares, e ainda hoje o fazemos. Concebeu-se que o Estado só estará a serviço do homem com a participação efetiva das forças sociais, essencialmente as forças do trabalho, e que só teremos a socialização quando a distribuição e os usos dos bens — resultado do trabalho — impeçam a função de dominação.

A Igreja também evoluiu e aprendeu dialeticamente destes processos. O resultado são as reflexões teológicas produzidas no período, principalmente a Teologia da Libertação. Trata-se de estudar não só os famosos Boff, mas também os mais desconhecidos.

Quantos leigos, sobreviventes guerreiros, não têm reflexões sobre o social, com sua participação ativa e estão no anonimato? Por que não os cristãos da Nicarágua? Os sacerdotes que conduzem os destinos deste povo como governantes e que preferiram sua responsabilidade com o povo do que sujeitar-se à repressão da estrutura burocrática do Estado do Vaticano, por mais que se tente dissimular o veto em nome da unidade da Igreja? Marchamos inexoravelmente para formas qualitativamente diferentes de organização social e institucional. Por que tentar frear este ímpeto, aferrando-se à conservação do *status quo*? Ou a Igreja se adapta aos novos tempos ou perderá seu lugar na História.

Tudo isto já foi ensinado. Por que não ser conseqüentes? ●

Nielsen de Paula Pires é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB.

A edição agradece a colaboração do professor José Geraldo de Sousa Júnior, que participou como editor-convidado desta matéria.

A dialética da renovação



Foto de Margarete Vitória

Padre Virgílio Leite Uchôa, secretário-geral de assuntos econômico-financeiros da CNBB, fala da igreja que saiu às ruas.

A Igreja no Brasil, hoje, é uma instituição ampla, geral e irrestrita. Ampla, devido aos inúmeros mecanismos de penetração que possui em suas mãos para divulgar a palavra de Deus, seja nas escolas, sindicatos, ou em órgãos do governo. Geral, porque a Igreja conquistou para si a participação de cidadãos comuns, leigos afinados com suas idéias. Irrestrita, porque sua fortaleza comporta grupos que estabelecem formas diferentes de espalhar o pensamento do Evangelho. Enquanto a ala mais conservadora permanece proferindo a doutrina de fé de cima de um camarote, outra ala insiste em interpretar a Bíblia de acordo com cada realidade, confrontando seus versículos com o cotidiano dos povos. A Igreja progressista se esforça para acompanhar a evolução dos tempos e chega junto ao seu alvo — a classe oprimida, sem aí limitar a sua atuação.

Essas sutis diferenças geram, ocasionalmente, intimidações na continuidade imediata de trabalhos, como no caso da censura feita ao frei Leonardo Boff na divulgação da Teologia da Libertação. Mas o governo é o setor mais preocupado com a grande influência da Igreja na sociedade — o presidente José Sarney levou até o papa João Paulo II suas inquietações quanto à intromissão da Igreja em assuntos que considera questões de Estado. Hoje, um exem-

plo dessa penetração da Igreja na sociedade é a ANA (Agência de Notícias Alternativas), formada por leigos que através de uma comissão ligada à CNBB divulga os trabalhos diários da Constituinte. Padre Virgílio Leite Uchôa, secretário-geral de assuntos econômico-financeiros da CNBB, e responsável pelo acompanhamento dos trabalhos da ANA, conta um pouco da Igreja que se libertou da imagem de fenômeno e saiu às ruas — a Igreja maior no mundo de hoje.

Humanidades — O que é a Igreja hoje?

Pe. Virgílio — Nos últimos vinte anos, a Igreja se preparou para viver as renovações que o Concílio Vaticano II, instalado em 1962, trouxe. A partir da questão levantada pelo papa João XXIII, o Concílio concluiu que a Igreja deveria readaptar a palavra de Deus à realidade, ao homem moderno que já não captava a mensagem dogmática que a Igreja tinha. A Igreja passaria a ser mais peregrina dentro da história da humanidade, sem ter a pretensão de ser a última palavra em tudo. Do Concílio resultaram dois documentos — um, sobre a estrutura interna da Igreja, outro, sobre o trabalho que deveria ser desenvolvido junto à comunidade.

Humanidades — Qual foi a influência destes documentos no Brasil?

Pe. Virgílio — A Igreja brasileira foi, talvez, a que melhor assimilou as propostas do Concílio, que pregava a renovação ou atualização da mentalidade através de um mergulho na realidade; idéia expressa na palavra italiana *aggiornamento*. A Igreja no Brasil fez um planejamento pastoral que envolvia seis linhas — a unidade interna da Igreja, a evangelização, a catequese, o ecumenismo, a liturgia renovada e a linha de ação social. O espírito desse ideal consistia em investir na participação da Igreja junto à sociedade, libertando-a de um grupo fincado em hierarquias institucionais formadas de bispos, padres e religiosos. A atuação da Igreja no Brasil chegou a influenciar o documento da Assembleia de Medellín, realizada pelo Conselho Episcopal latino-americano, em 1968, que a partir da metodologia do ver, julgar e agir, fez um diagnóstico do empobrecimento da América Latina e definiu a atuação da Igreja — não se restringir aos efeitos das injustiças sociais, mas lutar contra suas causas.

Humanidades — Como a Igreja que vinha de uma estrutura formal conseguiu tomar-se presente no cotidiano dos cristãos?

Pe. Virgílio — Inspirado no movimento italiano "Por um mundo melhor", a Igreja começou a desenvolver um amplo trabalho de conscientização no país inteiro, no início do Concílio Vaticano II. Logo concluiu ser impossível conhecer a realidade e criar um clima de participação de todos contando apenas com as paróquias, sedes religiosas de estruturas formais e limitadas a prestarem serviços como as missas, confessionário, etc. Era fundamental que a Igreja envolvesse leigos afinados com a proposta d-

renovação. Foram formados círculos bíblicos onde se confrontava a realidade das pessoas com passagens bíblicas — desse confronto da realidade com a Bíblia surgiram propostas concretas de engajamento. Começaram a surgir as comunidades de base. Certamente todo esse trabalho de identificação com o social gerou conflitos dentro da própria Igreja. Prova disso foram as perseguições sofridas por alguns padres. Nem por essas razões houve um abandono desses ideais. Mais tarde, o assunto tratado por pequenos grupos passou a ser discutido pela Assembléia dos Bispos, em 1977. Houve um crescimento de consciência por dentro, o que desencadeou o processo de renovação da Igreja a partir de uma visão de fé da realidade em que se estava inserida. A Igreja deixa de ser papa, bispos e padres, para ser o povo em primeiro lugar.

Humanidades — Qual é a estratégia de atuação das comunidades de base?

Pe. Virgílio — Cada região tem suas características, o que determina os desafios locais que a Igreja enfrentará. No Norte e no Nordeste, mesmo com poucos recursos humanos e materiais, devido à falta de estrutura nas paróquias, a Igreja tem que aceitar os desafios da região, isto é, os conflitos de terra, a pobreza, etc. Não há um padrão de comunidade de ba-

se. Muitas comunidades nasceram muito mais pela perspectiva da fé, enquanto outras provêm da mobilização em torno da questão agrária, ou da carência de meios de sobrevivência das regiões. Mas é importante frisar que toda dimensão política da comunidade de base está atrelada à dimensão de fé. Há sempre uma articulação entre a palavra de Deus, do Evangelho, e uma análise social. Não se sabe onde começa o problema espiritual e onde começa o problema social. As duas coisas andam entrelaçadas. Mas no Nordeste, como os problemas sociais são muito latentes, as comunidades de base se preocupam com problemas concretos, de dimensão social. O povo carente do Nordeste vive bastante a sua religiosidade, o que possibilita a identificação entre o social e o religioso, facilitando o trabalho das comunidades de base.

Humanidades — O trabalho social da Igreja não se confundiria com o trabalho de doutrinação feito pelos missionários no Brasil após o descobrimento?

Pe. Virgílio — São situações diferentes. O contexto colonizador condicionou o desempenho da Igreja. Mas houve quem discordasse do método explorador instituído na época, como as Missões, que criaram uma estrutura social de participação dos índios, apesar de com o tempo

não terem sobrevivido à conjuntura política. A forma de conscientização era paternalista, mas havia a intuição de salvaguardar os valores indígenas. Como a idéia não agradou ao governo, a condenação do projeto dos jesuítas era fatal. Hoje há uma consciência mais nítida do papel da Igreja, de que ele não se confunde necessariamente com o projeto de construção de uma civilização. O importante é o reconhecimento de não se estar atrelado ao poder a qualquer preço. Deve haver mais fidelidade aos problemas da população, e, nesse sentido, houve uma mudança. A Igreja da dominação e do poder transformou-se numa instituição mais próxima da sociedade, independente da estruturação do poder. Quanto mais desvinculada do poder, maiores as condições de se prestar serviços à população. Como tendência, a Igreja assumiu a oportunidade de fazer um trabalho crítico da situação institucionalizada e anunciar uma ordem diferente da que prevalece atualmente. Mas nesses dois contextos a Igreja marcou presença. O trabalho da Igreja, hoje, não se confunde com uma doutrinação atabalhoada, porque respeita valores. A idéia de uma Igreja sectária não condiz com os dias de hoje. Nesse espírito é que o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) desenvolve um projeto de respeito aos ritos indígenas e à terra desses povos. A Igreja procura dar uma dimensão nova a esses conceitos, o que requer compreensão sobre a simbologia dos índios e a possível identificação com a filosofia cristã. Há um ponto de encontro. É um projeto lento que exige um acompanhamento de trabalho.

Humanidades — Quais são os instrumentos que asseguram a penetração da Igreja junto à sociedade?

Pe. Virgílio — Existem vários organismos espalhados no país e anexos à CNBB. Entre eles, o Conselho Permanente, uma mini-assembléia da CNBB, e o Concílio Pastoral. A Comissão Nacional do Clero, formada somente por padres, a Comissão Nacional da Pastoral, com participação de leigos, a Caritas Brasileira, o Centro Cultural Missionário, para formação de missionários, o Centro de Estatística Regional de Investigação Social, o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADE), o Conselho Missionário Nacional (Comina), o Instituto Nacional de Pastoral, que funciona na CNBB, o Movimento de Educação de Base, a Comissão Pastoral Operária, as Pontifícias Obras Missionárias, a Associação de Educação Católica, a Conferência dos Religiosos do Brasil, a Conferência Nacional dos Institutos Seculares, o Conselho Nacional de Leigos e as dioceses. Além dessas

ANA, a nova militante

"Está sendo discutido o Regimento Interno da Constituinte, como serão as votações, como será elaborada a Constituição, qual a forma de trabalho. Muitas vezes a forma de trabalhar impede o conteúdo de se expandir. O regimento interno tem que assegurar direitos aos constituintes, soberania à Assembléia e participação da sociedade civil". Esta foi uma das notas do boletim inaugural da Agência de Notícias Alternativas, emitido por um telex, instalado na sede da CNBB em Brasília, no dia 5 de fevereiro deste ano.

A Agência de Notícias Alternativas, criada pela Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB, composta por membros da Igreja e da comunidade, emite diariamente um boletim dos fatos políticos mais importantes do dia na Assembléia Nacional Constituinte para 112 emissoras católicas de rádios, jornais e boletins diocesanos, pastorais, paróquias, regionais da CNBB e até a sindicatos e partidos políticos. A ANA produz, também, um encarte para o

Boletim Notícias da CNBB, publicado semanalmente, que faz uma análise mais profunda dos fatos. Além disto, a ANA transmite boletins radiofônicos, das 18:30 às 20:00 horas, e entrevista de 15 minutos com um constituinte, às 08:00 horas, através do Canal de Voz Permanente da CNBB. Esta entrevista é uma forma de fazer o constituinte reafirmar seus compromissos, assumidos durante a campanha eleitoral, com o povo, afirma o monsenhor Arnaldo Betrami, responsável pela transmissão das notícias da ANA.

Através desta comunicação clara, precisa e fidedigna, a CNBB quer criar um canal de participação do povo na Constituinte. "Sabemos que a Constituinte só será comprometida com os interesses da população se circular no país informações corretas do que está acontecendo no Congresso e se as aspirações da sociedade forem respeitadas", ressalta o padre Virgílio Leite Uchôa, secretário-executivo da Comissão de Acompanhamento à Constituinte da CNBB.

entidades vinculadas de alguma forma à CNBB, a Igreja dispõe de jornais e rádios que divulgam o pensamento católico.

Humanidades — De onde provêm os recursos para manter a estrutura que a Igreja tem hoje?

Pe. Virgílio — Os recursos da Igreja provêm, sobretudo, da própria Igreja. Mas também há contribuições de fiéis ou mesmo de organizações internacionais. Nos anos 30, o então arcebispo de Belo Horizonte, Dom Santos Cabral, dizia uma frase muito sábia: “As obras da Igreja são feitas com o dinheiro dos pobres e as promessas dos ricos”.

Humanidades — Como se relacionam Igreja e Estado? O senhor viu com bons olhos a visita do presidente José Sarney ao papa João Paulo II, em julho de 86, para discutir a atuação da Igreja junto à sociedade?

Pe. Virgílio — Se o presidente José Sarney se preocupa tanto com a Igreja, fica comprovada a organização e seriedade de nossas atividades. Não é de se admirar esse aborrecimento do presidente José Sarney, já que ele se identifica com os setores mais conservadores, que se vêem ameaçados com a conscientização da sociedade. Mas há um espaço de independência entre Igreja e Estado. A Igreja, hoje, está ligada ao social e não tem a função de assumir o poder. A evangelização libertada prega, antes de tudo, a educação do ser humano visando a conscientização. Esse é o objetivo dos trabalhos desenvolvidos pela Igreja através de suas emissoras de rádio, que incentivam a participação de todos na luta social. A Igreja também tem que ser membro participante na mudança das estruturas. Porém, a militância político-partidária deveria se restringir a leigos engajados, porque a participação efetiva de um religioso em cargos executivos limita a dimensão de seu trabalho, criando choques com os que têm uma política particular.

Humanidades — O fato de a Igreja possuir 124 emissoras de rádio não significa um relacionamento estreito com o governo, que detém o controle do acesso a canais de rádio e televisão?

Pe. Virgílio — A estrutura de utilização das rádios é ligada ao poder, mas ocorreu uma mudança. As rádios da Igreja visam a evangelização libertada, como é o caso da Rádio 9 de julho, de São Paulo, que prega a luta pelos direitos humanos. A própria ANA (Agência de Notícias Alternativas), pertencente à CNBB, informa sobre as atividades da Constituinte através de boletins diários que produzem uma

análise crítica dos assuntos discutidos pelos parlamentares.

Humanidades — A questão moral e ética da Igreja acompanhou o avanço social, que trouxe uma maior participação de religiosos no trabalho junto à população?

Pe. Virgílio — A questão é que dentro da própria Igreja há uma análise unilateral quando se aborda somente o lado ético e moral dos problemas, senão dizer o lado moralista. A função da Igreja não é só educar a moral e os bons costumes e sim se preocupar com os mecanismos que influenciam nas decisões éticas e morais que as pessoas têm. Não se trata de defender a todo custo, por exemplo, a ética da propriedade privada, mas averiguar condições para que todos tenham acesso à propriedade. Trata-se de uma dimensão social da propriedade privada. No caso da AIDS, ela é vista como um desvirtuamento da natureza, o que não leva a eliminar suas causas. Os grupos de risco, hemofílicos e homossexuais, são os grupos mais expostos. Porém a solução para a AIDS não será a eliminação desses grupos. A Igreja se pronuncia sobre as propagandas no sentido de alertar contra uma campanha publicitária simplista e imediatista que atinja somente os grupos de risco.

Humanidades — O cardeal de São Paulo, D. Evaristo Arns, está angariando fundos para a construção de um hospital para pacientes da AIDS. Isso não é contraditório com o ataque da Igreja à campanha de esclarecimento feita pelo governo com relação à AIDS?

Pe. Virgílio — O que a Igreja condena é a deturpação ético-moral das campanhas publicitárias. O trabalho pastoral das Igrejas tem sido também o de mostrar o lado social e científico da questão. O ponto fundamental é a doença em si. O importante é conhecer as suas causas e tratar do lado humano da doença, de compreensão e ajuda. O trabalho da pastoral consiste em reconhecer as causas dos problemas e lidar com eles dentro do contexto de realidade. Com relação ao problema da AIDS, assim quanto à censura do filme “Je vous salue Marie”, há um desejo de alguns setores de desmoralizar o trabalho da Igreja.

Humanidades — A Igreja condena o homossexualismo?

Pe. Virgílio — Essa é uma questão muito controversa dentro da Igreja. Existem o lado ético e o lado pastoral. O homossexualismo é mais a doença em si do que uma questão moral. O aspecto pastoral incentiva a pessoa a superar situações que não lhe agradam. De nada adianta repudiar com unhas e dentes os

problemas. Tem-se que analisar o porquê da existência do homossexualismo através de uma campanha completa de informação. Eu tenho muito medo de um trabalho da Igreja que seja somente do contra. O melhor é adotar sempre uma postura pastoral e nunca condenatória.

Humanidades — Por que a Igreja condena o controle da natalidade?

Pe. Virgílio — O alerta da Igreja é o de que a responsabilidade do controle de natalidade é antes das pessoas envolvidas do que do Estado. Não são as pessoas que criam os condicionamentos que devem estabelecer a política de controle. A Igreja não tem esse papel intransigente. Ao contrário, defende o direito à informação, o planejamento familiar com base na paternidade consciente e responsável. A escolha do método científico de contracepção ainda não é uma idéia muito clara para a Igreja — qual método não viola bruscamente a vida? O princípio irredutível da Igreja de defesa da vida não implica a falta de compreensão com os que não têm condição de defender a vida. Essas questões estão ligadas ao processo de transformação interna da Igreja, de sua atitude pastoral. Porque de nada adianta defender princípios dogmáticos absolutos sem se envolver com o processo político vital de crescimento desses valores.

Humanidades — As questões ainda pendentes na Igreja, como a utilização de métodos não-naturais de contracepção, ou o problema do aborto, não são o retrato da divisão existente na instituição, isto é, a ala conservadora e a ala progressista?

Pe. Virgílio — Esse é um processo dentro da dialética da renovação que tem alguma coisa de novo que ainda não se concretizou, ao mesmo tempo em que o ultrapassado ainda não desapareceu.

Humanidades — Como é o convívio dessas duas alas dentro da Igreja?

Pe. Virgílio — Respeito mútuo, que possibilita uma relação de crescimento na medida em que pequenos grupos conscientes dessa realidade nova são capazes de se integrarem ao “velho” grupo sem estabelecer atitudes hostis e sectárias. Os progressistas não têm a pretensão subjetiva de dizer que são os melhores. Mas têm a pretensão engajada de apresentar os desafios com os quais se comprometem e perguntar à outra ala quais são as respostas que ela apresenta. ●

Entrevista concedida às repórteres Margarete Vitória e Sandra Sato

Brasileira, maior, eficiente e rentável, dá os seus números para um compromisso de futuro.

Popularização

O Brasil dobrou, em um ano e meio de trabalho, o número de aparelhos. Hoje, são mais de 100 mil; até o fim do ano, 160 mil - e até o final da década um telefone público a cada 500 metros.

Interiorização

Todos os 4.200 municípios brasileiros contam com serviços de telecomunicações. E mais que isso: mais de 5 mil pequenos povoados e vilas também já têm telefone. Até o fim desta década serão mais de 11.000 localidades brasileiras servidas pelo Sistema Telebrás.

Democratização

Para que o telefone não seja um privilégio apenas das pessoas ricas, o Ministério das Comunicações, através da Telebrás, pratica uma política tarifária essencialmente voltada para o social. Das 8 às 11 da noite, o interurbano custa 50% mais barato. Das 11 da noite até às 6 da manhã seguinte o desconto é de 75%. Das 6 às 8 da manhã, 50% de desconto. Aos sábados, domingos e feriados nacionais o interurbano tem 50% de desconto durante todo o dia. Além disso, as zonas urbanas interligadas que pagavam interurbano agora pagam apenas o preço de um telefonema normal.

Sistema Telebrás

O Sistema Telebrás, com suas 30 empresas, presta mais de uma centena de serviços de Telecomunicações aos brasileiros. São as companhias telefônicas que operam nos estados e mais a Embratel - que liga o país a todo o mundo.

Pesquisa e Desenvolvimento

As pesquisas e avanços tecnológicos alcançados pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da Telebrás, em Campinas, colocam o Brasil no fechado clube de países que dominam a fibra óptica, a tecnologia do laser, as centrais telefônicas computadorizadas e as CPA's.

Política Industrial

O Sistema Telebrás, atendendo a política preconizada pelo Ministério das Comunicações, compra mais de 95% de todos os equipamentos que utiliza da indústria nacional, gerando empregos diretos para mais de 55 mil brasileiros.

Via satélite

Os satélites Brilsalt I e Brilsalt II fazem com que as telecomunicações em seus múltiplos aspectos - transmissão de voz, dados e imagem, cheguem a todos os pontos do país. As comunicações entre o Brasil e o mundo transitam por esses satélites que, além da importância social e política, garantem ao Brasil a ocupação estratégica de um disputado espaço na órbita geo-estacionária.

Telefonia rural

O desenvolvimento da telefonia rural, outra meta prioritária do Ministério das Comunicações, é hoje uma realidade no Brasil. Cerca de 56 mil propriedades rurais contam com serviços telefônicos. Até o fim desta década, serão mais 41 mil.

Competência profissional

Mais de 100 mil brasileiros e brasileiras fazem o Sistema Telebrás. Trabalhando com competência, capacidade técnica e empenho, eles levam o Sistema Telebrás a obter índices de produtividade e qualidade de serviços só comparáveis aos índices obtidos nos países desenvolvidos.

Brasil entre os 10 maiores

Pela eficiência e variedades dos seus serviços, a Telebrás fez o Brasil ingressar no fechado clube dos 10 países com melhores sistemas de Telecomunicações em todo o mundo.

Anote bem esses números. Eles colocam a Telebrás, cada vez mais ao alcance de todos os brasileiros.

Ministério das Comunicações

Governo José Sarney

SISTEMA TELEBRÁS

30 empresas unindo o Brasil e os brasileiros.

URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: periferização em áreas metropolitanas

Aldo Paviani



A urbanização latino-americana é o resultado de um processo em que o Estado tem-se apresentando como um componente da maior expressão. Na literatura levantada, invariavelmente, o Estado surge como o grande agente, em razão dos diversos organismos e instituições que, acionados pelo próprio Estado, acabam por deflagrar, manter e perpetuar o crescimento urbano. Desta forma, é o Estado foco de inúmeros pesquisas (os demais agentes, empresas e indivíduos, são menos estudados como atores no processo de crescimento urbano), muitas das quais tentando deslindar sua tentacular composição, poder de ação e capacidade de manter-se e ser mantido por certas parcelas da população, em especial as elites.

Ao correr das décadas de 60 e 70, inúmeros autores ocuparam-se em teorizar e em proceder a levantamentos empíricos sobre a problemática urbana latino-americana. Sem estabelecermos uma separação cronológica (e regional) rígida, foi-nos possível encontrar na literatura diversos momentos sobre a teorização e aplicação empírica a respeito do processo de urbanização no continente. Notamos que a maior parte dos trabalhos ocupa-se do processo de urbanização como uma base para o levantamento de problemas ocasionados pelo crescimento urbano. Este, por sua vez, é tratado como sendo o resultado de fortes migrações para as grandes cidades, em razão da deterioração das condições de vida no meio rural latino-americano.

Ao mesmo tempo em que incham, essas metrópoles se modernizam, atraindo indústrias e serviços do tipo "capital intensivo", o que alija fortes contingentes populacionais do acesso às fontes de trabalho e, por essa via, dos bens de uso e de consumo.

O processo de urbanização: pesquisas empíricas

É, portanto, a partir de um processo de urbanização fortemente calcado no incremento populacional que se interpreta toda a problemática urbana. Um exemplo deste enfoque é dado por Cardona Gutierrez (1969), que define o processo de urbanização "como aquele pelo qual a população de um país se concentra em áreas urbanas". Um dos grandes problemas urbanos levantados por Cardona Gutierrez é o da invasão de terrenos em Bogotá, que resulta de um continuado déficit habitacional: "o invadir de terras não é outra coisa do que o resultado de demandas por uma habitação e a incapacidade do sistema em satisfazê-las" (Cardona Gutierrez, 1969, 77). Cardona chega a esta conclusão ao examinar o processo migratório na Colômbia, que resulta em "grupos marginais" muito organizados, em Bogotá. Mas, segundo esse autor, a raiz do processo de urbanização está no meio rural, que se empobrece, liberando população

para as cidades: "em contraste com os países hoje desenvolvidos, onde o processo de urbanização acompanhou o processo de industrialização, na Colômbia, como nos demais países da América Latina, a urbanização tem ocorrido sem avanços industriais de igual magnitude. Em outras palavras, urbanização não é sinônimo de industrialização, e, pelo contrário, em muitos casos, apenas manifesta uma extraordinária pobreza rural" (Cardona Gutierrez, 1969, 10). Assim, a metrópole colombiana cresce em razão de correntes migratórias provenientes dos campos, que invadem terras urbanas porque o "sistema político vem sendo construído sem ter em conta o processo de urbanização; pelo contrário, tem sido estruturado considerando este fenômeno como negativo, mantendo assim uma imagem estereotipada em relação ao campo" (Cardona Gutierrez, 1969, 77).

Gigantismo populacional

O enfoque demográfico da urbanização, que chamou a atenção para a concentração de população em área, evoluiu para os estudos da macrocefalia urbana, conurbações metropolitanas ou primazia de quase todas as capitais latino-americanas.

Assim, segundo Robin e Terzo (1972, ii), Lima e Calao, que, em 1966, detinham 20% da população do Peru, configuravam a macrocefalia daquele país andino. A primazia de Lima era da ordem de 15 para 1 e que havia, de acordo com o censo de 1971, apenas cinco cidades no Peru com população ao redor ou com mais de 100.000 habitantes (Robin e Terzo, 1972, iii). O gigantismo populacional de Lima, para esses autores, levantava as seguintes questões: 1. Como lidar com o crescimento da área metropolitana de Lima, em relação às tensões correntes e futuras sobre seu ambiente social e físico?; 2. Como desenvolver, se for possível e desejável agir nesse sentido, outros pólos de crescimento urbano no país, o que deverá atenuar a concentração de população e desenvolvimento econômico que tem lugar em Lima?"

* Artigo originalmente publicado na *Revista Interamericana de Planificación*, México, XIX (73), março de 1985.



(Robin e Terzo, 1972, iii). O maior problema, resultante desta concentração populacional, é que, na área metropolitana de Lima, “cerca de um terço da população está vivendo nas *barriadas*. . .” e que, “em termos de ocupação física da terra as *barriadas* (mais algumas favelas do centro da cidade) ocupam vinte e quatro por cento da Lima metropolitana. . .” Finalmente, as pressões dos migrantes por habitação resultam em ocupação por invasão e subdivisão ilegal de terras na periferia urbana de Lima, em pontos não muito distantes das oportunidades de emprego.

As autoridades peruanas, face à impossibilidade de construir habitação para as levas de migrantes, decidiram, no início da década de 60, reconhecer a *barriada* como forma de abrigar famílias de baixa renda, uma vez que os recursos não permitem a expansão urbana de forma ordenada e convencional, como o planejador e o cidadão desejariam, concluem Robin e Terzo (1972, 711). Ocupando-se também de Lima, Sánchez (1967, 8) chamou a atenção para o fato de que “de uma população de dois milhões ou mais, não menos do que 400.000 pessoas vivem em zonas que formam o cinturão de miséria e sujeira denominado *barriada*. Esta se constitui em um desafio real não somente para os especialistas urbanos, mas também para sociólogos, economistas e modernos políticos”.

Portes e Browning (1975, 3), ao tratar o crescimento urbano como uma manifestação da mudança social, consideram a primazia (macrocefalia) como sendo constituída de centros para a exploração da periferia: “o fenômeno da primazia urbana foi, então, reflexo, veículo e o “locus” duma situação de dependência. Cidades primazes serviam como centros geográficos onde uma estrutura internacional de dominação foi traduzida numa estrutura interna de extração de surplus. O desequilíbrio entre a cidade e o campo, então, funcionou para perpetuar, não para remediar, a situação de subdesenvolvimento” (Portes e Browning, 1975, 7).

Nota-se que a primazia, no caso, permitiu um avanço nas pesquisas sobre urbanização, evoluindo da análise da cidade macrocéfala para o enfoque da “urbanização dependente”, da qual se ocupam os “dependistas”, retomando o debate (Chilcote, 1982).

Estudando a situação atual e futura da urbanização do México, Unikel (1975, 398) salienta que, “em 1940, o México possuía seis áreas urbanas, as mais notáveis das quais eram a Cidade do México, Orizaba e Tampico. Em 1960, o número cresceu para vinte e oito — entre as quais se destacavam Guadalajara e Monterrey, à parte a Cidade do México”. A macrocefalia já era evidente na Cidade do México, pois, entre

1940 e 1960, de um total de 876.000 novos habitantes urbanos, 70% correspondiam à área urbana da capital. Continuando o exame da urbanização pelo crescimento populacional, Unikel estima, para 1980, uma população total de 71,9 milhões, na qual a urbana flutuaria entre 36 e 39 milhões de habitantes, e que a Cidade do México teria entre 12,5 e 13,8 milhões de habitantes em sua área urbana, dentro e fora do Distrito Federal mexicano (Unikel, 1975, 403-404).

Entre as consequências da concentração, de população em área na Cidade do México, Yamada examina os problemas de abastecimento de água, poluição e saúde pública. Salienta que “dois terços da área da bacia do México encontram-se desnudados da vegetação original, testemunhando a extensão e intensidade da urbanização e industrialização. É difícil determinar quando e onde este processo deve acabar, podendo ainda ser mais difícil achar um meio de como fazê-lo parar” (Yamada, 1983, 74).

São inumeráveis os exemplos de estudos de urbanização vistos sob o ângulo do crescimento populacional, havendo, na literatura, uma pletora de estudos sobre migração para as áreas metropolitanas e o leque de “problemas” que a inchação acarreta para as cidades. A rigor, o que foi levantado para as cidades de Bogotá, Lima e Cidade do México pode perfeitamente ser estendido para as outras capitais latino-americanas, agravando-se, aqui e ali, as questões habitacionais, os problemas de emprego, de saúde pública, de educação ou de transportes. Como examinaremos esta problemática ao tratarmos da pobreza urbana, a seguir analisaremos outros enfoques do processo de urbanização.

Há os que, como Faria, reclamam por estudos que ampliem o foco de atenção para o fenômeno urbano, uma vez que sua análise, na América Latina, “se tem restringido ao exame do crescimento da população urbana e, por outro lado, ao estudo minucioso da expansão das grandes cidades capitais. Tem-se dado pouca atenção ao estudo dos sistemas urbanos latino-americanos, com exceção de alguns trabalhos pioneiros. . .” O alargamento da perspectiva, segundo Faria, é necessário porque supõe que os sistemas urbanos latino-americanos resultam de “processos demográficos, sociais, políticos e econômicos que têm lugar em países com experiência colonial primário-exportadora e de industrialização tardia e dependente. . .”. Esse autor critica os que estudam os sistemas urbanos sob o padrão de “cidade primaz”, generalizando-o para toda a América Latina. Reclama por “novos estudos, quando em uma área ou país o sistema urbano se separa

significativamente do modelo *primate city*. No caso particular do Brasil, onde, por razões de ordem histórica ou de ordem espacial, se tem constituído um sistema urbano diferente daquele suposto pelo modelo *primate city*, disto resultando imprescindível estudar as transformações do sistema urbano em seu conjunto e captar sua diferenciação e integração como passo prévio para melhor compreender “os aspectos da urbanização brasileira” (Faria, 1981, 1415).

Esta posição já havia sido assumida por Herrick, para quem “a visão macroeconômica da urbanização sugere não necessariamente a concentração de população em uma simples cidade primaz, mas antes a concentração de população em regiões urbanas como um todo. Este fenômeno, rotulado de hiperurbanização por, pelo menos, um par de investigadores (Friedmann e Lackington), tem sido hipotetizado como possuindo os seguintes efeitos: encorajamento para alto consumo, desencorajamento para produção agrícola, diversificação de investimentos em usos os menos produtivos, agravamento das pressões inflacionárias e distribuição de renda mais regressiva. Nenhum destes efeitos parece tender para a comumente controlada meta de industrialização e crescimento econômico, e até que ponto a hiperurbanização pode ser convincentemente identificada com estes fenômenos. Sua resultante de movimentos de população “naturais” (motivados individualmente) levanta a questão da desirabilidade destes movimentos do ponto de vista da sociedade como um todo” (Herrick, 1971, 77-78).

Germani, por sua vez, ao estudar o crescimento da concentração urbana (que leva à primazia), exemplifica com Montevideu, que, em 1960, detinha 45,9% da população do Uruguai. Buenos Aires, com 33,8%, e Santiago do Chile com 25,9%, das respectivas populações nacionais, são também exemplos expressivos de primazia. Mas salienta que “o real problema não reside na superurbanização, mas na subindustrialização e subdesenvolvimento tanto em atividades primárias como nas da indústria. A marginalidade urbana em suas diferentes formas, os problemas sanitários, de habitação, de educação e de outros serviços urbanos não têm sido criados pela excessiva concentração (desses serviços) nas cidades, desde que estes mesmos serviços poderiam ter sido providos para as áreas rurais, mas a muito mais altos custos” (Germani, 1981, 240).

“A questão que melhor nos ajuda a entender por que as cidades podem continuar atraindo população é a do dualismo econômico urbano. O crescimento econômico se concentra nos setores de larga escala da economia

urbana que oferecem os melhores lucros, remuneração e salários. Todavia, o setor de pequena escala da economia urbana continua a prosperar, embora sobre baixos rendimentos e baixos lucros através da interdependência dos dois setores” (Roberts, 1978, 3). Prossegue Roberts acentuando o crescente papel do Estado na economia, que atua no sentido de fomentar um rápido crescimento econômico, mas às expensas dos investimentos que deveria realizar em infra-estrutura social. O Estado age, assim, para que persista esta estrutura dualística, concentrando população em grandes cidades. Ainda de acordo com Roberts, “a concentração de população não é o simples produto duma grave pobreza rural, mas parece estar baseada, em parte, sobre a atração da cidade e de suas oportunidades econômicas para os membros melhor colocados da sociedade rural. Para tais pessoas mudar-se para as grandes cidades, e, em geral, nelas permanecer, sugere que a economia urbana tem alguma capacidade de absorver um número crescente de população economicamente ativa” (Roberts, 1978, 107).

Em meados da década de 70, Hardoy previu que, entre 1970 e 1985, as cidades latino-americanas seriam acrescidas de 8.766.000 novos habitantes, e que, entre 1985 e 2000, seriam incorporadas às cidades entre 11 e 12 milhões de pessoas (Hardoy, 1975, vii). Hardoy, apesar da crescente urbanização, dá espaço para otimismo: “A despeito da falta de emprego, habitação e serviços urbanos, a despeito do fato de que o ambiente físico resultante desta urbanização acelerada, fragmentada e espontânea se deteriora rapidamente, e a despeito do fato de que a vida urbana não permite que largos setores da população gozem bens materiais e espirituais, as cidades da América Latina estão servindo a que um crescente número de habitantes tenha alguma forma de progresso. Estes habitantes acham nas cidades fontes de emprego, oportunidades de educação e recreação, modos de vida em comum e progresso geral, que anteriormente não existiam e que ainda não existem em áreas rurais e pequenas cidades” (Hardoy, 1975, ix-x).

O lado fraco da urbanização latino-americana é o de seu desenvolvimento industrial. Enquanto as áreas mais desenvolvidas do planeta tinham na indústria a base de sua riqueza e crescimento urbano, na América Latina, com raras e pontuais exceções, as metrópoles cresceram sem uma concomitante e condizente implantação industrial. Segundo Hardoy, a urbanização na América Latina “não tem sido acompanhada por uma simultânea e adequada industrialização, ou por uma melhor distribuição de oportunidades, renda e consumo; tam-

bém não tem sido acompanhada por taxas de crescimento demográfico já observadas por décadas nos países desenvolvidos. Esta situação precária se torna mais aguda quando o setor terciário, já altamente sobrecarregado em relação ao desenvolvimento de cada país latino-americano, não está em condições de prover empregos necessários para manter por ele mesmo uma extremamente ampla população urbana” (Hardoy, 1975, xi).

Citando Castells, Lojkin, Harvey, Pickvance e Harloe, quanto tratam do processo de urbanização, Walton salienta que as abordagens destes autores estão unidas por um esforço para desenvolver os fundamentos históricos e econômicos do urbanismo e da urbanização e para dar a razão das várias formas urbanas por referência aos cambiantes modos de produção e acumulação. Ainda que a teoria tenha implicações para o urbanismo sob uma variedade de sistemas econômicos (segundo Harvey), na atualidade sua aplicação tem sido restringida aos estados capitalistas avançados e dependentes. O papel característico das cidades nestes sistemas é o de incrementar a produtividade e frear a tendência de as taxas de lucro caírem pela criação de condições gerais de produtividade, i. é., pela concentração espacial dos meios de comunicação visando reduzir o tempo e o custo da circulação do capital” (Walton, 1978, 27).

Apesar de discutir a urbanização como sendo igual ao crescimento da população urbana, Hardoy (1972, 19-21) perfila uma série de características do processo de urbanização, cujo resultado demonstra o grau de complexidade deste mesmo processo. Este autor denominou de “positivas” as seguintes características do processo de urbanização: — redução da pressão sobre áreas rurais; criação de expectativas e elevação de aspirações; criação de um novo tipo de estrutura social; estímulo para a industrialização; criação de melhores serviços para uma percentagem maior da população; criação de uma consciência nacional. Por outro lado, arrolou as seguintes características como sendo “negativas”: a urbanização reflete o fato de que em cada país latino-americano existem poucas formas alternativas de emprego; os custos de acomodar novas populações urbanas excedem as capacidades de investimento de cada país; a urbanização supera a industrialização e a criação de fontes de emprego (exemplifica afirmando que, na América Latina, o investimento urbano produtivo não foi usado para modificar os esquemas espaciais existentes de urbanização; ao contrário, o investimento serviu para acentuar a dependência do interior a um ou dois centros nacionais e para aumentar as

diferenças entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas em cada país); a urbanização tem repercussões negativas sobre a produtividade do setor terciário; as cidades não estão adequadamente preparadas para agir como pólos de desenvolvimento regional e como centros de integração social; a urbanização supera a criação de novas instituições e a modernização daquelas já existentes (Hardoy, 1972, 21-30).

O processo global de urbanização

Partindo para uma visão mais ampla da urbanização, Quijano sustenta que “ainda que seja crescentemente afirmado ser a urbanização um processo multidimensional — com referências aos “aspectos” demográfico, econômico, sócio-cultural e outros — não fica claro como estes “aspectos” se interrelacionam ou de que forma, tomados como um todo, se relacionam com o processo global de mudança na sociedade. Na prática, o conceito é ainda restrito a um fenômeno específico: a tendência em direção à predominância da população urbana (e particularmente citadina) sobre a população rural. Ao mesmo tempo, é dada atenção ao desenvolvimento de um “way of life” nas cidades que é diferente daquele das localidades rurais e que recentemente tem, até certo ponto, sido propagado entre a própria população rural, ainda que somente em certos aspectos. Este último fenômeno é freqüentemente equiparado à “modernização”, um conceito tão ambíguo e mal definido que dificilmente pode ser usado efetivamente em pesquisas” (Quijano, 1975, 110-111). Na ampliação do processo de urbanização, Quijano conclui que ele “pode ser visto como um processo da sociedade como um todo, que tem lugar através de cada uma de suas ordens estruturais e como dimensão do processo de mudança que ocorre em cada uma destas ordens. Em outras palavras, no processo de mudança que tem lugar na estrutura econômica há uma dimensão “urbanização”, juntamente como ocorre no processo de mudança em todas as outras ordens estruturais. Portanto, há: (1) urbanização da estrutura econômica (2) urbanização da estrutura social; (3) urbanização da estrutura ecológico-demográfica; (4) urbanização da estrutura sócio-psicológica; e (5) urbanização da estrutura política. Na prática, todas estas dimensões estão interrelacionadas, até o ponto em que as ordens estruturais básicas da sociedade e seus processos de mudança estejam interrelacionados, de acordo com a estrutura particular da sociedade como um todo e de acordo com cada uma de suas ordens estruturais. O processo global de

urbanização é o resultado de modos específicos, nos quais as várias dimensões do processo em cada uma destas ordens estão interrelacionadas ou ligadas na prática” (Quijano, 1975, 116-117).

Do exposto, pode-se inferir que o processo de urbanização apresenta, na concentração de população em área, uma das multifacetadas alterações que vão se desenrolando na sociedade como um todo. Embora o crescimento urbano, em seus aspectos demográficos, esteja recebendo estudos profundos na América Latina, concluiu-se que ele embute um dos muitos aspectos pelos quais o processo de urbanização pode ser interpretado. Pode-se até afirmar que, por inúmeras facilidades estatísticas, os estudos sobre a evolução da população urbana (e de seus problemas) se constituem nos “aspectos mais visíveis” de um processo extremamente intrincado.

Agentes no processo de urbanização

Muito embora o processo de urbanização esteja sendo assumido como um processo multivariado da própria sociedade como um todo, analisaremos agora alguns segmentos desta mesma sociedade que moldam o quadro urbano.

Desde os fins da década de 1970 nos ocupamos em explicar a urbanização, sobretudo nos aspectos da ampliação dos espaços periféricos das grandes metrópoles, sob o enfoque dos agentes da urbanização (Paviani, 1979). Nesta abordagem assume-se, para efeito analítico e de teorização, que as metrópoles se expandem sob a ação do *Estado*, das *empresas imobiliárias* e dos *compradores e usuários de imóveis*.

Na literatura levantada, invariavelmente, o *Estado* aparece como o grande agente, em razão dos diversos organismos e instituições que, acionados pelo próprio Estado para proceder suas finalidades precípuas, acabam por *deflagrar, manter e perpetuar* o crescimento urbano. Desta forma, é o Estado foco de inúmeros pesquisas, muitas das quais tentando deslindar sua tentacular composição, poder de ação e capacidade de manter-se e ser mantido por certas parcelas da população, em especial as elites.

Os demais agentes (*empresas e indivíduos*) são menos estudados como atores no processo de crescimento urbano (ao menos nos aspectos espaciais); são mais observados como “pacientes” da urbanização. Por exemplo, exis-

tem inumeráveis teses e documentos a respeito da inserção dos pobres nas metrópoles; como organizam suas favelas, como sofrem as consequências do crescimento urbano; dificuldades para a sobrevivência, para trabalhar, para melhorar sua habitação, para educar-se, etc. As *empresas* são vistas quanto às suas relações com o Estado e entre si. Pouco se tem tratado as empresas privadas no tocante à sua capacidade de influir na organização do espaço urbano, a partir de sua autonomia de localização e processos decorrentes desta localização.

Coerente com seu conceito de urbanização Roberts coloca o papel do Estado na economia urbana da seguinte forma: “a intervenção do Estado é um dos maiores fatores na explicação das variações no relacionamento entre os setores de pequena e larga escala da economia urbana. Como o controle da economia fica (cada vez mais) centralizado e as cidades são planejadas para maximizar um uso econômico eficiente do espaço, muitas das ações do Estado podem conflitar com os interesses da maior parte da população urbana” (Roberts, 1978, 135).

Claro está que o Estado tem por ação primordial atender os reclamos da população e conciliar (quando não dirimir) os conflitos sociais. Há uma variadíssima gama de ações estatais, principalmente nas sociedades latino-americanas, cada vez mais urbanizadas. Deve o Estado intervir no meio urbano cada vez mais pesadamente, devendo as ações do planejamento urbano serem a cada dia mais presentes. A este respeito, Yujnovsky salienta que “as políticas ‘urbanas’ do Estado — e particularmente o ‘planejamento urbano’ — podem ser definidas na estrutura como parte de um esforço global para manter as existentes relações sociais. O Estado intervém no sistema econômico para resolver parcialmente as contradições que surgem em razão dos níveis insuficientes de consumo entre o setor de baixa renda. Assim, políticas ‘assistenciais’ são implementadas sob a forma de habitação ou serviços e facilidades comunitárias para assegurar a reprodução de um modelo social hegemônico” (Yujnovsky, 1975, 32).

Além de sua ação assistencial, o Estado legisla visando conciliar os interesses da produção e do consumo. É por esta razão que cresce na América Latina a interferência do Estado naquilo que até recentemente era tido como área do “setor privado da economia”. As dosagens desta interferência dependerão do país em foco e do grau dos conflitos existentes. Em todo o caso, em toda a América Latina, o Estado tem legislado sobre salários e, em certos contextos, sua ação faz parte do que passou a se denominar “política salarial”. Esta política visaria ser distributiva, mas tem sofrido distor-

ções de tal porte que a ação estatal passa a ter sentido inverso. Vejamos: “se consideram como *distributivas* aquelas políticas que têm por fim ou conduzem à modificação das condições determinantes da repartição “original” do ingresso. As denominadas *redistributivas* somente implicam em mudanças *ex post* desta distribuição. Como é lógico, não se trata de compartimentos estanques e, de fato, se identificam políticas de caráter misto” (Pinto, 1974, 247). Agindo em uma ou em outra direção o Estado afetará as relações sociais, via relações de produção-consumo e, logicamente, afetará ao longo do processo a própria urbanização em geral, e no que toca às metrópoles (e suas periferias), em particular. As metrópoles latino-americanas são mais afetadas pelas políticas públicas, não apenas porque fazem parte da urbanização mais visível: onde a problemática urbana exige e realmente estratégias e implementação destas mesmas políticas.

Ainda de acordo com Pinto, as estratégias e instrumentação de uma política redistributiva possuem linhas básicas com três dimensões: a estrutura produtiva, as relações e posições sócio-econômicas fundamentais, e a estrutura do poder. “A primeira linha de ação tende para uma diminuição da extrema disparidade tecnológica que fundamenta objetivamente as outras formas de heterogeneidade estrutural. Uma segunda linha de ação, diretamente derivada da anterior, indica para uma transformação das relações sociais que afetam de modo direto a forma e a magnitude da *participação primária* no produto social. Uma terceira linha tende a uma descontração nas estruturas do poder e a democratização nas formas sociais e políticas da participação” (Pinto, 1974, 249). Mas é através dos instrumentais de implementação das estratégias que o poder público vai afetar a urbanização.

Fazem parte dos instrumentos, segundo Pinto (1974, 251-254): políticas de inversões do Estado; políticas de educação, saúde e de habitação, e políticas de seguro social e manipulação de tarifas na provisão de serviços públicos. Ao contrário do que poderia parecer, Pinto não considera, para efeito de distribuição de renda, a política salarial como eficaz: “... parece bem provado que não têm tido (as políticas salariais) maior efeito no sentido de modificar a estrutura distributiva” (Pinto, 1974, 254). Ora, poderíamos argumentar que podem não ter efeito distributivo, mas que, uma vez aplicadas, as políticas salariais têm afetado enormemente a vida dos habitantes assalariados das grandes metrópoles. Como adiante demonstraremos, o peso dos salários baixos, mais do que as migrações rurais-urbanas, fazem ampliar as periferias metropolitanas. Está sendo provado que os

habitantes destas mesmas periferias fazem parte de um exército de trabalhadores e de quadros médios urbanos em constante migração dentro das metrópoles.

Em direção à afirmativa acima apontam diversos trabalhos no contexto latino-americano. Por exemplo, Foxley, ao estudar os efeitos redistributivos dos programas do governo chileno, salienta que "...os governos têm que responder às pressões dos setores médios, que constituem a massa que lhe dá suporte. O resultado foi o estabelecimento de medidas mais diretamente redistributivas abrangendo políticas salariais e seguro-social, gastos públicos e subsídios aos produtos básicos de consumo" (Foxley, 1979, 6).

Pressões dos grupos próximos ao poder

Mais importante do que questionar se uma política salarial afeta ou não a distribuição seria averiguar em que sentido e em benefício de quem o Estado tem agido em nosso contexto. Ou, como enfatiza Foxley: "deveremos primeiro examinar onde o governo tem concentrado seus esforços em termos de grupos-alvo relevantes para a estratégia de redistribuição. Tem o governo programas enfocados preferencialmente sobre a pobreza ou têm os recursos sido usados para dar suporte aos setores da economia relativamente modernos de alta renda?" (Foxley, 1979, 78).

Esta indagação acaba por introduzir um outro componente da urbanização que é o das forças que atuam para pressionar a ação do Estado, sobretudo no meio urbano. Mas, segundo Foxley, "um problema para o qual nós não temos devotado muita atenção é aquele pelo qual o Estado deve confrontar continuamente pressões de determinados interesses e grupos poderosos da sociedade, os quais frequentemente exercem influência na direção oposta à da redistribuição. Políticas redistributivas, justamente como qualquer outro tipo de política econômica, não são aplicadas em um vácuo institucional. A questão é determinar qual é o real grau de liberdade gozada em um determinado contexto político-institucional, em uma situação histórica particular, para a implementação destas políticas" (Foxley, 1979, 189).

Daí que, no meio urbano, grande parte das ações do Estado se realiza em favor de grupos mais próximos ao poder. Assim, examinando as influências do empresariado no âmbito estatal mexicano, Glade afirma ser "difícil escapar à impressão de que a elite (administra-

tiva do governo) goza de uma clara autonomia em seu papel tutelar de marcar o curso da mudança econômica. . ." (Glade, 1979, 195). O empresariado público tem um papel importante no "decision making" mexicano e quanto às tendências para a expansão das empresas públicas em atividades econômicas, que acabam por ter repercussão no ambiente urbano através de empregos, da distribuição de serviços e bens subsidiados (Glade, 1979a, 191).

Aliás, grande parte do ambiente metropolitano latino-americano foi moldado, e continua sendo, por uma vasta gama de empresas públicas, associadas ou não a empresas privadas. De tal forma que muito do processo de urbanização poderia ser explicado pelo "comportamento" das ações econômicas das empresas estatais. Em muitos contextos, tal é a disparidade das ações dos organismos estatais no meio urbano que torna praticamente inviável a atuação do planejamento. Por paradoxal que pareça, o próprio Estado, com os instrumentos de planejamento urbano, vê-se impotente para uma ação coordenadora, controladora, de alguns de seus próprios segmentos, muitas vezes criados para atender setores da economia rejeitados ou desinteressantes para os ramos privados. Daí se concluir que, cada vez mais, as questões de planejamento urbano caem no terreno das questões políticas. Desta forma, a urbanização para ser entendida em seus processos e resultados deve ser interpretada à luz da análise do controle político e dos mecanismos de acesso ao poder (Portes, 1976, 4).

A ação do Estado sobre a urbanização tem sido enfatizada em muitos trabalhos, mas sobre esta questão há ainda dúvidas para serem respondidas. Como, por exemplo, a atuação do Estado, em suas múltiplas facetas, se materializa sobre o espaço? Esta indagação é feita por Yujnovsky ao assegurar que "o poder do Estado se estende a todas as formações, mas o problema fica mais complexo ao nível espacial quando as expressões regionais da luta de classes são levadas em consideração, e também no caso de situações intermediárias, quando emerge um poder alternativo regionalmente localizado. Além disto, como se localizam e difundem no espaço os componentes da estrutura ideológica?" (Yujnovsky, 1975, 22). Consideramos o ponto levantado por Yujnovsky, que passa do urbano ao regional e do espacial ao ideológico, da maior importância para o entendimento da urbanização, embora as pesquisas nesta direção ainda esbarrem em dificuldades de literatura. A interface urbano-regional e espacial-ideológica tem sido pouco penetrada. Isto talvez se deva ao fato de que ainda predominem estudos sobre "decision making" e gastos de governo, que têm implicação espacial no con-

texto de cidades latino-americanas. A passagem deste nível mais empírico para um outro mais elevado (e abstrato) vem sendo feita de forma lenta e rarefeita. "O estudo das interrelações entre os gastos de governo e outras variáveis sócio-econômicas é enormemente complicado pelo fato de que, de modo distinto, decisões de firmas, de indivíduos ou do governo são o resultado de um processo coletivo complexo, onde intervêm diferentes instituições, grupos de interesse ou a comunidade em geral. Assim, não será fácil achar uma simples hipótese comportamental que possa explicar satisfatoriamente ou predizer quanto e onde o governo gasta seus recursos" (Foxley, 1979, 64).

Da forma colocada por Foxley, ao menos à primeira vista, os cientistas do urbano poderão chegar a esferas mais elevadas por intermédio de respostas às perguntas: quanto, onde e como o Estado gasta? Mas acreditamos que ainda não temos dados suficientes para responder a estas questões de forma agregada. Note-se que não se trata, apenas, de dados estatísticos, que possam ser pinçados dos orçamentos públicos. Que valor para o conhecimento do processo de urbanização têm os seguintes dados de despesa pública (em termos de percentual do PNB) em alguns países da América do Sul? Entre 1967-68 o Chile gastou 36,1%; o Brasil, 27,1%. Entre 1966-67 o Uruguai despendeu 27,9% e a Argentina, entre 1968-69, 27% (dados de Foxley, 1979, 68). O exemplo demonstra que não se pode comparar um dado relativo a um montante orçamentário desigual, desconhecendo-se como e onde (internamente) o gasto foi feito. Ademais, seria útil comparar situações geográficas tão diversas quanto Guatemala e Brasil? Em todo o caso, os dados acima dão uma vaga idéia dos níveis generalizados de intervenção estatal em alguns contextos. Para respostas em direção a questões mais profundas outras informações devem ser procuradas em um nível mais desagregado, às vezes fora das estatísticas oficiais. Neste sentido, Shonfield, citado por Glade (1979b, 223), mesmo reconhecendo as variações de país para país, observou que o empenho do ocidente com o pleno emprego e a aceleração do progresso tecnológico tem produzido algumas características tais como: um grande incremento dos gastos do setor público e um vasto incremento da confiança das autoridades públicas na condução do sistema econômico; uma ascensão de programas de bem-estar social e um aumento da regulamentação e controle do mercado. Ao estudar o corporativismo na América Latina, Glade constata que "através da industrialização e da urbanização diferentes grupos secundários organizados (definidos setorialmente ou por ocupação) apare-

cem na cena institucional para mediar as relações entre firmas e o Estado, desenvolvidas por meio de programas e políticas governamentais explícitas...” (Glade, 1979b, 225).

Paternalismo e periferias urbanas

A experiência tem mostrado que as “políticas governamentais explícitas” se materializam de duas formas distintas, quando se trata de problemas locais: de um lado, sob a forma de uma política paternalista, implementa infra-estrutura e melhorias para os bairros periféricos; de outro, fornece todas as condições locais para as indústrias e empreendimentos que necessitam de vastos terrenos a baixo custo na periferia.

Sobre política paternalista do Estado, no que toca às periferias urbanas, a literatura é abundante em exemplos para metrópoles como: Cidade do México, Bogotá, Lima, Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, etc.

Para o México, segundo Peralta, o Estado criou o “Instituto de Acción Urbana e Integración Social” (AURIS) como instrumento do governo do Estado tanto para a transformação de terra “ejidal” em urbana, e no financiamento de programas de habitação “popular”, como no apoio à autoconstrução (Peralta, 1981, 1440). Em fins de 1970, “200 mil habitantes dos municípios metropolitanos do Estado do México ocupavam ‘ilegalmente’ a terra. Uma vez consolidados os assentamentos, os habitantes se organizaram ao redor de reivindicações urbanas, que geraram movimentos sociais como os dos *ejidos* São Lucas Patoni e Santo Antônio Zomeyucan (localizados dentro da Área Metropolitana da Cidade do México) e apresentaram demandas aos respectivos municípios em torno da tenência da terra e quanto aos serviços de água e luz, principalmente” (Peralta, 1981, 1442). Segundo Garza e Schteingart (1978, 72), a terra *ejidal* é terra pública e seu uso é coletivo, não podendo ser vendida, alugada ou hipotecada. E mais, somente o Estado pode expropriá-la para usos públicos mais importantes e de maior utilidade social do que o próprio *ejido*.

As periferias das metrópoles da América Latina e do Terceiro Mundo, em geral, são sinônimos de crescimento recente: “é geralmente a zona na qual a ação dos poderes públicos pode ser mais eficaz. Esta ação toma formas as mais variadas: o controle da utilização da terra, a condução do crescimento pela execução de grandes obras e a construção de edifícios por conta do Estado ou dos municípios são, entre outras, as mais correntes. As ingerências do Estado, como as citadas ou outras,

podem favorecer, ou não, o crescimento econômico... Mas, pela intervenção do Estado, a periferia urbana toma uma dimensão política à escala regional e nacional...” (Leeming e Soussan, s/d., 4).

Bogotá possui longa tradição em planejamento urbano, isto é, na intervenção do Estado para “organizar” a cidade. Gilbert lista os mais importantes planos urbanos para Bogotá, a partir de 1927: totalizam 14 e seus projetos cobrem uma variedade de necessidades urbanas, que vão desde o “sistema de esgoto” ao “plano estrutural para Bogotá” (Gilbert, 1978, 112). Ainda segundo este autor, Bogotá pode ser considerada afortunada por ter planos que impedem crises maiores, mas sua “população cresce rapidamente e, em razão de a cidade ficar cada vez maior, seus problemas serão crescentemente difíceis de resolver. Se as tendências correntes continuarem, dar serviços aos pobres e reduzir a congestão do tráfego se tornarão muito mais difíceis. As soluções requererão uma elevada parcela dos fundos nacionais ou então não serão implementadas. Se estas soluções não forem implementadas, então a cidade cairá em uma real crise com a deterioração dos padrões para a maior parte da população” (Gilbert, 1978, 121).

Dietz, ao estudar a resolução de problemas urbanos sob o ordenamento militar, na área metropolitana de Lima, descreve os programas governamentais recentes para enfrentá-los (Dietz, 1978, 205). Uma vez que Lima tem elevado grau de primazia, os “governos revolucionários das forças armadas”, a partir de 1968, especificaram três grandes objetivos para a reforma da Grande Lima: o primeiro diz respeito à necessidade de descentralização, visando reduzir o grau de dependência do resto do país sobre Lima; no segundo objetivo encontra-se a maior carga do paternalismo estatal, pois diz respeito aos pobres das metrópoles, em especial os que vivem nos “pueblos jóvenes” (*barriadas*). A ação do Estado deverá propiciar maior acesso aos benefícios, em termos de títulos de propriedade, serviços públicos e comunais, habitação e meios de comunicação, entre outros. O terceiro objetivo diz respeito à reforma da administração pública, que constou, por exemplo, na criação de um Ministério da Habitação e de “outras novas organizações criadas para mobilizar os cidadãos de baixa renda em seus bairros e locais de trabalho” (Dietz, 1978, 218-220).

Para o caso de Caracas, a intervenção do Estado acabou por intensificar a primazia da metrópole, criando, com isso, sérios problemas para o planejamento urbano. O paternalismo do Estado se estendeu para a população de baixa renda. “Famílias com rendas entre Bs. 1000 e Bs. 2000 (32% do total metropolitano de

Caracas, em 1966) geralmente não podiam suportar (os preços) da habitação que os empreiteiros privados estavam construindo” (Myers, 1978, 241). Como resultado, o Estado tomou a si a tarefa de diminuir o déficit habitacional, calculado em 110.0000 unidades para Caracas, em 1962 (Myers, 1978, 239). Mas esta intervenção (ao menos em fins da década de 50) foi mal sucedida: constatou-se que a política para eliminar as favelas, removendo seus moradores para “superblocos” (edifícios de apartamentos) incorreu em uma série de equívocos e deficiências. Entre as últimas estavam: os “superblocs” não eram dotados de lojas, escolas e ambientes para recreação; seus moradores não foram orientados, ao sair do seu barraco, de como morar em edifício elevado; os moradores foram afetados psicologicamente, quanto à drástica mudança dos respectivos estilos de vida, não se tendo atentado para a necessidade de uma transição suave entre o barraco e o superbloco (Myers, 1978, 251).

Na década de 60, os investimentos públicos e, por essa via, a intervenção do Estado venezuelano, continuaram a incrementar a primazia de Caracas. De fato, os investimentos em habitação no Distrito Federal, que, entre 1960 e 1964, representavam 13,7% do total do país, quase foram multiplicados por três, saltando para 32,5% entre 1965-1970 (Myers, 1978, 254).

Experiências como a de Caracas são contraditórias na América Latina: pesados investimentos públicos, em habitação e serviços, não têm conseguido resultados satisfatórios. Talvez seja por essa razão que, em alguns países, o Estado tem encorajado a ocupação ilegal da terra. Gilbert e Ward referem alguns trabalhos sobre as cidades de Lima, de Cáli, de Valência, de Santiago, etc., nas quais o Estado permitiu a ocupação ilegal de terras públicas (Gilbert e Ward, 1982, 80).

Mas ações estatais contraditórias são também encontradas em outras metrópoles latino-americanas: no Rio de Janeiro, pós-1964, em Santiago, pós-1973, e em Bogotá “o Estado tem atuado firmemente para remover os povoadores de terras invadidas” (Gilbert e Ward, 1982, 80).

Ao desalojar as populações pobres das terras invadidas, como no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília (especialmente nesta) e em quase todas as metrópoles brasileiras, os governos tendem a desenvolver políticas de “erradicação de favelas”. Ao mesmo tempo, são estabelecidas etapas para a construção de enormes “conjuntos habitacionais” sob o manto do Sistema Financeiro da Habitação. Em razão do elevado ritmo do crescimento inflacionário, com a conseqüente elevação dos custos para a

construção de habitações, e em vista do forte achatamento salarial e desemprego, tem aumentado consideravelmente a inadimplência dos mutuários do Banco Nacional de Habitação e de seus agentes financeiros. Por outro lado, há um considerável "estoque" de habitações à espera de compradores.

Assim, em fins de 1983, as periferias das metrópoles brasileiras são vistas como tendo crescido com estes apêndices monótonos dos conjuntos habitacionais, sem ter resolvido satisfatoriamente a questão habitacional para as populações de baixa renda. As diferentes esferas estatais, com seu enorme rosário de siglas dedicadas ao trato dos problemas metropolitanos, vêem crescer os problemas e as deficiências urbanas em escala geométrica, enquanto que seus recursos (a despeito da escalada na cobrança de impostos) crescem em escala aritmética.

A respeito da ação estatal para dar condições locais aos empreendimentos de empresas privadas, os exemplos são inúmeros, uma vez que, em quase toda a América Latina, o Estado tem se associado ao setor privado como base de sustentação para o desenvolvimento de projetos governamentais. Melhor seria dizer que Estado e setor privado mutuamente se reforçam. . . . Senão vejamos, com base em Garza e Schteingart (1978, 81): a concentração da atividade econômica da nação na Cidade do México, que se explica por fatores históricos, combinada com a política de gastos públicos, tem criado um conjunto de vantagens locais virtualmente irresistíveis aos empreendedores privados. "Um processo circular e cumulativo tem sido colocado em movimento: vantagens locais originais atraem novas empresas (que demandam) investimentos públicos (que resultam em) maiores vantagens locais (que atraem) novos empreendimentos (que requerem) novos investimentos em infra-estrutura, etc. Este processo de concentração parece irreversível sob as presentes condições", concluem Garza e Schteingart.

É notável em muitas metrópoles que a ação estatal para dar condições locais aos empreendimentos privados possibilite a entrada no circuito dos especuladores imobiliários. Sua presença tem sido notada ao longo das principais artérias das periferias metropolitanas, onde glebas são reservadas para fins habitacionais. A habitação tem um forte apelo, como já se viu, ao socorro estatal quanto às necessidades da população. Com isto, o processo circular e cumulativo incorporava a vantagem local da presença da força de trabalho nas proximidades das indústrias ou serviços implantados na periferia. Ao longo do tempo o espaço se amplia, agigantando as metrópoles, de forma irreversível.

Conclusões

Da literatura levantada e analisada e da vivência com os problemas de uma grande cidade (tida como planejada), nos é possível, à guisa de conclusão, perceber traços comuns às grandes metrópoles latino-americanas. Em primeiro lugar, os "problemas" metropolitanos nada mais são do que o rebatimento sobre o espaço de um movimento geral da sociedade, que tem problemas de ordem política e econômica e, portanto, de ordem social.

Em segundo lugar, o crescimento desmesurado de algumas metrópoles deriva do próprio movimento capitalista instalado nas cidades e que visa a concentração da produção (e do consumo), do poder econômico e, logicamente, do poder político. No jogo de forças, os mais fracos são periféricos: mesmo estando no âmago da metrópole poucos têm acesso às decisões das mais variadas ordens e que lhes dizem respeito. A parte mais visível deste jogo é denominada "periferia", ou área marginal das grandes cidades, cujo poder de esparramamento é igual ao das manchas de óleo: uma vez iniciado o processo, torna-se incontido e irreversível. E, o que é pior: a periferização e marginalidade dentro de uma visão do espaço urbano são iníquas, sob o ponto de vista econômico, político e cultural (Oliven, 1981).

Um outro traço é o de que aos segregados e mais fracos destina-se a terra mais distante dos empregos, com igual inaccessibilidade aos bens de uso coletivo, aos bens de uso e de consumo. No jogo dialético, as classes dominantes, elites associadas ao aparelho do Estado, não estariam dispostas a dar acesso maior ou total, porque isto lhes acarretaria aumento de cargas: salários mais elevados aos seus empregados, com redução de lucros; aumento de carga tributária (que dariam recursos às obras assistenciais, se ampliadas), custos incrementados com a elevação de subsídios como forma de aumentar os chamados "salários indiretos". Com isto, algum acesso é permitido e visa manter "as regras do jogo", que atenuam paliativamente as forças contrárias e contém a maré montante das reivindicações populares, de forma mais ou menos cíclica.

Uma outra característica, talvez a mais importante, é a de que a urbanização aparece como resultante de um processo em que o Estado tem-se apresentado como um componente-agente da maior expressão, por sua forte atuação. Correlatamente, segundo Glade, dentro do Estado atuam uma "elite tecnocrática" e uma "burguesia financeira" que se alia ao setor privado (Glade, 1979 b, 224-36). Daí, segue-se que setor público e setor privado reforçam-se mutuamente no trato de questões econômicas e sociais, no interior das grandes cidades.

Assim, o processo de urbanização imbrica-se com o processo que levou ao poder sucessivas fases da ação política voltada para a elite ou para setores fortes da economia, que através de um empresariado privado e intermediários tem influído decisivamente na aplicação de fundos públicos.

Numa perspectiva de profundidade histórica, as elites urbanas têm privilegiado as metrópoles, criando, mantendo e perpetuando os mecanismos que agigantam estas cidades em quase todos os países latino-americanos.

Finalmente, deveríamos questionar, com Singer, referido por Schteingart (1973, 104), de que o problema não seria o da "explosão metropolitana" (por exemplo de que "São Paulo terá mais de 25 milhões de habitantes ao fim do século"), mas sim "que a proporção da cidade corresponde à proporção do bem-estar das respectivas populações?". O próprio autor responde negativamente à pergunta, pois, sabe-se, a proporção da cidade não corresponde ao bem-estar dos paulistanos. E iríamos adiante: na expansão das cidades, embora dê uma "idéia de desenvolvimento econômico" (Leeming e Soussan, s/d, 5), dificilmente a periferização poderá ser contida em seus aspectos "malévolos" de desigualdade social.

No arremate, mais do que a possibilidade de indicar rumos, resultaram questões pendentes, a serem exploradas em trabalhos futuros, quais sejam:

— Quais tipos de metrópoles teríamos na América Latina se o corporativismo e o assistencialismo estatal fosse atenuado ou reorientado?

— Em que sentido a mudança do modo de pensar da elite dominante poderia influir nas ações do planejamento que redundassem em uma nova ordem das localizações que interferem no crescimento metropolitano?

— Até que ponto as tensões sociais, mais perceptíveis nas grandes cidades, poderão ser contidas com atendimento paliativo, que coop-ta e acomoda os grupos mais insatisfeitos, sobretudo entre o operariado industrial?

— Em todo o contexto latino-americano, como romper com o "ciclo da miséria", que leva ao inaccessível físico (pela periferização) e "cultural" (com gerações sucessivas que não se educam) aos bens de uso e de consumo, perpetuador da iniquidade social? ●

Somos agradecidos ao CNPq pela concessão de bolsa. Agradecemos ao Prof. William Glade, pela hospitalidade no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas, em Austin; à Profa. Ann Hartness-Kane, pela colaboração na "Benson Collection" e à Sra. Hermínia Alvim de Oliveira, pela datilografia.

Aldo Paviani é geógrafo, professor adjunto da Universidade de Brasília

Referências bibliográficas

- Cardona Gutierrez, Ramiro. *Las Invasiones de Terrenos Urbanos. Elementos para un Diagnostico*. Bogotá, Ed. Tercer Mundo, 1969.
- Chilcote, Ronald H. (ed.). *Dependency and Marxism. Toward a Resolution of the Debate*. Boulder, Westview Press, 1982.
- Dietz, Henry A. "Metropolitan Lima: Urban Problem-Solving under Military Rule". In Wayne A. Cornelius e Robert V. Kemper (eds). *Latin American Urban Research. Metropolitan Latin America: The Challenge and the Response*. v. 6, Beverly Hills, SAGE Publications, 1978.
- Faria, Vilmar "Del Sistema Urbano en el Brasil. Resumen de las Características y tendencias recientes". *Revista Mexicana de Sociología*, Mexico XLIII (4): 1415-1438, out./dez. 1981.
- Foxley, Alexandro; Aninat e Arellano, J. P. *Redistributive Effects of Government Programmes — The Chilean Case*. Oxford, Pergamon Press, 1979.
- Garza, Gustavo e Schteingart, Martha. "Mexico City: The Emerging Megalopolis". In Wayne A. Cornelius e Robert V. Kemper (eds). *Latin American Urban Research*, vol. 6: *Metropolitan Latin America — The Challenge and the Response*. Beverly Hills, SAGE Publications, 1978.
- Germani, Gino. *The Sociology of Modernization. Studies on its Historical and Theoretical Aspects with Special Regards to the Latin American Case*. New Brunswick, Transaction Books, 1981.
- Gilbert, Alan e Ward, Peter. "Low-income Housing and the State". In Alan Gilbert, J. e. Hardoy e R. Ramirez (eds). *Urbanization in Contemporary Latin America*. Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1982.
- Glade, William P. "Entrepreneurship in the State Sector. CONASUPO of Mexico". In Sidney Greenfield et alii (eds). *Entrepreneurs in Cultural Context*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1979a.
- _____. "Economic Policy-Making and the Structures of Corporatism in Latin America". In John Adams (eds). *Institutional Economic: Contributions to the Development of Holistic Economics*. Boston, Martinus Nijhoff Publishing, 1979b.
- Hardoy, Jorge E. "Urbanization Policies and Urban Reform in Latin America". In Guillermo Geisse e Jorge E. Hardoy (eds.). *Latin American Urban Research*. Beverly Hills, SAGE, 1972.
- _____. (ed.) *Urbanization in Latin America: Approaches and Issues*. Garden City, Anchor Press/Doubleday, 1975.
- Herrick, Bruce. "Urbanization and Urban Migration in Latin America an Economist's View". In Francine Rabinovitz e Felicity M. Trueblood (eds). *Latin American Urban Research*. Vol. 1. Beverly Hills, SAGE, 1971.
- Leeming, Frank e Soussan, John. "Les Structures à la Périphérie des Villes". *Revue Trimestrelle Publiée par l'UNESCO*, Paris s/d.
- Myers, David J. "Caracas: The Politics of Intensifying Primacy" In Wayne A. Cornelius e Robert V. Kemper (eds.). *Metropolitan Latin America: The Challenge and the Response*. Vol. 6. Latin American Urban Research. Beverly Hills, SAGE, 1978.

- _____. *The Challenge and the Response*. Vol. 6. Latin American Urban Research. Beverly Hills, SAGE, 1978.
- Oliven, Ruben George. "Aspectos Económicos, Políticos y Culturales de la Marginalidad Urbana en América Latina". *Revista Mexicana de Sociología*, Mexico, XLVIII (4): 1627-1643, out./dez. 1981.
- Paviani, Aldo "A Manipulação do Solo Urbano em Sociedades Industriais e em Sociedades Agrícolas". Reunião de Geografia Urbana da União Geográfica Internacional, Rio de Janeiro, 5 a 9 de novembro de 1979 (mimeo).
- Peralta, Beatriz Garcia. "Estado y Capital Privado en el Fraccionamiento Izcalli-Chamapa". *Revista Mexicana de Sociología*, Mexico, XLVIII (4): 1439-1464, out./dez. 1981.
- Pinto, Anibal e Difilippo, Armando. "Notas sobre la Estrategia de la Distribución y Redistribución del Ingreso en América Latina". In Alexandro Foxley (ed.). *Distribución del Ingreso*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1974.
- Portes, Alexandro e Browning, Harley L. (eds). *Current Perspectives in Latin American Urban Research*. Austin, ILAS, 1975.
- _____. e Walton, John. *Latin America. The Political Condition from Above and Below*. Austin, University of Texas Press, 1976.
- Quijano, Anibal. "The Urbanization of Latin America Society". In Jorge E. Hardoy (ed.). *Urbanization in Latin America: Approaches and Issues*. Garden City, Anchor Press/Doubleday, 1975.
- Roberts, Bryan. *Cities of Peasants. The Political Economy of Urbanization in the Third World*. Beverly Hills, SAGE Publications, 1978.
- Robin, John P., Terzo, Frederick C. "Urbanization in Peru". *International Urbanization Survey*. Report to the Ford Foundation, 1972.
- Sánchez, Luis Alberto. "Urban Growth and the Latin American Heritage". In Glenn Beyer (ed.). *The Urban Explosion in Latin America*. Ithaca, Cornell University Press, 1967.
- Schteingart, Martha (ed.). *Urbanización y Dependencia en América Latina*. Buenos Aires, Ed. SIAP, 1973.
- Unikel, Luis. "Urbanism and Urbanization in Mexico: Situation and Prospect". In Jorge E. Hardoy (ed). *Urbanization in Latin America: Approaches and Issues*. Garden City, Anchor Press/Doubleday, 1975.
- Walton, John "Guadalajara: Creating the Divided City". In Wayne A. Cornelius e Robert V. Kemper (eds). *Latin American Urban Research*. Vol. 6 *Metropolitan Latin America: The Challenge and the Response*. Beverly Hills, SAGE, 1978.
- Yamanda, Mutsuo. "Mexico City: Development and Urban Problems after the Revolution, 1910-1970". *Latin American Studies*. Ibaraki, 7: 49-75, 1983.
- Yunovsky, Oscar. "Urban Spatial Configuration and Land Use Policies in Latin America". In Alexandro Portes e Harley L. Browning (eds.). *Current Perspectives in Latin American Urban Research*. Austin, ILAS, 1975.

Resumen

Urbanismo

URBANIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA:
PERIFERIAS-ÁREAS METROPOLITANAS

La urbanización latinoamericana es el resultado de un proceso donde el Estado ha tenido una gran significación. En la literatura examinada, éste invariablemente aparece como el gran agente en razón de los diversos organismos e instituciones que accionados por el Estado, para continuar sus objetivos esenciales, acaban por *provocar, mantener y perpetuar* el crecimiento urbano. De esta forma el Estado es el centro de innumerables investigaciones (los demás agentes, empresas e individuos son menos estudiados, como actores, en el proceso de crecimiento urbano), muchas de las cuales intentan limitar su tentacular composición, su poder de acción y su capacidad de mantenerse y ser mantenidas por ciertos grupos de la población, en especial las élites.

Abstract

Urbanism

URBANIZATION IN LATIN AMERICA: PROCESS. . .

Latin American urbanization results from a process in which the State has acted as the most expressive component. In the literature surveyed, the State invariably appears as the main agent on account of the plethora of agencies and institutions that, set up by the State itself to implement its major objectives, end up *initiating, sustaining and perpetuating* urban growth. The State has thus been the focus of innumerable studies (the other agents, companies and individuals, are less studied as instigators of the process of urban growth). Many of these studies attempt to elucidate its tentacular composition, power to act and capacity to maintain itself and be maintained by certain segments of the population, especially the elites.

Germinal

Luiz Gouvêa Laboriau

Para o historiador, *Germinal* é o nome do mês de março no calendário republicano, um produto efêmero da Revolução Francesa. Para um literato, é o título de um famoso romance naturalista de Zola. Um químico orgânico pensaria que é, talvez, algum aldeído de plantas. Para a maioria das pessoas parece nome de remédio. Em biologia, *germinal* é o que se refere às células reprodutoras, ou, num sentido lato, aos primeiros estágios do desenvolvimento de um ser vivo. Por esta última acepção, a palavra se presta para designar aquele período ainda pouco conhecido em que uma semente sai da vida latente para o desenvolvimento ativo.

O papel das sementes na vida humana

O interesse pelo "despertar" das sementes é tão básico para a nossa vida que a germinação se tornou a imagem clássica do começo de qualquer processo de desenvolvimento natural ou de qualquer empreendimento planejado. As sementes certamente surgiram no mundo muito antes do homem, em episódios evolutivos que ocorreram independentemente no Devoniano (Pteridospermales), no Carbonífero (Lepidocarpaceles) e no Cretáceo (Angiospermas e Gimnospermas atuais). Contudo parece que, ao sair gradualmente da economia coletora, já

depois da última glaciação pleistocênica, o homem primitivo começou a cultivar plantas não por sementes, mas por multiplicação vegetativa, usando como pontos de partida bulbos, tubérculos e mudas (Sauer, 1969), tal como ainda hoje se faz obrigatoriamente para o alho e preferencialmente para a batata, a cana-de-açúcar, a mandioca e outros cultivos. Essa vegetultura, que foi e ainda é praticada nas terras baixas tropicais úmidas, tinha, então, o inconveniente de que suas colheitas são muitas vezes difíceis ou impossíveis de conservar para consumo prolongado na entressafra. A agricultura que parte de sementes parece ser uma etapa posterior, originada em climas subtropicais com uma estação seca anual. Essa modalidade



começou a predominar na Ásia e na África a partir do século VII A.C. (trigo, arroz, sorgo, lentilha e outros cereais) e, independentemente, na América, a partir do século V A.C. (milho, feijão, quinoa, entre outros) (Harris, 1972; Flannery, 1973). É uma agricultura que produz alimentos vegetais muito mais concentrados, geralmente mais ricos em proteínas e de preservação mais fácil, devido a que já estão em grande parte desidratados no fim da maturação. Mas o preço dessas vantagens, em termos de trabalho, era, a princípio, bastante alto. Custou muito para que se conseguisse selecionar empiricamente plantas cujos frutos amadurecessem ao mesmo tempo nos indivíduos de uma cultura. Logo que isso foi alcançado veio o pesadelo trazido pelo fato de que os grãos tendiam a cair dispersos no solo (ou na água dos brejos dos arrozais) assim que ficavam maduros. Isso tomou essencial um trabalho afilto e ininterrupto de colheita, concentrado em tempo muito curto (Heiser, 1973). Estas crises acabaram sendo superadas com a seleção de cultivares e de espécies com sementes aderidas. Mas havia também o problema de que os cultivos densos e repetidos tendiam a esgotar rapidamente o terreno.

A princípio este tipo de agricultura só pôde, pois, fixar-se em locais especiais, nas margens de rios cujas cheias periódicas restituíam a fertilidade gasta nas colheitas. A falta desse mecanismo compensador da espoliação por cultivos sucessivos no mesmo lugar parece ter condicionado ciclos de migração maciços na América Central pré-colombiana. Além disso, em muitas espécies, especialmente nos trópicos, as sementes têm uma viabilidade curta, de modo que não podem ser guardadas para plantio muito depois da maturação. A seleção de sementes com período relativamente longo de viabilidade, e com uma dormência que pode ser interrompida quando se queira, foi outro trabalho empírico que custou bastante tempo e que, para muitas plantas tropicais úteis, está ainda por conseguir-se.

De qualquer modo, a agricultura que parte de sementes é, hoje, uma herança tecnológica e cultural com a qual provavelmente teremos de conviver por muito tempo. A tal ponto que a produção de sementes pode ser usada como um índice do tipo de relações humanas de um sistema econômico: as estatísticas da FAO revelam, por exemplo, que nos países mais desenvolvidos produzem-se mais sementes para a alimentação de animais domésticos do que, nos países do terceiro mundo, para a nutrição humana.

A saída dessa dolorosa conjuntura depende de se atuar sobre muitas causas diferentes, que apresentam um sistema de inter-relações estratificadas e cíclicas. Uma das

condições da evolução é evidentemente um conhecimento mais completo e mais profundo da biologia das sementes, seja para tornar sua produção mais eficiente, seja para conseguirmos outras maneiras, complementares ou alternativas, de obter alimentos e matérias-primas vegetais.

O estudo biológico das sementes

O conhecimento científico das sementes começou propriamente no fim do século XVII (1694), quando Camerarius suspeitou da existência de sexo nas plantas com flores, continuando a etapa pioneira com as primeiras experiências de hibridação feitas por Kolreuter em 1761. O estudo da fecundação nas plantas foi iniciado por Amici com a descoberta do tubo polínico (1824-1830) e a descrição da fecundação do óvulo (1847), sendo esses achados generalizados por Hofmeister (1849, 1851) e completados por Navashin em 1898. Pouco depois, em 1905, De Vries, Tschermack e Correns redescobriram simultaneamente as leis básicas da hereditariedade formuladas várias décadas antes por Mendel. Naturalmente os estudos comparativos teriam ficado perdidos num labirinto de diversidades, sem um fio condutor, se não fosse pela teoria da evolução e pela convicção de que a seleção natural é um dos fatores do processo evolutivo, como decorre dos trabalhos de Wallace e de Darwin nos meados do século XIX (1859). Em suma, só no início do século XX é que se reuniram todas as informações indispensáveis para esclarecer os mecanismos básicos por meio dos quais se formam as sementes. Essa demora deixa de ser surpreendente se se considerar que o trabalho de descobrir os fenômenos biológicos básicos que dão origem às sementes exigia todos os processos da Óptica necessários ao desenvolvimento da microscopia, bem como os avanços da Química, que eram indispensáveis à produção dos corantes sintéticos, e os progressos da indústria mecânica para a microtomia e outras técnicas.

Diversidade, unidade e adequação

Enquanto se reuniam esses dados funcionais por meio de alguns trabalhos fundamentais, os biólogos descritivos esquadrihavam todos os aspectos de observação acessíveis e acumulavam uma considerável massa de

informação sobre a estrutura e as grandes linhas de funcionamento das sementes durante os períodos de sua maturação, de sua dispersão, da vida latente e da eventual germinação. Desse enorme acervo de dados particulares pacientemente reunidos emergiram três conhecimentos de caráter geral, que justificam e enobrecem todo o esforço analítico que tornou esse avanço possível: (1) a consciência da forte *diversidade* dos modos de organização e de funcionamento das sementes; (2) a descoberta da grande *unidade* de estrutura e de função subjacente a essa diversidade; (3) a impressionante *adequação* desses modos de funcionamento às condições ambientais que prevalecem antes, durante e depois da germinação.

A diversidade das sementes se manifesta quanto à sua massa (que, em diferentes espécies, varia de 10^{-6} a 10^{+4} gramas), quanto à duração de vida (que varia de dias a séculos), quanto à forma, quanto aos mecanismos físicos e bióticos de dispersão, quanto à composição química e quanto às condições ambientais exigidas para germinação. Essa diversidade não é, porém, mais que um conjunto de variações em torno de um mesmo tema fundamental. Porque toda semente contém sempre quatro unidades funcionais básicas: (1) um efetuator de crescimento; (2) uma série de barreiras de difusão; (3) uma fonte de energia potencial e precursores químicos; (4) uma fonte de informação.

O efetuator de crescimento é, em geral, o eixo embrionário, um conjunto de células que, quando normalmente ativado, apresenta um aumento irreversível de volume que é polarizado numa direção. As barreiras de difusão dos tegumentos são tecidos cuja natureza varia com a espécie, sejam eles do óvulo, do fruto, de partes persistentes da flor ou, mesmo, da inflorescência, que separam o efetuator de crescimento do seu exterior.

Enquanto esse isolamento não se rompe, o nível das trocas de matéria e de energia entre a semente e o meio continua baixíssimo, de modo que os envoltórios seminais desempenham sempre um papel fundamental na manutenção da semente em vida latente ou hipobiose. Também é de notar-se que o isolamento semente-meio é um caráter fortemente adaptativo, na medida em que o embrião se mantém isolado do ambiente que o rodeia, e por isso mesmo permanece fora do alcance das condições desfavoráveis desse meio. Então, enquanto a semente sobrevive em hipobiose poderá ainda germinar quando as condições ecológicas eventualmente mudarem. A energia potencial da semente apresenta-se sob a forma de ligações químicas de compostos acumulados durante a fase de maturação, quando a semente ainda está unida à planta-mãe. Essa energia se



VINCA ROSEA

*Quem
pensaria que
das plantas que
produzem
estas flores, tão
nossas conhecidas,
se extraem
medicamentos
anticancerígenos?*

quais certamente a maioria era inviável nas condições que tinha de enfrentar.

De passagem, observe-se que a interpretação teleológica só registra os programas bem-sucedidos, ignorando o fato fundamental de que sempre surge uma certa proporção de programas canhestros ou letais. Isto evidencia que o que se apresenta, a uma observação estática, como um acúmulo predictor de informações sobre o meio é, na verdade, o resultado da eliminação sistemática dos programas inviáveis. A recorrência de programas deletérios (relativamente a determinadas condições de meio) é um traço importantíssimo, pois os inadaptados de hoje podem ser os adaptativos de amanhã, uma vez que as condições ambientais não são fixas.

Conservação, inovação e prospecção

O problema da adequação (da estrutura e do funcionamento) das sementes às condições ambientais do meio em que elas têm de formar-se, dispersar-se e germinar, esse problema, como todos os problemas filosóficos básicos, não é um mero exercício de interpretação da natureza, mas é uma questão de interesse fundamental para a sobrevivência humana, como é fácil demonstrar.

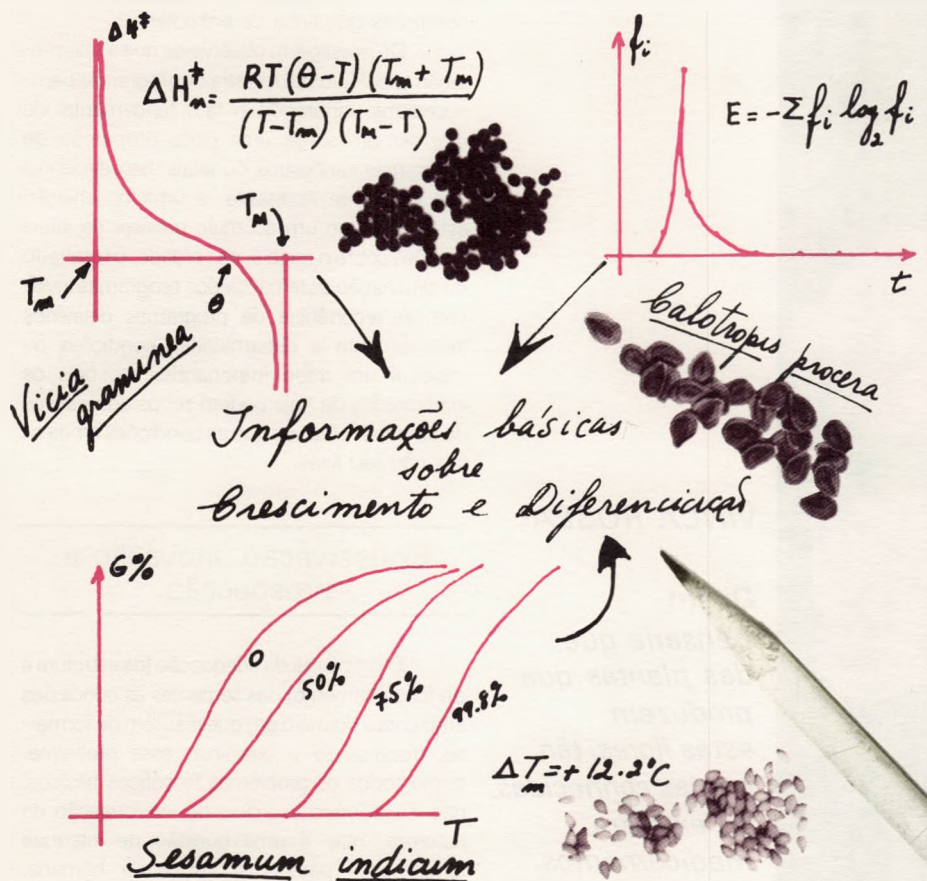
Vistas as coisas do ponto de vista evolutivo, e com os dados disponíveis em nossos dias, todo o trabalho empírico de seleção das sementes de plantas cultivadas, todo esse trabalho que vem sendo conduzido desde o Neolítico, nada mais fez do que atuar contra o que seria a seleção natural na ausência do homem. A maturação não-simultânea das sementes aumenta a probabilidade de sobrevivência da espécie, porque evita o risco de se perder toda uma "safra" de sementes se ocorre uma vicissitude climática justo na época das sementes maduras. E a seleção agrícola trabalhou sempre contra isso. A queda das sementes à medida que elas amadurecem é outro caráter adaptativo, que adianta a dispersão e, em consequência, aumenta a probabilidade de que as sementes encontrem algum habitat favorável à germinação. E isso foi sistematicamente evitado pela seleção, que controlou a "domesticação" das variedades e espécies cultivadas.

A germinação defasada (um desastre para o agricultor que almeja culturas uniformes, que gerem colheitas maciças e não dispersas no tempo) é outra característica fortemente adaptativa, que "espalha" a germinação no tempo. A variabilidade dentro da população de uma espécie (que o agricultor procura eliminar para ter rendimentos previsíveis e produtos unifor-

libera por meio de reações do metabolismo da semente germinante, produzindo fosfatos orgânicos ricos em energia (a "moeda corrente" das trocas energéticas celulares) e, simultaneamente, precursores de todas as substâncias do fundo químico inicial da plântula. Todo esse desenvolvimento germinativo — cuja fase quantitativa é o crescimento e cujo aspecto qualitativo é a diferenciação (Sinnott, 1960) — expressa-se nos níveis molecular, celular, tissular, de órgão e de organismo. Mas segue um programa, que está contido no código genético das células do embrião, quer dizer, no DNA dos núcleos e das organelas dessas células. Este programa é a fonte de informação da semente.

O estudo das numerosas modalidades de germinação das sementes de diferentes espécies deixa o observador perplexo diante da exatidão e do refinamento com que as sementes harmonizam seu desenvolvimento com as condições dos numerosos nichos ecológicos, disponíveis e acessíveis pelos mecanismos de dispersão. Alguns autores, (como, por exem-

plo, van der Pijl, 1972) vêem nisso o resultado de um desígnio ou finalidade, do mesmo tipo que o propósito e o planejamento de um trabalho humano delineado, uma manifestação de inteligência e de previsão. A mim esta interpretação — dita teleológica ou finalista — sempre me pareceu um desvio antropocêntrico do pensamento. É uma atitude que desempenha na Biologia um papel muito parecido com o que o sistema geocêntrico, antes de Copérnico, tinha na Astronomia. Parece-me muito mais exata e muito mais fértil a via que procura explicar a adequação do funcionamento das sementes aos seus respectivos meios como uma consequência da seleção natural. Segundo este ponto de vista, somente sobrevivem os programas que se harmonizam com a sequência ambiental de algum nicho ecológico. Mesmo se nos limitarmos à história das Angiospermas (o grupo mais evoluído de plantas com sementes), houve bastante tempo, desde o Cretáceo, para que tal seleção atuasse sobre uma enorme diversidade de programas, dos



mes) é outro traço adaptativo, porque deixa margem a que a seleção natural (por doenças, predadores, calamidades climáticas, incêndios, diferenças de solo e a própria competição entre os indivíduos da população cultivada) raramente elimine *todos* os indivíduos. Ademais, a competição econômica entre os agricultores e entre os comerciantes tende a varrer do mercado as espécies e variedades que, hoje, são menos produtivas. Amanhã, uma doença agressiva pode eliminar essas variedades eficientes e onde iremos nós buscar as outras variedades para recomear, se já ninguém mais as plantou?

Todas essas considerações — por detrás das quais está o abandono do fatalismo teleológico em favor da interpretação evolucionista — deram lugar a uma doutrina segundo a qual é *essencial* cuidar-se da preservação da diversidade natural das sementes e, mais ainda, procurar estimulá-la por todos os meios que a Genética e a Fisiologia facultam. Tal perspectiva é a que orienta a organização dos chamados “bancos de germoplasma” ou de plasma germinal. Essas coleções — das quais as coleções de sementes vivas são uma das formas mais freqüentes — constituem o trabalho *conservador*. As pesquisas de melhoramento e de

engenharia genética (uma forma de melhoramento que usa técnicas mais recentes que as clássicas de hibridação e seleção de mutantes) constituem o trabalho *inovador*. É óbvio que esses dois tipos de trabalho se completam e que, portanto, devem crescer paralelamente.

No Brasil e em alguns outros países há um terceiro tipo de trabalho que apresenta perspectivas notáveis e que é simplesmente a *prospecção* de plantas úteis, pois a flora do Brasil ainda conta com numerosíssimas espécies de utilidade já conhecida, que ainda não são cultivadas (como um simples exemplo, as madeiras-de-lei), além de outras cuja utilidade potencial não foi ainda apurada, e ainda outras de possível utilidade, todavia indeterminada.

Emprego aqui o termo “utilidade” em um sentido amplo, pois há muitas plantas que são úteis para o conhecimento, o que é tão importante quanto a utilidade industrial ou alimentar. *Ginkgo biloba*, por exemplo, uma árvore que ocorria em extensas áreas na era Terciária e que, na atualidade, só aparecia espontaneamente em certas zonas da China. Esta planta foi descrita inicialmente por Kaempfer, de material cultivado nos mosteiros budistas do Japão, originalmente trazida do

Tibet. Subseqüentemente, Ikeno e Hirase, dois citologistas japoneses, descobriram que a fecundação nesta espécie se dá por espermatozoides ciliados que nadam dentro do tubo polínico. Por essa característica, assim como pela presença de cloroplastos no tubo polínico, esta Gimnosperma apresenta uma situação intermediária entre as samambaias e as coníferas, quanto à fecundação, sendo, pois, uma espécie extremamente útil para os estudos de evolução e fisiologia comparada. Foi com seu pólen que se conseguiu inicialmente obter culturas de tecidos (calos) haplóides. E não se diga que esse gênero de utilidade é transitório, porque, então, quase nenhuma planta permeneceria útil. Quando os fitoquímicos isolam e caracterizam uma substância útil de uma planta, muitas vezes os químicos orgânicos acabam sintetizando a mesma substância ou outras de propriedades similares, tornando a planta supérflua para fins de produção. Até há pouco tempo a única utilidade à prova da competição da síntese orgânica era constituída pelas proteínas. Com o advento da engenharia genética isso não é mais verdade; descoberta uma proteína, e conhecida a sua estrutura primária, é possível programar a sua síntese utilizando como “fábrica” microorganismos, de modo a não se necessitar mais da planta onde a proteína foi inicialmente descoberta. Mas será isso razão para considerarmos que essa planta perdeu a utilidade? Toda planta produz uma imensa variedade de produtos e ainda pode ser modificada de maneira a produzir muitos outros, de modo que é, no mínimo, temerário um conceito muito pragmatista de utilidade.

Um exemplo de achado relativamente recente de uma planta útil à medicina é o caso de *Vinca rosea* (*Catarranthus roseus*), que ilustra bem o interesse da prospecção de plantas úteis. Em 1955, dois laboratórios, independentemente um do outro, tomaram a iniciativa de apurar se havia alguma verdade na tradição de que o chá das folhas desta planta tinha efeitos antidiabéticos (Nobbe *et al.*, 1958; Johnson *et al.*, 1959, 1960). Ambos os grupos verificaram que não havia ação antidiabética alguma. Uma das equipes (Nobbe e associados) relata que, nessas experiências, todos os ratos injetados morreram de septicemia provocada por uma bactéria que havia infectado ratos de outras experiências simultâneas. A suposição de que os extratos de *Vinca* causavam uma baixa na resistência à infecção levou esses pesquisadores a fazerem controles hematológicos que revelaram um quadro de granulocitopenia e de depressão da atividade da medula óssea. Isto levou à suspeita, depois confirmada experimentalmente, de que esses extratos apresentavam um efeito antimitótico, isto é, um efeito paralisador das divisões celulares.

No outro grupo de pesquisa (Johnson e colaboradores), o que sugeriram os ensaios de atividade antimitótica, e especialmente antileucêmica, foi a consideração de que a farmacopéia popular também atribuía aos extratos de *Vinca* a propriedade de curar feridas crônicas, cuja dificuldade de cicatrização era atribuída a serem os pacientes diabéticos. Diante dos resultados negativos dos ensaios de efeitos antidiabéticos, aventou-se a hipótese de que essas feridas curadas fossem, na verdade, malignas. Os experimentos para controle de efeitos antitumorais dos extratos foram concluídos e positivos. Com o estímulo desses resultados convergentes em dois laboratórios, procedeu-se ao estudo fitoquímico dos extratos e isto conduziu ao isolamento de um novo grupo de alcalóides, dentre os quais a vinblastina, a vincristina e a vindesina se revelaram excelentes quimioterápicos contra certas formas de câncer. Ademais, são substâncias de grande utilidade para o estudo bioquímico da divisão celular e de outros variados efeitos ligados à atividade dos microtúbulos (organelas celulares dos seres eucariotas cuja existência foi comprovada por Porter em 1963). Um parêntese significativo: o interesse pelo estudo das plantas do gênero *Vinca* para a medicina foi assinalado há muito tempo em um trabalho de Teodoro Peckolt, feito no Brasil, em 1910.

Quantas plantas haverá na nossa flora — algumas das quais podem estar sendo agora

queimadas nas florestas amazônicas, em adiantado estado de devastação — que ainda aguardam os estudos fitoquímicos e farmacológicos que podem trazer surpresas desse tipo?!

Seja como for, é claro que o uso dessas plantas supõe o seu cultivo e o seu melhoramento. E esses trabalhos exigem, entre outras coisas, pesquisas sobre a germinação das respectivas sementes, seja para produção, seja para obter recombinações convenientes de caracteres.

Quem? onde? como?

Hoje em dia nenhuma pessoa bem informada duvida de que todo país e até toda região natural tem que dispor de um trabalho organizado e permanente que realize esses estudos. Para isso é essencial que existam pessoas especificamente treinadas neste campo e laboratórios com equipamentos e bibliografia adequados. No Brasil esses dois fatores de progresso escasseiam. Por quê?

Por um lado, por inércia histórica, à qual não se opôs suficiente iniciativa. Só muito recentemente os estudos biológicos com plantas, no Brasil, conseguiram sair da exclusiva atividade descritiva (que é necessária, mas não é suficiente) para o trabalho experimental. Isso causou uma carência de pessoal fundador de novos laboratórios, carência que ainda não foi

compensada pela formação de fisiólogos fora do país, nem pelo esforço de atrair pesquisadores estrangeiros maduros.

Com um número pequeno de fisiólogos de plantas, as especialidades de fisiologia do desenvolvimento e, dentro desta, de fisiologia da germinação, no Brasil, se encontram com quadros muito reduzidos. Só há um meio de romper esse círculo vicioso: associar sistematicamente a execução dessas pesquisas à formação de novos pesquisadores. O "lugar geométrico" natural desse esforço é a universidade.

Pela dimensão da carência logo se avalia: (1) A perda de tempo causada pela desarticulação de laboratórios que já trabalhavam nesta direção com resultados concretos; (2) A necessidade de que várias universidades brasileiras lancem iniciativas nesta direção, entre elas a UnB. ●

Luiz Gouvêa Labouriau é Ph.D pelo California Institute of Technology, membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências de Nova Iorque. De seus 40 anos de pesquisa em Fisiologia Vegetal, passou os últimos 13 (1973-1986) no Instituto Venezuelano de Investigações Científicas, em Caracas. Regressou este ano ao Brasil, a convite da UnB e do Ministério da Ciência e Tecnologia, para fundar um laboratório de Termobiologia e participar ativamente do ensino de pós-graduação. Conta 62 trabalhos científicos originais publicados e dois livros. Contribuiu para a formação de 43 novos pesquisadores e fez parte do grupo que planejou a criação da UnB.

Referências bibliográficas

1. Sauer, C. O., 1969, *Agricultural origins and dispersals, the domestication of animals and foodstuffs*, The M.I.T. Press, Cambridge, Mass, USA, 175 p.
2. Harris, D.R., 1972, *Amer. Sci.* 60, 180.
3. Flannery, K.V. 1973, *Ann. Rev. Anthropol.* 2, 271.
4. Heiser, C. B., 1973, *Seed to civilization, the story of man's food*, Freeman, San Francisco, 243 p.
5. Sinnott, E. W., 1960, *Plant Morphogenesis*, McGraw-Hill, New York, 550 p.

6. Pilj, L. Vander, 1972, *Principles of dispersal in higher plants*, Springer, Berlin, 162 p.
7. Nobbe, R. L. *etal.* *Ann. N.Y. Acad. Sci.* 76, 882.
8. Johnson, I. S. *etal.* 1959, *J. Lab. Clin. Med.* 54, 830.
9. Johnson, I. S. *etal.* 1960, *Cancer Res.* 20, 1016.
10. Peckolt, Th., 1910, *Ber. deut. pharm. Ges.* 20, 36.
11. Labouriau, L.G. & V.A. Fiuza Costa, 1976, *Objetivos e Instalações Básicas de um Laboratório de Fisiologia Vegetal*, Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 59 p.
12. Labouriau, L.G., 1983, *A germinação das sementes*, Monografias científicas da O.E.A., Washington, D.C. USA, 170 p.

Resumen

Ciencia

GERMINAL

Para un historiador, "germinal" es el nombre del mes de marzo en el calendario de la Revolución Francesa. Para un literato, es el título de una famosa novela naturalista de Zola. Un químico orgánico pensaría, tal vez, que es algún aldehído de plantas. Para la mayoría de las personas parece nombre de remedio. En biología, "germinal" se refiere a las células reproductoras o, en un sentido lato, a las primeras etapas del desarrollo de un ser vivo. Relacionada con esta última acepción, la palabra designa aquel período, todavía tan poco conocido, en que una semilla sale de la vida latente para el desarrollo activo.

Abstract

Science

GERMINAL

For the historian, 'Germinal' is the name of the month of March in the Republican calendar, an ephemeral product of the French Revolution. For a literary person, it is the title of a famous naturalist novel by Zola. An organic chemist would perhaps regard it as an organic substance derived from plants. To the majority of people, it sounds like the name of a medicine. In biology, 'germinal' refers to the reproductive cells or, in a broad sense, to the first stages of development of a human being. In the latter understanding, the word is used to describe that little known period when the seed emerges from latent life into active development.

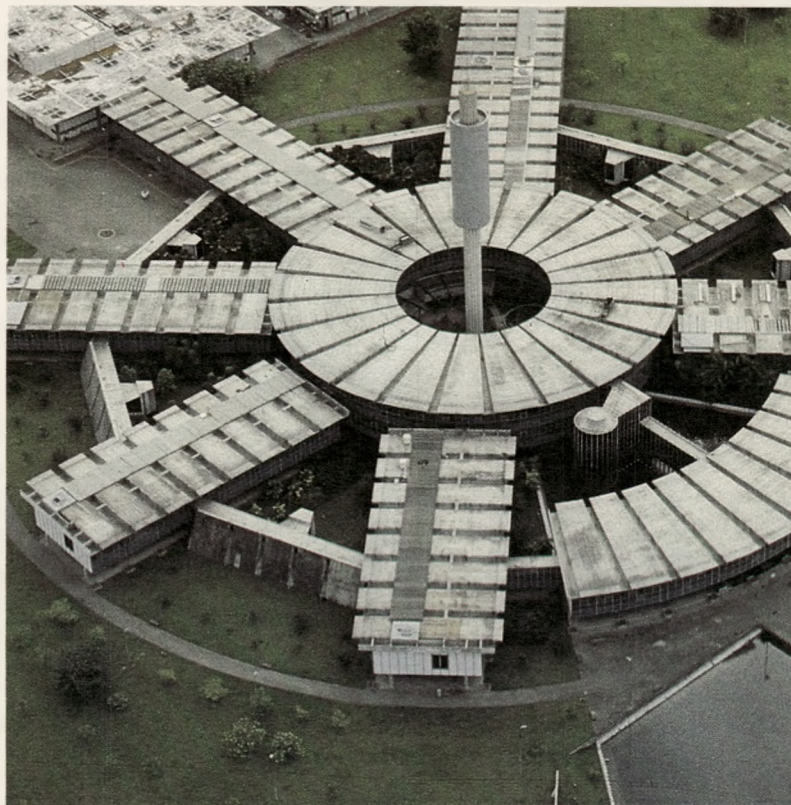
O PETRÓLEO SÓ É NOSSO QUANDO A TECNOLOGIA TAMBÉM É.

O desenvolvimento tecnológico é fundamental para o progresso de uma indústria.

E uma empresa industrial só conquista autonomia efetiva quando consegue dominar e desenvolver a tecnologia que utiliza.

Daí a importância do CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello.

O CENPES é o principal pólo de desenvolvimento de tecnologia da Petrobrás. Nele realizam-se pesquisas de novos processos e produtos, adequados às características do mercado e das nossas matérias-primas. Realiz-



Instalações do CENPES na Ilha do Fundão-RJ

zam-se também projetos de engenharia básica, que são o primeiro passo para a implantação de instalações industriais.

A pesquisa e a engenharia básica integram-se, assim, no esforço constante de aprimorar a tecnologia, o que assegura à Petrobrás uma posição competitiva em relação às empresas do mes-

mo gênero. A área de atuação do CENPES inclui também o aperfeiçoamento do pessoal técnico de nível superior, além de proporcionar serviços de informação técnica e propriedade industrial (marcas e patentes).

A partir de 1973, o CENPES passou a funcionar em modernas instalações na

Cidade Universitária (Ilha do Fundão), no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É um conjunto de 15 prédios e construções auxiliares, que totalizam 39.000m² de área construída e onde se aloja a maior parte de seus quase 1.500 empregados, dos quais 630 são portadores de títulos universitários.

Como resultado de sua intensa atividade, o CENPES já domina cerca de 50 tecnologias fundamentais para a Petrobrás. E, no seu constante esforço de inovação, está sempre se valendo da colaboração de outras companhias, instituições científicas e universidades.

Nesses 21 anos de atividades, o CENPES contribuiu decisivamente para que a Petrobrás se tornasse uma empresa tecnologicamente forte, ocupando um lugar de destaque entre as mais avançadas companhias de petróleo.



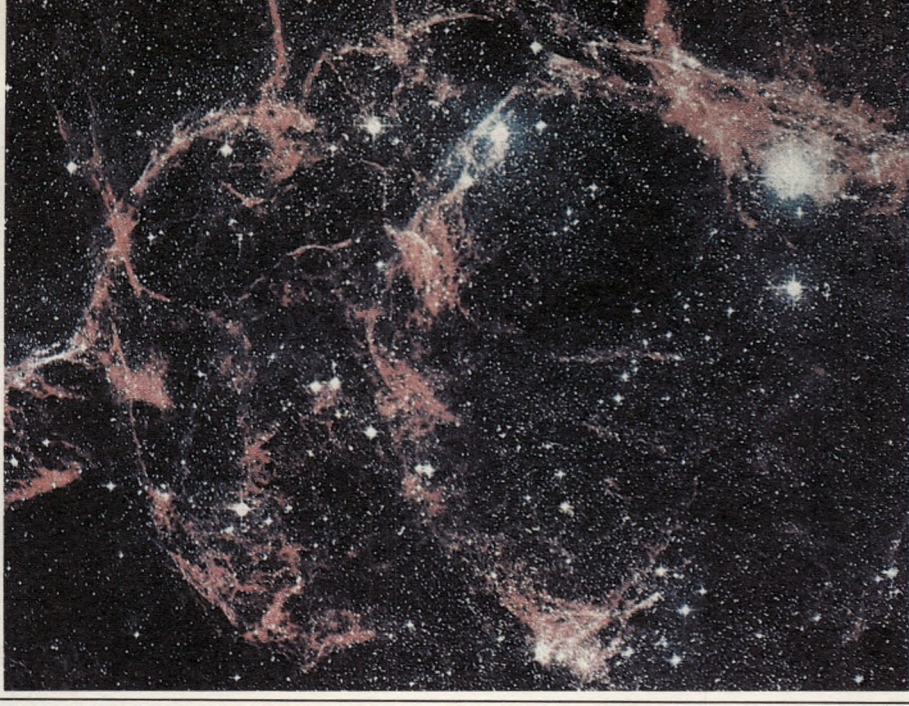
PETROBRÁS

O *Big Bang*: o início da saga do Universo foi através desta explosão há cerca de 20 bilhões de anos. As galáxias seriam produtos dos fragmentos do "ovo cósmico". Nós somos apenas fragmentos.

Contemporâneos do passado

Airton Lugarinho de Lima Câmara

O dia 4 de julho de 1054 ficou marcado na história da astronomia pela bela aparição de um astro no céu do hemisfério Norte: uma Supernova cujo brilho foi quase dezesseis vezes superior ao da estrela Sírius (a mais brilhante do céu). A Nebulosa de Caranguejo, na constelação do Touro, originou-se dessa explosão da estrela nova de 1054. Os elementos formados durante a vida e a morte de uma estrela são lançados ao espaço. Ao olharmos para o céu estrelado, ao observarmos uma Supernova, estamos nos convertendo, através de grandes distâncias, em contemporâneos do passado.



A Nebulosa da Vela se encontra na Constelação da Vela e explodiu há 10.000 anos, enquanto a Terra atravessava uma glaciação e os homens pré-históricos migravam para a América. Existe uma Estrela de Nêutrons associada a esta nebulosa.

*— Ninguém na estrada, pelo que vejo — disse Alice.
— Só queria que eu tivesse esses olhos — observou o Rei, com um tom de irritação. Ser capaz de ver Ninguém! E a esta distância!*

Lewis Carrol (Alice através dos Espelhos)

Há uma ordem de insetos chamada Ephemeroptera que é bastante curiosa. Na forma de larva, estes insetos passam até três anos nas lagoas, e, ao atingirem a forma adulta, ganham asas, voam pela superfície da água, acasalam e... morrem! Tudo isso em um dia apenas.

A visão de mundo destes insetos, se imaginarmos que eles possuem consciência, será tão irreal quanto maior for a distância entre o tempo de vida da floresta e o das formas adultas daqueles insetos. Quando os adultos saem da lagoa, encontram uma floresta que já existe. Eles passam suas curtas vidas sem perceber nenhuma modificação na mesma. Morrem deixando a floresta da mesma maneira que a encontraram. Um “pensador” ephemeroptero concluiria que a floresta é eterna e imutável, criada, talvez, por um ente divino — certamente com a forma de inseto — que a tudo controla.

É exatamente essa visão de mundo que se apresenta aos homens como natural. Nós chegamos ao mundo, vemos as estrelas e, ao deixarmos a vida, tudo está como encontramos. Concluímos que o céu estrelado é eterno e imutável, criado por uma entidade divina, desta vez com forma humana. É apenas isso, a ceceira do Rei da Alice.

A astronomia sabe, há algum tempo, que os céus não são imutáveis. Não somente do ponto de vista do movimento, pois as estrelas saem do lugar, mas também do ponto de vista da existência dos corpos celestes. As estrelas

nascem, vagam pela galáxia e morrem — possuem um ciclo de vida.

Devido às grandes distâncias que as estrelas estão de nós, esse movimento somente é percebido através de registros que perduram ao longo da história. Da mesma forma que os ephemeropteros, cada um de nós tem a falsa idéia de que tudo permanece como encontramos. Cada homem não é capaz de perceber o movimento das estrelas, mas a humanidade testemunha este fato. A disposição das estrelas do céu contemporâneo dos homens pré-históricos não é a mesma que está sobre nossas cabeças, neste momento.

A compreensão de que o mundo é dinâmico, custou a ser aceita no Ocidente. A idéia da imutabilidade do céu impregnava o espírito da época, desprezando com isso até mesmo uma observação astronômica, como foi a explosão da Supernova de 1054.

O dia 4 de julho de 1054 ficou marcado na história da astronomia pela bela aparição de um astro no céu do hemisfério Norte, em uma região onde nada se observava.

O acontecimento daquele dia entrou para os registros de observadores chineses, muçulmanos e até mesmo para os da tribo Anasazi (ancestrais dos atuais índios Hopi), que habitava o local onde hoje é o estado norte-americano do Novo México. Na Europa... nenhum registro!

A Supernova de 1054 alcançou magnitude¹ —4,5. Deve ter sido um espetáculo inesquecível. Para podermos compreender o que leva uma estrela a explodir na forma de uma Supernova, precisamos observar os bastidores da existência das estrelas. É em seu meio de existir que encontramos a razão de sua morte.

As vastas nuvens de gás, ricas em hidrogênio e hélio, existentes nas galáxias, é que são as grandes responsáveis pela formação das

estrelas. Estas nuvens — chamadas nebulosas — sofrem processos internos de contração e de aumento de pressão associados a um grande aumento da temperatura local. Esses pontos de concentração de gás formam núcleos estelares conhecidos por proto-estrelas, que ao receberem mais gás, devido a sua atração gravitacional, assumirão a condição final de estrelas. É neste ponto que seus destinos ficam traçados. Ao nascer, podemos saber como será a morte de uma estrela. Sua massa é o fator determinante do processo fatal.

Uma estrela com grande quantidade de matéria tem, em seu interior, uma enorme pressão e temperatura. Com isso, a “fome” da estrela é gigantesca e o “apetite”, insaciável. Como consequência, todo o combustível nuclear é rapidamente consumido levando o astro a uma curta existência. Estrelas pequenas e relativamente frias, como o Sol, podem e são capazes de estender suas vidas por bilhões de anos. Também entre as estrelas, a voracidade leva à morte.

O Sol é uma estrela típica, por isso podemos utilizá-lo para compreender o “funcionamento” das estrelas.

Nosso astro é uma esfera gasosa com características próprias, que não são exatamente as que esperamos encontrar em um gás aqui na Terra. No centro do Sol encontramos temperatura e pressão fabulosas para os padrões terrestres. Em seu forno termonuclear temos 15 milhões de graus Celsius e 100 bilhões de atmosferas de pressão! Nestas condições a matéria é posta à prova.

Quando a pressão e a temperatura atingem pontos críticos, como os citados acima, os invólucros eletrônicos não suportam a proximidade de companheiros de outros átomos e “fogem” na companhia deles, deixando os núcleos atômicos desnudos e abandonados à sua própria sorte! Estamos diante de núcleos “explícitos”. Neste estado a matéria é dita: *degenerada*.

Nenhum dos três estados da matéria serve para classificarmos uma amostra de matéria degenerada. As partículas formadoras de matéria neste estado não são átomos mas sim “fantasmas” de átomos. São átomos em potência e não em essência. O que vamos encontrar é

um mar de núcleos atômicos, "nadando" em um oceano de elétrons. Na matéria degenerada, a densidade é muito alta, pois quase toda a massa de um átomo está em seu núcleo. No caso do Sol a densidade chega a 100.

Como os núcleos atômicos podem mover-se livremente, podemos associar a matéria degenerada a um gás tradicional, para efeito de exemplificação.

Foi o físico germano-americano Hans A. Bethe (1906-) que elucidou o mistério de como as estrelas conseguem obter as altas temperaturas de seus núcleos, em 1938. Como os núcleos atômicos estão próximos e desprotegidos — sem suas camadas eletrônicas —, muitas vezes ocorrem choques que podem manter os núcleos unidos, provocando uma transmutação.

O primeiro fruto da transmutação nuclear é o hélio, o segundo elemento mais leve que existe. Assim, durante a primeira fase de vida da estrela, temos uma diminuição da taxa de hidrogênio e um aumento da de hélio. Quando o hidrogênio torna-se rarefeito, a produção de hélio diminui, a temperatura interna diminui, e como consequência a força gerada pela temperatura interna (que tende a expandir a estrela) também diminui. É chegada a hora da gravidade (que tende a esmagar a estrela) ter sua efêmera vitória. Com a transiente queda da temperatura, a gravidade consegue "apertar" um pouco a estrela, dando, com isso, munição ao "inimigo". O "aperto" gravitacional aumenta a pressão, fazendo com que a temperatura também aumente e chegue ao nível necessário para que o hélio possa ser queimado. A estrela novamente expande e encontra um novo equilíbrio. O processo é sucessivo até que a temperatura chega a 700 milhões de graus Celsius e o

oxigênio passa a ser queimado. A 1 bilhão de graus, queima-se o carbono. Ao atingir os 3 bilhões de graus, o silício transmuta-se em ferro, marcando o fim de uma fase na estrela.

A queima de elementos produz uma grande quantidade de energia. No Sol, cerca de 4 milhões de toneladas de matéria são transformadas em energia, por segundo! O núcleo de ferro é o mais associado dos núcleos atômicos. Para obter-se a fusão do ferro é necessário *consumir* energia. Neste instante o destino da estrela está selado.

A gravidade vence a batalha e esmaga o núcleo da estrela que diz-se entrar em *colapso gravitacional*. A súbita diminuição do raio do núcleo estelar desequilibra as forças internas e é liberada enorme quantidade de energia na forma de raios X, raios gama e de partículas exóticas altamente energéticas chamadas neutrinos. Esta repentina liberação de energia rompe o envoltório da estrela e ficamos diante da maior e mais espetacular catástrofe estelar que temos notícia: a *Supernova*.

Se não existissem as Supernovas, os elementos mais pesados do que o ferro, possivelmente, não existiriam. É a gigantesca e inimaginável concentração de energia de uma Supernova que vai suprir o novo "cadinho" do Universo, e os elementos mais pesados do que o ferro são construídos pelos núcleos atômicos que estiverem no caminho do fluxo energético. É o estabelecimento da *nucleossíntese explosiva*. Agora todos os elementos estão formados. Ao observarmos uma Supernova, nos tornamos testemunhas da Criação!

O destino do núcleo colapsado da estrela é bem determinado e pode assumir formas distintas como a de uma Anã Branca, Estrela de Nêutrons ou a de um Buraco Negro.

Os elementos formados durante a vida e a morte da estrela são lançados ao espaço; irão formar uma nebulosa cujo exemplo típico é a Nebulosa de Caranguejo, na constelação do Touro, que é o "cadáver" da estrela que foi avistada explodindo no ano de 1054, no dia 4 de julho. Com o passar do tempo, a matéria da nebulosa "contamina" outras nebulosas que podem estar transformando-se em estrelas e, com isso, terão condições de gerar planetas juntamente com suas estrelas. Assim nascem os sistemas planetários. Os planetas e os seres vivos que porventura os habitem, são formados por elementos cunhados no interior das estrelas. Nós somos filhos das estrelas! É a suprema consagração de nossa identificação com o Universo.

Um dos fatos mais marcantes com que a astronomia convive é o das grandes distâncias que separam os corpos celestes. Isto traz conotações importantes e curiosas. Estamos convivendo com a primeira Supernova observada no ano de 1987. É a Supernova da Nuvem de Magalhães (galáxia satélite da Via-Láctea), ou oficialmente, a Supernova 1987. A. Esta explosão, cuja luz nos chega agora, ocorreu na realidade há 180.000 anos atrás. Podemos fotografar e testemunhar um evento não somente já acontecido, mas acontecido enquanto o *homo erectus* vagava pela Terra. Ao olharmos para o céu estrelado, ao observarmos uma Supernova, estamos nos convertendo, através de grandes distâncias, em privilegiados *contemporâneos do passado!* ●

Airton Lugarinho de Lima Câmara é astrônomo e nasceu no Rio, em 1950. Trabalha atualmente no Planetário de Brasília. Suas áreas de interesse são cosmologia, final da evolução estelar e astronomia do sistema solar. Publicou em março de 1985 o livro *Introdução à astronomia do sistema solar*.

Nota

1. A magnitude é uma escala logarítmica que mede o brilho de um corpo celeste. Nesta escala, quanto *menor* for o valor expresso, *maior* é o brilho do objeto. A diferença entre duas magnitudes consecutivas é de 2,512. A magnitude da estrela Sírius (a mais brilhante do céu) é de -1,4, e a da Supernova de 1054 foi -4,5, portanto, quase 16 vezes mais brilhante do que Sírius se apresenta a nós.

Bibliografia

1. ASIMOV, Isaac. *O Universo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Bloch, 1972.
2. ASIMOV, Isaac. *O Colapso do Universo*. 3. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1980.
3. LEAKEY, Richard E. *Origens*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos: Brasília, Ed. UnB, 1981.
4. SAGAN, Carl. *Cosmos*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1981.
5. SAGAN, Carl. *O Romance da Ciência*. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1982.
6. SILVA, Jayme de Loyola E. *Zoologia*. São Paulo, F. T. D., 1973.

Resumen

Cosmología

CONTEMPORÁNEOS DEL PASADO

El día 4 de julio de 1504 quedó inscrito en la historia de la astronomía por la bella aparición de un astro en el hemisferio norte: una Supernueva cuyo brillo fue casi dieciséis veces superior al de la estrella Sirio (la más brillante). La nebulosa de Cáncer, en la constelación de Toro, se originó de la explosión de la estrella nueva de 1504. Los elementos formados durante la vida y la muerte de una estrella son lanzados al espacio. Al mirar hacia el cielo estrellado, al observar una Supernueva nos convertimos, a través de grandes distancias, en contemporáneos del pasado.

Abstract

Cosmology

CONTEMPORARIES OF THE PAST

The 4th of July 1054 was marked in the history of astronomy by the beautiful appearance of a star in the northern hemisphere: a Supernova whose radiance was almost sixteen times greater than that of the star Sirius (the brightest in the sky). The Crab Nebula in the Taurus constellation originated in the explosion of this new star in 1054. The elements formed during the life and death of a star are thrown into space. When looking at the starry sky and observing a Supernova, we transform ourselves over great distances into contemporaries of the past.

Maigret-Simenon investiga sua própria vida

Laurenço Cazarré



O belga Georges Simenon não recorreu nem ao humor e à violência, como os norte-americanos, nem aos inextricáveis enigmas que marcam a literatura policial inglesa para criar o seu Maigret. Homenzarrão casmurro, o comissário Jules Maigret, da polícia judiciária francesa, não precisa de grandes proezas físicas nem de acrobáticas deduções intelectuais para chegar ao culpado — ele simplesmente se confunde com ele, mergulha no seu mundo, até desvendar-lhe os sentimentos mais profundos. Nisso reside o seu charme.

Com o comissário Maigret, o escritor Georges Simenon obteve fama e riqueza. Vendeu mais de 400 mil exemplares de seus livros e se transformou no ficcionista mais lido neste século. E seguramente o mais prolífico também. Ninguém sabe ao certo quantos livros escreveu, entre novelas policiais, novelas “duras” e as estorinhas água-com-açúcar dos primeiros tempos. O número varia entre trezentos e quinhentos.

Mesmo assim, como outros escritores idosos (basta citar Graham Greene), Georges Simenon aos 84 anos não espera receber o Prêmio Nobel de Literatura. É improvável que os sisudos membros da Academia Sueca encontrem tempo para ler, pelo menos, metade de sua obra. Nem saúde devem ter. E mesmo seria impossível conceder um prêmio destinado a autores de “obras idealistas” a um dos escritores mais pessimistas. Aliás, Simenon não se interessa por condecorações. Que mais pode ambicionar um escritor que tem leitores, em mais de cinquenta idiomas, espalhados por todo o mundo, que obteve o reconhecimento de seus colegas mais brilhantes e que, desde a mocidade, obteve a fortuna que lhe permitiu dedicar-se unicamente ao seu trabalho?

Ano passado, uma editora portuguesa lançou, em dois volumes, suas *Memórias Íntimas*. Um livro que só confirma aquilo que seus fãs já sabiam: é um escritor que não se detém diante de nada na sua busca do homem, o homem nu, sem as máscaras que veste cotidianamente no trabalho e na família, o homem desesperadamente só, consciente do absurdo de sua existência. Com uma franqueza muitas vezes chocante, Simenon mergulha em sua própria vida e dela extrai um grande romance trágico. Um livro imperdível.

Como Arthur Conan Doyle, Georges Simenon ficou quase que eclipsado pelo seu personagem. Inúmeras vezes, sem sucesso, tentou aposentar o comissário Maigret. Mas sempre acabou cedendo ante os apelos dos leitores, críticos e editores que se apaixonaram pelo quase sempre ríspido mas profundamente humano detetive francês. Por isso, sua grande obra literária, em geral, é desconhecida do público. Situação idêntica à do criador de Sherlock Holmes.

Os trabalhos mais sérios de Georges Simenon, as suas “novelas duras”, como ele as chama, não mereceram o devido respeito por parte da imprensa e das editoras, embora tenham arrancado elogios estrondosos de outros grandes escritores, como André Gide. Entre nós, Otto Maria Carpeaux foi certamente o maior entusiasta dos conhecedores da obra do escritor belga.

Para Otto Maria Carpeaux, *La Neige Était Sale* (*Sangue na Neve*, ed. Nova Fronteira,

1982) é uma obra-prima. Um dos poucos livros que dão o real testemunho da época em que estamos vivendo. Nesta novela, com a narrativa despojada que o tornou acessível ao grande público, Georges Simenon consegue criar numa atmosfera tão opressiva quanto a de 1984, de Orwell, um personagem tão solitário e desesperado quanto o jovem K de *O Processo*, de Kafka.

Memórias Íntimas é, na aparência, um livro completamente diferente de todos os outros escritos por Georges Simenon. A começar pelo número de páginas, quase mil. O escritor belga sempre foi conhecido como autor de pequenas novelas, com um máximo de duzentas páginas. E pela figura do narrador que, nas novelas, sempre se escondia. Desta vez, ele surge por inteiro, narrando com voz própria a longa, movimentada e, no final, trágica história de sua vida.

Fora isso, ali está o escritor de sempre, só que desta vez o personagem levado a uma situação-limite, ao extremo da miséria humana, é ele mesmo.

Já o primeiro parágrafo mostra tanto o Simenon de Maigret, quanto o das novelas sérias. É um homem que escreve sobre o momento em que sua vida se rompeu e que ele penetrou no mais fundo desespero:

“Sábado, 16 de fevereiro de 1980.
Minha querida filha.

Sei que estás morta e, apesar disso, não é a primeira vez que te escrevo. Terias desejado partir discretamente sem incomodar quem quer que fosse. Ora, a tua morte veio pôr em movimento as engrenagens administrativas e outras e, ainda hoje, notários e advogados se esforçam por remover problemas que a obstinação de tua mãe acumula e que, tarde ou cedo, talvez sejam anulados pelos tribunais”.

Estas poucas linhas contém, em essência, as mil páginas das *Memórias*. Nelas estão, de um lado, Marie-Jo, a filha de Simenon que se suicidou em Paris, em 1978; e de outro, sua segunda esposa, que ele chama apenas de D, a mulher que amou desesperadamente. Com elas forma-se o trio de personagens centrais, em torno do qual girará o romance.

Logo, logo os leitores de Simenon perceberão que D. é Martine, a mulher que leva o médico Charles Alavoine ao crime em *Cartas a Meu Juiz*. É impossível separar D. de Martine. Por ela, o escritor belga teve uma paixão tão violenta e destrutiva quanto a que une os personagens do livro.

“Sim, podia. Era de fato sua carne que dessa vez se abria e desabrochava, e meus olhos não podiam deixar os seus. Então ela soltou um grande grito, um grito de loba, de

besta-fera, e ao mesmo tempo um grito de triunfo. E sorria um sorriso transfigurado, em que se mesclavam orgulho e enleio — porque ela estava acanhada — e quando sua cabeça caiu desamparada sobre o travesseiro, quando seu corpo amoleceu pacificado, ela balbuciou apenas:

— Enfim!”

Este trecho de *Cartas a Meu Juiz* sintetiza perfeitamente a paixão do escritor pela mulher que quase o destruiu. Eles se encontraram em 1946 e o livro foi escrito naquele mesmo ano. Só que o médico da novela conseguiu liberar-se da paixão matando a mulher e suicidando-se a seguir. Deste livro, disse um crítico: “É uma das mais ardentes e loucas descrições da paixão amorosa que já se fez até hoje”.

Como neste ponto, as *Memórias* de Georges Simenon levam o aficionado a estabelecer inúmeras outras ligações entre a vida e a obra deste criador que tinha a admiração e o respeito de confrades tão díspares quanto Henry Miller e Graham Greene, Louis-Ferdinand Céline e Truman Capote.

Em entrevista concedida, na década de 50, a *The Paris Review* (este texto pode ser encontrado no livro *Escritores em Ação*, ed. Paz e Terra, 1982) alinhou os três temas que mais fundamentamente o impressionavam e que a todo momento voltava a abordar tanto em suas novelas duras quanto nos livros de Maigret: a impossibilidade de comunicação entre os seres humanos; o desejo de fuga que leva as pessoas a tentarem romper com sua vida de um momento para o outro; e, por fim, a desintegração familiar.

São estes os temas recorrentes nas *Memórias*.

Com a riqueza de detalhes que lhe valeu o título de “o maior pintor de ambientes que jamais houve em toda a literatura”, Georges Simenon reconstituiu sua vida desde que, aos 19 anos, deixa sua Liège natal para morar em Paris até sua velhice em Lausanne, na Suíça, onde o alcança o suicídio da filha, uma jovem que optou pela fuga utilizada por vários dos personagens de seu pai.

Se a paixão que sente pela mulher é das mais intensas, o amor que dedica à filha é dos mais profundos e comovedores. As páginas em que deixa entrever o motivo que a levou à morte são das mais impressionantes, que talvez nunca tenha alcançado mesmo em seus livros mais ásperos.

Como o livro é dedicado a seus quatro filhos, Georges Simenon detém-se principalmente nos quarenta anos que vão desde o nascimento de seu primogênito, Marc, na Bélgica, em 1939, até a morte de Marie-Jo. No entanto, de início, faz um resumo do que foram



seus primeiros anos em Paris, quando desejava ser um escritor.

É com ternura que narra as dificuldades que passa na capital francesa tentando sobreviver com o míngua salário que recebia como secretário de uma liga política de extrema-direita. Chegava a escrever oito contos por dia, que distribuía pelas revistas ilustradas que proliferavam em Paris.

Pouco depois, parte para os romances populares. Historinhas lacrimosas para jovens pobres (antecessoras das fotonovelas, radionovelas e telenovelas). Seu primeiro trabalho chamava-se *Romance de uma Datilógrafa*. Com o que ganhou, compra uma enciclopédia e envereda também pelas novelas de aventuras. Coisas que intitulava como *Se Ma Tsiên, o Sacrificador* e *O Submarino da Floresta*, e que se passavam nas mais exóticas paragens que descobria na enciclopédia. Chegava a produzir 80 laudas datilografadas por dia.

Mais tarde, confessaria que já nesta época adestrava-se. Entre um capítulo e outro, sem romper demais com as convenções do gênero, tentava escrever alguma coisa mais forte. Mas isso só conseguiria a partir do momento em que, respaldado por Maigret, conquistasse o respeito dos editores.

Maigret nasceu em 1929, numa pequena cidade holandesa, chamada Delfzijl. Com a renda de seus contos e novelas populares, Simenon havia construído um barco, o *Ostrogoth*, com o qual viajava pela Europa. Parou em Delfzijl, para que o barco fosse consertado.

Procurando um lugar onde pudesse escrever encontrou uma barcaça abandonada num canal de águas paradas. Ali escreveu *Pietr-le-Letton* (*O Homem sem Rosto*, Nova Fronteira, 1984), que julgou ser apenas mais um romance popular.

Enganou-se. E confessa isso, quase que se recriminando, aos filhos:

"Vocês já não tiveram a sorte, como eu a tivera, de nascer entre gente modesta, o que muitas vezes lamentei; viríeis a ser, bom ou mau grado meu, menina e meninos mimados, filhinhos-do-papai. Mas em Delfzijl, não poderia adivinhá-lo. Não fora com esta intenção que eu acabara de criar Maigret, o comissário que me obrigavam a fazer regressar ao serviço, sempre que eu o aposentava".

A partir de então não mais precisará do auxílio de uma enciclopédia para encontrar cenários para suas novelas. Percorrerá o mundo inteiro sem jamais negligenciar de seu trabalho. Escreverá um livro a cada trinta ou sessenta dias. Levará vida mundana e agitada até 1937, quando decide deixar seu luxuoso apartamento em Paris e partir para um lugar afastado das cidades, dos turistas, à beira-mar. Preparava-se para ser o que considerava a grande vocação de sua vida: apenas um pai de família.

Quem tentar encontrar nas *Memórias* o segredo mágico para a excepcional criatividade deste escritor sairá frustrado. Aveso a conceituações, em momento algum ele teorizará sobre o ato de escrever. Pode-se arriscar dizer que, para ele, escrever era pouco mais ou

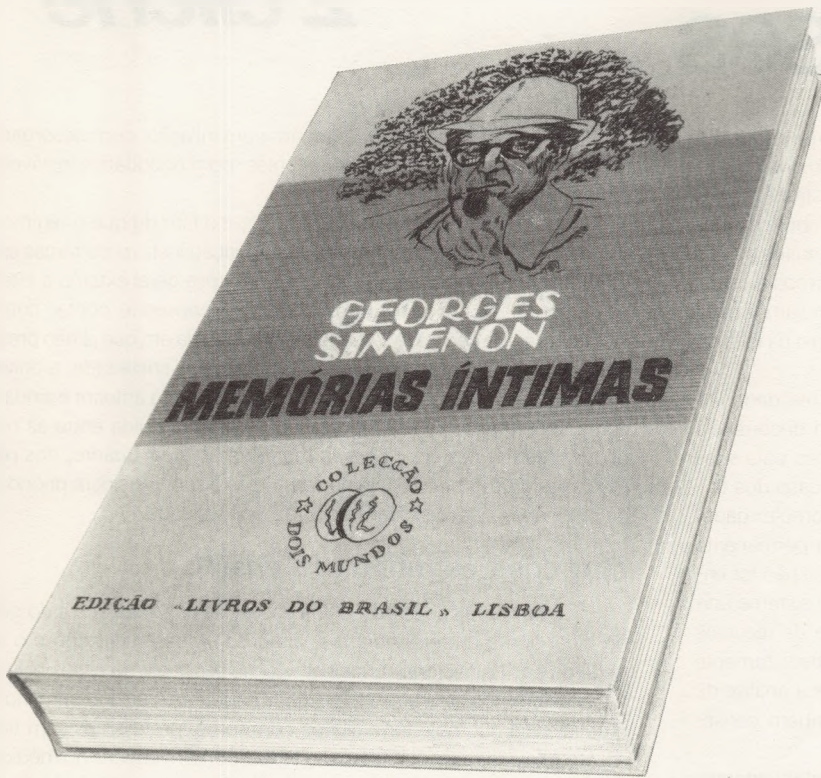
Posição de Maigret na literatura policial

A importância de Maigret dentro da literatura policial já está plenamente estabelecida. Ele será sempre o grande detetive francês, um "retificador de destinos", como seu autor o chamou. Calado, pensativo, continuará sempre a surgir frente ao criminoso e passará a ser sua sombra, até que não resistindo mais à pressão psicológica ele se entregará.

Maigret sempre correrá por fora da luta entre ingleses e norte-americanos, os papas do gênero. Nada em Maigret lembra o brilhante e inquieto Sherlock Holmes ou o presunçoso falastrão que é Hercule Poirot, aliás, conterrâneo de Simenon. Da mesma maneira, ele se acha distanciado dos cínicos e agressivos Sam Spade, de Hammet, e Phillip Marlowe, de Chandler. Raramente usará os punhos e jamais recorrerá a malabarismos de dedução. Limitar-se-á sempre a acuar o criminoso, fazendo o seu jogo, dando-lhe espaço para que ele próprio se traia. Partilhará do seu cotidiano até se fundir com ele, tendo então a plena compreensão dos mais secretos motivos que o levaram a agir.

A prosa de Simenon é seca, limpa, direta. Mas suas frases não têm a contundência e a ironia das de Dashiell Hammet. Suas descrições são simples, não têm o humor corrosivo e delirante de um Raymond Chandler. Seu texto não tem o ritmo acelerado e vibrante de Conan Doyle: é lento, quase frouxo, fragmentário. Mas, como todos estes grandes mestres, domina a técnica do suspense. E, como os outros, sabe captar as misérias e grandezas da condição humana.

O que falta agora é determinar a exata posição de Georges Simenon entre os grandes escritores da chamada literatura séria. Isso é difícil. Não aconteceu em relação a Conan Doyle, deve se repetir agora. Mesmo assim, é sempre bom lembrar que este admirador de Gogol produziu novelas — como *O Gato*, *O Assassino*, *O Homem que Via o Trem Passar*, *O Prefeito Maldito*, *O Cão Amarelo*, *O Porto das Brumas* — de altíssima qualidade, que lhe granjearam o carinho de gente simples e dos grandes deste mundo, como Mao Tsé-Tung.



menos do que uma necessidade vital, como comer. Em momento algum, entrará em considerações sobre uma expressão que considera extremamente pretenciosa — a criação literária. O que realmente surpreende é a facilidade com que escrevia, de enfiada, meia dúzia de bons livros, num verão europeu ou numa primavera americana.

Para os conhecedores de seu trabalho é interessante saber que escreveu *Sangue na Neve* justamente quando estava morando numa região desértica do Arizona. Ele explica que seu romance não se passa no Norte ou no Leste da França, como acreditavam os críticos, "mas numa pequena aldeia austríaca, que conheci bem". Esta informação talvez tenha algo a ver com a acolhida entusiástica do austríaco-brasileiro Carpeaux.

Pouco se saberá dos amigos famosos do escritor, além de rápidas referências a André Gide e Jean Renoir. Foi Gide quem sugeriu a Simenon que *Pedigree* (uma autobiografia pre-

coce, aos 40 anos, quando desenganado por um médico de província, ele esperava a morte) fosse publicada como romance, passando a narrativa da primeira para a terceira pessoa. Ao visitar certa vez o colega, Simenon surpreendeu-se com as inúmeras anotações que Gide fazia nas margens de suas novelas. Do cineasta Jean Renoir, a pessoa por quem demonstra maior carinho, fala com entusiasmo: "como conhecia bem os homens e a vida!". A segunda mulher de Renoir, Dido, informa-nos Simenon, era brasileira.

Só em raros momentos este escritor antiliterato (disse em entrevista que, ao revisar seus textos, sempre que encontrava uma bela frase cortava-a no mesmo instante) avança algum conceito. E quando o faz não centra seu ponto de interesse no homem, como seria de esperar de um agnóstico, mas no universo.

"Durante toda a minha vida fui curioso por tudo, não só pelo homem que vi viver nos quatro cantos do mundo, da mulher que quase

dolorosamente persegui, tão lancinante se me tornava a necessidade de confundir-me com ela; curioso da terra e do mar que respeito como um crente venera o seu deus; das árvores, dos mais pequenos insetos, do mais ínfimo ser ainda informe vivendo no ar ou nas águas".

Georges Simenon, que disse certa vez que "escrever não é uma profissão, mas uma vocação para a infelicidade", em suas *Memórias* revê este conceito ao afirmar que "o trabalho nos dá alegria e orgulho desde que tenhamos podido escolher aquele que nos interessa e apaixona, o que, infelizmente, não se oferece a toda gente em nossa sociedade".

Aliás, o fato de ter escrito um livro tão monumental quanto este também contraria o que dizia aos cinquenta anos. Na entrevista a *The Paris Review*, jurava que jamais escreveria um grande romance, com vinte ou trinta personagens porque "meu grande romance é o mosaico formado por todas as minhas pequenas novelas".

Ao justificar o tamanho de seus trabalhos dizia que a novela pura deve ser tão tensa que o leitor não possa interromper a leitura para continuar no dia seguinte. Suas *Memórias* o desmentem pois arrastam de tal modo o leitor que o mais provável é que na manhã seguinte ele tenha dificuldade de acordar.

Memórias Íntimas, de Georges Simenon, publicado em 1986 pela "Livros do Brasil", Lisboa — uso o chavão preferido pelos editores, mas não peço desculpas — é um livro indispensável na estante de qualquer escritor brasileiro. Este livro é especialmente válido entre nós, onde a literatura sempre foi encarada mais como um passo seguro em direção ao conforto de uma sinecura do que vocação para a infelicidade. É sempre bom ler alguém humilde, quando se vive no meio de tantas sumidades, que não regateiam estratosféricas descrições do que seja arte literária. Especialmente se este alguém é o ficcionista mais lido em todo o mundo. ●

Lourenço Cazarré é escritor, autor de sete livros, participa com dois trabalhos no livro "Contos de Mistério e Suspense" (primeira antologia brasileira no gênero), publicado no final de 1986 pela Editora Francisco Alves.

Resumen

Ficción

MAIGRET-SIMENON INVESTIGA SU PROPIA VIDA

El belga Georges Simenon no recurrió al humor ni a la violencia, como los norteamericanos, ni a los inextricables enigmas que marcan la literatura policial inglesa para crear su Maigret. Hombre corpulento y obstinado, el comisario Jules Maigret, de la policía judicial francesa, no necesita de grandes proezas físicas ni de acrobáticas deducciones intelectuales para llegar al culpado. Él simplemente se confunde con él, se entromete en su mundo hasta revelar los sentimientos más profundos. En esto consiste su encanto.

Abstract

Fiction

MAIGRET – SIMENON INVESTIGATES HIS OWN LIFE

The Belgian Georges Simenon resorted neither to the humour and violence characteristic of the north Americans nor to the baffling conundrums of British crime novels to create his Maigret. A stubborn hulk of a man, detective Jules Maigret, from the French police has no need of great feats of physical or mental acrobatics to track down the culprit. He simply gets involved with him, immersing himself in his world until the deepest feelings are uncovered – herein lies the charm of Maigret.

As quatro crises

Cristovam Buarque

Humanidades
2º clichê

Administrar uma universidade, uma empresa, uma instituição pública ou uma casa, hoje no Brasil, é como construir um edifício durante um terremoto e com escassez de material de construção: mais tempo é gasto evitando desabamentos ou retirando escombros do que levantando novas e instáveis paredes. Lamentavelmente, muitos de nós não temos consciência do terremoto, e em vez de ajustarmos a estrutura à dinâmica do solo, desistimos da construção ou acumulamos mais desperdício de tempo reclamando da escassez do cimento e da falta de ferro.

O enfrentamento da crise universitária mostra esta realidade. As greves que paralisam a universidade são, sobretudo, em decorrência dos baixos salários de seus servidores e da falta de verbas para suas atividades. Mas a solução destas dificuldades, como no caso dos terremotos, está longe de solucionar a crise em toda sua complexidade.

Os próximos anos e talvez décadas serão de uma permanente crise que, se não for entendida em toda sua dimensão, e se não for enfrentada com lucidez e disposição, levará à destruição do sistema universitário, seja qual for o nível de salário e a quantidade de recursos disponíveis. Os salários e as verbas são condições absolutamente necessárias, não é porém suficiente limitar a estes vetores a análise da crise, inclusive porque a falta de salários e verbas é também consequência e não apenas causa da crise.

A crise universitária é duradoura e tem quatro diferentes vertentes e níveis: a crise da Nação, a crise governamental, a crise da estrutura de ensino e a crise específica da universidade.

a) A crise da Nação

Por mais verbas e melhores salários que disponha, a universidade continuará a enfrentar uma crise que decorre de sua inserção na grave crise nacional. O Brasil saiu de um modelo autoritário, concentrador de renda, dependente e imitativo, e ainda não ingressou em um novo modelo social. Nestas condições, a universidade fica perplexa por não saber a que tipo de sociedade servir. Saímos de um paradigma social e ainda não encontramos um novo, e a universidade, obviamente, também perde seu paradigma. Seus agrônomos, que aprendiam a produzir para exportar, ainda não estão em uma sociedade estruturada para acabar com a fome; os engenheiros civis e arquitetos das grandes estruturas e longas estradas ainda não têm uma demanda para inventar casas populares com materiais locais; os médicos, que aprendiam sofisticados transplantes e cirurgias plásticas, ainda não são formados para atender as grandes massas, conforme a democracia exigirá; os economistas, formados para fazer funcionar o milagre do regime e modelo anteriores, não têm um parâmetro de que nova economia será estruturada.

Temos uma universidade estruturada para uma sociedade em fase final de degradação e que não tem ainda uma nova estrutura social que a oriente.

Nestas circunstâncias a universidade se comporta como um organismo que tem consciência de que deve morrer para renascer, mas cujo nascimento decorre de um meio ambiente ainda inexistente.

b) A crise governamental

A crise nacional poderia ser enfrentada de forma mais fácil se, no meio da crise histórica, fosse possível dispor de uma conjuntura saudável. Mas isto dificilmente ocorreria. A crise histórica, da Nação, leva a

governos em crise, com déficits fiscais, com inflação, com desorganização administrativa, com falta de recursos, com prioridades instáveis ou mal definidas.

No caso do Brasil isto é agravado pelo fato de que o regime anterior foi abolido com base em uma conciliação instável de forças extremamente antagônicas, e no meio de uma crise geral externa e interna.

Nesta situação, a universidade não consegue contar com os recursos de que necessita. Além disto, na medida em que já não presta o serviço que antes prestava na dinâmica da velha sociedade, a universidade perde o interesse que antes recebia do sistema anterior e ainda não conta com o apoio social necessário para ser incluída entre as novas prioridades. Nestas condições, a manter-se o atual quadro, nos próximos anos o governo não terá nem recursos disponíveis nem prioridades determinadas que permitam apoiar a universidade.

c) A crise estrutural do ensino

Mas não é apenas por culpa das crises da sociedade e do governo atual que a universidade vive sua crise. A desarticulação e o caos geral do ensino nacional funcionam como um vetor da crise universitária. Não teremos uma boa universidade enquanto o ensino primário tiver a deficiência que hoje tem: alunos com fome, professores sem treinamento e salários sem o mínimo de dignidade; sem um ensino médio que dê aos alunos uma visão crítica e profunda; e um ensino técnico que permita auxiliar na condução vocacional. Sobretudo um ensino universal que amplie o número de alunos com potencial e vocação universitária.

E isto o Brasil obviamente não tem. Bem ao contrário, talvez nenhum outro país, especialmente do porte do Brasil, relegou tanto a educação ao longo de sua história. Salvo os países tão "atrasados" que a educação se dá apenas ao nível familiar e comunitário, mesmo os mais pobres países, em um momento ou outro de suas histórias, investiram mais do que o Brasil no processo educacional de suas populações. Na América Latina, não apenas a Argentina, o Chile, o Uruguai, mas o México, o Peru, a Costa Rica, o Panamá, todos têm sido capazes de dar uma decência maior à educação primária do que o Brasil. Enquanto isto perdurar, será impossível ter uma universidade estável, capaz de desenvolver todo seu potencial.

d) A crise específica da universidade

Finalmente, além das crises externas, a comunidade universitária comete um grave erro se esquecer das próprias falhas, que independem da crise externa.

O sistema universitário tem uma crise interna, na perda da crença na utopia que vivia da ciência, da consciência, da fragilidade dos modelos teóricos, da recusa em aceitar que parte da culpa é nossa, pela falta de motivação ao trabalho, e de envolvimento e compromisso com a sociedade e o país, pelo individualismo e corporativismo, pelo apego a uma estrutura superada, o medo do novo. Tudo isto parte de uma crise interna. Sobretudo crise pela recusa em utilizar os limites de nossas possibilidades na luta pela superação dessa crise interna, e na construção de uma universidade de transição que esteja preparada para ocupar suas funções na nova sociedade.

A primeira luta hoje dos acadêmicos é pela decência da docência, que passa por salários melhores e mais verbas, mas que passa também pela consciência de todos os níveis da crise universitária, utilizando-se da margem possível para repensar e transformar a universidade.

Guia para os autores, ilustradores e assinantes

Aos autores

1. Os originais devem ser enviados em três vias ao Editor-chefe:

Silvia Távora

Editora Universidade de Brasília

Revista HUMANIDADES – Campus Uni-

versitário – Caixa Postal 153001

70.910 – Brasília – DF – Brasil

2. Os artigos enviados poder-se-ão destinar às várias seções da revista, abrangendo qualquer área de conhecimento humano.

- Ensaios
- Análises e diagnósticos sociais, políticos, econômicos
- Estudos de caso
- Relatos de experiências
- Reportagens
- Crônicas
- Entrevistas
- Perfil de pensadores
- Criação literária, contos, poesias, fragmentos de romance
- Artigos científicos
- Resenhas críticas de publicações

3. Os artigos devem ser, preferencialmente, inéditos. Poderão sofrer revisão por parte da Edição e, se necessário, serão enviados de volta ao autor com as sugestões de mudanças ou solicitação de maiores informações. Nenhuma modificação de estrutura ou conteúdo será feita sem o prévio consentimento do autor.

4. Os trabalhos publicados na revista só poderão ser reproduzidos com a autorização expressa da Edição da revista. As idéias neles contidas são de absoluta responsabilidade de seus autores.

5. Apresentação dos originais:

- a) Os artigos devem ser datilografados em laudas de 30 linhas, de 72 toques, não devem ultrapassar 25 laudas.
- b) Devem conter, além do texto propriamente dito:
 - Uma abertura (**lead**), datilografada em lauda separada, abordando as principais idéias (idéia) do artigo. Esta abertura se destina a motivar o interesse do leitor pelo tema.
 - Notas e referências bibliográficas. Nos dois casos devem ser relacionadas no final dos originais e apresentadas de forma padronizada.
 - Resumos em português, inglês e espanhol.
 - Ilustrações, fotos, gráficos e tabelas, se for o caso.
 - Um breve currículo do autor de no máximo 5 linhas.

6. Resenhas críticas

As resenhas críticas a livros, periódicos, artigos de periódicos ou teses devem conter as informações bibliográficas da publicação em pauta (nome, título, editor, ano da publicação, tradutor e título original se for o caso) e não devem ultrapassar as 70 linhas. Elas são

assinadas e devem trazer alguma informação sobre o autor da resenha.

7. Sugestões aos editores

Esta seção, também de resenhas críticas, se destina a sugerir títulos estrangeiros para publicação em português aos editores em geral.

Aos ilustradores

Além de encomendar a artistas gráficos e plásticos ilustrações específicas para os artigos publicados, a revista **Humanidades** aceita trabalhos inéditos de ilustração, relacionados a algum texto ou auto-suficientes, no caso de **charges**, por exemplo. Elas devem atender às proporções da revista:

Verticais — 9,0 x 23,0 cm

Horizontais — 11,5 x 19,0 cm

Página inteira – 23,0 x 19,0 cm

Os ilustradores devem enviar um breve currículo pessoal (cerca de 5 linhas) junto com as ilustrações.

Aos assinantes

Humanidades é uma publicação trimestral da Editora Universidade de Brasília.

Você pode adquirir *Humanidades* em bancas e livrarias ou fazer a sua assinatura anual (quatro números) utilizando o cupom abaixo. O preço do exemplar avulso é de Cz\$ 66,50 e o da assinatura Cz\$ 230,00 (Cz\$ 190,00 para estudantes que anexarem fotocópia de comprovante de matrícula). *Estes preços são válidos até 31/05/87.*

CUPOM DE ASSINATURA



Editora Universidade de Brasília

Humanidades

[illegible]

Sim, desejo assinar *Humanidades* nas condições oferecidas.

ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE

FORMA DE PAGAMENTO ☐ VALE POSTA (ANEXO) ☐ CREDICARD

CHEQUE NOMINAL À
EDITORIA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA (ANEXO)

RENOVAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO QUANTIDADE DE ASSINATURAS Cz\$,00 CADA

Nº CREDICARD	VALIDADE	ASSINATURA

9

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

COLE AQUI

CARTA RESPOSTA COMERCIAL

NÃO É NECESSÁRIO SELAR

O selo será pago por:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 BRASÍLIA DF

COLE AQUI

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

Esta seção aceita resumos críticos, assinados, de livros, periódicos, artigos, teses, conferências, e de textos em língua estrangeira que o leitor considere relevante sugerir para edição em português. Pretende-se com isso uma seletiva atualização bibliográfica e uma permanente contribuição para manter aceso o debate cultural a partir da análise de um dos seus testemunhos mais expressivos – o texto publicado.

Humanidades

Edição: Guido Heleno

Crítica

Comunicação

Filho, Ciro Marcondes. *Quem manipula quem*. Petrópolis, Edit. Vozes, 1987. 163p.

Quem manipula quem

A sensação que se tem é a de alguém que recebe um sopro de brisa fresca num quarto abafado. O pensamento em comunicação entre nós nos últimos anos vinha sendo contido num círculo de giz, fruto de certa polarização, de um raciocínio dual, da racionalização de processos históricos e seu aprisionamento em categorias insuficientes para explicar a realidade. Sobre isto diz Ciro Marcondes Filho: "Classe dominante e classe dominada, ou, o que é o mesmo, burguesia e proletariado, ricos e pobres, países industrializados, avançados e países subdesenvolvidos, países imperialistas e países culturalmente dominados eram os conceitos, geralmente traduzidos como pares maniqueístas, que reduziam a complexidade do todo social a termos simples e fáceis a qualquer iniciante. Hoje, mais do que nunca, estes pares mostram sua debilidade".

O conceito em torno do qual o Autor estrutura seu pensamento é o do modo capitalista de pensar, que ele define como a transposição para o plano das idéias do conceito de modo de produção capitalista. Esse conceito tem como substrato a lógica da mercadoria, que funciona como modelo genérico para todas as relações na sociedade. "O princípio básico da lógica da mercadoria é sua conversibilidade geral. Ela fala todas as línguas, atende os interesses mais genéricos, serve a todos". Colocada esta premissa, o Autor dá o passo que permite avançar a reflexão sobre comunicação, ao desenvolver a crítica do racionalismo do pensamento de esquerda: "O desenvolvimento histórico deste século, não correspondendo às previsões e expectativas dos críticos do capitalismo, impôs-se como 'verdade natural' ao provar que o capitalismo não só não deixou de existir como, ao contrário, está bastante sólido. Enquanto a crítica de esquerda preocupava-se em seguir as etapas da construção do pensamento teórico capitalista, construindo a sua ciência, tão racional quanto a do capital, este avançava cada vez mais e por horizontes impenetráveis da crítica

marxista: a mística, o feitiço, o sonho, a fantasia. Mesmo antes dos regimes fascistas, o capitalismo já trabalhava o imaginário das massas de forma a seduzi-lo com puras promessas de felicidade enquanto a esquerda, tristemente antiquada, buscava afirmação teórica na construção de sua ciência e na politização do operariado, como artifício político para a tomada do poder".

Temos aí a revelação da dimensão mágica no plano da qual se estrutura, se constroem e se destroem valores, mitos, representações e comportamentos. Na trilha desta descoberta, se articula a pergunta que dá o título ao livro: quem manipula quem? Aqui o Autor critica uma corrente ponderável do pensamento sobre comunicação, cultura, sociedade de massas e dominação social ao rejeitar o que chama de posturas conspiratórias, que partem do "princípio de que alguns poucos tramam contra a grande maioria" e que esses poucos – sejam os imperialistas norte-americanos, os governos ou os proprietários de meios de comunicação – determi-

nam o comportamento das massas. A este ponto de vista contrapõe a idéia de que existe, "a partir das bases, dos grupos populares, das grandes massas da população (sejam elas caracterizáveis como classe dominada, subalterna, oprimida, operária ou proletária) também um movimento de reação, uma resposta, um comportamento real, uma 'participação' no processo". Não se aceita a tese de que os receptores seriam apáticos e indefesos diante dos processos de manipulação. O que existe é uma relação de troca, na qual o público tem uma postura crítica, "embora não a postura que a intelectualidade espera dele". Quando um programa agrada ao telespectador, ele luta para assisti-lo, da mesma forma que quando se desinteressa, desliga o aparelho ou muda de canal. Quando o telespectador assiste a um programa, ele está dando o seu consentimento a que seja incluído nos números ibopianos que darão à emissora poder de venda junto aos anunciantes. Em troca desta postura, a televisão lhe dá uma programação de seu agrado.

O leitor é o crítico em *Humanidades*

O leitor de *Humanidades* ganha, a partir da próxima edição, a possibilidade de comentar livros e publicações culturais, científicas ou especializadas, sempre tendo em conta a importância e oportunidade da obra em análise.

A crítica, comentário ou resenha produzidos pelo leitor deverão ter o mínimo de 60 e o máximo de 90 linhas datilografadas em espaço três. Caso o trabalho seja publicado na íntegra, em função de critérios editoriais, o autor receberá o mesmo pró-labore conferido ao corpo de colaboradores de *Humanidades*.

Mesmo não publicada na íntegra, a colaboração do leitor merecerá um registro com a eventual transcrição de pequeno trecho do texto. Os originais não serão devolvidos.

É a sua vez, leitor, de exercer a crítica e colaborar com *Humanidades*. A sua revista analítica e atual.

Tendo como eixo estes dois pontos — o domínio da fantasia e a irracionalidade, em cima dos quais o modo capitalista de pensar opera nas mais diversas situações sociais, e a idéia de troca, de participação e postura crítica das massas — se estabelece a unidade dos diversos artigos sobre diferentes temas. Ao todo são doze artigos sobre ideologia, censura, Estado e ação cultural, publicidade transnacional e cultura, jornal comunitário e mobilização popular, imperialismo cultural, telenovela e lógica do capital, dominação sexual e mercadoria na cultura de massa, propaganda política e poder, luta de classes e imaginário.

Ao afirmar que a lógica da mercadoria está na base do modo capitalista de pensar e permeia o universo artístico, cultural e intelectual, o Autor reconhece que a análise do reflexo disto nas produções culturais é complexa. Por isto, o livro apenas dá início a uma tarefa que está por ser feita. É inegável, todavia, que se trata de um excelente começo. Ciro Marcondes Filho é um talentoso jornalista, sociólogo e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com vários livros publicados dentro de uma perspectiva renovadora dos estudos de comunicação entre nós.

De uma primeira leitura do livro (que merece e exige outras), fica a impressão de que o Autor teria ido longe demais em certas posições. Assim é com relação, por exemplo, à idéia de troca (em vez de imposição) que sustenta existir entre meio de comunicação e público. Embora ressalve que o poder do público às vezes é apenas de desligar o botão do aparelho de televisão, transmite a sensação de que o público pode mais do que pode. A própria idéia de troca expressa isto, pois somente se poderia falar de troca numa relação de iguais. A mesma sensação de excesso me é passada quando se rejeita como insuficientes categorias como dominante /dominado, rico/ pobre para a análise da comunicação. Seria necessário ressaltar que, embora insuficientes, têm forte poder explicativo da realidade. Conforta, entretanto, reconhecer que as críticas do Autor são feitas não a favor da inércia, mas das transformações sociais.

José Salomão David Amorim
Jornalista e professor do
Deptº de Comunicação/UnB

Cultura

NETTO, José Teixeira Coelho. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

Se a questão que se coloca é saber quem atualmente pensa no Brasil, um dos nomes que não pode deixar de constar nesta cada vez mais diminuta lista é o de Teixeira Coelho. Professor na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e com uma expressiva passagem pela Secretaria de Cultura de São Paulo, José Teixeira Coelho Netto, ensaísta, ficcionista e tradutor, nos apresenta

Usos da Cultura, livro que se dedica ao estudo de diversas políticas de ação cultural.

Em um país no qual o Estado acredita estar promovendo a cultura através de reduzidos e isolados financiamentos ao produtor individual (o que é no mínimo um grande equívoco), um livro como esse é decisivamente esclarecedor, uma vez que traça um paralelo entre diversas experiências no tocante à criação e desenvolvimento de planos de ação cultural em países tão distintos como México, Inglaterra, França e Cuba. Em linhas gerais, são as seguintes as referências básicas de *Usos da Cultura*: os grandes investimentos do governo mexicano nos setores de educação e cultura; a prática centenária dos Centros de Arte na Inglaterra; o sistema francês de *Maisons de la Culture* (cujo projeto embrionário foi idealizado por André Malraux); e a experiência mais recente de todas elas, a cubana, cujo plano piloto pode ser resumido nos seguintes pontos: estabelecer condições de integração entre a comunidade e o sistema cultural, estender os resultados de tal integração ao sistema educacional, e aliar a isto tudo uma maior participação da infância e da juventude.

Passaremos então, no decorrer da elucidante viagem que é *Usos da Cultura*, pela onipresença do Estado mexicano no setor cultural, através da criação e manutenção das Casas de Cultura e dos Museus de Cultura Popular (aqui Teixeira Coelho nos mostra como um árduo e eficiente trabalho de pesquisa pode vir a garantir a adequação dessas Casas e Museus à realidade de cada comunidade em que são implantadas); a seguir veremos experiências consolidadas e tradicionais como as dos grandes Centros Culturais (Arts Centre, Community Arts Centre) londrinos, tais como *Barbican Center*, *The New Albany Empire*, e *Battersea Arts Center*; quanto à França, com suas *Maisons des Arts et de la Culture*, veremos aí projetos monumentais, como o *Centro Georges Pompidou*, as Casas de Cultura de Créteil, do Havre (cujo projeto é assinado por Oscar Niemeyer), e as questões de centralizações e descentralizações que envolvem tais projetos; por último, passaremos por Cuba, com suas Casas de Cultura (de *Playa* e de *Plaza*, ambas localizadas em Havana) e a obsessiva preocupação do Estado em manter a cultura diretamente ligada à educação, e ambas sob seus rigorosos cuidados.

Ao final dessa longa (e nem sempre harmoniosa e idílica) viagem, o leitor será levado ao indispensável confronto entre as experiências aqui relatadas e o caso brasileiro. Para isso Teixeira Coelho faz inicialmente uma explanação, da mesma maneira como procedeu no caso dos quatro países que aqui funcionam como fontes referenciais, da situação dos Centros Culturais de São Paulo (únicos em todo o país), uma análise de seus vínculos com o Estado e a comunidade. Em seguida, sugere pontos básicos para discussão e instalação de uma nova política de ação cultural, "sugestões para uma cultura de uso, uma cultura para usar, no lugar de uma cultura de consumo, para consumir, como a atual". Ao finalizar, Teixeira Coelho refere-se à relação indissociável que há entre cultura e utopia, lembrete vital para uma busca desesperada de soluções no tocante à lastimável situação em que se encontra a cultura nacional. Por tudo isto *Usos da Cultura* é um livro verdadeiramente indispensável, a quem quer que se

interesse pelos aspectos gerenciais da cultura, o que o torna interessante fonte de conhecimento e reflexão tanto para criadores, produtores, pesquisadores, como também para o público de uma maneira genérica. Seu autor, Teixeira Coelho, vem de experiências as mais diversas e bem-sucedidas, relacionadas com o pensar uma cultura em seus múltiplos aspectos. Através de livros como *O intelectual brasileiro: dogmatismos & outras confusões* (Ed. Global, 1978), *O que é indústria cultural* (Ed. Brasiliense, 1980), *Uma outra cena: teatro radical, poética da artevida* (Ed. Polis, 1983), *Moderno pós moderno* (Ed. L&PM, 1986), e vários outros, vem se esforçando para trazer de volta à cena brasileira um personagem há muito banido de nossa cultura: seu poder de auto-reflexão, de auto-avaliação, de auto-crítica, bem de natureza intranferível sem o qual nenhuma cultura conseguirá resistir às invasões constantes de outras culturas (dos países economicamente mais dotados), bem como e principalmente à ação corrosiva e massificante dos meios de comunicação.

Através de suas análises apaixonantes, de sua aguçada visão crítica da realidade em que se situa, e do enorme prazer que sente em transmitir a outros suas experiências, Teixeira Coelho, de forma indiscutivelmente clara e notável, se inclui entre aquele redutíssimo número de pessoas que pensam atualmente no Brasil. A leitura de *Usos da Cultura* deverá ser a prova definitiva para o que acabo de assinalar.

Florian Martins
Poeta, ensaísta e tradutor

Filosofia política

ALMINO, João. *O segredo e a informação — ética e política no espaço público*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. 118 p.

A estratégia do segredo

O cientista social e diplomata João Almino vem perseguindo uma sólida e consistente dupla carreira de pensador teórico e de crítico prático, retomando aliás a boa e velha tradição kantiana de refletir filosoficamente sobre problemas concretos da vida social. Tendo começado sua produção acadêmica por um bem estruturado estudo sobre os "descaminhos" democráticos da Constituinte de 1946 [*Os Democratas Autoritários*. Brasiliense, 1980], que se prolongou num discurso mais reflexivo sobre a mesma questão [*Era uma vez uma Constituinte*. Brasiliense, 1985], João Almino caminhou desde cedo no sentido da depuração e do refinamento de suas idéias sobre a filosofia política e sobre a política prática. Representativos dessa vertente são o seu terceiro livro publicado no Brasil, *A Idade do Presente* (Tempo Brasileiro, 1985), e o que agora se comenta sobre a questão do discurso político e sua veiculação pública.

Se naquelas primeiras páginas compareciam os "liberais" da UDN, os "oligarcas" do PSD e os

"radicais" do PCB, nestas últimas passeiam calmos pensadores de outras latitudes, como Hobbes, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, Marx e, evidentemente, o velho Kant. É em grande parte sobre as proposições kantianas em torno do segredo e da mentira que se articula a discussão de João Almino neste seu pequeno mas denso ensaio sobre a questão da informação política e sua manipulação pelo poder estabelecido. A "verdade" e a "transparência" da coisa pública figuram, por exemplo, no projeto kantiano de paz perpétua. Bem sabemos, contudo, que os governos são levados a falsificar conscientemente a informação pública como forma de atender a necessidades circunstanciais que acabam se convertendo na própria razão de ser da mensagem coletiva. O segredo e a publicidade da "coisa pública" estão sendo constantemente contrapostos na esfera da informação pelos agentes do poder político. Dessa interação não emerge a "verdade racional", mas a "verdade de fato", que, como afirma Hannah Arendt, citada por João Almino, "é política por natureza" (32).

O silêncio e o segredo integram naturalmente toda estratégia de poder, inclusive aquela que luta pela tomada do poder, caso no qual se procura desvendar o segredo ou a mentira do inimigo. Mas, como lembra João Almino, "desvendar o segredo ou a mentira também pode ser uma mentira" (43). A solução para essa questão não parece suscetível de ser encontrada na própria esfera do poder, mas sim naquele terreno que os alemães chamam de *Öffentlichkeit*, ou seja, o "espaço público". A informação tem um papel crucial nas modernas democracias: ela "é mais do que a mercadoria por excelência da sociedade pós-industrial. É sua razão de ser" (19), num espaço público irremediavelmente contaminado pela informatização das comunicações. Essa nova dimensão da estrutura coletiva da comunicação, aliada aos velhos problemas da manipulação política do discurso público, traz à tona a questão das fronteiras entre o público e o privado, bem como o direito à informação e à privacidade, que são claramente analisados nas páginas finais do livro de João Almino. "O importante é ampliar os espaços de controle público e social — e não estatal — sobre as informações; multiplicar as formas de controle das versões; eliminar as censuras sobre as informações; aumentar os controles por parte do público sobre documentos oficiais; permitir que todo cidadão tenha acesso às informações que sobre si fabricam órgãos de controle político e possa contestá-las; descartar, em qualquer hipótese, o argumento de que o segredo pode proteger aquele de quem se guarda a informação" (105-6).

Estes "imperativos éticos" apresentados por João Almino [a expressão não é dele] constituem-se num verdadeiro programa "kantiano" de democracia universal e perpétua, embora ele esteja consciente de que o segredo não pode ser facilmente eliminado do discurso e da prática política. A luta pela publicidade no espaço público não significa que todas as dimensões do segredo político passarão a ser ocupadas pela informação, já que o segredo serve também para proteger a intimidade das pessoas, mas que se passa a oferecer a possibilidade de uma maior participação política por parte do conjunto dos cidadãos da comunidade. Nessa luta, o filósofo

prático também tem sua tarefa a cumprir: "O trabalho crítico também luta contra o segredo. Ele compreende os processos em curso, parte da história, não esquece, explica o que vê, ouve e sente, e pede todas as explicações. O trabalho do escritor é o de nomear as coisas, rompendo o silêncio e, em alguns casos, o segredo" (115-6). Como herdeiro da tradição kantiana, João Almino cumpriu o seu papel filosófico, que é o de desvendar o *segredo* da coisa pública. Ao cidadão-leitor, cabe agora buscar a *informação* neste seu instigante ensaio.

Paulo Roberto de Almeida
Departamento de Sociologia da UnB

História moderna

AKCELRUD, Isaak. *O Oriente Médio*.
2ª edição. São Paulo, Atual
Editora, 1986.

Um povo em luta

O Oriente Médio, território controverso tão citado hoje em jornais, revistas e outros órgãos de divulgação de massa, é o centro problemático de conflitos e guerras localizadas, muitas vezes de difícil compreensão, mesmo para especialistas. Um desses especialistas, por exemplo, quando começou a guerra Irã-Iraque, disse que ela terminaria em uma semana, pois os dois países não tinham armas suficientes para agüentar um conflito por muito tempo.

A origem desse cadinho de interesses econômicos, religiosos e hegemônicos vem de muito longe. O Oriente Médio abrange muitos países, localizados, mais ou menos, a Leste da Europa, mas o centro de tudo une e afasta dois nomes de uma história conflitante e acirrada: judeus e árabes, irmãos de sangue de uma casta secular que se dividiu.

E como tudo começou?

Naquela região, há muitos séculos, viviam tribos nômades, que tinham o nome genérico de tribos hebraicas, pois falavam o hebreu ou hebraico. Eles tinham vindo da Mesopotâmia, daquele caldo de cultura e de civilizações, cuja "sabedoria" os especialistas atribuem até origem extraterrestre. O fato é que os judeus trouxeram muitos mitos de lá, depois adaptados, segundo alguns historiadores, à sua própria história e base mesma do *Velho Testamento* da Bíblia: origem do homem, origem do mundo, as leis mosaicas.

Uma daquelas tribos nômades, no entanto, e por razões desconhecidas, virou sedentária e ficou na região conhecida por Palestina. Fez guerra contra seus vizinhos e se aliou a outras tribos que habitavam na região. Mas esta tribo, que professava o mono-teísmo (para alguns, herança de um Faraó), pois tinha estado também no Egito, de repente começou a se dispersar (diáspora) já no século VI a.C., embora tenha deixado alguns remanescentes na Palestina.

Os israelenses de hoje acham que são descendentes daquela tribo primitiva, que se tornou nômade novamente, mas sempre com a nostalgia do passado e do sortilégio da volta. Até que, em 1948, por resolução da Organização das Nações Unidas,

foi criado o Estado de Israel naquela região onde tinham ficado os tais remanescentes da tribo nômade.

Dizem alguns historiadores que a perseguição sistemática aos judeus, em toda parte do mundo, era porque eles sempre se sentiram estrangeiros noutras terras, exilados, à parte das comunidades onde viviam e onde professavam a sua própria religião, tradicional, rígida.

Os judeus levaram perto de dois mil anos para terem o seu Estado soberano — enquanto esperavam, se regiam — salientando a religião — por uma série de "medidas" internacionais, mitos de separatismo e discriminação, como essa idéia de *pátria*, *bandeira*, *fronteira*, que só tem conduzido os povos ditos civilizados às guerras, numa histeria nacionalista cega e improdutivo. A base mesma política e mítica dos judeus era o sionismo, palavra derivada da colina de Sion, sobre a qual foi construída Jerusalém.

Muitos judeus já estavam de volta antes da criação oficial do seu Estado soberano e tinham comprado dos árabes residentes (latifundiários) muitas terras a preços exorbitantes. Mas eles tinham dinheiro, pois tinham passado de nômades criadores de rebanhos a espertos monetaristas. Em 1947, um ano antes da criação do Estado de Israel, a ONU propôs dividir a Palestina entre árabes e judeus. Os árabes, mesmo aqueles que tinham vendido muitas terras aos israelenses, se revoltaram contra a proposta.

Aqui começa, mais objetivamente, todo o conflito "moderno" de repercussão abrangente no Oriente Médio, com reflexo em nações árabes e interesses colonialistas das ditas superpotências.

É este panorama, algo tumultuado, o que nos mostra em seu livro Isaak Akcelrud, uma obra oportuna. Desde a sua origem, até o problema crucial do Líbano e a cega corrida armamentista dos árabes.

Há um nó muito perigoso ali no Oriente Médio. Os árabes, por exemplo, ligados ao Islã e a toda uma tradição de guerra religiosa, já falam abertamente numa bomba atômica islâmica. Por trás de tudo, russos e norte-americanos entornam o caldo. Para onde vamos?

Assis Brasil
Crítico literário e romancista

WILSON, Edmund. *Rumo à estação*
Finlândia. Trad. de Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia das Letras, 1986. 472 p.

As sombras de Marx

As possibilidades de manutenção e reelaboração do engajamento intelectual se alargam na medida em que estão em perspectiva das próprias possibilidades críticas que necessariamente devem estar vinculadas nesse processo. Em suma, ao engajamento deve corresponder uma distância crítica que o impermeabilize à tentação dogmática de ajustar a realidade aos cânones a priori sagrados da teoria, esgotando-a no interior de um discurso

ossificado devido à falta de fluidez conceitual. Isto, via de regra, determina o deslocamento do real, comprometendo o avanço teórico e estimulando a uma prática justificadora de equívocos e desvios na dinâmica das transformações sociais.

Nada a estranhar portanto quando se verifica a performance de um intelectual dito engajado, imerso numa empreitada crítica às bases teóricas que norteariam suas convicções, sobretudo quando elas exigem, já que estabelecem as próprias possibilidades dessa crítica em seu interior, como no caso a ciência e a filosofia marxistas.

Esta obra, elaborada em 1940, restituiu à contemporaneidade estas premissas fundamentais ao exercício da prática política. Oriunda da inquietação de um intelectual que desenvolveu contribuições relevantes no plano da História, Literatura, ficção e romance, ela está centrada em dois referentes básicos: a inegável contribuição científica e filosófica do marxismo ao mundo contemporâneo e a dinâmica evolutiva do socialismo real, onde o empreendimento crítico à contribuição marxista vincula-se concretamente ao desencanto com os descaminhos da Revolução Russa, em específico no período histórico stalinista.

A esse desencanto, a pena lírica de Wilson responde com sua verve de poeta e historiador, o que dá ao conjunto da obra o seu caráter singular, pois a torna atraente e acessível a não-iniciados na temática abordada. Assim, numa viagem histórica pitoresca, pontilhada de alegorias cênicas, onde se inserem personagens criadores e intérpretes do pensamento ocidental, Wilson elabora uma panorâmica visão deste pensamento até o seu desaguar no continente científico e filosófico marxista. Dessa forma, Vico, Michelet, Hegel, Taine, Anatole France, Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Owen, Marx, Engels, Lassale, Bakunin, Lenin, são resgatados a partir das próprias circunstâncias históricas que conformaram as suas existências e os seus pensamentos.

Ainda que imperdível, dado o seu caráter singular de expor temas complexos em forma simples (o capítulo sobre dialética é brilhante), a obra por isso mesmo não pode ser esgotada em si mesma, visto que, se por um lado permanece intocável no que tange à recusa ao dogmatismo, por outro não perpassa o rigor científico que se verifica, por exemplo, na obstinada pretensão de Aron em decretar o ocaso do marxismo, ou na artilharia teórica de Althusser, Poulantzas e Foulcaut quando se voltam à crítica dos “desvios” da Revolução Russa.

“Rumo à Estação Finlândia” se constitui, pois, num exemplo típico de como o propalado desengajamento intelectual torna-se mais aparente do que real, na medida em que a exegese crítica é fundamental ao desenvolvimento da ciência marxista. Dessa “armadilha” de Marx, da qual nem Wilson nem outros pensadores que soergueram edifícios teóricos com o objetivo de decretar a falência do marxismo conseguiram escapar, o que torna ainda inquietante e contemporânea a afirmativa de Sartre, em palestra proferida no Brasil, de que a “superação do marxismo só se dará com a superação da sociedade que lhe deu origem”.

Da crítica de um intelectual “símbolo de um mundo de graça, civilidade e retidão moral”, como Wilson, às “tour de force” ideológicas de pensadores

que se propuseram a enterrar o marxismo, resta a constatação de que a polêmica continua viva e atual, o que permite entrever que a longevidade do marxismo se deve menos à obtusa postura de seus adversários dogmáticos do que à sua contribuição científica para realização empírica da dinâmica do mundo contemporâneo.

Wilson, um pensador devotado “ao que de melhor havia sido dito e pensado no mundo”, compôs com esta obra duas sentenças básicas: Marx continuará sendo uma sombra satânica para os que, à direita, não submetem suas ideologias humildemente à realidade, e um deus mítico para os que, à esquerda, deformam e fossilizam seu pensamento justamente por não submetê-lo ao critério fundamental de sua própria crítica.

Antonio Gonçalves de Oliveira
Ms Extensão Rural/Sociologia

Literatura

SANTANA, Valdomiro. *O dia do juízo*. Ed. Philobiblion, Rio de Janeiro, 1986, 117 p.

Concisão e profusão no dia do juízo

Graciliano Ramos estreou em livro aos 41 anos de idade. O que não quer dizer que tenha começado a escrever tarde. O exercício de escrever está para o escritor como o exercício de andar e falar está para os recém-nascidos. O aprendizado faz-se lentamente. Escrever, no entanto, não é um mecanismo inerente a todos. Como não é o compor música ou pintar quadros. Exercitar o ato de escrever pode resultar num *São Bernardo*, após anos e anos de exercício contínuo, diário, quase febril. Ou pode redundar em histerias de gosto discutível que revistas de moda publicam mês a mês. Isso quando o candidato é muito pretensioso. Quando não, termina escrevendo artigos ou reportagens. E só.

O baiano Valdomiro Santana estreia em livros aos 40 anos de idade. É cedo, porém, para dizer se seu *O Dia do Juízo* tem o valor, pelo menos, de uma *Insônia*. Volume 17 da Coleção Prosa Brasileira, da editora Philobiblion, o livro de Valdomiro traz alguns dos melhores contos publicados ultimamente no Brasil. Como é o caso de *O Coração na Ponta dos Dedos*. O conto é de um realismo envolvente, brutal, como nos melhores autores russos e franceses da fase áurea da escola de Flaubert. Não é qualquer leitor que suportará sua leitura sem ter que segurar o coração com as mãos. Além de tudo, a sua engenharia é quase perfeita, como uma peça de Chopin.

Do mesmo nível do primeiro são ainda *Craque Café*, *A Hora de Cada Um*, *Afonso* e *Amizade*. Diferentemente daquele, os quatro são textos quase que de síntese. Verdadeiras obras-primas de concisão. *Craque Café* é o drama de um pequeno vendedor de café, a serviço de uma velha. E vem assim descrito logo no primeiro parágrafo: “Magro, nânico, bangüelo e baio, Nego Baio o apelido, porque tinha o

couro liso e brilhoso de peia, caía no pau não vendesse as dez garrafas de café que a velha coava e adoçava numa lata de querosene”.

Como a maioria dos contos, *Craque Café* situa-se também na Grande São Paulo. Contam todos a vida marginal de operários e lumpemproletários, de sofridas mulheres trabalhadoras e de prostitutas. Exceto *Afonso*, onde o personagem principal é o oposto social daqueles. O que não deixa de ser um excelente conto. Afonso é o típico burguês paulista, intelectualizado e oco: “poliglota, exímio jogador de xadrez, dono de uma fantástica coleção de discos de jazz, emérito conhecedor de vinhos, e mais duas ou três coisas que fazem o encanto dos basbaques”. O típico burguês de qualquer cidade do mundo.

As outras três histórias, duas delas longas, por sinal, não alcançam o nível dos pequenos contos citados. *O Mundo dá muitas voltas* certamente deixará no leitor atencioso uma sensação de que a história está incompleta. *O Dia do Juízo*, conto que dá título ao volume, e *Nena*, o *Turco*, o *Homenzinho* e a *Patota* parecem romances inacabados ou trechos de romances.

Vale lembrar aqui que todo contista sonha com um grande romance e freqüentemente o ensaia nos contos mais longos. Às vezes inconscientemente. Ensaio que não deveria ser levado ao palco, sob pena de vaias do público. O ficcionista mais afeito à arte de narrar ou escreve contos que são contos ou romances e novelas que são romances e novelas. Nunca confunde alhos com bugalhos.

A estreia do contista baiano, pesados os prós e os contras, deixa no leitor mais exigente a esperança de que surgiu um novo talento nas letras brasileiras. Como em 1933, quando se publicou *Caetés*.

Por último, é de se ressaltar o posfácio conclusivo de Eglê Malheiros — diagnóstico detalhado da obra de Valdomiro Santana.

Nilton Maciel
Contista e romancista

BATAILLE, Georges. *O azul do céu*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. 171 p.

O céu não muito azul de Bataille

Menos conhecido dos leitores de Georges Bataille que *História do Olho* (1928) e *Madame Eduarda* (1941), *O Azul do Céu*, depois de uma rejeição de vinte anos por parte de seu autor, foi publicado, na França, em 1957, e veio ao público brasileiro através da Coleção Circo de Letras, da Editora Brasiliense, que tem oferecido aos seus leitores o convívio com alguns escritores malditos muito citados mas, efetivamente, pouco conhecidos.

A capa do livro, concessiva ao gosto mais vulgar, promete uma ficção amorosa estereotipada. O leitor desavisado pode cair nessa armadilha, ajudado pelo título que ecoa em paradigmas românticos... Nada mais falso. A primeira página abre com uma teorização sobre o romance: “Um pouco mais, um pouco menos, todo homem fica preso às

narrativas, aos romances que lhe revelam a verdade múltipla da vida. Apenas essas narrativas, por vezes lidas nos transe, situam-no diante do destino". Não são fortuitas essas palavras inaugurais à guisa de prólogo. A ficção de Bataille é inseparável de sua reflexão teórica, de modo que essas primeiras frases funcionam como salvo conduto para o ingresso no sombrio mundo de um texto cujas proporções se dimensionam à medida que se tem presente os postulados teóricos do autor de *L'Erotisme*.

A história de *O Azul do Céu* se desenrola no período entre guerras, mais propriamente, na erupção da Guerra Civil Espanhola, e enlaça o personagem-narrador em relações que chegam ao delírio a personagens femininas sugestivamente chamadas de Dirty, Lasare, Edith, Xénie...

Se o tema é arrebatado e apaixonado, o estilo, em contrapartida, nunca é orgiástico. Em discurso fluido, receptivo ao coloquial, o Autor nomeia com despojada elegância, próxima, às vezes, à negligência, um mundo de excesso: "a narrativa que revela as possibilidades da vida não atrai necessariamente, mas incita um momento de fúria, sem o qual seu autor estaria cego para essas possibilidades excessivas".

O erotismo, traço mais marcante da obra de Bataille, não pretende ser outra coisa que a problemática do excesso, do transbordamento de ser: a paixão. Esta, sendo a substituição da descontinuidade entre dois seres pela sua união, constitui-se na primeira fonte de erotismo, não chegando, porém, a esgotá-lo. Isto porque o erotismo, para o Autor, só se manifesta no jogo tramado entre interdito e transgressão. Como não há estabelecimentos de interdição que não afete as duas áreas críticas da sociedade, a área da morte e a da atividade sexual, os personagens da narrativa erótica que é *O Azul do Céu*, em seus desdobramentos, aproximam, da forma mais estreita, essas duas esferas. Desse amálgama fazem parte, também, a violência, a religiosidade (enquanto profanação) e a sujeira. É esse circuito estreito que desconcerta o leitor, gradativamente, das cenas amorosas pontuadas pela náusea (não a sartreana, mas a propriamente dita) à necrofilia obsessiva do personagem principal. O erotismo de *O Azul do Céu* se dá na direção de uma dissolução crescente das formas constituídas. Erótico é experimentar o avesso das coisas, é transgredir. O erotismo a la Bataille não é, portanto, entendido como uma postura natural; deflagra-o a disposição cultural de viver as interdições. Anterior à ação das personagens está a regulação institucional. Aqui se insere a questão do excesso: é erótico aquilo que excede à regulação social; é erótico aquilo que as regras da sociedade não comportam.

É nesse sentido que o amor em *O Azul do Céu* é, antes de mais nada, uma violação. Uma violação, ainda que somente com os olhos, do cadáver materno; uma violação do lugar onde se sepultam os mortos, e em que se faz amor com sabor de profanação; e, de um personagem a outro, a relação será sempre uma violação do ser dos parceiros, uma violação que confina com a morte.

Ligia Cademartori
Doutora em letras, escritora

POZENATO, José Clemente. *O quatrilhão*. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1986. 211 p.

A nova literatura gaúcha

Até recentemente, quando se falava em literatura gaúcha, os escritores lembrados não podiam deixar de ser ou urbanos (diga-se porto-alegrenses) ou oriundos da campanha (Alegrete, Uruguaiana). Isto porque as regiões de colonização italiana e alemã não haviam ainda formado os seus "intelectuais", ocupadas que estavam em produzir, entre tantas outras coisas, vinho e soja. Enfim, alguns representantes da terceira geração de colonizadores puderam enviar seus filhos às grandes cidades para estudarem. Agora, aos poucos, esses longínquos descendentes de Giacomos e Gustavos começam a produzir textos que refletem não só a epopéia de seus bisavós como o próprio processo de desenvolvimento que lhes possibilitou serem os seus porta-vozes.

Em geral, as transformações sociais violentas, como as que têm ocorrido no Sul do país, geram, além das inevitáveis tragédias da modernização, uma excelente literatura. Foi assim na Salinas de Steinbeck, na Weimar de Goethe, na Petersburgo de Dostoiévski. E assim tem sido na Caxias do Sul de José Clemente Pozenato.

Depois de lançar *O caso do martelo*, excelente novela policial ambientada na região da serra gaúcha, Pozenato retornou com um romance alentado, construído à moda antiga, é verdade, sem inovações vanguardistas mas carregado de originalidade temática.

A narrativa de *O quatrilhão* articula-se como o jogo de cartas que dá origem ao título do romance. Neste jogo de marchas e contramarchas, a cada nova *contagem*, ou rodada, trocam-se os parceiros, como os pares da história. O enredo simples pode ser resumido assim: duas mulheres casam-se com homens errados. Por ironia do destino, os maridos acabam sócios. Resultado inevitável: a mulher de um apaixonou-se pelo marido da outra. Porque acreditam no amor, fogem para São Paulo. O outro casal, na falta de solução melhor, junta-se para não desmanchar a sociedade. Em quatro *contagens*, ou partes, desenrola-se o drama dos quatro personagens principais, enquanto o tempo vai passando, as relações sociais se tornando mais complexas, o capitalismo no campo aglutinando forças, destruindo as formas arcaicas, quase feudais, de produção: o pequeno moinho à roda d'água transforma-se em próspero negócio, o armazém de esquina vira supermercado, as estradas íngremes da serra são alargadas e pavimentadas, o transporte não é mais feito em lentos carroções de bois mas em velozes caminhões a óleo diesel.

Sem incorrer em esquematizações ideológicas, o autor vai mostrando a violência da modernização do campo através das sutis transformações na personalidade das personagens e da destruição de todos os valores, sustentáculo do arcabouço social anterior.

Pierina e Ângelo (que representam a burguesia emergente), traídos e abandonados por seus com-

panheiros (legitimados pelo casamento), unem-se não porque se amam, mas porque nesse período de necessária acumulação capitalista necessitam um do outro para enfrentarem aquele mundo que ainda resiste às transformações sociais. Serão vencedores, é óbvio, e bons amigos. Terão filhos mais por necessidade de perpetuação da classe do que por sentimento de paternidade. No futuro, se a vida se tornar monótona demais, terão amantes, eficiente mecanismo de defesa contra a divisão da propriedade.



De todos os protagonistas desta história, o único que percebe o processo de modernização, ainda que intuitivamente, é o padre Giobbe. Na verdade, um alter-ego do autor, funciona como elemento catalisador das tensões, fio condutor da narrativa, quase como se fosse ele a dar as cartas, enquanto Deus organiza o destino e brinca com os humanos. Montado em sua mula, o padre percorre os tortuosos caminhos da região de videiras e escarpas, fazendo casamentos, batizados, levando recados de filhos a pais distantes (para a época, é claro!), resolvendo pendências, fazendo intrincados raciocínios teológicos. Sem dúvida um dos grandes personagens da literatura brasileira. Tomara que o autor o traga de volta em futuro trabalho seu.

Outros personagens de menor importância recheiam *O quatrilhão* como passas e frutas cristalizadas em "panettones", acrescentando-lhe novos sabores.

O valor deste romance para as letras brasileiras foi percebido pela atriz Ítala Nandi, nascida em Caxias do Sul e neta de imigrantes italianos, que está batalhando para transformá-lo em filme.

Charles Kiefer
Romancista, autor de *Valsa para Bruno Stein*.

Poesia

MARQUES, Oswaldino – *O prisma e o arco-íris*. São Paulo, Roswitha Kempf, 1986.

A criação das palavras

Segundo Blaise Pascal (1623-1662), o ser humano pode alcançar a verdade pelo *raciocínio* ("esprit de géométrie"), ou pela *intuição* ("esprit de finesse"). O primeiro dá origem às explicações racionalistas e materialistas do universo; a segunda, às elucidações filosóficas e espiritualistas. O perigo é o homem deixar-se dominar por um desses dois "esprits", uma vez que o predomínio de um ou de outro acaba por atrofiar e distorcer a sua capacidade de percepção da verdade. Para o filósofo francês, a solução era, pois, a harmonização das duas formas de conhecimento, de sorte que uma pudesse complementar a outra.

Em *O prisma e o arco-íris*, Oswaldino Marques encontrou a justa medida para esse perfeito equilíbrio, o que se evidencia a partir do próprio título. O "prisma", sólido geométrico justaposto a "arco-íris", simboliza o racional, a preocupação do artífice com a perfeição formal de suas composições; o "arco-íris" representa o irracional, o fenômeno poético, por natureza intangível e indefinível.

Fábio Lucas, em sua penetrante nota "Poesia de Oswaldino Marques: redenção pelo amor", escrita possivelmente para servir de prefácio ao livro, mas publicada na quarta capa, percebeu essa dualidade ao afirmar: "O 'prisma' e o 'arco-íris' talvez nos indiquem os dois modos de resumir a captação do cosmo: de um lado, o geométrico, regido pela harmonia e o rigor; de outro o afetivo, realizado pela explosão do espanto diante do belo que se dá em espetáculo".

Mas em Oswaldino Marques, a justaposição do "prisma" ao "arco-íris" se explica sobretudo por também ser o primeiro o triângulo de cristal, usado pelos físicos para decompor a luz branca nas sete cores do espectro solar. Assim o "prisma" vem a ser o instrumento, o meio material, que possibilita ao poeta entrar em contato com a sua verdade – a sua realidade física e espiritual – e transformá-la em "arco-íris", isto é, em poesia.

Além disso, o "prisma", mais que um instrumento que manipula, é essencialmente o próprio poeta, cujo ser passa a funcionar como uma espécie de antena, capaz de captar a realidade e refratá-la em poesia. Esse poder de refração de que é dotado o artista se toma claro em *O prisma e o arco-íris*, a *Coda* do livro (em verdade, a última poesia da obra, já que o "Poema do desapossado", que a encerra, é de 1953 e está, é necessário admitir, um tanto deslocado no conjunto): "A dor navalhante/Recordou-me a face/Em perfil lunar./Talhado em bisel./Refrato a poesia" (p. 66).

Essa luz refratada em forma de poesia é o amor ("... a matriz de todo o júbilo"), personificado na mulher, a amante sem nome, figura constante em todo o livro. É a mulher que, refletindo a imagem do

poeta, faz com que ele se tome multiforme e plurifacetado, o que explica o tema do espelho, cuja presença Josael de Oliveira percebeu e registrou em quatro dos cinco desenhos que ilustram *O prisma e o arco-íris*: "Súbito o vento veio marinhando sobre você e 'minha' imagem toda se desmanchou em enrugados leques de relumeios e arco-irisações. Por mais que me esforçasse, não conseguia surpreender o meu semblante. Em você eu me via permutado em Natureza. Eu era o Anti-Narciso..." (p. 41).

Estruturalmente, o livro está dividido em cinco partes e uma coda (*Cêudades*, *Soluacêus*, *Lingrafismos*, *Solidão da veia*, *Na película da água e Coda*), havendo, no que concerne à forma poética, um corte nítido entre as duas primeiras séries e as demais. *Cêudades* e *Soluacêus* exploram os recursos do soneto decassílabo de molde clássico, lembrando os mestres Camões e Bocage, e dão provas do perfeito domínio que tem Oswaldino Marques das técnicas da versificação tradicional. No restante do livro, o poeta adota uma forma mais despojada e moderna, o que não o impede de utilizar a rendondilha maior e menor, e de escrever um "Descante". A obra contém ainda várias poesias em verso livre e um poema em prosa, "Xerox do sonho".

Uma das características marcantes de *O prisma e o arco-íris* é a criação de palavras. O poeta monta verdadeiros "portemanteaux", na linha do "silvamoonslake" de James Joyce, tão decantado pelos concretistas. Esses neologismos são mínimos na parte clássica do livro, limitando-se essencialmente aos títulos. Contudo, na parte moderna, o texto apresenta-se salpicado de novos vocábulos. Algumas palavras são particularmente fecundas nas mãos do poeta, como por exemplo, o vocábulo "lua", matriz geradora de "lunagem", "vindimaluares", "deslu(a)mbramento", "plenilunizar", "gozualualeluar", "Lirilua", "Luaríril", além dos já dicionarizados "lunar" e "interlunar".

O vocábulo "cêudades", subtítulo da primeira parte, é composto de "cêu" + "dade(s)", sufixo formador de nomes abstratos, que indica, entre outras coisas, estado ou modo de ser. "Cêcidade" é, pois, no glossário particular do poeta, um estado de beatitude que almeja atingir. Como Adão, expulso do paraíso, ou como um anjo decaído, o poeta aspira a ascender ao céu, reencontrando assim o estado de primitiva felicidade de que um dia se viu privado: "Minha coroa, vê, caldeada em Creta/Funde-a com o teu fogo alucinado/E põe-me de cêcidade a alma repleta" (p. 15). Essa é, aliás, a tônica das *Cêudades*, onde domina o desejo de unir o real ao sonho, a terra ao céu, o prisma ao arco-íris: "Canta, Oswaldino, o real que ele é o remate/Do sonho:.../Transpõe a nado o pantanal medonho/Que nega a vida: acende-lhe tributos/ E enaltecendo o real celebra o sonho" (p. 9).

Em *Soluacêus*, o poeta se propõe cantar a Beleza, ideal parnasiano, escrito com maiúscula à moda simbolista. Identificada primordialmente com a mulher, a Beleza surge como um ser de aparência polimorfa, de difícil caracterização, constante todavia na inconstância das diferentes configurações que assume. Ela pertence ao universo das "cêudades" e é vista pelo poeta como um meio para ascender às esferas superiores. Sem nome, ela pode ser Laura, Beatriz, Dulcinéia ou até mesmo a própria Jeanne,

que o poeta diz ela não ser: "Por indúbio tomo-o, posto me engane./E pondo termo à árdua busca, afinal./Digo: E a própria Beleza e não a Jeanne!" (p. 19).

O tom geral do livro é o da poesia lírica: do lírico amoroso, que tende não raro para o erótico, sobretudo nos poemas de *Lingrafismos* e *Solidão da veia*, onde a mulher adquire um corpo mais palpável, embora o poeta empregue quase sempre uma linguagem figurada para falar do amor físico; do lírico musical, pois Oswaldino Marques sabe usar com mestria dos recursos rítmicos do verso para criar a sua música.

Aos setenta anos de idade, e depois de seis livros de poemas, o aparelho auditivo do poeta continua perfeito e não o deverá trair. Oswaldino Marques segue ouvindo a música dos cosmos e, por certo, como Bach, seu compositor favorito, findará seus dias em estado de música, como assim o deseja, envolvendo a terra na atmosfera lírica (amorosa e musical), sem a qual não só a vida do poeta, mas a do leitor também minguiaria.

Para concluir, um voto de louvor ao trabalho gráfico realizado pela Roswitha Kempf. Em um país onde as obras literárias tendem a ser materialmente feias por razões econômicas, é sempre um prazer poder manusear um livro com a diagramação e o acabamento gráfico de *O prisma e o arco-íris*.

Danilo Lôbo
Depto. de Teoria Literária e
Literaturas da UnB

Política

WEFFORT, Francisco Corrêa. *Por que Democracia?* São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

A democracia além dos conceitos

Alguns cientistas sociais primam pelo poder revelador de suas análises, pela capacidade de detectar e interpretar o que há de novo no processo histórico, sem se prender a modelos fechados de interpretação. Dentre esses cientistas se inclui Francisco Weffort. No final da década de 60 e na de 70, Weffort escreveu brilhantes estudos sobre o sindicalismo no Brasil que mostravam o embrião da luta dos trabalhadores pela sua organização independente do Estado. Em seu ensaio *Por que Democracia?* cujo título poderia ser *Por que não Revolução?* o autor novamente surpreende com uma análise do significado novo que assume a palavra democracia no processo político brasileiro, a partir da distensão em 1974, em substituição à palavra revolução tão frequentemente utilizada, tanto pela direita como pela esquerda, em 1964 e 1968.

O livro de Weffort certamente não agradou a boa parte dos grupos de esquerda ortodoxos acostumados a pensar os conceitos de democracia, revolução e socialismo esquematicamente, através de modelos tradicionais importados, sem conseguir

interpretar o que se passa diante dos olhos, nem mesmo em processos revolucionários mais recentes. Os militantes desses grupos provavelmente não se interessaram pelo livro de Weffort, ou o leram sectariamente para provar a si mesmos que as posições do autor são anticomunistas e continuarão tranquilos a sua pregação doutrinária do socialismo.

À parte as controvérsias, o livro é realmente inovador. Weffort defende a tese de que a palavra democracia deixou de ter o sentido instrumental que sempre teve na cultura brasileira, freqüentemente associado a uma prática autoritária e golpista, para ser concebida como um valor real, um fim comum. Segundo ele, podemos divergir, e sem sombra de dúvida existem divergências, quanto ao sentido dessa democracia, mas não negá-la como um valor geral, gerado na sociedade brasileira em contraposição ao autoritarismo.

Não por acaso essa mudança ocorreu a partir do período mais repressivo da história do Brasil, o governo do general Médici. "Sustento aqui a tese de que sob as circunstâncias de violência do período Médici, muitas das ambigüidades da tradição política brasileira em face da democracia se resolveram em favor de uma concepção democrática de democracia" (p. 76).

Porém, apesar do valor comum ser a democracia e do impulso maior da democratização da sociedade vir dos movimentos sociais, os caminhos predominantes dessa democracia são conservadores e a própria democracia é a das elites, das classes dominantes. A transição se faz pelo alto, sem a participação dos trabalhadores. A questão, então, que Weffort sugere, é a seguinte: se a democracia que se vê no horizonte imediato é a dos de cima, por que os de baixo falam tanto de democracia e não de revolução?

A resposta a esta questão permitirá ao autor, mais do que contrapor os conceitos de democracia e revolução, explorar sua relação e interdependência, se entendermos por revolução um processo democrático de participação popular e não um golpe de Estado. Os trabalhadores falam de democracia e não de revolução, neste momento, porque identificam a luta pela democratização da sociedade com a luta pela hegemonia dos seus interesses, embora não exerçam o controle do processo de transição, liderado pelos setores liberais da oposição e não pela esquerda. Esta luta poderá caminhar ou não no sentido da revolução e do socialismo. A democracia no Brasil será socialista sim, "se os que lutam pelo socialismo fizermos por merecer" (p. 131).

Nesse sentido, apesar da consigna democracia ter substituído a palavra revolução na conjuntura de transição, democracia e revolução não são processos excludentes. "A democracia é subversiva", reporta-se o autor a Norberto Bobbio.

A democracia, concebida assim como um valor universal, avesso ao autoritarismo, não apenas não se opõe à revolução, como torna-se um elemento indispensável ao processo revolucionário e ao socialismo. "As revoluções são fenômenos democráticos e confundi-las com o autoritarismo dos regimes pós-revolucionários pouco tem a ver com a história" (109). Quanto mais democrático for o momento da revolução, ou seja, quanto maior a participação popular no processo revolucionário,

provavelmente mais democrática será a sociedade que se vai construir. Da mesma forma, no socialismo, quanto maior a participação dos trabalhadores nos organismos de decisão da sociedade, mais democrático será o seu funcionamento. O socialismo deve preservar as conquistas da revolução democrática que o antecedeu através da criação de instâncias que possibilitem o funcionamento democrático da sociedade. A propósito, Weffort faz referências às preocupações de Rosa Luxemburgo com as medidas da Revolução Russa de 1917, que limitavam a participação democrática da população no processo em curso. Na ocasião, ela criticava a liberdade existente só para os que apoiavam o governo e para os membros do partido. E defendia a liberdade para os que pensavam diferente.

A discussão sobre democracia e socialismo é bastante atual no âmbito da ciência política — as recentes mudanças propostas pelo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, M. Gorbachev, evidenciam a atualidade desse tema. Certamente essa discussão implica uma revisão de conceitos consagrados e uma crítica aos países socialistas que utilizam o autoritarismo como forma de governo. No centro dessa discussão está a defesa, tão bem elaborada por Weffort, da democracia como um valor real e de um socialismo democrático.

Pela leitura do livro de Weffort seria sectário concluir, como alguns militantes do Partido dos Trabalhadores fiéis a uma tradição de esquerda ortodoxa, que as posições defendidas pelo autor são reformistas e que ele descarta no processo democrático a possibilidade de uma revolução socialista. Isto não é verdade. O que ele não abre mão é da defesa de que o processo revolucionário seja democrático, que seja realizado sob o controle dos trabalhadores e que o socialismo que nasça desse processo seja democrático e não autoritário.

Além disso, Weffort não analisa a democracia como a única possibilidade de caminhar na conjuntura atual: "Na conjuntura de 1968, a revolução era uma possibilidade entre outras. Na conjuntura atual, a democracia é uma possibilidade entre outras. Em 1968 a democracia não era uma alternativa excluída, nem, hoje, a revolução estaria fora de questão" (p. 63). Por fim, poderíamos dizer, como o próprio autor deduz no final do seu ensaio, que o título do livro não poderia ser *Por que não Revolução?*, sendo esta questão apenas o fio condutor de sua investigação sobre o significado da democracia no processo político brasileiro de transição e que o levou a aprofundar a relação entre democracia e revolução, assim como a defesa do socialismo democrático.

Maria Francisca Sales Pinheiro
Departamento de Sociologia/UnB

Política econômica

SILVA, Roberto Gama e. *São mesmo nossos os minerais não-energéticos?* 2ª edição, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1986.

São mesmo nossos os minerais não-energéticos?

Poucos livros trouxeram ao debate, nos últimos anos, tema tão central, de importantes consequências na vida atual e futura do povo brasileiro, como o livro de Roberto Gama e Silva *"São mesmo nossos os minerais não-energéticos?"*, editado pela Philobiblion Livros de Arte Ltda., já em segunda edição.

O livro, como diz Antônio Ermírio de Moraes no prefácio, "é um trabalho rico em dados, todos confiáveis... depois dele não mais poder-se-á alegar que a Nação não foi despertada para a questão...".

O autor tem a experiência vivida de ter presidido por quatro anos o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas — Gebam, logo após a criação do órgão em março de 1980; foi também o principal responsável por deixar em mãos brasileiras uma nova província mineral no Baixo-Amazonas Setentrional "tão diversificada como aquela centrada em torno da Serra dos Carajás". Para isto propôs a transformação da área em Reserva Nacional, o que foi promulgado através do Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984. O autor tem portanto uma experiência vivida, o que é muito importante neste Brasil de hoje tão cheio de mistificadores e generalistas.

É relevante que questões como a do Modelo Mineral Brasileiro, somente conhecido em suas implicações por uma minoria de especialistas e manipulado por pequeno grupo de tecnocratas, sejam amplamente debatidas e conhecidas em suas consequências por todo o povo brasileiro, pois envolve seus interesses diretos e os de seus descendentes. Daí a importância do livro de Roberto Gama e Silva.

Embora possamos discordar de algumas de suas proposições, apenas por considerá-las tímidas, não podemos negar a correção e a seriedade que as orientou. Tudo indica, entretanto, não ter sido este o principal objetivo do autor, mais preocupado em informar uma dura realidade acerca do uso que se está dando a um dos bens mais estratégicos e preciosos de uma Nação, qual seja a riqueza do seu subsolo. Este e mais o desejo de ver esta questão ser discutida abertamente num tempo de transição política da vida brasileira — tempo de Constituinte — parecem ter sido as principais metas do livro.

A questão do uso das principais riquezas do subsolo, a questão energética e mais a natureza do "modelo" de crescimento econômico do país constituem alguns dos temas básicos a serem discutidos como matéria de fundo nas definições centrais do Congresso Constituinte. Evidentemente a soberania nacional e os principais objetivos de natureza econômica, social e política do país dependem dessas três questões. Elas constituem, de fato, "o pano de fundo"

que baseia a elaboração de um projeto coletivo de Nação, único meio que poderá legitimar o Estado, somente então credenciado como o seu executor. Além disto, estão centralizados nela alguns dos principais instrumentos de poder, em nível mundial.



A interconexão entre os três "modelos" é evidente, sob a égide do mais abrangente e que define o crescimento econômico dependente que vimos sofrendo desde a segunda metade da década de 50. Ele orienta e condiciona os dois outros e define o quadro, identificando-se nele, como poderoso e eficaz instrumento de dependência, a componente tecnológica externa, garantidora do neocolonialismo mais sofisticado e subjogador do que o colonialismo mercantil do século XIX.

De fato, o "modelo" de crescimento econômico dependente norteia, através da subordinação tecnológica, a falta de autonomia da sociedade brasileira em setores de sua vida econômica, social e política. Ao adotá-lo molda-se essa sociedade aos ditames da economia internacionalizada, conduzida dentro dos interesses dos países centrais, configurando-se para nós as características do que é conhecido como "país periférico". Este é, lamentavelmente, o quadro político em que se evidenciam os fatos relatados por R. Gama e Silva. Eles conduzem necessariamente a uma agudização permanente do

conflito Norte-Sul em que estamos afundados, sem dele querer tomar conhecimento, o que está conduzindo à nossa inviabilidade como Nação.

Este quadro político retira de nós os inúmeros elementos de barganha que nos distinguem potencialmente entre as mais importantes nações do planeta: as dimensões do nosso território, a nossa localização nos trópicos, onde ocupamos 50% dos trópicos úmidos, e a privilegiada disponibilidade de recursos minerais estratégicos, como são por exemplo metais refratários e o quartzo.

"A previsão de exaustão de alguns minérios, a crise do petróleo e medidas protecionistas adotadas pela quase totalidade dos países aguçaram a cobiça dos grupos multinacionais pelos minérios brasileiros", diz R. Gama e Silva.

Essa cobiça parece não ter limites e ultrapassa o quadro da nossa legislação mineral, um dos mais frouxos em todo o mundo. O Código de Mineração limita a cada pessoa, natural ou jurídica, cinco autorizações de pesquisa para cada substância mineral e, no máximo, cinquenta de cada classe. Frauda-se este preceito legal com a criação de "empresas-de-papel", criadas apenas para burlar a lei. Conforme atesta R. Gama e Silva no seu livro, somente a British Petroleum controla diretamente 34 "empresas-de-papel" e, em associação com a Brascon, mais 58 dessas "empresas" fantasmas. Avalia-se que através desta prática fraudulenta, imoralmente tratada pelas autoridades brasileiras, corporações estrangeiras já mantinham em 1984 cerca de 9.970 reservas de área, incluindo pedidos, autorizações de pesquisas e servidões concedidas, representando uma superfície sujeita a regime de reserva de aproximadamente 35 milhões de hectares, equivalente, portanto, aos territórios das duas Alemanhas, providos, entretanto, de riquíssimos subsolos...

Ao contrário da Constituição de 1937 que reservava para brasileiros a exploração mineral, a Constituição de 1946, com seu liberalismo irresponsável, mistificou este essencial preceito legal. Assim, ao tempo em que limitava as autorizações ou concessões minerais "exclusivamente a brasileiros", em seguida, no próprio texto legal, negava radicalmente este preceito ao afirmar "ou a sociedades organizadas no país", em substituição ao texto de 37, que dizia: "ou a empresas constituídas por acionistas brasileiros". Este texto constitucional permitiu que chegássemos à situação atual, pois abriu imprudentemente esse estratégico setor ao mais desabrido interesse internacional.

Dois conceitos adrede utilizados amplamente no campo da mineração deformam sobremaneira o

tratamento que a questão do subsolo merece ter. O primeiro se refere à designação de "commodities" que se dá aos seus produtos, numa conotação imediatista, típica da prática comercial de bens de consumo. Retira-se-lhes, assim, o papel patrimonial de bem estratégico não-renovável e criticamente limitado que representa para esta e as futuras gerações. O segundo aspecto, também perturbador, não limita no tempo as concessões de jazidas, quaisquer que sejam suas dimensões e seus períodos previstos de exaustão, tanto os de curto prazo como aqueles de longa duração. As de rápida exaustão criam vulnerabilidades, às vezes, jamais superadas. Quanto às de longa duração, que direito temos de impor a futuras gerações drásticas limitações de natureza sócio-econômica e política? De fato, elas são fruto de liberalidades e de interesses, nem sempre éticos, quase sempre muito localizados e de ordem conjuntural na sociedade atual. Também, do ponto de vista econômico, que critério pode fundamentar o controle de um patrimônio que, não lhes pertencendo, permaneça com os concessionários além do prazo em que os investimentos foram amortizados e devidamente compensados? Evidentemente que o que resta do patrimônio deve voltar ao domínio do poder público, conforme prática consagrada inclusive no sistema colonial do século XIX. Não há porque, já sem qualquer risco ou investimento, continuar o concessionário usufruindo indefinidamente do patrimônio coletivo, com o agravante de as reservas não serem renováveis, tendendo, portanto, à exaustão. Esta prática encobre o princípio inaceitável para as nações de não dar a esses recursos valor patrimonial, limitando-o ao representado pelos custos de extração e transporte e, naturalmente, pelos lucros dos concessionários. Felizmente, desde 1973, existe o precedente do petróleo ao conseguir a OPEP dar valor patrimonial às reservas deste combustível fóssil.

Todas essas reflexões nos vieram à mente com a leitura estimulante de "São mesmo nossos os minerais não-energéticos?", em que o autor nos brinda com farto e documentado acervo de informações sobre a realidade minerária brasileira, culminando com duas proposições de política, oportunas e absolutamente compatíveis com nossas necessidades e aspirações. A primeira propõe o controle brasileiro das empresas minero-industriais, e a segunda a adoção de uma política de exportação de produtos de origem mineral semi-acabados e manufaturados, em vez de matérias-primas por preços vis.

J. W. Bautista Vidal

Atenção

A partir da próxima edição de *Humanidades* estaremos publicando, no *Painel*, a seção "*Estante Infanto-Juvenil*". Este espaço dará cobertura ao lançamento de livros infantis e juvenis, incentivando, assim, a leitura, disseminação e discussão deste gênero literário tão carente de divulgação no Brasil.



A seguradora de toda a família.

SASSE
CIA. NACIONAL DE SEGUROS GERAIS
Seguradora da Caixa Econômica Federal

MATRIZ: Rua Lauro Müller, 118 - 5º, 6º e 7º andares Rio de Janeiro-RJ - Telefone: (021) 275-6022

SUCURSAS

ALAGOAS (AL) Praça dos Palmeiras, 11º and. salas 1105/1106 Ed. Delmiro Gouveia - Centro - Maceió - Tel.: (082) 221-3475
AMAZONAS (AM) Av. 7 de Setembro, 815 - 7º and. salas 71/72 Centro - Manaus Tel.: (092) 234-8831
BAHIA (BA) Rua Chile, 23/25 - 7º and. salas 708/710 Ed. Professor Eduardo de Moraes - Bairro de S4 - Salvador Tel.: (071) 241-5144
CEARÁ (CE) Av. do Imperador, 398 Centro - Fortaleza Tel.: (085) 231-9655/228-2260
DISTRITO FEDERAL (DF) S.C.S. Ed. União - 10º and. Brasília-DF Tel.: (081) 223-3075/223-3218/223-3164
ESPÍRITO SANTO (ES) Av. Jerônimo Monteiro, 130 - 1º and. Centro - Vitória - Tel.: (027) 223-6173/223-2639
GOIÁS (GO) Rua Quatro, 515 - 11º and. - salas 1113/1115 Ed. Parthenon Center Centro - Goiânia - Tel.: (062) 223-7308
MARANHÃO (MA) Rua do Sol, 141 - 8º and. Ed. Centro Comercial de São Luís Centro - São Luís - Tel.: (098) 222-3722
MATO GROSSO (MT) Rua Batista das Neves, 165 Centro - Cuiabá - Tel.: (065) 321-9823
MATO GROSSO DO SUL (MS) Av. Afonso Pena, 1864 Centro Campo Grande - Tel.: (067) 382-5219
MINAS GERAIS (MG) Av. Amazonas, 641 - 10º and. conj. 1001 a 1010 Centro - Belo Horizonte - Tel.: (031) 201-3388/201-3509

PARÁ (PA) Av. Sarzedelo Corrêa, 160 Centro - Belém - Tel.: (091) 224-1893
PARAIBA (PB) Rua Santo Elias, 312 Centro - João Pessoa - Tel.: (083) 221-3364
PARANÁ (PR) Rua Marechal Deodoro, 530 - 4º and. conjuntos 401, 402, 403, 405 e 407 Centro - Curitiba - Tel.: (041) 233-2812
PERNAMBUCO (PE) Travessa Marques de Herval, 167 - 5º and. Salas 501/510 S10 Antônio - Recife - Tel.: (081) 224-3139
PIAUÍ (PI) Rua Elzeu Martins, 234 - 2º and. salas 204 Centro - Teresina - Tel.: (086) 222-3264
RIO GRANDE DO NORTE (RN) Rua João Pessoa, 198 - salas 902, 903 e 904 Edifício Canaçu - Centro - Natal
RIO GRANDE DO SUL (RS) Rua dos Andradas, 995 - 6º and. salas 601 e 602 Centro - Porto Alegre - Tel.: (051) 21-3344/21-3871
RIO DE JANEIRO (RJ) Av. Rio Branco, 125 - 4º and. Centro - Rio de Janeiro - Tel.: (021) 224-1414
SÃO PAULO (SP) Av. Paulista, 1912 - 5º e 6º andares Carqueim César - São Paulo - Tel.: (011) 289-7844/7563/7156/7885
SANTA CATARINA (SC) Av. Oamar Cunha, 15 - 4º and. - Bloco C conjuntos 401 e 402 - Florianópolis - Tels.: (048) 22-4233/22-4224
SERGIPE (SE) Av. Rio Branco, 186 - salas 321 e 332 Edifício Ornédo Teixeira - Centro - Aracaju - Tel.: (079) 221-1327



Além de ser uma das maiores empresas no seu setor, prestar bons serviços e fabricar produtos de qualidade reconhecida, a Shell cumpre um outro importante compromisso com a comunidade: o apoio a eventos artísticos e atividades culturais, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Dança e a Pintura.

Na Música, quem dá a nota é o Prêmio Shell para a Música Brasileira, que já premiou nomes importantes do repertório nacional, como Pixinguinha, Tom Jobim, Villa-Lobos, Francisco Mignone, Dorival Caymmi, Radamés Gnattali, Camargo Guarnieri, Luiz Gonzaga, Cláudio Santoro, Brazylinha, Milton Nascimento e Guerra Peixe.

No Teatro, a força da Shell está sempre em cena; ela já patrocinou a montagem de grandes espetáculos entre outros "Rei Lear" (Prêmio Molière Especial para Sergio Britto), "Freud", "Assim é se lhe Parece", "Quatro Vezes Beckett" e "Sábado, Domingo e Segunda".

Cultura: a Shell Também Responde.

No Cinema, o impulso que a Shell dá se revela na sua filmoteca, um amplo acervo de curtas-metragens, didáticos e culturais, à disposição para empréstimo gratuito ao público.

E, na Pintura, mais uma vez destaca-se o incentivo da Shell, que tem em sua pinacoteca assinaturas consagradas, como Sami Mattar, João Câmara, Laërte Motta e Tomie Ohtake, entre outros. Vale realçar que a maioria dessas obras foi adquirida quando seus autores ainda não eram tão famosos, do que muito se orgulha a Shell, além de comprovar o acerto de seu investimento.

Através de seu incentivo a essas atividades artísticas, a Shell não só participa como também assume seu posto no apoio à identidade cultural de nosso povo.

Estimular a cultura nacional é papel de uma grande empresa.

